



Universidade de Brasília

Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Memórias Submersas:

A Vila Amaury, de dentro e de fora

Átila Rezende Fialho



Universidade de Brasília

Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Memórias Submersas:

A Vila Amaury, de dentro e de fora

Átila Rezende Fialho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Brasília, 2024



Universidade de Brasília

Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Memórias Submersas:

A Vila Amaury, de dentro e de fora

Autor: Átila Rezende Fialho

Orientadora: Carolina Pescatori Candido da Silva

Área de concentração: Teoria, História e Crítica da Arquitetura e Urbanismo

Banca:

Carolina Pescatori Candido da Silva (orientadora) – Universidade de Brasília

Haydée Glória Cruz Caruso – Universidade de Brasília

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro – Universidade de São Paulo

Maria Fernanda Derntl (suplente) – Universidade de Brasília

Brasília, 2024

RF439m

Rezende Fialho, Átila

Memórias submersas: a Vila Amaury, de dentro e de fora / Átila Rezende Fialho; orientador Carolina Pescatori Candido da Silva . -- Brasília, 2024. 191 p.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -Universidade de Brasília, 2024.

1. História de Brasília. 2. Segregação socioespacial. 3. Memória e história oral. 4. Vila Amaury. 5. Planejamento Urbano. I. Pescatori Candido da Silva , Carolina, orient.
II. Título.

“Encheu, viu?”

Kubitschek, Juscelino

(em resposta ao jornalista Gustavo Coração)

“Era muito bom... Era? O pessoal falava que era bom, mas não era bom, porque a gente trabalhava o dia e a noite para viver”

Silva, Espedito Ferreira

Agradecimentos

Gostaria de dedicar esse trabalho, e agradecer, primeiramente, aos meus pais, por terem me dado uma base tão sólida de formação educacional, política e social, que raras vezes encontrei alguém com mesma sorte. Por terem tido tanto empenho em me darem o que não puderam ter, e por terem feito de mim também um candango, repetindo a trajetória daqueles que vieram para Brasília em busca de uma vida melhor. Hoje reconheço finalmente que as dificuldades que essa transição acarretou, tanto para mim quanto para o meu irmão, foram só para o nosso bem.

Agradeço também ao meu irmão, Gabriel, por desde criança me ensinar a questionar paradigmas tão enraizados na sociedade, e por contribuir a enxergar o mundo de uma forma mais crítica.

Agradeço à CAPES pelo incentivo financeiro e por outros serviços que não saberia enumerar, prestados à comunidade acadêmica e ao avanço da pesquisa e da educação superior no nosso país. Se não fosse por esse incentivo, não sei se teria sido possível terminar essa jornada. Desejo que cada vez mais pessoas tenham essa oportunidade, e que o pesquisador no Brasil seja encarado com a seriedade e notoriedade que merece.

Ainda que reconheça o quanto temos a avançar, gostaria de agradecer à Universidade de Brasília, por ter sido essa segunda casa durante tantos anos na minha vida, pela estrutura oferecida, pelo peso que a instituição tem no país, por abarcar iniciativas pioneiras e por buscar promover esse espaço plural e politicamente engajado.

Gostaria de agradecer aos meus antigos orientadores, Liza Andrade e Ricardo Trevisan, por sempre terem me dado apoio, ferramentas e incentivo a trilhar a carreira acadêmica.

À minha orientadora, Carolina Pescatori, agradeço a todo o conhecimento compartilhado, aos diversos momentos em que foi necessária a sua compreensão, às suas críticas, ao suporte e ao apoio que me prestou. Sem a Carol, também não teria sido possível chegar até aqui, e confesso que não conseguiria pensar em uma professora melhor para esse momento e para esse trabalho. Foi uma verdadeira honra compartilhar esse caminho com você.

Aos meus colegas de pós-graduação, acredito que foram diversos aqueles que atravessaram o meu caminho e que de alguma forma contribuíram, mesmo que indiretamente, para esse trabalho. Porém, gostaria de citar especialmente Raquel Freire e Anie, que tiveram tanta generosidade em compartilhar comigo suas experiências acadêmicas e seus saberes, além

das conversas motivacionais. Vocês foram muito importantes para mim nesse caminho, são grandes amigades.

Às turmas de sociologia urbana, de “Brasília: história da cidade, do urbano e do planejamento”, e de “governança e sistemas agroalimentares”, agradeço, incluindo aqui tanto os estudantes quanto os professores, aos debates que tanto agregaram e que com certeza mudaram o caminho do meu mestrado.

Gostaria também citar a importância dos pesquisadores que vieram antes de mim e tiveram a ousadia de estudar o lado B da história de Brasília, em especial do território da Vila Amaury. Agradeço a esses e relembro que a pesquisa científica e acadêmica é construída coletivamente: tive a honra de continuar o que uns começaram, e assim espero que outros prossigam construindo esse conhecimento múltiplo, plural, e que também abarque as visões de pessoas de carne e osso na história.

Agradeço aos amigos que estiveram próximos de mim no ano de 2023, que não foi nada fácil, e ao João Otávio por me dar ferramentas para passar por essa travessia. Sem vocês eu também não teria chegado até aqui.

Agradeço ao meu avô, seu Nêgo, que descansou há um ano, mas deixou um legado de humildade, de gentileza e de amor que eu vou carregar para sempre comigo. Como venho dizendo, uma parte de mim vai ser sempre você. E por último, agradeço ao Bairro Feliz, de Goiânia, por ter sido o território que me deu um sentido de comunidade e vizinhança desde criança.

Resumo

O caso da Vila Amaury, intencionalmente pré-concebida na região onde em pouco tempo viria a ser o Lago Paranoá, nos instiga a refletir sobre o esquecimento de determinadas memórias em contraponto à persistência de outras. A narrativa oficial de Brasília celebra constantemente os seus títulos de cidade modernista, monumental, racional e planejada, como o ápice da solução para o caos urbano se buscava extirpar há mais de século. A Vila Amaury, por sua vez, se constitui como uma ocupação informal de candangos que se deu durante a construção da capital e que em pouco mais de um ano foi inundada pelo Lago Paranoá, por meio de uma política proposital. Apesar de ser um episódio conhecido, não se vê até então a inserção desta em um debate a respeito da disputa de memória da capital e da ideia de modernidade, com sua subjacente dualidade discursiva moderno-selvagem. Ao dar voz aos relatos orais daqueles que viveram na Vila Amaury, o trabalho busca não apenas reconstruir uma parte periférica da história, mas também questionar e problematizar as narrativas oficiais. Isso é crucial para uma compreensão mais polifônica do passado, colocando em um plano de maior importância às experiências urbanas de pessoas sistematicamente marginalizadas durante o processo de construção física e simbólica do território. A abordagem crítica da oralidade, memória e construção de uma história dita universal é fundamental para esse tipo de pesquisa, pois nos lembra que a história não é apenas sobre fatos objetivos, mas também sobre as experiências de pessoas comuns. Após conhecer o assentamento de dentro e de fora, buscamos, assim, questionar alguns pilares que sustentam a construção de uma narrativa oficial de Brasília e compreender como esses pilares contribuíram para o afogamento simbólico e concreto da Vila Amaury. Essa perspectiva mais ampla e inclusiva enriquece nossa compreensão do passado e nos ajuda a questionar as narrativas dominantes que muitas vezes excluem certas vozes e perspectivas.

Palavras-chave: Vila Amaury; história de Brasília; história oral; memória; segregação.

Abstract

The case of Vila Amaury, deliberately conceived in the region that would soon become Lake Paranoá, prompts us to reflect on the oblivion of certain memories in contrast to the persistence of others. Brasília's official narrative consistently extols its status as a modernist, monumental, rational, and planned city, presented as the epitome of the solution to urban chaos that had been sought for over a century. Conversely, Vila Amaury was an informal settlement of "candangos" that emerged during the construction of the capital city and was intentionally flooded by Lake Paranoá within a short span, as part of a deliberate policy. Despite being a well-documented episode, until now it has not been inserted into a debate about the capital's memory dispute and the idea of modernity, with its underlying discursive duality of modern versus wild. By amplifying the voices of those who resided in Vila Amaury through oral histories, this study seeks not only to rebuild a marginalized chapter of history but also to interrogate and challenge official narratives. Such an approach is crucial for achieving a more multifaceted understanding of the past, emphasizing the significance of the urban experiences of individuals who were systematically marginalized during the physical and symbolic construction of the territory. A critical examination of orality, memory, and the construction of a so-called universal history is essential for this type of inquiry, serving as a reminder that history encompasses not only objective facts but also the lived experiences of ordinary individuals. After becoming acquainted with the settlement from within and without, we thus endeavor to scrutinize certain foundational aspects supporting Brasília's official narrative, while also elucidating how these foundations contributed to the symbolic and tangible submersion of Vila Amaury. This broader, more inclusive perspective enriches our comprehension of the past and enables us to challenge prevailing narratives that frequently marginalize certain voices and viewpoints.

Keywords: Vila Amaury; history of Brasília; oral history; memory; segregation.

Lista de figuras

Figura 1 - Moradia na Vila Amaury, ou Sacolândia, em 1959. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor(a) dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.....	1
Figura 2 - Moradia na Vila Amaury, ou Sacolândia, em 1959. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor(a) dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.....	7
Figura 3 - Ernesto Silva dando entrevista a respeito do caso do massacre da Pacheco Fernandes em trecho do documentário “Conterrâneos Velhos de Guerra” (CARVALHO, 1990).....	8
Figura 4 - – Oscar Niemeyer, que se recusa a comentar a respeito do massacre da Pacheco Fernandes e pede para desligarem as câmeras (CARVALHO, 1990).	9
Figura 5 – Lúcio Costa também narra sua versão a respeito do episódio de violência da Pacheco Fernandes em trecho do mesmo documentário (CARVALHO, 1990).....	9
Figura 6 - Mulher e crianças na Vila Amaury. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot em 1958. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.....	14
Figura 7 - Trabalhadores de Brasília pedindo autógrafa ao então presidente Juscelino Kubitschek, no dia de inauguração da cidade, em 21/04/1960. Foto tirada por Thomaz Farkas. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.....	19
Figura 8 - Entrevista direcionada a candango (nome não mencionado) em trecho de documentário (CARVALHO, 1990).....	26
Figura 9 - Família sendo entrevistada durante documentário (CARVALHO, 1990).	28
Figura 10 - Trabalhadores candangos durante a construção de ponte em Brasília (CARVALHO, 1990).....	35
Figura 11 - Cúpulas do senado e da câmara, em contraste às pequenas figuras humanas, em 1960. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	36
Figura 13 - Vista aérea do Lago Paranoá e da Esplanada dos Ministérios no dia de inauguração da cidade, em 21/04/1960, alterada para indicar localização aproximada da Vila Amaury e Vila Planalto. Foto tirada por Thomaz Farkas. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	37
Figura 12 - Vista aérea de Brasília nos dias de hoje com indicação da Vila Amaury e da Vila Planalto. Fonte: Google Earth (alterado).....	37

Figura 14 - Vila Amaury, em 1960, já diante do início do represamento do Lago Paranoá, com lavadeiras que utilizavam as águas para exercerem o seu trabalho. Foto tirada por Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.....	39
Figura 15 - Mapa de Brasília produzido pela comissão responsável pelo Censo Experimental de Brasília (NACIONAL, 1959a).	40
Figura 16 - Ônibus cuja uma das paradas era a Vila Amaury, escrito “Mauri”. Foto tirada por Peter Scheier. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.....	42
Figura 17 - Trabalhadores na Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante, fazendo fila para se inscreverem em vagas de emprego. Fonte: ArPDF. Link: https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio . Acesso em: 26/02/2024.....	44
Figura 18 - Trabalhadores candangos sendo transportados em caminhões (NACIONAL, 1959a).....	45
Figura 19 - Foto aérea da Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante. Data não especificada. Fonte: ArPDF. Link: https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio . Acesso em: 26/02/2024.....	47
Figura 20 - Refeitório de uma companhia construtora, com trabalhadores em seu horário de almoço. Fonte ArPDF. Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio . Acesso em: 26/02/2024.	50
Figura 21 - Senhora, sem uniforme e de trajes visivelmente distintos, em meio aos trabalhadores de companhia construtora, durante o horário de refeição. Fonte: ArPDF. Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio/ . Acesso em: 26/02/2024.....	51
Figura 22 - Moradia na Vila Amaury com família ao lado, em 1958. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	53
Figura 23 - Mulheres com suas filhas, carregando roupas e outros objetos acima da cabeça. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot em 1958. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	55
Figura 24 - Crianças da Vila Amaury em 1958. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot em 1958. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	58
Figura 25 - Habitações na Vila Amaury em 1958. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot em 1958. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	61
Figura 26 - Habitações na Vila Amaury em 1958. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.....	65

Figura 27 - Família em habitação na Vila Amaury em 1959. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	66
Figura 28 - Exemplo de moradia feita a partir de sacos de materiais usados na construção civil, na Vila Amaury. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	68
Figura 29 - Moradias na Vila Amaury, em 1958, ainda antes do seu reconhecimento pela NOVACAP, quando se chamava Sacolândia. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	70
Figura 30 - Dois membros da Guarda de Brasília na Cidade Livre, que à época, era dividida em Guarda Rural e Guarda Policial (NACIONAL, 1959a).	71
Figura 31 - Crianças brincando na Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante. A fonte não especifica o local exato, porém é bem possível supor, a partir do relevo e das características das construções, que se tratava de alguma ocupação localizada nos arredores da cidade. Foto tirada pelo fotógrafo Thomaz Farkas. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	73
Figura 32 - Habitação improvisada sendo construída por trabalhador durante a construção da capital. Local não especificado pela fonte. Fonte ArPDF. Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio . Acesso em: 26/02/2024.....	76
Figura 33 - Criança próxima de moradia na Vila Amaury. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	79
Figura 34 - Criança próxima a moradia na Vila Amaury em 1959, com mulher ao fundo. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	79
Figura 35 - Crianças à beira do Lago Paranoá, próximo da Vila Amaury, em 1960, quando as águas já começavam a chegar perto da ocupação. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	81
Figura 36 - Lavadeiras esticando as roupas ao sol, com moradias da Vila Amaury ao fundo, dando uma ideia de sua configuração urbana. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot em 1959. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	82
Figura 37 - Cidade Livre à noite durante a construção de Brasília. Fonte ArPDF. Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio . Acesso em: 26/02/2024.....	84
Figura 38 - Trabalhador não identificado contando a sua versão a respeito do Massacre da Pacheco Fernandes (CARVALHO, 1990).	87

Figura 39 - Dona Suzana Conceição, que, por coincidência, também é uma entrevistada do documentário de Vladimir Carvalho (CARVALHO, 1990).	88
Figura 40 - Soldados da GEB (Guarda Especial de Brasília) em frente à administração da NOVACAP. Fonte ArPDF. Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio . Acesso em: 26/02/2024.	90
Figura 41 - Trabalhadora lavadeira na Vila Amaury em 1960. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	93
Figura 42 - Córrego nos arredores de Brasília, que deu origem ao Lago Paranoá. Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/lago-paranoa/ . Acesso em: 26/02/2024.	94
Figura 43 - Trabalhadores da construção civil reunidos em frente às obras na esplanada. Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio . Acesso em: 26/02/2024.	96
Figura 44 - Habitação de sacos na Vila Amaury. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	98
Figura 45 – Lavadeiras da Vila Amaury utilizando o lago para exercer sua função. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot em 1960. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	100
Figura 46 - Vista aérea do Lago Paranoá, com Palácio da Alvorada ao centro. Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/lago-paranoa/ . Acesso em: 26/02/2024.	102
Figura 47 - Candangos à espera do ônibus. Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio/ . Acesso em: 26/02/2024.	104
Figura 48 - Trabalhadores candangos indo em direção aos canteiros de obras. Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio/ . Acesso em: 26/02/2024.	111
Figura 49 - Dois trabalhadores candangos estruturando a estátua da cabeça do presidente Juscelino Kubitschek, localizada na Praça dos Três Poderes. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	112
Figura 50 – Moradias na Vila Amaury em 1959. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	115
Figura 51 - Congresso Nacional em 1960. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	116
Figura 52 - Pedra Fundamental de Brasília, fundada em 1922, em Planaltina. Imagem do Censo Experimental de Brasília (NACIONAL, 1959a).	119

Figura 53 - Propaganda vertical externa com Vargas de um lado, o "planejador do rumo ao oeste", e JK, "bandeirante do século". Foto tirada pelo fotógrafo Peter Scheier. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	121
Figura 54 - Trabalhador candango em primeiro plano, com Esplanada dos Ministérios ao fundo, um dos espaços de maior simbolismo político da capital. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	126
Figura 55 - JK em visita a Brasília, com outros personagens políticos de relevo da época. Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/praca-do-cruzeiro/ . Acesso em: 26/02/2024.....	129
Figura 56 - Trabalhadores na Cidade Livre. Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio/ . Acesso em: 26/02/2024.	135
Figura 57 - Cúpulas do Senado e da Câmara, espaços representativos da metonímia de Brasília. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	139
Figura 58 - Revista Brasília, edição de inauguração da capital, de 21 de abril de 1960. Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/revista-brasilia/ . Acesso em: 26/02/2024.....	141
Figura 59 - Croquis originais de Lúcio Costa para o projeto do Plano Piloto de Brasília, com o partido da cidade. Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio/ . Acesso em: 26/02/2024.	154
Figura 60 - Propaganda vertical indicando a direção da capital, com os dizeres "alguns contra, muitos a favor". Fonte: ArPDF. Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio/ . Acesso em: 26/02/2024.	156
Figura 61 - Juscelino na Praça do Cruzeiro durante a construção de Brasília. Fonte: ArPDF. Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/praca-do-cruzeiro/ . Acesso em: 26/02/2024.....	157
Figura 62 - Cruzamento entre os eixos do Plano Piloto de Brasília. Fonte ArPDF. Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/praca-do-cruzeiro/ . Acesso em: 26/02/2024.....	158
Figura 63 - Moradias na Vila Amaury em 1959. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot em 1960. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	163
Figura 64 - Estátua da cabeça de Juscelino Kubitschek, no Museu Histórico de Brasília em plena Praça dos Três Poderes, já concluída. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot em 1960. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.	164

Figura 65 - Vista do Lago Paranoá, com Congresso Nacional ao fundo. Fonte: Agência Brasília. Disponível em:

<https://www.flickr.com/photos/agenciabrasilia/31328536250/in/photostream/>. Acesso em:

28/02/2024..... 165

Abreviaturas

ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital

GEB – Guarda Especial de Brasília

ETENE – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

JK – Juscelino Kubitschek

DF – Distrito Federal

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

GRN – Guarda Rural da NOVACAP

GP – Guarda Policial

ZBM – Zona do Baixo Meretrício

QSC – Setor de Quadras “C” Sul (em Taguatinga)

INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização

IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

PSD – Partido Social Democrático

UDN – União Democrática Nacional

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

CEI – Comissão de Erradicação de Invasões

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Sumário

1. Introdução	1
2. Memória, história e oralidade	8
2.1. Memória coletiva e história oficial	8
2.2. Limitações, adaptações e reflexões a respeito da história oral	26
3. Memórias submersas	37
3.1. A Vila Amaury de fora	39
3.2. A Vila Amaury de dentro	66
4. Construções históricas de Brasília	116
5. Considerações finais	165
6. Referências	172

1. Introdução



Figura 1 - Moradia na Vila Amaury, ou Sacolândia, em 1959. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot.
Detentor(a) dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

A presente dissertação tem como objeto de estudo a Vila Amaury, uma vila operária que foi intencionalmente localizada em terras baixas no local em que viria a ser o Lago Paranoá, em Brasília, como estratégia para delimitar o seu tempo de existência. O assentamento fez parte de mais uma ocupação informal constituída por operários da construção civil, denominados popularmente de candangos: à época, termo que englobava essa classe de trabalhadores migrantes, majoritariamente negros, pobres e nordestinos¹. Brasília foi e é objeto de disputa

¹ Cabe ressaltar que, segundo o documento do “Censo Experimental de Brasília: população e habitação”, o estado de Goiás sozinho também exercia forte influência na origem da população, tanto em se tratando do domicílio anterior (37% dos migrantes) quanto em relação ao local de nascimento dos migrantes (23%) (NACIONAL, 1959a).

simbólica e política ao longo de sua história, sobretudo durante o seu período de construção dentro do qual se tem um dissonante exemplo das imagens mais perpetuadas da capital: a Vila Amaury.

O trabalho teve como ponto de partida uma instigação bastante comum para a pesquisa histórica: o porquê de a história priorizar certas memórias em detrimento de outras, e o porquê dessas memórias frequentemente levarem para a construção de uma única realidade. Parto aqui do pressuposto que sempre existe interesse por detrás do conhecimento, a exemplo daquele que é compartilhado em meios de comunicação de massa, em palanques políticos, em congressos de arquitetura, em universidades e grupos de pesquisa. Outro pressuposto do qual parto é que esse conhecimento compartilhado com fins de se tornar consenso também se realiza e se materializa, em maior ou menor grau, na cidade, na experiência urbana e na arquitetura.

Para essa história que busca e consegue se perpetuar no senso comum, eu dou o nome, nessa pesquisa, de história oficial. Porém, admito que mesmo essa história oficial possui uma polifonia, ainda que limitada até certo ponto: as cúpulas de poder não são monolíticas e há disputas mesmo dentro dos grupos de elite. Na história oficial de Brasília, entretanto, existem muitos pontos de convergência e narrativas que ganharam maior difusão e assimilação, as quais procuro mostrar neste trabalho. Além de apontar os caminhos que essas representações da cidade percorrem, também tenho como objetivo mostrar as motivações que levaram as elites a construí-las, o que serve em parte para explicar o apagamento histórico da Vila Amaury.

Utilizo neste trabalho, com fins de auxiliar na busca por compreender essas motivações, o conceito de representações sociais (MOSCOVICI, 2007). A partir dessa análise, é possível caminhar por diferentes trilhas que perpassam antecedentes históricos do país, assim como a conjuntura política e social da construção da nova capital (HOLSTON, 1993; MOREIRA, 1998; PAVIANI, 1991; RIBEIRO, 2008; VILLAÇA, 1999); a formação de campos do conhecimento da sociologia urbana e de estudos da cidade (BECKER, 1996; PARK, 1967; SIMMEL, 1967; WEBER, 1967; WIRTH, 1967); a formação do modo de fazer a arquitetura moderna (BERENSTEIN; LOPES, 2017; HOLSTON, 1993; VILLAÇA, 1999); a construção de uma imagem dicotômica, da modernidade contra a barbárie (NAVARRO, 2017; VALLADARES, 2005).

À medida que desmontamos essa representação da capital, é possível enxergar um outro leque de discussões, para além da história de Brasília, que dizem respeito a um universo temporal e espacial mais abrangente: a segregação socioespacial urbana, disputas políticas em torno da memória, ideias acerca da ideologia desenvolvimentista, da modernidade e da

arquitetura moderna e como Brasília condensa esses temas. Além disso, também dou enfoque à noção de que existe uma relação forte entre a construção simbólica e a construção física e espacial, em outras palavras, ao processo de como as ideias se realizam (MOSCOVICI, 2007). O esforço feito em prol da construção de uma imagem para a capital, além da arquitetura, também ocorreu por meio das próprias ações do Estado, representado principalmente pela NOVACAP.

Navarro (2017) demonstra, por meio de uma leitura iconográfica da obra do fotógrafo Marcel Gautherot, a intencionalidade dos dirigentes do projeto em esconder fotografias de Brasília que não refletissem o imaginário que esses mesmos agentes pretendiam construir. Relembra, a autora, a importância do capital simbólico e que o estabelecimento do poder nunca se faz exclusivamente pelo uso da força. Rossi (2010) também traz importantes contribuições nesse sentido quando relembra de uma certa coerção do esquecimento, ou seja, aquele esquecimento provocado pelo apagamento, pelos sumiços, pela censura, pela queima de arquivos, e que essa coerção que se fez presente em séculos anteriores, em períodos como na contrarreforma da Igreja, por exemplo, não foi menos cruel no século XX.

A partir desse ponto, vejo importância em alargar a construção da memória da capital trazendo outras narrativas. A escolha de abordar a Vila Amaury não veio puramente por conta do ineditismo, já que atualmente é possível encontrar um nível razoável de pesquisas e dados a respeito desse território. Entretanto, vale apontar algumas lacunas. Recentemente, Berenstein e Lopes (2017) publicaram um artigo que passa, inclusive, pela contestação da imagem da capital, que reflete outras imagens históricas fortes do país. Os autores também abordam o contexto político e social, além de confrontarem o viés estético da arquitetura moderna, o que por si já tem grande valor. Não obstante, vale mencionar que o artigo ainda adota uma postura de análise da ocupação enquanto objeto, faltando, com relação aos objetivos desta dissertação, a aproximação com os sujeitos que fizeram parte do momento histórico – o que provavelmente não caberia no espaço de um artigo.

Outros autores (BOIANOVSKY; DEL'ISOLA, 2012; GOUVÊA, 1991; RIBEIRO, 2008) trazem a Vila Amaury em seus estudos que normalmente são centrados em um recorte maior, tal como o período da construção da capital, seus imbrólios políticos, ou a experiência dos trabalhadores durante esse período. Esses trabalhos, que, como um todo, são trabalhos densos, entretanto, abordam a Vila Amaury de uma maneira episódica, dedicando uma seção ou enxerto para tal. Evidente que muitos dados e perspectivas já podem ser apanhados a partir do trabalho desses autores, porém ainda não com a consistência, em seu conjunto, que uma

dissertação exigiria. Os filmes de Vladimir Carvalho² (CARVALHO, 1990; FELDMAN; CARVALHO, 1979) se inserem em parte nesse conjunto, com a novidade que se aproximam fortemente da subjetividade dos trabalhadores, incluindo relatos orais.

O trabalho de Neiva (2017) é aquele que mais se aproxima da abordagem dessa pesquisa por conta da realização de entrevistas de moradores ou pessoas que vivenciaram a Vila Amaury. A partir da leitura do seu trabalho percebi que tratar com a oralidade seria um caminho para reconstruir a experiência urbana daquele território periférico, sobrepondo outras narrativas àquelas que encontram mais eco nesse período. Aliado a isso, me deparei com o projeto do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) de História Oral, do qual colhi cinco entrevistas transcritas nas quais a vila é citada, e com o projeto “BSB60: Brasília e seus pioneiros”, realizado pela agência “des.complica” e idealizado pelo grupo “Empreendimentos Brasília” (REZENDE, 2020; ROCHA, 2020). Nesse último, há uma entrevista com um ex-convivente da Vila Amaury.

A violência no trato com populações periféricas não é um traço exclusivo do território escolhido, porém, a forma como a remoção das pessoas foi feita merece atenção. De início, essa ocupação já se destaca das demais por ter sido fruto de um consenso momentâneo entre a NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital)³ e a população que ali se instalou, além de também ter sido fruto de um certo clientelismo, conforme sugerem alguns autores (BOIANOVSKY; DEL’ISOLA, 2012; RIBEIRO, 2008). O que chama ainda mais atenção é que os dirigentes da NOVACAP falavam abertamente da intencionalidade de localizar a vila no perímetro do Lago Paranoá, como forma de facilitar a remoção dos trabalhadores daquela região quando as comportas fossem abertas.

Além disso, interessa também o fato que, nesse recorte temporal, Brasília constituiu um caso paradigmático por se configurar como um gigantesco canteiro de obras. Além de uma urbanidade peculiar, isso traz a inevitável situação de ter um contingente monumental de pessoas dispostas a trabalhar para a construção dessa obra, e, conseqüentemente, ter que prover a essa população alguma forma de moradia. Algumas propostas foram aventadas, porém, a Vila Amaury surgiu como uma que se sucedeu por conta de fatores bem específicos: a proximidade de tempo com o represamento do lago; o surgimento de diversas ocupações precárias próximas ao centro planejado, o que incomodava os olhos dos idealizadores do projeto; novas cidades

² Em uma das obras, “Brasília segundo Feldman”, de 1979, Eugene Feldman assina a co-direção.

³ Instituída em 1956 por meio da lei nº 2.874 (19 de setembro), com a finalidade de planejar, executar, construir e urbanizar Brasília.

mais distantes do Plano Piloto sendo planejadas; a necessidade de controle dessa população que não parava de migrar para a nova capital.

Escolhi a oralidade como principal material para fazer um contraponto não somente a uma narrativa oficial, mas à própria noção iluminista de verdade histórica. A memória é sempre viva e dinâmica, ao contrário do processo mais convencional da historiografia que busca uma organização mais sistematizada, alegando o distanciamento crítico. Nesse sentido, porém, concordo com a ideia de Rachel Soihet (*apud* ROVAI, 2017, p. 21) ao afirmar que o “interesse confessado” por parte do pesquisador e historiador vale mais, hoje, que “vagos projetos de objetividade”, sobretudo quando pretende-se colocar em destaque as vozes de minorias que geralmente não possuem esse espaço na história. Para um trabalho cuidadoso no tratamento dessas memórias, tenho como base os textos de Meihy e Holanda (2015), Almeida e Rovai (2011) e Nora (1993).

Da mesma forma que escolho a oralidade como oposição à ideia de objetividade histórica, como se fosse possível que nós, autores de carne e osso, falássemos a respeito da realidade de outras pessoas de carne e osso sem deixar as marcas da nossa subjetividade, escolho a primeira pessoa do singular para reconstruir essas memórias. Dessa forma, me alinho com as ideias de Soihet (*apud* ROVAI, 2017) e de Rovai (2022) e confesso meu interesse explicitamente, expondo o meu atravessamento enquanto pesquisador nesse trabalho: também possuo um lugar social na história que narro, a partir das histórias que me narram. Para além de uma questão de honestidade, se trata de uma questão de coerência, como afirma a autora Diniz (2013, p. 9) ao justificar o uso do gênero feminino em seu texto:

Por uma coerência textual à minha existência, escrevo no feminino. A referência a ‘orientandas’, ‘orientadoras’, ‘professoras’ e ‘autoras’ não significa que esta carta não tenha destinatários homens ou que os autores não sejam referências confiáveis à pesquisa. Ao contrário, exatamente porque o lugar dos homens está tão bem assegurado na pesquisa acadêmica é que arrisquei a transgressão de escrever esta carta no feminino universal (DINIZ, 2013, p. 9).

Da mesma forma que Diniz se coloca, em um trabalho no qual pretendo expor a relação de diálogo que estabeleço com esses interlocutores, não seria coerente, de minha parte, esconder ou diluir o fato de que também sou atravessado por essas narrativas, e que todas elas, ao se materializarem nessa dissertação, passaram por mim. Enquanto admito que essa maneira de escrita possa ser estranha ao campo de pesquisa da arquitetura, que ainda é predominantemente demarcado pela objetificação em suas análises, lembro que em outras disciplinas humanas, a exemplo daquelas que se apropriam de pesquisa etnográfica, essa maneira de narrar já

ultrapassou o local de transgressão. Mesmo esse modelo de pesquisa adotou com o passar do tempo uma postura mais dialógica ao invés de uma descrição objetiva em sua escrita, em que a interpretação de mundo do etnógrafo é colocada em confronto com aquelas dos sujeitos que esse se coloca em contato (CAPRARA; LANDIM, 2008). A ideia de “sujeito posicionado”, assim, foi se colocando cada vez mais no lugar do conceito weberiano de “apaixonada distância” (*ibid.*, p. 367).

O trabalho está dividido em três unidades principais. Primeiramente, apresentarei as principais considerações a respeito do uso da história oral, justificando a escolha metodológica, além de apresentar os meus principais marcos teóricos, tais como os conceitos de “memória coletiva” (HALBWACHS, 1990) e “representações sociais” (MOSCOVICI, 2007). O capítulo seguinte é dividido em dois momentos, sendo o primeiro redigido a partir de uma leitura cuidadosa do Censo Experimental de Brasília (NACIONAL, 1959a) em diálogo com a perspectiva que alguns autores já trouxeram a respeito da Vila Amaury. Dessa forma, de certa maneira, elaborarei um “estado da arte” que nos ajuda a localizar as narrativas que apresentarei em um segundo momento, vindas das entrevistas de moradores e da população candanga que conviveu com a ocupação. O terceiro e último capítulo visa contestar as visões históricas mais hegemônicas a respeito da história de Brasília buscando, portanto, apresentar razões pelas quais ocorreu com a Vila Amaury, assim como outras periferias e comunidades urbanas, um apagamento físico e, principalmente, simbólico.

O objetivo do trabalho é, em primeiro lugar, reconstruir as memórias da Vila Amaury, de maneira plural, por meio da vivência própria daqueles que frequentaram ou moraram no território. Entendo que alcançar esse objetivo também nos leva a compreender razões para o seu “afogamento” e que essas razões, apesar de dizerem respeito à Brasília, vão além e tocam em temas muito importantes: da construção de uma imagem de modernidade feita pelas elites, da segregação socioespacial das cidades brasileiras e de outras formas possíveis de apropriação do

território da capital federal, mais pautadas pela construção e vivência paulatinas do espaço e menos pelo controle formal.



Figura 2 - Moradia na Vila Amaury, ou Sacolândia, em 1959. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor(a) dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

2. Memória, história e oralidade

2.1. Memória coletiva e história oficial

Vale a pena começar essa seção relembrando um caso bastante emblemático e retratado pelo filme documentário de Vladimir Carvalho de 1990, “Conterrâneos velhos de guerra” (CARVALHO, 1990). O massacre da Pacheco Fernandes, como ficou conhecido um episódio de repressão ocorrido durante a construção de Brasília, é retratado no filme por meio de entrevistas e conversas, dentro do qual se apresentam diversas perspectivas, tanto de trabalhadores candangos quanto dos idealizadores ou dirigentes do projeto – inclui-se aqui Lúcio Costa, Ernesto Silva⁴ e Oscar Niemeyer. O trecho do filme impressiona pelo destoante relato, de uma parte, dos trabalhadores que vivenciaram o ocorrido, em primeira pessoa, daqueles que estavam na gerência do projeto, fosse ela política ou técnica.



Figura 3 - Ernesto Silva dando entrevista a respeito do caso do massacre da Pacheco Fernandes em trecho do documentário “Conterrâneos Velhos de Guerra” (CARVALHO, 1990).

De um lado, os candangos entrevistados apontavam ter visto dezenas de corpos, muitas mortes ou pessoas gravemente feridas; de outro, os três supracitados, quando quiseram falar a respeito, afirmavam isso ser uma calúnia ou um excesso da história contada pelos trabalhadores.

⁴ Ernesto Silva foi personagem conhecido dentre os dirigentes técnico-políticos da mudança da capital e escreveu um livro a respeito da história de Brasília, vale mencionar. Segundo o site oficial do Arquivo Público do Distrito Federal: “Em 1954, ainda em suas funções militares, foi destacado para ocupar o cargo de secretário na Comissão de Localização da Nova Capital. Em 1956, foi nomeado presidente da Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal, que viria a se transformar na NOVACAP”. Disponível em: <<https://www.arpdf.df.gov.br/fundo-ernesto-silva/>>. Acesso em: 22/09/2023.

Não bastassem divergir em grau acentuado o número de mortes, em alguns casos divergiram inclusive na causa: Ernesto Silva afirma que se tratava de uma festa, em que houve “muita bebedeira”, ocasionando “desavença entre operários”, e que, como “a polícia teve que intervir, houve pessoas feridas”.⁵ Ele afirma ter havido uma morte apenas, o que acabou se tornando a versão oficial defendida pela NOVACAP (CARVALHO, 1990).



Figura 4 -- Oscar Niemeyer, que se recusa a comentar a respeito do massacre da Pacheco Fernandes e pede para desligarem as câmeras (CARVALHO, 1990).



Figura 5 – Lúcio Costa também narra sua versão a respeito do episódio de violência da Pacheco Fernandes em trecho do mesmo documentário (CARVALHO, 1990).

⁵ Até agora, em nossa trajetória de pesquisa em que “troçamos” no massacre da Pacheco Fernandes, Ernesto Silva foi o único a mencionar a bebida alcóolica como causa do ocorrido. Na versão da maior parte das fontes, principalmente dos candangos, a comida estragada é o estopim para a confusão, fruto do acúmulo de abusos também da construtora. Ver Carvalho, 1990.

Os acampados, por sua vez, denunciaram que as péssimas condições da comida servida na cantina teriam provocado o motim, que foi reprimido violentamente pela GEB (Guarda Especial de Brasília)⁶. Mais à frente mostrarei com mais detalhes as condições dos acampamentos de construtoras. Por ora, não farei jus, aqui, a uma versão ou outra, até porque tal tarefa exigiria uma pesquisa muito mais profunda acerca desse caso. Me restringirei somente a esse trecho e às informações contidas neste documentário para não fugir do escopo, mas entendo que esse confronto exige um aprofundamento a respeito do tema da construção social da memória.

Maurice Halbwachs, discípulo de Durkheim e cujos principais trabalhos foram produzidos na primeira metade do século XX, escreveu um livro intitulado “Memória Coletiva”, e discorreu acerca das diferenças entre os conceitos de memória coletiva e memória individual, imagem, lembrança e memória e confronto de testemunhos (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993). Muitos trabalhos historiográficos com base em relatos orais e memórias tendem a levar as suas obras em consideração. O seu êxito consiste em localizar sociologicamente e temporalmente a memória e o sujeito que lembra, trazendo à tona o fato dessas lembranças, de curso coletivo, sempre serem permeadas de relações sociais pois “se o social se confunde com o consciente, deve confundir-se também com a rememoração sob todas as suas formas” (HALBWACHS, 1990, p. 22).

A esse respeito, é desenvolvida a noção de grupos de referência, cuja importância se constitui no vínculo que esses grupos estabelecem com o indivíduo que lembra: se trata de um grupo, presente física ou mentalmente, do qual o indivíduo fez ou faz parte, compartilhando ideias, noções e compreensão a respeito da realidade, que o possibilita partir de uma referência ancorada em uma conjuntura social específica. A memória, por esse viés, é construída socialmente. Não há como ter uma memória puramente individual, pois o indivíduo como tal sempre estará inserido em um ambiente social e esse é suporte fundamental para a lembrança. Seria uma condição análoga a afirmar que um indivíduo consegue se descolar completamente da sociedade da qual faz parte: “um homem que se lembra sozinho do que os outros não se lembram assemelha-se a alguém que vê o que os outros não veem” (HALBWACHS, 1990, p. 23).

⁶ Como mostrarei a frente por meio de um entrevistado que trabalhou nas guardas de Brasília, à época do massacre, segundo ele, se tratava ainda de outro formato de guarda: a Guarda Rural da NOVACAP e a Guarda Policial, sendo esta última responsável pelo policiamento urbano. Ver subcapítulo “Vila Amaury de dentro”.

É como se a lembrança fosse um ponto de referência frente ao turbilhão que nos joga de um lado para o outro no caldo da experiência coletiva histórica, em outras palavras, “a consciência não está jamais fechada sobre si mesma, nem vazia nem solitária” (*ibid.*, p. 14). Talvez, por essa razão, em tempos que a estrutura social possui uma aparência estável, a lembrança tenha menos efeito do que em momentos mais instáveis ou de crise, dentro dos quais, inclusive, há um esforço de que essas memórias sejam soterradas ou taxadas de mito (HALBWACHS, 1990). Essa é inclusive uma atitude presente no exemplo que dei a respeito do massacre da Pacheco Fernandes, em que o próprio Lúcio Costa, projetista da cidade modernista, qualifica as denúncias dos trabalhadores como uma história que “cresceu”, fruto de um “disse que disse”, mistificando a violência sofrida por aquela população⁷.

Mesmo que um indivíduo tenha uma experiência sozinho, ele está a só somente na aparência. As experiências passadas e inevitáveis concepções sempre o acompanharão, assim como atores que compõem essas experiências (HALBWACHS, 1990). Brasília, sendo uma ideia muito antes de se tornar uma cidade, acompanhou, enquanto ideia, aqueles que buscavam materializá-la. O conjunto de símbolos de Brasília, mitos que construíram a sua pré-história, se assim posso chamar, já permeia a consciência daqueles que fisicamente participaram da sua construção. Por isso que não posso, enquanto pesquisador, esperar dos meus interlocutores uma disposição frontalmente contrária à realização da capital, ou às repressões que estes sofreram durante esta realização, porque a própria construção simbólica, que durou décadas, desse plano de transferência política, assim como as narrativas que a acompanham, é parcialmente internalizada pelos mesmos interlocutores.

Para além do esforço nítido de Halbwachs (1990) em socializar a lembrança e a memória, há também um outro esforço que vai no outro sentido: o de compreender a socialização de uma perspectiva mais psíquica. Pelo conceito de “comunidade afetiva” (*ibid.*, p. 33), por exemplo, entende-se que se trata de um grupo que pode estar presente com determinada pessoa de maneira física, porém também de maneira somente psíquica: nesse sentido, a teoria de Halbwachs (1990) tende a igualar a importância da matéria e de aspectos mentais sobre o comportamento, elaborando uma síntese psicossocial. Enfatiza o autor que alguns desses grupos que só existem a nível mental, inclusive, podem estar muito mais presentes

⁷ Respondendo ao entrevistador quando questionado sobre o ocorrido, disse Lúcio Costa que são “coisas bastante limitadas e que crescem através de um disse que disse, disse que disse, (...) cada candango romanceia. Aqueles que colaboraram com a construção de Brasília tem a tendência de romancear, dar importância a [inaudível] e faz um drama que quando você vai ver historicamente, é uma coisa limitada, né?”. Termina por dizer que “tem uma gente que não merece confiança”. Ver trecho 01:51:47 a 01:53:58 de Carvalho (1990).

na vida de um indivíduo e, dessa forma, influenciá-lo muito mais em suas práticas sociais do que grupos estão ali presentes fisicamente. A presença física não traduz objetivamente um poder de influência social.

Ainda a respeito dos grupos de referência, existem alguns pontos importantes. Em primeiro lugar, não é incomum que o indivíduo acabe assimilando lembranças de outros membros desse grupo e as encare, a partir de um trabalho de reconstrução coletiva dessa memória, como verdadeiras, ou seja, que sua lembrança seja comumente reconstituída por terceiros. Isso pode ocorrer a despeito delas de fato serem verdadeiras ou fictícias, ou do indivíduo ter realmente participado daquela experiência em específico (HALBWACHS, 1990). A partir da evocação desses outros membros, aquele fragmento de lembrança que mal era recordada por esse sujeito pode ser também evocada, e assim, juntamente com as evocações fictícias, elas se tornam uma coisa só: "para algumas lembranças reais junta-se assim uma massa compacta de lembranças fictícias" (*ibid.*, p. 28).

Na realidade, a legitimação dessa “massa de lembranças” ocorre na medida em que haja aceitação por parte daquela coletividade e que essas lembranças reforcem os seus laços. É nesse ponto que o autor começa a construir uma base para que se abandone um certo aspecto objetivo e dualista, que divide a história em verdade ou mito, luzes ou sombras, e abre espaço para uma compreensão mais dinâmica e subjetiva. Como afirma Rovai (2022)⁸, essa é uma importante base para um pesquisador que use a oralidade em seu trabalho ao tratar com seus interlocutores, principalmente quando essa pesquisa não tem como único objetivo usá-los como forma de preencher lacunas que a história oficial deixa em aberto, mas sim partir do entendimento de mundo deles. Ademais, ela também se opõe à obsessão que a história tem de trazer a verdade histórica, cuja concepção vem da ideia iluminista de razão – contra o que se chama de mito.

O segundo ponto importante acerca do conceito de grupos de referência que Halbwachs (1990) desenvolve é o de que os outros membros desses grupos possuem referências sociais comuns, ou ao menos possuíam no momento em que viveram as experiências rememoradas. Não somente essas referências ajudam a reconstruir aquela memória, como a própria reconstrução da memória pode reforçar essas referências. De maneira oposta, o enfraquecimento das relações sociais que ajudavam inclusive a dar coesão àquele grupo, pode

⁸ Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP), em entrevista ao canal de podcast “História FM”, episódio 83 “História oral e memória: o que você precisa saber para entender”, 31/01/2022. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/1a10ocgfAoOXHN0sPWSHgw?si=b8eef21c34fb43ce>>.

resultar, assim, no enfraquecimento na reconstrução daquela memória coletiva (*idem*). Enfim, a mudança do lugar social desses sujeitos em suas trajetórias influencia fortemente nessa reconstrução, mudando não somente a relação entre os sujeitos como também o vínculo que se possuía com determinadas lembranças. Esse pensamento sustenta a ideia de que a memória é dinâmica.

Uma situação bastante comum de ser ouvida a respeito de Brasília, que ilustra uma possível transformação social como essa, é a de que muitas pessoas que para cá migraram teriam prosperado financeiramente de maneira acentuada. Evidente que essa afirmação deve ser levada com cautela já que esse tipo de sentença também é fruto de uma certa propaganda cujo objetivo era a atração de uma grande população de migrantes⁹. Ademais, existe também uma tendência nos meios de comunicação com inclinação política mais liberal em adotar discursos que reforçam a competitividade entre trabalhadores e enaltecem a oportunidade de crescimento e acumulação individual dentro de ambientes capitalistas. Ainda assim, não posso descartar situações em que isso ocorra, mesmo que de uma maneira menos radical ou numerosa do que é propagado nesses meios, e dentre os relatos colhidos, possuo um exemplo como esse.

A posição social que o sujeito ocupa e a relação que esse sujeito estabelece com os outros daquele grupo do qual fazia parte é, assim, um aspecto essencial de se observar. De tal forma que, quando reconstituo as memórias de um trabalhador da construção civil, que morava na Vila Amaury, que ocupava um cargo do baixo escalão desse mercado, essas memórias se ancoram coletivamente muito mais nas memórias de outros sujeitos que fizessem parte de grupos similares. Agora, se por outro lado, analiso o relato de um sujeito que fez parte de um grupo do alto escalão da construção, ou mesmo um sujeito que fizesse parte da direção da NOVACAP, tenho um outro quadro. Esse vai reconstituir sua memória com base nos grupos do qual fazia parte, completamente distintos da primeira situação.

Importante frisar que esse sujeito nunca pertencerá somente a um grupo social, pois em geral ele fará parte de várias intersecções da esfera social: pessoas que possuem uma educação formal e técnica superior e valorizada pela sociedade, que em geral também fazem

⁹ Existe uma famosa passagem a respeito de um migrante que veio do Ceará e construiu sua casa com 200 sacos de cimento, e que, ao informar a família por meio de uma carta a respeito disso, essa acreditou que o conteúdo dos sacos tinham sido usados para a construção, quando na verdade o migrante construiu a sua casa com os sacos vazios e morava em alguma das sacolândias de Brasília, no caso a que viria a ser a vila IAPI (FELDMAN; CARVALHO, 1979). Em pesquisa passada que fiz a respeito da colonização privada em Alta Floresta (Mato Grosso), também mostro a intensa propaganda da colonizadora para a atração de migrantes que visassem colonizar as terras (TAFNER; SILVA, 2016).

parte de um grupo com maior poder aquisitivo e majoritariamente brancas. O candango¹⁰ (CEBALLOS, 2005; FERREIRA, 2018), por sua vez, abarca uma categoria que serve para denominar uma população razoavelmente grande, com alguns recortes comuns: pessoas migrantes, pobres e também majoritariamente negras, com forte influência da região nordeste em suas origens. Sujeitos similares fazem parte desse grupo, e esses sujeitos se apoiarão em suas lembranças: são recortes que marcam a identidade de um grupo. O ponto é que a memória não é construída individualmente, mas se faz sobre um suporte coletivo que depende das esferas sociais comuns dessa coletividade. Mesmo que esses sujeitos tenham feito parte, de certa forma, da história da Vila Amaury, a reconstituição de suas memórias serão diferentes pois partem de lugares sociais distintos.



Figura 6 - Mulher e crianças na Vila Amaury. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot em 1958. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

¹⁰ Ceballos (2005, p. 115) explora o uso do termo candangos, e como sua conotação foi positivamente transformada para algo que significasse “pioneiros” ou um gentílico de quem nasce ou vive em Brasília. Até a construção da cidade o termo possuía uma conotação pejorativa, inclusive associada a escravizados africanos no Brasil.

Da mesma forma, eu poderia ir além e reconstruir a Vila Amaury a partir da memória das mulheres que faziam parte daquele assentamento, já que esse aspecto inclusive era uma diferença marcante da Vila Amaury com os acampamentos das construtoras: as mulheres e as crianças se faziam muito mais presentes. Muitas mulheres trabalhavam com a lavagem de roupas para os trabalhadores da construção civil, e a Vila, por estar próxima de um córrego, favorecia esse tipo de serviço. A memória do território contada por essas mulheres, que em grande parte trabalhavam na própria Vila, certamente terá um teor muito diferente da memória contada pelos homens adultos, que eram obrigados a ir aos canteiros e obter a renda necessária para o sustento da sua família. Da mesma forma, ambos terão aspectos muito distintos da memória das crianças que cresceram na Vila Amaury.

Ao mesmo tempo em que não se pode ignorar a agência dos interlocutores, não se pode ignorar a do pesquisador. Nesse sentido, além de compreender de onde os interlocutores partem, é importante incluir nesse processo o próprio historiador, pois esse também tem o seu lugar na história e na sociedade, e tanto atravessa quanto é atravessado pelos outros indivíduos nesse curso. Ou seja, quando parto da fonte oral, parto da ideia de aceitar a subjetividade daqueles que participam dessa dialogicidade, assumindo também a minha própria, e, por meio disso, posso sobrepor narrativas comumente subjugadas do processo de construção da história (ROVAI, 2022).

Para além disso, chamo a atenção para a transformação desses grupos ao longo do tempo e a influência desse aspecto cronológico na reconstrução dessa memória. O nível de engajamento entre os membros desse grupo interfere diretamente em como essa reconstrução irá ocorrer, e esse engajamento, por sua vez, se transforma com o tempo. A memória é sempre dinâmica, já que se torna impossível o não atravessamento da trajetória daquela pessoa, do momento de ocorrência até o momento da lembrança. O trabalho da memória é um trabalho de reconhecimento e reconstrução e o presente se faz permeado de interesses e inclinações, constantemente mutáveis, que interferem nesse processo (HALBWACHS, 1990).

Ou seja, a pesquisa oral não ocorre de maneira a reconstituir os fatos na forma em que foram internalizados outrora, mas sim pela presentificação da experiência vivida anteriormente. Em contraposição a essa qualidade inerente da memória, a pesquisa histórica mais tradicional possui a tendência de propor arranjos acabados e fixos no tempo. Mesmo que isso tenha um fim didático, resulta em silenciar a complexidade de um período ou situação e constrói uma univocidade acerca de um acontecimento. No caso de minha pesquisa, na qual não sou eu pessoalmente que colho os relatos orais, mas sim utilizo relatos já colhidos em arquivos ou

pesquisas de outras pessoas, esse aspecto da presentificação se torna especialmente importante. Em primeiro lugar, porque o momento da colheita desses relatos se faz em períodos distintos, a depender da fonte que estou analisando. Em segundo lugar, porque o objetivo e o recorte temático dos pesquisadores com os interlocutores também foram diferentes a depender da fonte. E por último, porque mesmo os sujeitos desses grupos experienciaram o assentamento em diversas idades e presentificaram a sua experiência em diferentes momentos de suas trajetórias de vida.

Trazendo para o caso abordado nesta pesquisa, essa ideia me leva a questionar o engajamento dos grupos que coexistiam naquela circunstância, e como esse engajamento pode ter resistido ao tempo. A pretensão do Estado, após a inundação da Vila Amaury, era que sua população fosse para as cidades recém criadas fora do Plano Piloto – que ainda não era sequer uma obra completa. Maior parte foi para Sobradinho, porém Taguatinga e Gama foram outras cidades que receberam alguma porção daqueles que foram expulsos da cidade monumento. Será que ainda hoje existiria um movimento de identificação entre as pessoas que experienciaram em coletivo a existência desse território durante os anos de construção da capital? Qual lugar a Vila Amaury ocupa na memória coletiva dos primeiros moradores de Sobradinho?

Segundo Holston (1993) a criação de Sobradinho veio justamente da reivindicação da organização dos moradores da Vila Amaury, já que os lotes em Taguatinga, à época em que era necessário organizar a transferência desses, já estavam praticamente ocupados. Boianovsky e Del'isola (2012) afirmam inclusive que a cidade de Sobradinho teve uma propaganda muito menos efusiva por parte da NOVACAP, representada por Israel Pinheiro, do que Taguatinga. Uma possível causa para esse acanhamento tem relação com a própria intenção dos representantes do Estado em esconder e apagar situações da história oficial de Brasília que possam causar um certo constrangimento por ocorrerem à sua revelia. A história de Sobradinho vem com a contestação de grupos populares em favor de sua territorialização no Distrito Federal que, ainda que possuíssem suas contradições internas, conseqüentemente e inegavelmente resistem a uma presumida posição de subordinação social.

O exemplo desse último parágrafo é mais um que mostra a importância da oralidade na confrontação dos interesses por detrás da construção do conhecimento. Outro exemplo interessante, também de Brasília na época de sua construção, é exposto por Navarro (2017). A autora traz a obra de Marcel Gautherot para o centro de sua pesquisa, fotógrafo contratado para registrar imagens da capital em construção, em especial dos espaços monumentais e modernistas, projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Porém, em sua jornada na capital, o

fotógrafo reparou que outros espaços da cidade que não possuíam esse status eram justamente as brechas que a população migrante encontrava de se estabelecer: as invasões, as sacolândias, as favelas. Se tratava de espaços de construção paulatina e improvisada com paisagens muito diferentes da monumentalidade modernista, e ao mesmo tempo eram essas as soluções que maior parte da população candanga encontrou de se abrigar.

As imagens dessa outra Brasília, ainda que representassem em número muito maior a paisagem habitada pela população que estava na cidade em construção, não representavam a construção simbólica que a elite que defendia a política mudancista queria. Havia uma intencionalidade, conforme a autora aponta (*idem*), em escamotear essa realidade, tanto que houve um longo período durante o qual essas fotos ficaram sem publicação, diferente das fotos dos espaços monumentais. Isso mostra a importância do capital simbólico e como o estabelecimento do poder não se faz pelo uso exclusivo da força. Existe uma certa coerção do esquecimento, aquele provocado pelos apagamentos, sumiços, censuras ou queima de arquivos, presentes em séculos anteriores que não se torna menos pior durante o século XX (ROSSI, 2010). Os relatos dissonantes a respeito de uma mesma situação, a exemplo do episódio da construtora Pacheco Fernandes, precisam ser investigados a partir do lugar social daqueles que relembram.

Outro pilar teórico fundamental para se pensar o escopo desse trabalho vem da teoria das representações sociais, elaborada e difundida por Moscovici (2007). A pesquisa do autor, sendo parte do campo da psicologia social, gira em torno da questão fundamental de como integrantes de uma sociedade compartilham uma realidade comum, entendendo que “o conhecimento nunca é uma simples descrição ou cópia do estado de coisas”, nem livre de interesses (*ibid.*, p. 8). A história oficial de Brasília, assim como a arquitetura moderna, serviram como suporte para a construção de imagens comuns de Brasília que, apesar de já terem sido questionadas em trabalhos anteriores e de cunho acadêmico (BERENSTEIN; LOPES, 2017; BOIANOVSKY; DEL’ISOLA, 2012; GOUVÊA, 1991; PAVIANI, 1991; QUINTO, JR; IWAKAMI, 1991; RIBEIRO, 1991, 2008) ainda prevalecem em grande parte do senso comum.

Retomando a premissa da psicologia social, as representações sociais fazem parte de um estudo que compõe a ciência do senso comum mais do que estudos de uma epistemologia científica. No decorrer do século XX, houve um grande desenvolvimento de meios de comunicação de massa e, em um mundo onde os centros de poder são cada vez mais difusos e descentralizados, esses meios estiveram no centro das disputas (MOSCOVICI, 2007). Dominar uma versão da realidade que é mais compartilhada entre os sujeitos de uma sociedade foi e

continua sendo, cada vez mais, pois, tão importante quanto uma disputa beligerante. Entender o núcleo desse processo de construção dessas versões é um dos objetivos dessa teoria.

O fato de meios de comunicação de grande escala tentarem construir uma narrativa que favoreça um grupo específico, não significa, porém, que essas narrativas não possuam uma plasticidade ou não sofram forte influência de uma grande parcela da sociedade fora das elites (MOSCOVICI, 2007). De certa forma, entende-se que as representações são produto em constante processo de mutação inclusive com a participação de membros de grupos numerosos e desfavorecidos, e não versões prontas que são mimeticamente projetadas para o mundo social. A teoria das representações sociais não ajuda somente a reconhecer que há um deslocamento de uma compreensão coletiva a respeito de determinado objeto, como também colabora para desenterrar o significado, intenções e os processos sociais que subjazem esse deslocamento.

Da mesma forma que fazem parte do processo da disputa de poder, as representações sociais também contribuem para a familiarização daquilo que é estranho ou não-familiar. Ou seja, ao mesmo tempo que são produzidas a partir da comunicação social, as representações também fazem com que a comunicação seja possível. Mais que isso, ajudam o sujeito a controlar e se ordenar em seu “mundo material e social”, por meio de “um sistema de valores, ideias e práticas” (MOSCOVICI, 2007, p. 21). Nesse trabalho, tanto pelo uso da oralidade, quanto pelo intuito de questionar a narrativa oficial e construção das imagens simbólicas de Brasília, confronto a ideia de que a realidade é uma mera descrição do ambiente e dos fatos.

Se compreender a realidade consistisse em uma mera observação empírica e processamento de informações, a despeito do observador, ou se pessoas reagissem a fenômenos independente de seu lugar na sociedade ou na cultura, sendo essa uma simples reação ao mundo “físico ou quase-físico” (MOSCOVICI, 2007, p. 30), não teria como explicar as mudanças de visão de mundo que o ser humano adquire a partir de novas descobertas científicas, por exemplo, já que o mundo exterior, físico, continua a se comportar da mesma maneira. Compreensões que antes eram bastante óbvias podem se tornar ilusões, assim como nunca se enxerga o mundo a partir do que ele “é”, mas sim dotado de um léxico de sentidos que são construídos socialmente, direcionando inclusive as reações de uma comunidade a certos fenômenos (*idem*). Dessa forma, as representações fazem parte da própria realidade prática: a experiência nunca acontece em um vácuo de sentidos construídos. Conforme o próprio autor comenta:

As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa. Elas sempre possuem duas

faces, que são interdependentes, como duas faces de uma folha de papel: a face icônica e a face simbólica. Nós sabemos que: representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem (MOSCOVICI, 2007, p. 46).

Se a força das representações está em tornar familiar algo não-familiar, então a investigação a respeito de determinado grupo de representações deveria fazer o caminho inverso e estranhar aquilo que já é demasiadamente familiarizado (MOSCOVICI, 2007). As histórias contadas por meus interlocutores partem de um universo bem estranho ao conjunto de imagens que cercam as representações sociais de Brasília, ainda que fosse uma realidade, falando em abrangência da população, tão comum. As ocupações populares, “provisórias”¹¹, não fazem parte do léxico visual de Brasília, como demonstrou Navarro (2017) e Espada (2014) com o exemplo das fotografias de Marcel Gautherot. Desconstruir as representações de Brasília significa expor e sublinhar essas vivências: onde havia a cidade e a arquitetura moderna, também havia a arquitetura do improvisado, a arquitetura sem arquitetos.



Figura 7 - Trabalhadores de Brasília pedindo autógrafa ao então presidente Juscelino Kubitschek, no dia de inauguração da cidade, em 21/04/1960. Foto tirada por Thomaz Farkas. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

Outra questão importante é que, ao trazer um objeto para o mundo familiar, constituindo-o de sentido, o sujeito também se constitui. A identidade do coletivo é formada a partir, também, da noção comum que os membros desse coletivo possuem a respeito da realidade que compartilham. Nesse sentido, há um diálogo vivo entre a teoria de Halbwachs

¹¹ Como eram chamados pelo Censo Experimental de Brasília os núcleos de povoação com tempo delimitado de existência como a Vila Amaury, e até a sua realização, em 1959, também o Núcleo Bandeirante, já que até aquele momento a intenção era que esse fosse considerado ilegal e removido assim que se inaugurasse a capital (NACIONAL, 1959a; RIBEIRO, 2008).

(1990) e de Moscovici (2007), já que o primeiro acentua o papel da memória compartilhada entre o grupo na construção da sua identidade, e que o reforço dos laços dos grupos de referência está intimamente ligado à força que aquela memória coletiva ainda exerce. De alguma maneira, as imagens propagadas e hoje atreladas às representações mais pungentes de Brasília, por mais que esses espaços tenham sido renegados àqueles que vieram construí-los, podem fazer parte das suas identidades de grupo.

Não seria de se estranhar que grupos de trabalhadores, em seus relatos orais a respeito da capital, por exemplo, ovacionassem Juscelino Kubitschek ou menosprezassem a opressão policial que eles mesmos sofressem da GEB. Ao mesmo tempo que faz parte da sua familiarização enquadrar esses objetos em seu universo consensual, algo que com certeza teve influência da propaganda política, esse enquadramento também dota esse trabalhador de uma identidade. Contrabandeou-se, inclusive, um termo para definir a identidade desse grupo – candangos. As narrativas heroicas acerca da obra monumental que foram fazer não somente serviram como maneira de escamotear as violências que sofreram nesse processo, pois também são âncora fundamental daquele período que viveram, como parte da massa fictícia de memórias, às quais expus com a teorização de Halbwachs anteriormente.

Devido às origens Durkheimianas, as comparações da teoria das representações sociais de Moscovici com a teoria das representações coletivas são inevitáveis. Entretanto, Oliveira e Bertoni (2019) fazem importantes diferenciações. Por Émile Durkheim (1858-1927) e Serge Moscovici (1928-2014) terem vivido em tempos bem distintos, quase um século entre a produção das principais obras de um e de outro, suas teorias acabam escancarando as diferentes conjunturas. Em primeiro lugar, é necessário enxergar a importante influência dos meios de comunicação de massa na produção e difusão de representações na sociedade moderna a partir do século XX. Muitas das inovações dessa área não foram vividas pelo sociólogo francês, algo que Moscovici já assinala em sua tese.

Sendo Durkheim considerado um dos precursores da ciência social moderna, produzindo a maior parte de suas obras ainda no século XIX, sua teoria a respeito das representações coletivas, diferente da teoria de Moscovici, possui uma radical divisão entre o coletivo e o individual. Além da sua ânsia de afirmar a sociologia enquanto ciência, essa rigidez tinha como objetivo definir o que seria campo da psicologia – individual – e campo da sociologia – coletivo –, uma questão já superada quando o segundo autor desenvolve suas principais obras (MOSCOVICI, 2007; OLIVEIRA; BERTONI, 2019).

Ler a teoria de Moscovici é perceber que a linha entre as duas esferas, o coletivo e o individual, é colocada de maneira muito mais tênue, compreendendo que ambas se interpenetram. Ademais, o autor vive em um contexto no qual o maior interesse não estava em afirmar a psicologia, sua disciplina de origem, ou a sociologia como campos do conhecimento independentes e autônomos, ou mesmo científicos. Seu maior interesse, pelo contrário, era o de “sociologizar” a psicologia social, de maneira a fazer oposição ao viés behaviorista da vertente norte americana (OLIVEIRA; BERTONI, 2019).

Moscovici estava interessado na dinâmica de mudanças na forma como a sociedade se representa e representa o mundo ao seu redor, indo mais a fundo na maneira como as representações sociais são fundadas em seu caráter psíquico e social. Nesse caminho, o autor investiga, por exemplo, como novas representações dão lugar a representações mais antigas, atribuindo mais agência aos membros da sociedade que constroem em coletivo essas representações. Esse pode ser considerado outro ponto interessante de seu argumento: se opor a teóricos que enxergam membros de uma determinada sociedade como meros vasos receptores da ideologia dominante das instituições do qual fazem parte. Ainda que essa forma de enxergar a sociedade defenda um viés supostamente progressista, definindo quem tem e quem é subjugado pelo poder, retira exageradamente a agência de sujeitos que não façam parte da elite: “esta concepção está essencialmente de acordo com a de Le Bon, que afirma que as massas não pensam nem criam; e que são apenas os indivíduos, a elite organizada, que pensa e cria” (MOSCOVICI, 2007, p. 44).

Se há alguma dinamicidade no que Durkheim propõe em sua tese, no máximo, essa diz respeito à capacidade que as representações coletivas têm de autogerar-se e perpetuar-se. O autor estava mais interessado em compreender como determinadas ideias ou imagens a respeito de ideias se conservam ao longo de gerações, de maneira coletiva. É perceptível um perfil mais mecânico no que tange ao seu conceito, em que se define a noção de representação coletiva como ideias, crenças ou sentimentos comuns à média dos elementos de uma sociedade (OLIVEIRA; BERTONI, 2019). O próprio Moscovici (2007) assinala esse caráter estático, introduzindo, logo após, a importância de se refletir a respeito das mudanças e dinâmica das representações em uma sociedade:

Como consequência, representações [coletivas], em sua teoria, são como o adensamento da neblina, ou, em outras palavras, elas agem como suportes para muitas palavras ou ideias - como as camadas de um ar estagnado na atmosfera da sociedade, do qual se diz que pode ser cortado com uma faca. Embora isso não seja inteiramente falso, o que é mais chocante ao observador contemporâneo é seu caráter móvel e circulante; em suma, sua plasticidade.

Mais: nós as vemos como estruturas dinâmicas, operando em um conjunto de relações e de comportamentos que surgem e desaparecem, junto com as representações (MOSCOVICI, 2007, p. 47)

Dessa forma, já é possível definir ao menos três inovações do conceito de representações sociais, em comparação com seu germen, representações coletivas. Primeiramente, o foco em seu caráter dinâmico e plástico, não se opondo a existência, evidentemente, de representações que se perpetuam ao longo do tempo. Esse primeiro entendimento na verdade é derivado de um segundo entendimento, de que os sujeitos de uma sociedade agem na forma como o simbolismo e os significados de uma representação se transformam. Eles são também agentes que não só recebem as ideologias de maneira passiva, sendo essas muito mais compreendidas como um “alimento para o pensamento” (MOSCOVICI, 2007, p. 45). Por último, por conta do próprio aspecto de seu campo de conhecimento, o da psicologia social, o autor se interessa e investiga o trânsito entre o mental e o social, ou como as ideias no mundo social são internalizadas, assim como o psíquico se projeta para o mundo social.

A respeito da dinamicidade é importante fazer uma ressalva. Ainda que o foco das reflexões esteja no atributo das mudanças, a teoria também assere importantes fatores relacionados à perpetuação das representações sociais. Uma representação social congrega um conjunto de imagens e significados a respeito de determinado objeto ou fenômeno, sendo esses muito mais complexos em seu caráter de experiências vividas do que a representação em si. Essa é uma qualidade importante: à medida que as representações são assimiladas e difundidas, elas simplificam aquelas características destoantes ou particulares, adquirindo uma imagem propositadamente não específica (MOSCOVICI, 2007).

Outrossim, novas representações sempre dependem de outros glossários de representações anteriores, sendo estas componentes fundamentais na origem daquelas. Com o passar do tempo, à medida que essas novas representações se perpetuam, essa relação que elas haviam estabelecido com ideias anteriores vai se esvanecendo, sendo esse um processo que contribui para o que Moscovici chama de fossilização (2007). Vejo, por exemplo, que no caso de Brasília há uma evidente reutilização de antigos motes com o intuito de propagandear a sua empreitada. Posso dizer que são representações antigas, que já carregam em si um complexo de imagens e símbolos capazes de mobilizar um grande número de pessoas a seu favor: ideias como a de bandeirantes, pioneiros, desbravadores, e até mesmo a resignificação positiva do termo “candango” (CEBALLOS, 2005) são partes importantes da ideia de Brasília como a nova capital do país.

A pesquisa que quer abordar representações sociais deveria investigar também as representações que estão na sua origem, evidenciando e expondo o processo que resultou na sua consolidação com o intuito de se tornar cada vez mais conscientes das representações que tocam a sociedade. É importante perceber, porém, que mesmo ao estudar a perpetuação desse imaginário, se fala da dinâmica contida nesse processo, no modo como essas ideias surgem e se projetam no mundo. O autor dá forte importância a esse caráter, pois, segundo ele, “quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais fossilizada ela se torna” (MOSCOVICI, 2007, p. 41).

Até Moscovici (2007), as ciências sociais enxergavam as representações como entes irreduzíveis, assim como partículas atômicas. Isso ocorre porque os teóricos, que até então estavam ainda muito baseados na obra Durkheimiana, procuravam utilizar a representação coletiva como instrumento explanatório. Os estudos do autor tentam transpor essa maneira de enxergar as representações, considerando “como um fenômeno o que era antes visto como um conceito” (*ibid.*, p. 45). Assim, na tentativa de atingir a pormenorização de sua dinâmica interna, Moscovici destaca dois processos na origem das representações: a ancoragem e a objetivação.

Pela estranheza que a presença de um objeto não-familiar causa, um incômodo que o próprio Moscovici nomeia de “exatidão relativa” (2007, p. 56), o primeiro intuito que se tem ao se deparar com esse objeto é o de relacioná-lo com algum outro objeto que já faça parte do mundo social de uma pessoa. A ancoragem, nome que se dá a essa ação, se trata assim de atracar o desconhecido em algum paradigma que já se tenha alguma familiaridade, que já faça parte de um léxico. Mesmo consciente de que há discrepâncias entre a categoria usada e o objeto desconhecido, o sujeito faz isso para garantir um mínimo de coerência entre o desconhecido e algo que já se conhece. Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa, processo no qual a neutralidade é descartada, pois a classificação traz consigo uma quantificação e qualificação.¹² O ato de dar nome, parte importante do processo, tem uma consequência tríplice: dá a possibilidade da descrição daquilo; distingue o objeto de outros objetos; e lhe dá uma identidade social, ou seja, o objeto passa a fazer parte de uma convenção dentro daquela comunidade (*idem*).

A objetivação, por sua vez, diz respeito à gradual realização de uma representação social, ou seja, como aquela representação, ao longo do tempo, passa não só a representar, mas

¹² “Em nossa sociedade, nomear, colocar um nome em alguma coisa ou em alguém, possui um significado muito especial, quase solene. Ao nomear algo, nós o libertamos de um anonimato perturbador, para dotá-lo de uma genealogia e para incluí-lo em um complexo de palavras específicas, para localizá-lo, de fato, na matriz de identidade de nossa cultura” (MOSCOVICI, 2007, p. 66).

a ser a própria realidade – se transmuta do abstrato para o concreto. Esses níveis de realidade possuem uma dependência da coletividade na medida em que não possuem uma existência por si próprias, se esvanecendo com essa mesma coletividade. Um dos atributos da objetivação é justamente o de construir a imprecisão: como dito anteriormente, à medida que as representações se fossilizam, as características peculiares, a diversidade ou os detalhes desviantes dos objetos que lhes deram origem somem, se sintetizando cada vez mais. As imagens têm um papel muito importante nessa transformação pois essas acabam substituindo a própria ideia que antes representavam, em outras palavras, um processo de materialização da própria imagem: “transformar a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui a palavra” (MOSCOVICI, 2007, p. 71).

Além de convencionalizar objetos no mundo social, as representações se impõem para os membros da sociedade de uma maneira prescritiva, antes mesmo do sujeito nascer ou pensar, a partir do que veio anteriormente a esses membros. Ela possui uma força que germina de estruturas e tradições que determinam o que deve ser pensado. Não são exatamente esses sujeitos que pensam essas representações, no entanto são eles que assimilam, repensam e as projetam novamente. As representações que tenho comigo, por exemplo, não dizem respeito necessariamente à minha experiência, mas sim ao elo de ideias pelo qual essas passaram, sendo transformadas por outros sujeitos até chegar a mim. Assim, o passado continua em atividade sobre as experiências que vivencio no presente:

Nossas experiências e ideias passadas não são experiências ou ideias mortas, mas continuam a ser ativas, a mudar e a infiltrar nossa experiência e ideias atuais. Sob muitos aspectos, o passado é mais real que o presente. O poder e a clareza peculiares das representações - isto é, das representações sociais - deriva do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe (MOSCOVICI, 2007, p. 37-38).

Se Halbwachs disserta a respeito da influência do presente na reconstrução do passado, a ênfase de Moscovici é a influência das ideias passadas na experiência prática do presente, e é nesse duplo movimento que busco dialogar com ambos os autores. Além disso, convém enfatizar a relação que ambos buscam traçar entre suas respectivas reflexões e o caráter espacial do que cerca os membros de uma coletividade. As representações sociais, em seu processo de objetivação, particularmente, dotam a atmosfera social do indivíduo de significados, de maneira que a materialização das imagens se confunde com o que o sujeito entende por realidade. De forma semelhante, “a dimensão espacial se configura como um elemento importante na constituição da Teoria da Memória Coletiva”, dimensão com a qual se estabelece uma “sólida relação de afetividade” (OLIVEIRA; BERTONI, 2019, p. 250). Essa importância se dá na

medida em que as relações coletivas são trajadas por uma ordem espacial, constituindo esses dois elementos uma relação dialética.

Como explicarei em seguida, as pesquisas baseadas em relatos orais, cuja base metodológica inúmeras vezes recorre a Halbwachs, não por acaso têm como um dos principais objetivos reconstituir a identidade grupal. Essa é outra confluência comum de ambas teorias: assim como o passado é reconstruído coletivamente de maneira a, concorrentemente, reconstruir a identidade coletiva, as representações também traduzem uma maneira comum de constituir a realidade com base no passado, apontando também para uma identificação grupal. Isso mostra um potencial de se compartilhar experiências coletivamente. Ademais, sendo a memória um “fenômeno socialmente construído” (OLIVEIRA; BERTONI, 2019, p. 257), as representações certamente exercem influência sobre a reconstrução da memória, de maneira que a representação de Brasília certamente exerce influência na experiência vivida e reconstruída daqueles que fizeram parte desse processo.

As duas teorias ainda se interpenetram de diversas outras maneiras, sendo a representação social também ancorada em memórias, a partir do momento em que essas são utilizadas, principalmente no processo de ancoragem, no intuito de trazer um objeto não-familiar para o mundo familiar – um mundo do passado, essencialmente. O processo de reconstrução da memória coletiva e de construção de uma representação social é, certamente, emergente de disputas entre grupos, tanto de grupos de elite quanto de minorias sociais. Ainda que haja críticas a respeito da não-politização na teoria de Halbwachs¹³ (OLIVEIRA; BERTONI, 2019), neste trabalho busco trazer o âmbito dessa disputa de poder no centro de sua construção. Da mesma maneira, na análise dos relatos orais, procuro entender como essas construções influenciam na experiência que meus interlocutores tiveram do território – a experiência urbana dos trabalhadores do período de construção de Brasília, na Vila Amaury.

Evidenciando narrativas submersas dentro de uma história oficial, hegemônica, que se pretendeu única, procuro explorar, dessa forma, as clivagens possíveis a respeito da representação de um território. Trazer a visão da própria população que conviveu nessa ocupação, coroada por sua vez por uma imagem mítica, tem a possibilidade de criar fissuras e romper com uma visão única da realidade. Em outras palavras, colocar a possibilidade de questionar a representação hegemônica que se tem de Brasília durante o seu período de

¹³ Halbwachs foi executado por forças nazistas em 1945, e muitos atribuem esse afastamento político ao tenso período em que viveu (HALBWACHS, 1990).

construção. Desfamiliarizar o que já é demasiado familiar. Criar um ponto de clivagem onde o não-familiar apareça.

2.2. Limitações, adaptações e reflexões a respeito da história oral



Figura 8 - Entrevista direcionada a candango (nome não mencionado) em trecho de documentário (CARVALHO, 1990).

É preciso fazer algumas considerações com relação à forma que me proponho a trabalhar a oralidade nessa pesquisa, entre outras questões inerentes à pesquisa em história oral. Uma primeira consideração crucial é a de que nesse trabalho não me propus, desde o início, a realizar novas entrevistas com moradores ou conviventes da Vila Amaury, mas sim me debruçar em cima de entrevistas já realizadas e ao menos transcritas. Esse fator já coloca esse trabalho em uma posição diferente de uma pesquisa de história oral pura e simples, pois a forma de condução dessa leva em consideração etapas passadas que não tiveram a minha participação. Conforme aprofundarei em seguida, essa condução possui aspectos que vão desde a escolha dos entrevistados e sua quantidade, até a escolha do tipo de publicação e arquivamento.

Apesar de haver muitas etapas no processo da história oral que não constituem parte dessa dissertação, essa ainda é uma pesquisa que procura dar primazia à oralidade e que deriva de trabalhos que assimilam, total ou parcialmente, essas etapas. Sendo assim, julgo importante entender os fundamentos dessa área de pesquisa para evidenciar as limitações das fontes que escolhi trabalhar, além do que suas reflexões metodológicas se fazem também necessárias para

etapas posteriores à publicação e à transcrição das entrevistas. A origem da produção de uma fonte oral é um aspecto que não se pode escapar, e para complexificar a minha situação, as entrevistas colhidas têm origens múltiplas.

Com relação a essas várias etapas do processo, Meihy e Holanda (2015) apontam cinco momentos principais da pesquisa de história oral: a elaboração do projeto; a gravação; estabelecimento do documento escrito; eventual análise; arquivamento; devolução social. Esses passos descritos, contudo, não são adotados por todas as fontes que utilizo neste trabalho. O trabalho de Neiva (2017), por exemplo, tem um cunho muito mais jornalístico, ainda que seja possível enxergar várias características impressas com relação a essas etapas em sua obra. Já o Programa de História Oral do ArPDF segue procedimentos mais consagrados da condução de pesquisas em história oral.

Com relação aos procedimentos mais técnicos e específicos, alguns outros cuidados são essenciais, tais como o planejamento na condução das gravações, dentro do que deve ocorrer a definição de papéis a respeito de quem é o entrevistado e a entrevistadora, a definição dos locais, que devem ser acertados previamente com os entrevistados, e o estabelecimento do tempo de duração das entrevistas. Esse último quesito possui certa flexibilidade, porém é ainda assim importante sua determinação para que tal sirva de baliza. Existem ainda algumas questões éticas, tais como a exposição das intenções e dos interesses sociais do projeto para os entrevistados, e outras ambientais, por exemplo, no tocante à acomodação acústica dos locais das entrevistas (MEIHY; HOLANDA, 2015). Esses aspectos dizem muito mais respeito aos autores que colhem essas histórias diretamente e que disponibilizam para uso posterior uma vez publicadas.

O aspecto das múltiplas origens das entrevistas coloca a dificuldade de que existem múltiplos tempos da realização dessas entrevistas. Os interlocutores com quem dialogo, cuja fonte tem como origem o Programa de História Oral do ArPDF, por exemplo, tiveram as suas entrevistas de carne e osso realizadas em um hiato que vai de 1990 a 2002. Já os conviventes e moradores da Vila Amaury que são entrevistados por Ivany Neiva têm esse encontro em 2017, significando que em alguns casos os interlocutores podem distanciar-se de tempo até quase três décadas (NEIVA, 2017). No caso dos documentários de Vladimir Carvalho, por sua vez, as entrevistas são colhidas enquanto ocorre a construção da capital. O momento em que ocorre a apreensão das entrevistas são diferentes passados com relação ao referencial desse trabalho

presente, isto é, são tempos também distintos entre si. Um dos desafios então se torna localizar e espacializar socialmente cada grupo de entrevistas.



Figura 9 - Família sendo entrevistada durante documentário (CARVALHO, 1990).

Dentre as principais características da história oral, é importante destacar o seu aspecto dialógico, ou seja, ao contrário do que se possa pensar, as entrevistas em história oral não podem partir da ideia de uma parte receptora e outra emissora, mas sim da ideia de troca. Existem dois sujeitos, no mínimo, e ambos dialogam. Um ponto relevante, porém, é que essa troca possui objetivos e é programada, ainda que seja necessário que ela aconteça em uma relação direta e não intermediada por aparelhos, seja telefone ou internet. Os aparatos eletrônicos são necessários em algumas etapas e devem ser considerados, entretanto o momento da apreensão da narrativa deve ocorrer por meio também da presença física direta. Destaco ainda que outras expressões corporais além da voz compõem essas narrativas, mesmo que não seja sempre possível sua transcrição (MEIHY; HOLANDA, 2015).

O processo se torna ainda mais complexo no caso das entrevistas recolhidas da Vila Amaury porque, além do processo dialógico que existe entre os dois sujeitos que participaram das entrevistas, preciso levar em consideração a relação que eu estabeleço com todos eles, incluindo o entrevistador, pesquisador e responsável pela transcrição. Como pesquisador que levará a cabo um estudo a respeito da memória de um território, eu também faço parte desse

processo e deixarei minhas marcas – um motivo pelo qual escrevo em primeira pessoa. Outro pilar que estrutura conceitualmente a história oral está no caráter coletivo dessa área que, por meio do registro e documentação, disponibiliza uma base para estudos de identidade e memória coletiva, seus dois principais planos analíticos. O processo de construção da história oral passa, assim, por uma rede de pessoas – e também meios eletrônicos (MEIHY; HOLANDA, 2015).

Se por um lado se reconhece a importância dos meios eletrônicos e as vantagens que esses trouxeram para a pesquisa com história oral, por outro, Meihy e Holanda (2015) sublinham a importância do contato humano durante a fase das entrevistas. Ainda que esses meios tenham evoluído ao ponto de transformar os procedimentos da pesquisa, tornando o seu uso quase obrigatório, nada substitui as percepções que as duas partes têm de si durante a entrevista.

Portanto, uma entrevista não é apenas uma coleção de frases reunidas em uma sessão dialógica. A performance, ou seja, o desempenho é essencial para se entender o sentido do encontro gravado. Olhar nos olhos, perceber as vacilações ou o teor emotivo das palavras, notar o conjunto de fatores reunidos na situação da entrevista é algo mais do que a capacidade de registro pelas máquinas, que se limitam a guardar vozes, sons gerais, e imagens (*ibidem*, p.22).

No Brasil, não por mero acaso, ganhou-se uma acentuada importância pesquisas baseadas em relatos orais durante o período de abertura democrática na década de 1980, já que se buscava dar mais “polifonia” a esse tempo. A censura na circulação de informações e o intenso controle da política cultural fez com que a busca feita puramente em arquivos e documentos oficiais servisse muitas vezes apenas para reforçar uma consensualidade fabricada a respeito da história por aqueles agentes que detinham esse poder (ROVAI, 2022). Essa disputa acontece ainda recentemente quando em 2012, por exemplo, foi instalada a Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014)¹⁴, cujo relatório, publicado em 2014, vem à tona trazer acontecimentos com pouca publicidade ou apagados durante o período autoritário da Ditadura Militar (1964-1985). Assim como Rovai (2022) acentua o papel da história oral no fortalecimento da democracia, Meihy e Holanda (2015) veem esse caráter como fundamental. A horizontalidade e a colaboração mútua fazem parte de cada etapa dos procedimentos metodológicos:

Na medida em que os entrevistados anuem com as gravações, é justo considerá-los, além de apenas “atores sociais”, parte do projeto. (...) O

¹⁴ Comissão instituída pela lei nº 12.528 de 18/11/2011 com vistas a apurar e “esclarecer” casos de violação de direitos humanos praticadas entre o período de 1946 a 1988, conforme indica o trecho de apresentação do seu relatório final. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 22/09/2023.

resultado do encontro gravado entre entrevistador e entrevistado é a entrevista. Jamais se deve usar o termo “depoimento”, que carrega uma forte conotação “policialesca”, jurídica, ou, no caso brasileiro, diretamente ligado aos termos usados durante a ditadura militar para fundamentar os inquéritos. Porque se reafirma o caráter democrático da história oral, não é justo confundir entrevista com depoimento. O entrevistador e o entrevistado, na situação de entrevista, devem se reconhecer como colaboradores. (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 20)

Essa faculdade da história oral também é um ingrediente que me fez escolhê-la como forma de trabalhar a história da Vila Amaury. Concordo com os autores quando dizem que “é recomendável não pensar que a história oral serve exclusivamente para tapar ‘buracos documentais’” (*ibid.*, p. 25). Essa perspectiva costuma cair no erro de menosprezar a experiência vivida dos entrevistados em detrimento de documentos produzidos de maneira oficial, e dentro disso reafirmo a importância de pensar essa pesquisa como forma de, na verdade, reconstruir outras realidades. A respeito dos vocábulos utilizados, ainda que seja comum em alguns estudos utilizar a forma “depoimento oral” (MAUAD; DUMAS, 2011), justificando esse uso mais pelo apelo investigativo das pesquisas, vejo como mais importante o processo de apropriação histórica e social da linguagem e que de fato a carga de sentido “policialesca” predomina. Exemplifico esse detalhe linguístico também como forma de mostrar que o debate a respeito da produção da história oral está longe de um consenso, apesar dos seus avanços nas últimas décadas.

Mauad e Dumas (2011) destacam também o importante papel dos estudos de memória e oralidade no caminho da redemocratização, não somente no caso brasileiro, adentrando as tarefas de diferentes grupos civis organizados na década de 1980 em torno de pautas minoritárias – população LGBTQIA+, mulheres, negros, populações sem-teto ou sem-terra. Esse fenômeno também cumpriu importante missão em outros países que sofreram regimes militares e autoritários, tais como Chile e Argentina. Tendo papel fundamental as universidades principalmente no caso argentino e brasileiro, a reconstrução da memória coletiva ajudou esses grupos na apropriação de suas histórias e na aproximação de suas identidades sociais, se contrapondo às narrativas uníssonas de seus respectivos Estados autoritários.

Como já demonstrei com os exemplos do massacre da Pacheco Fernandes e das imagens produzidas por Marcel Gautherot, o período de construção física de Brasília foi permeado de censuras e violências, tanto físicas quanto simbólicas, perpetradas pelos representantes do Estado. Ainda que não se vivesse em um período ditatorial, se vivia uma realidade verticalmente violenta e repressora, que contribuiu para a construção de uma representação de Brasília com seus interesses próprios. O meu interesse, dessa forma, não

poderia ser utilizar as entrevistas coletadas para preencher os espaços vazios deixados pela história oficial e, assim, reiterar essa narrativa, mas sim reconstruir a experiência desse período por meio da memória e oralidade de trabalhadores que foram destituídos de suas cidadanias. A história oral é um recurso comumente utilizado nas situações de apagamento, censura e perseguições, principalmente porque ela possui um valor em si, e não somente um valor complementar.

Outro trunfo dos relatos orais tem sido o de relativizar grandes generalizações que normalmente são pilares da grande história pelo aspecto íntimo que se estabelece com a história contada por um interlocutor. Assim, a história oral se contrapõe às ciências de caráter mais determinista e quantificador por ser uma pesquisa mais diminuta e inerentemente qualitativa. Devido ao complexo processo da realização do trabalho de campo, entrevistas e transcrição, essa ciência não possui, e, para muitos pesquisadores, nem deveria almejar, um universo muito amplo de alcance (MEIHY; HOLANDA, 2015). Isso não significa que devo descartar as estatísticas ou quaisquer outras fontes no momento de reconstruir narrativas que têm como base de estudos a oralidade, porém alguns desafios nesse sentido se impõem na tarefa de como concatenar o macro universo histórico que aquele coletivo social se insere.

Meihy e Holanda (2015) apontam duas correntes de pensamento entre os pesquisadores da história oral que tentam transpor os desafios da generalização, objetividade e alcance. Em uma, o grupo social com o qual se realizam as entrevistas é visto apenas como um estudo de caso para um circuito histórico mais amplo, enquanto na outra se assume e advoga-se pelo caráter mais reduzido da história oral. Na primeira corrente, porém, observa-se uma certa limitação das possibilidades mais amplas que a área de pesquisa poderia propor já que nessa perspectiva, comumente, o grupo com o qual se realiza as entrevistas acaba ganhando contornos monolíticos, que servem para explicar aspectos mais gerais. Os indivíduos dos grupos com os quais escolhe-se trabalhar evidentemente possuem muitos aspectos em comum que dizem respeito especificamente à identidade daquele grupo, mas sempre estarão inseridos em recortes sociais mais amplos além de confluírem de “maneira original” (*ibid.*, p. 27) um universo de complexos fatores – biológicos, geográficos, sociais e culturais.

Entendo, a partir da reflexão desses autores, que a grande potencialidade da história oral é de aproximar o leitor de uma experiência mais particular, o que se perderia caso eu trate essas experiências como meros exemplos. A outra possibilidade me agrada mais: a partir da experiência íntima dos sujeitos do território, procurar expandir para um universo mais abrangente, e foi por esse motivo que coloquei o capítulo a respeito das memórias da Vila

Amaury antes do capítulo que trata da construção simbólica de Brasília. Evidentemente que também busco abordar os aspectos de cunho mais global do período, abarcando a experiência de Brasília durante sua construção como um todo, mas porque esses aspectos contribuem para o entender as razões do apagamento histórico da Vila Amaury.

Na pesquisa em história oral existem certas definições a respeito do projeto que acabam por balizar, ainda que de maneira não coercitiva, o prosseguimento das entrevistas. Meihy e Holanda (2015) dividem o projeto em 7 partes, porém três delas chamam a minha atenção: tema, justificção e problemática e hipóteses. O ideal é que esse projeto tenha uma relação de dialética com os colaboradores e o andamento das entrevistas. A elaboração das hipóteses e da problemática, por exemplo, se torna uma tarefa muito mais complexa tendo em vista que o trabalho é feito a partir, principalmente, de uma documentação viva. As entrevistas expõem uma presentificação de experiências, sempre com olhares de sujeitos contemporâneos, não do passado.

Ao contrário dos projetos com documentação “datada”, contudo, as possibilidades de respostas dependem, muito, da boa montagem de redes de entrevistados. O fato de se tratar de “documentação viva” é um alerta preparatório para a falibilidade das problemáticas ou hipóteses. Paradoxalmente, ao mesmo tempo aí reside a fertilidade dos projetos em história oral (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 49).

O tema da pesquisa deve apontar para a sua relevância social, assim como servir como base para possíveis mudanças políticas, ainda que essas mudanças possam ser aferidas de maneira sutil. Na justificção, Meihy e Holanda (2015, p. 47) dão ênfase ao “ação”, definindo esse item como as motivações que justificam tal ação em pesquisa, sendo que esses motivos também devem se reportar à rede de colaboradores com a qual se pretende trabalhar, que seja de “ordem pessoal/grupal, acadêmica ou historiográfica”, mas “sempre de fundo social e atenta ao entendimento do tempo presente”. Por fim, esse item deve demonstrar a ligação entre o tema e a rede de colaboradores, justificando o uso dessa rede. Sendo a narração dos colaboradores o foco principal, se valoriza também as perspectivas divergentes que reafirmam o caráter dialógico da pesquisa.

A história oral trabalha com três conceitos chave que ajudam a operacionalizar a condução dos trabalhos com os interlocutores, são eles: comunidades de destino, colônia e redes. As comunidades de destino são definidas com base no vínculo que entrelaça os indivíduos que fazem parte do grupo de colaboradores, que geralmente pode partir de efeitos físico-ambientais, tais como secas, desastres e pestes, ou também a partir de uma base psicológica que resulta de discriminações, abusos ou repressões. De uma maneira ou de outra,

o interessante de se observar dessa categoria é que o vínculo que se cria é traumático: os “dramas” são a marca da experiência coletiva daquele grupo (MEIHY; HOLANDA, 2015).

Ao explicar os pressupostos das comunidades de destino, que podem ter base ambientais assim como psicossociais, dou ênfase no “também” porque no caso do território que é o foco deste trabalho os dois se entrelaçam de uma maneira complexa. Desde a origem dos migrantes que para Brasília vieram em busca de trabalho, existem ambas situações: ao mesmo tempo que ao final da década de 1950 houveram grandes secas em algumas regiões do nordeste¹⁵, o que fez parte da história dos moradores da Vila Amaury, também houve uma operação política em não deixar que essa população se territorializasse em local tão próximo do poder, e essa operação política envolveu também uma complexa operação de engenharia ambiental e opressões estruturais, por sua vez. São dramas que marcam a identidade desse grupo e que assim, “mais ou menos naturalmente, a história oral privilegia grupos sociais deslocados”, se valendo das narrativas desses grupos para propor uma “outra história”, observada de uma perspectiva atípica (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 52).

O conceito de colônia, no que lhe diz respeito, se dá pela subdivisão desse grande primeiro grupo. Reutilizando o exemplo que dei alguns parágrafos acima, eu poderia falar das mulheres da Vila Amaury, que tiveram uma experiência adversa aos homens, em decorrência do seu próprio papel de gênero imposto pela sociedade. O papel desse conceito é operacional na medida em que busca tornar o estudo viável, e a escolha desse recorte costuma ser mesmo arbitrária. Por último, as redes se definem por uma subdivisão ainda mais restrita que as colônias e deve-se buscar, na sua identificação, uma diversidade e quantidade que justifique as diferentes visões dentro das comunidades de destino:

Interessam os argumentos que justificam o fenômeno para cada segmento. A riqueza das redes indica a fertilidade dos motivos que, sob um mesmo motivo central. (...) Ainda supondo esse exemplo, cabe lembrar que as razões que trouxeram os homens são diversas das que motivaram as mulheres. Assim, poder-se-ia pensar uma rede masculina e outra feminina. Subdivisões ainda poderiam ser consideradas: redes dos homens que vieram com famílias e dos que vieram sós (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 54).

Ainda que a rigor esses conceitos façam parte de processos anteriores à presente pesquisa, é interessante trazer esse modo de fazer e tentar aproximar do trabalho que produzo aqui, pois, conforme fui demonstrando à medida que apresentei essa maneira de trabalhar a história oral, algumas adaptações são possíveis. Essa possibilidade não transforma

¹⁵ A seca de 1958 foi amplamente registrada pelos relatórios da ETENE (Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste), compilados e analisados por Duarte (1958).

rigorosamente este trabalho em uma pesquisa em história oral, segundo o estabelecido por Meihy e Holanda (2015), por estar fora do alcance deste a escolha de diversos parâmetros que seriam condição essencial, tais como a condução das entrevistas, a delimitação da rede de colaboradores, ou escolha das condições dos entrevistados. Contudo, apreender esses critérios dá aptidão para ponderar as fontes orais com as quais vou trabalhar.

Posso dizer, por exemplo, que a formação da rede de colaboradores acontece, mesmo que se dê de outra maneira: delimito meu tema, que diz respeito a contar uma outra história a respeito da Vila Amaury, história contada por aqueles que conviveram ou moraram na ocupação, e a partir disso busquei dentro dos projetos de oralidade já existentes colaboradores que poderiam constituir a rede da minha pesquisa. O caráter dinâmico da história oral se perde um pouco, admito, em decorrência desses trabalhos já terem congelado a oralidade e as transformado em documento escrito. Porém, o que se ganha em dinâmica está no diálogo que proponho entre as diferentes referências que vou trabalhar, ainda assim mantendo o foco na história contada pelos colaboradores, e não na história oficial.

Por fim, como alguns de meus interlocutores falam a partir de fontes audiovisuais, vale a pena enfatizar a importância que as diferentes mídias têm ganhado principalmente na vertente histórica ligada à memória e à oralidade. Do ponto de vista da história convencional, os autores dão pouca importância às imagens enquanto instrumentos significativos *per se*. Mauad e Dumas (2011) já falam a respeito disso, indicando que muitas vezes essas imagens são usadas meramente como ilustrações de ideias já explicadas por meio da escrita, dificilmente sendo “propriamente o objeto da reflexão” (*ibid.*, p. 83). Ainda atualmente, um exemplo notável e pertinente que reforça as críticas dos autores são as revistas acadêmicas voltadas para ciências humanas, em especial aquelas que não tem o espaço ou expressões visuais como temas ou objetos de pesquisa.

Uma revolução documental entrou em curso nos anos 1960 e abalou não somente as vertentes mais positivistas da história, como também o monopólio da escrita no campo científico e acadêmico¹⁶. Nessa linha de raciocínio, vejo como no mínimo relevante que as disciplinas históricas também visassem incorporar cada vez mais formas de expressão visuais no centro de seus questionamentos, já que os meios midiáticos fazem isso com maestria há tanto tempo. A título de exemplo, Mauad e Dumas (2011) levantam essa questão ao lembrar que os

¹⁶ Uma vertente da história de cunho mais positivista que pode ser tida como exemplo desses questionamentos foi a história quantitativa, que buscava dividir o tempo histórico em séries de elementos uniformes, que serviriam de base para comparação (MAUAD; DUMAS, 2011), marcando uma busca por objetividade dentro de uma ciência humana.

historiadores, ainda no tempo atual, dialogam com documentos escritos analisando somente os significados da linguagem ou os conteúdos por detrás do objeto histórico: “origem, objetivo, autoria e datação” (*ibid.*, p. 83). Eles raramente buscam trazer reflexões a respeito da expressão dos signos e formas gráficas em si, tais como a caligrafia, ou o tipo e tamanho da fonte, demonstrando que a análise de cunho mais visual ainda é um caminho marginal nesse campo.



Figura 10 - Trabalhadores candangos durante a construção de ponte em Brasília (CARVALHO, 1990).

Contraditoriamente, o que se vê a respeito da construção simbólica de Brasília é justamente o uso exaustivo de imagens, sendo a arquitetura monumental e moderna um suporte fundamental para essa simbologia. Todos os projetos finalistas do concurso do Plano Piloto tiveram como base diretrizes que comungavam a monumentalidade, o rodoviarismo e a setorização em seu projeto (NAVARRO, 2017), sendo a proposta de Lúcio Costa aquela que melhor sintetizou esses princípios. Além destes, é importante sublinhar, conforme Navarro (2017) já havia apontado em seu texto, que a própria maneira em que se loca os objetos arquitetônicos em seu contexto, isolando os sólidos em vazios e pistas que levam o olhar para os monumentos de maior carga política, desempenha um papel fundamental. O agregado imagético de Brasília, durante sua construção e em décadas subsequentes, foi pilar imprescindível para favorecer a sua representação nos dias atuais.

Dentro do conjunto arquitetônico de Brasília, os edifícios monumentais que abarcam aqui o Palácio do Planalto, Itamaraty, Superior Tribunal Federal,

Palácio do Buriti, bem como as residências oficiais – Palácio da Alvorada e do Jaburu – e especialmente o Palácio do Congresso Nacional, se destacam no imaginário coletivo sobre a capital brasileira. Esse imaginário é construído por uma história imagética marcada pela escolha midiática de fotografias capazes de priorizar essa narrativa simbólica configurada pela arquitetura monumental da capital (NAVARRO, 2017).

Sob a história contada por essas imagens, entretanto, subjaz uma vivência destoante daquela que é preconizada pela representação utópica da capital. O acervo visual da Vila Amaury também é objeto de reflexão das existências que foram mistificadas frente à imponência do simbolismo político da capital, assim como objeto de transgressão dessa visão uníssona. O período sobre o qual eu escrevo foi permeado de repressões, de violência e de uso da força. Como mostrarei a seguir, existem interesses por detrás do esvanecimento de ocupações populares da história de Brasília. A foto mais comum da Vila Amaury traz esse forte contraste, em uma mesma imagem, duas “Brasílias”: o Congresso Nacional, ao fundo, com sua imponência monumental de centro político da tomada de decisões do país, com o primeiro plano permeado de pequenos barracos, muito numerosos e densamente povoados.



Figura 11 - Cúpulas do senado e da câmara, em contraste às pequenas figuras humanas, em 1960. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

3. Memórias submersas



Figura 13 - Vista aérea do Lago Paranoá e da Esplanada dos Ministérios no dia de inauguração da cidade, em 21/04/1960, alterada para indicar localização aproximada da Vila Amaury e Vila Planalto. Foto tirada por Thomaz Farkas. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.



Figura 12 - Vista aérea de Brasília nos dias de hoje com indicação da Vila Amaury e da Vila Planalto. Fonte: Google Earth (alterado).

Neste capítulo tratarei primeiramente de levantar o estado da arte com relação às pesquisas que tratam da Vila Amaury, mesmo aquelas que o fazem de forma tangencial, entendendo como a ocupação se insere hoje na pesquisa historiográfica e levando em consideração a situação da capital federal durante o seu período de construção e de mobilização de uma vultuosa força de trabalho para tal fim. Irei procurar compreender quais foram as estratégias adotadas pelo Estado no sentido de dar alguma solução, por breve e incompleta que fosse, às pressões que essa população migrante faz no intuito de assegurar o seu espaço de moradia e suas fontes de renda. No primeiro subcapítulo de “Memórias submersas”, “A Vila

Amaury de fora”, trago o diálogo entre esses autores que falam a respeito da vila em terceira pessoa, dentre eles Ribeiro (1991, 2008), Boianovsky e Del’Isola (2012), Holston (1993) e Vasconcelos (1988), e um olhar cuidadoso a partir do Censo Experimental de Brasília (NACIONAL, 1959b, 1959a).

No segundo subcapítulo, intitulado “A Vila Amaury de dentro”, parto do olhar daqueles que vivenciaram a Vila Amaury em carne e osso, ainda que nem todos tenham sido moradores da ocupação. Como já disse anteriormente, os relatos não foram colhidos ou transcritos por mim, e isso me coloca em uma situação de estar atento aos diferentes momentos da vida dos narradores em que essas memórias são reconstruídas. Além disso, atento ao fato de que não tive interferência no encontro inicial entre entrevistados e entrevistadores, e conforme explicado no subcapítulo anterior esse primeiro encontro é de primordial importância para a maneira como a memória é narrada. O objetivo desse segundo subcapítulo é reconstruir a experiência íntima daqueles que viveram a urbanidade da capital e da vila durante a o seu curto período de existência.

Ainda que exista uma certa cronologia no diálogo entre os entrevistados que proponho nesse trecho, a reconstrução se dá também por meio de temas que os próprios narradores propõem constantemente. Além de usar como baliza a ênfase deles próprios, também tenho a intenção de escancarar alguns dissensos ou contradições que ficam no subtexto do primeiro subcapítulo. Afinal, como se deu a formação da Vila Amaury a partir das sacolândias? Como foi a transferência da população da vila para as cidades e a recepção dessas pessoas nessas cidades recém-criadas? Qual era a relação daqueles que viveram a vila e as águas do lago, quando esse já estava sendo represado, ou do córrego, antes das águas começarem a encher? Minha participação nessas narrativas vem muito da forma como costuro as histórias de cada um que contribui para responder a essas perguntas. Ainda que, tanto eu, outros autores ou referências externas contribuam para aprofundar o debate, procuro manter o protagonismo dos entrevistados na medida do possível. Espero, dessa forma, contribuir para a emergência dessas memórias e para o aprofundamento do debate a respeito da ocupação.

3.1. A Vila Amaury de fora



Figura 14 - Vila Amaury, em 1960, já diante do início do represamento do Lago Paranoá, com lavadeiras que utilizavam as águas para exercerem o seu trabalho. Foto tirada por Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

A origem da Vila Amaury com relação a sua data de surgimento é um tanto difusa, tendo em vista que tanto as ocupações conhecidas como “sacolândias” como novos migrantes que chegavam à capital são apontados como o princípio de sua formação. O Censo Experimental de Brasília (NACIONAL, 1959b, 1959a), elaborado no primeiro semestre de 1959 e publicado em maio do mesmo ano reconhece a existência da ocupação com o seu antigo nome, Vila do Bananal, ou Núcleo do Bananal, com uma população de mais de 6 mil habitantes. O reconhecimento da vila pelo governo, porém, se dá a partir de um documento enviado a Ernesto Silva em 27 de outubro de 1959, por uma comissão destacada pelo Conselho de Bem-

estar Social, a “Comissão de Transferência de Vila Amaury” (BRASÍLIA, 1959), que quantifica, por sua vez, cerca de 4 mil famílias.

Israel Pinheiro, em novembro de 1959, ou seja, apenas um mês após o ofício do Conselho de Bem-estar Social ter sido enviado a Ernesto Silva, afirma a intenção de localizar o assentamento em região de terras baixas justamente para evitar serviços de urbanização na área onde a população se estabelecia, já que a região seria represada (RIBEIRO, 2008). Ainda a respeito desse ofício enviado em outubro do ano anterior da efetiva remoção da vila, os autores listam uma série de medidas de urbanização e outros serviços, no intuito de receber essa população nas cidades de Sobradinho e Taguatinga, que deveriam ser providenciados pela NOVACAP (BRASÍLIA, 1959). A Vila Amaury tinha sorte e revés na medida em que era localizada, ao mesmo tempo, em área privilegiada, próxima dos principais símbolos de poder político e arquitetura monumental no centro da cidade, como a Praça dos Três Poderes, e em área do futuro Lago Paranoá.

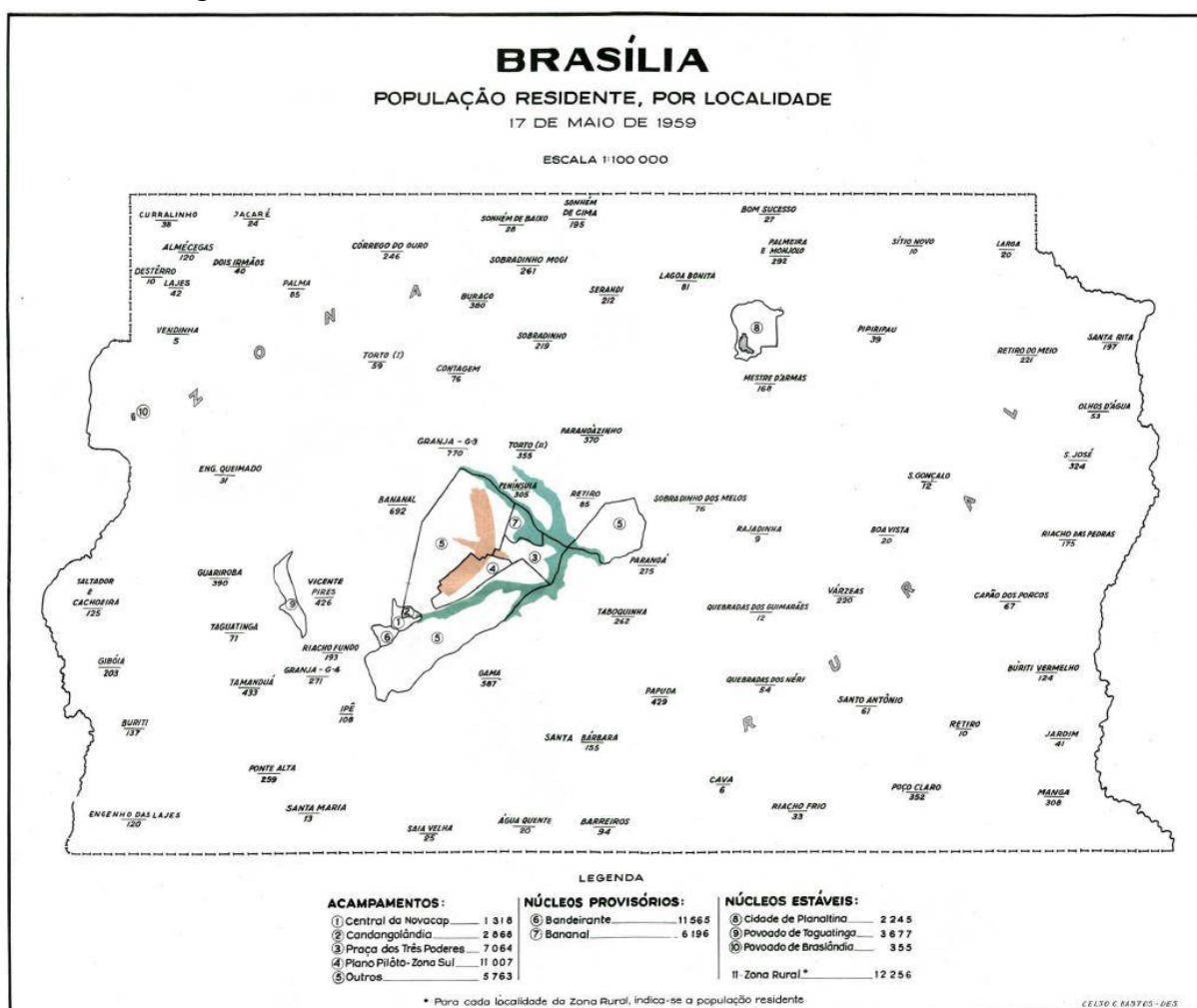


Figura 15 - Mapa de Brasília produzido pela comissão responsável pelo Censo Experimental de Brasília (NACIONAL, 1959a).

Em maio de 1959, o Censo Experimental de Brasília registrava 6.196 habitantes no assentamento, dentre os cerca de 64.000 residentes em Brasília como um todo, ou seja, quase 10% da população da cidade se encontrava na Vila Amaury (NACIONAL, 1959a). Também é registrado, no mesmo levantamento, 1.234 domicílios na localidade, número um tanto diferente da contagem dos funcionários da NOVACAP, de 4.000 famílias, caso fosse considerado que cada domicílio corresponde a uma família. Entretanto, vale ponderar essas medidas tendo em vista a distância temporal que separou as duas pesquisas, meio-tempo em que podem ter ocorrido muitas migrações. Ademais, é preciso ter atenção com as diferentes unidades de medida levando em consideração que em assentamentos populares e informais nem sempre conceitos como “domicílio” e “família”, na realidade, se correspondem.

Fato é que a Vila Amaury, que é reconhecida de maneira oficial no início de 1959¹⁷, tem a duração de cerca de um ano, até 1960, o que deixa evidente a defasagem do Censo Experimental se o interesse é saber a população já no período próximo da expulsão de seus moradores. Entretanto, o que mais me interessa nas questões quantitativas são, sobretudo, as distinções estabelecidas por meio de comparações entre a vila e o território do Distrito Federal como um todo, assim como entender a conjuntura da capital em meio à situação nacional. Além do que, se a população total da Vila Amaury pode ter mudado de um ano para o outro, alguns fatores primordiais que definiam o perfil dessa população, ao menos em parâmetros relativos, não se modificaram substancialmente. Continuará a ser uma vila operária destinada à população trabalhadora e migrante, que antes habitava as sacolândias de Brasília, e com um tempo de existência pré-determinado.

A Vila Amaury possuiu sempre uma certa ambiguidade com relação ao seu nome, e isso se reflete inclusive no Censo. Em algumas fontes, o assentamento é grafado com “i”, ao invés de “y”, “Amauri” (VASCONCELOS, 1988). Outro nome comum também é Vila do Bananal, ou Núcleo Bananal (NACIONAL, 1959a, p. X), nome advindo do córrego do Bananal (HOLSTON, 1993), que fora inundado pelo lago Paranoá e ficava adjacente à ocupação. Fosse essa, talvez, uma vegetação que demarcasse a paisagem e facilitasse a localização das pessoas em meio ao cerrado. Conforme relatado em muitas das fontes orais¹⁸, esse córrego era de suma importância para a população, por ser onde as lavadeiras trabalhavam (NEIVA, 2017).

¹⁷ Período em que ainda não recebia esse nome, sendo chamada de Vila do Bananal ou Núcleo Bananal, de acordo com as referências datadas desse período específico ou anteriores (NACIONAL, 1959a).

¹⁸ Em Neiva (2017), uma de nossas interlocutoras, Eunice Pereira, fala a respeito da sua relação com o córrego, e como a ajuda no trabalho de sua mãe enquanto lavadeira fez parte da sua infância.

Entretanto, escolhi nesse trabalho utilizar o nome Amaury, grafado com “y”, por remeter diretamente a uma situação e a um personagem importante para a história da vila, Amaury Almeida. Essa escolha não foi feita com o fim de enaltecimento: ainda que eu entenda que esse personagem possua suas contradições e ambivalências dentro da história do assentamento, como mostrarei, também entendo que apagar a sua existência contribuiria para submergir o debate, sendo que a intenção é justamente a oposta. A fim e ao cabo, essa também é a maneira de escrita mais consagrada dentre as referências bibliográficas e documentais (BOIANOVSKY; DEL’ISOLA, 2012; BRASÍLIA, 1959; NEIVA, 2017).



Figura 16 - Ônibus cuja uma das paradas era a Vila Amaury, escrito “Mauri”. Foto tirada por Peter Scheier. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

Em primeiro lugar, faz-se necessário compreender a magnitude da situação que se tem ao empreender a construção de uma nova cidade, que, não obstante, será o centro político e administrativo de um país de extensões continentais. Também recorro que no Brasil as cidades já demonstravam uma tendência de alto crescimento populacional mais próxima das cidades estadunidenses do que aquelas europeias. Pensemos que nesses primeiros anos, tomando como base o governo de JK (Juscelino Kubitschek), a cidade seria em medida muito maior um –

gigantesco – canteiro de obras do que uma cidade, sem todas as funcionalidades, infraestrutura e serviços que se esperaria minimamente desta. Do canteiro de obras, por sua vez, se espera um grande contingente de força de trabalho.

O Censo Experimental de Brasília de 1959 (NACIONAL, 1959b) já mostrava o impacto de tal empreendimento, quando apresenta a evolução populacional: em 1956, a cidade possuía uma população estimada de seis mil habitantes, dobrando esse número em 1957. No início de 1958, o número já era próximo dos 28 mil habitantes, e em 1959, um ano antes da sua inauguração oficial, o censo registrou cerca de 64 mil pessoas. Há também um dado bem singular: a predominância do gênero masculino era tamanha que o número de homens era o dobro do número de mulheres, ainda em 1959, autêntica consequência do caráter de um canteiro de obras. Simões e Alvim (2015) apontam que houve uma grande publicidade por parte do governo com o intuito de recrutar pessoas para migrar e trabalhar na construção da capital, que deveria ser minimamente erigida até a data de sua inauguração, ou seja, um período de aproximadamente três anos. Desde “agenciadores” que iam a zonas pobres do sertão buscar potenciais trabalhadores, até proprietários de terra que recebiam valores por parte do governo para liberar a sua mão de obra: diversas foram as estratégias.

A maior parte dos migrantes em Brasília, na data de maio de 1959, era de pessoas naturais de estados relativamente próximos, tais como Bahia, Minas Gerais e Goiás, sendo esse último inclusive o maior contribuinte quando a comparação é feita entre unidades da federação. Não são considerados migrantes aqueles nascidos dentro do território do Distrito Federal, ainda que fosse parte do estado de Goiás na sua data de nascimento. Além disso, o Censo Experimental aponta que a maior parte dos migrantes que tiveram que percorrer trajetos médios e longos são naturais de regiões de piores condições econômicas à época – estados do Nordeste. É do Nordeste, inclusive, o local de nascimento da maior parte dos migrantes, quando essa comparação é feita regionalmente. Os recenseadores, entretanto, fazem uma diferenciação entre migrantes naturais e migrantes procedentes em sua pesquisa que é bastante elucidativa no que diz respeito à dinâmica brasileira de movimento populacional (NACIONAL, 1959a).



Figura 17 - Trabalhadores na Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante, fazendo fila para se inscreverem em vagas de emprego. Fonte: ArPDF. Link: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio>. Acesso em: 26/02/2024.

Quando a análise é feita a partir do local de procedência¹⁹, algumas regiões perdem a importância, como os estados da Bahia e do Sergipe, o que indica um movimento contínuo também fruto das políticas brasileiras de interiorização. De maneira relacionada, por exemplo, a região centro-oeste ganha importância: enquanto 13.459 migrantes responderam à pesquisa indicando serem naturais dessa região, 21.979 disseram ser essa sua região de procedência (NACIONAL, 1959a). Evidentemente isso possui uma relação com o fato de a região englobar o território do Distrito Federal, e sendo logicamente mais próximo, qualquer pessoa, sendo essa nascida ou não no local, tem mais facilidade de migrar para a nova capital. A questão é que por muitas pessoas serem somente procedentes de Goiás e Mato Grosso²⁰, e não nascidas neles, mostra que já havia um movimento anterior de outras regiões se deslocando nesse sentido, o que é plausível tendo em vista o papel dessa região na política da “Marcha para o Oeste”²¹.

¹⁹ Considera-se o local de procedência como último local de domicílio das pessoas.

²⁰ Em 1959, esses eram os dois únicos estados da região centro-oeste.

²¹ Segundo Trevisan (2011, p. 4), a política de interiorização do sistema produtivo que alcançaria “patamar privilegiado” na Era Vargas (1930-45) concatenou uma rede de transportes e de formação cidades, se iniciando

Acerca desse tema, ainda, o levantamento separa as migrações diretas das indiretas para o território do Distrito Federal. Mesmo que as migrações diretas, ou seja, a população que migra diretamente do local que nasceu, tenham um número bem maior, de 40.245 pessoas, a migração indireta conta com uma população de 16.708 pessoas, um contingente nada desprezível. Algumas características mais permanentes dos movimentos migratórios do território brasileiro ajudam a explicar em partes esse fenômeno, como o que é chamado de migração por etapas: aquela migração de longo percurso em que os migrantes se assentam em um local para, por exemplo, angariar recursos, antes de continuar para o destino final. Assim, novamente, o centro-oeste se torna um caso bastante explicativo, já que boa parte dos nordestinos naturais indicaram na pesquisa que essa região teria sido seu último local de residência. Para exemplificar, das pessoas nascidas na sub-região “Leste Setentrional”²², 74% responderam que vieram por último da região centro-oeste, e de forma semelhante 65,3% das pessoas nascidas na sub-região “Nordeste Ocidental”²³ também assinalaram ser a região central o seu local de procedência (NACIONAL, 1959a).

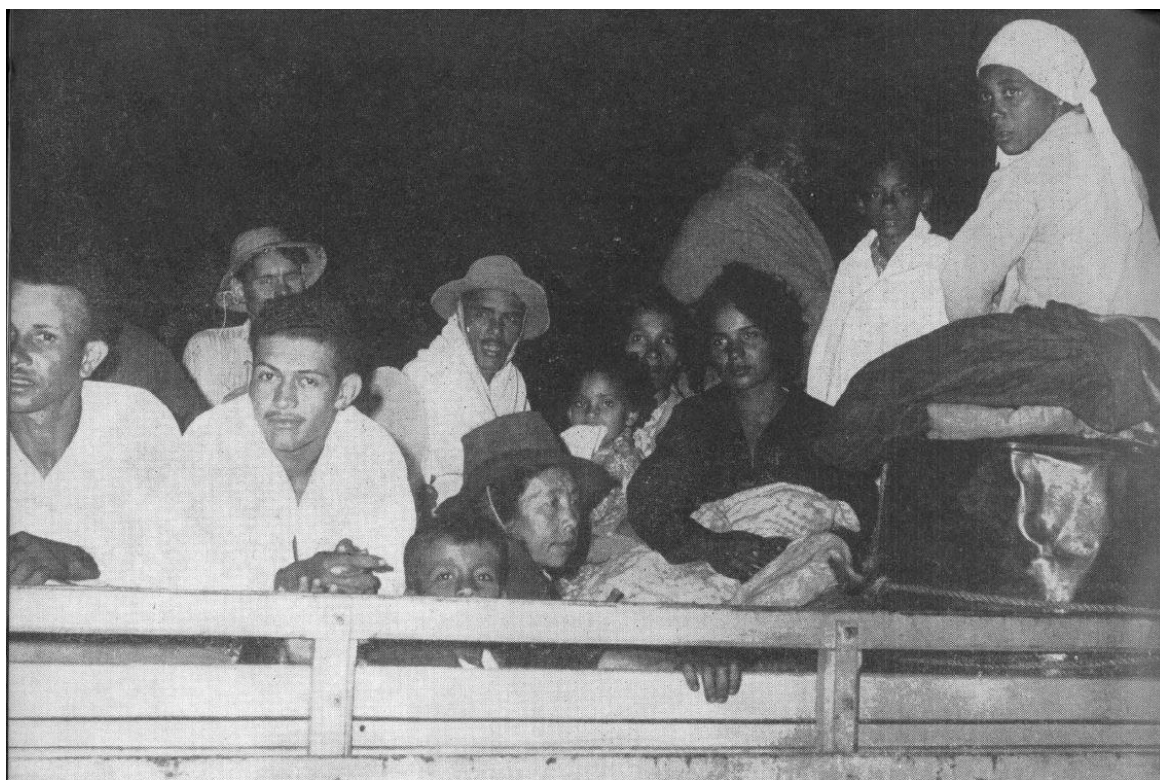


Figura 18 - Trabalhadores candangos sendo transportados em caminhões (NACIONAL, 1959a).

pelo norte do Paraná, vigorando na década de 1930 no sentido centro-oeste, principalmente Goiás. O autor indica inclusive a fundação de Goiânia, em 1933, como um ponto fulcral nessa estratégia, sendo a segunda “cidade nova” administrativa criada e nova capital do estado.

²² Bahia e Sergipe.

²³ Maranhão e Piauí.

A Vila Amaury possuía maior participação de pessoas nascidas em estados do nordeste do que a média de Brasília como um todo e com relação aos outros núcleos, só ficava um pouco atrás nesse quesito dos acampamentos do Plano Piloto e da Praça dos Três Poderes. Esse aspecto se deve, provavelmente, ao fato desses últimos acampamentos terem sido montados com o intuito de abrigar predominantemente trabalhadores da construção civil, população que teve forte contribuição de nordestinos. Enquanto em Brasília como um todo a população de pessoas naturais do Nordeste era de 44%, na Vila Amaury essa taxa de participação atingia 56% - só a Bahia contabilizava cerca de 20% da população do assentamento. Com relação às pessoas nascidas no centro-oeste, a proporção que morava na Vila Amaury era bem próxima da proporção que morava no território da capital (NACIONAL, 1959a). Existe uma estreita correlação entre as desigualdades regionais e os locais onde esses migrantes se territorializavam:

“a) as pessoas nascidas nas regiões de menor desenvolvimento tendem a concentrar-se nas áreas de obras do Plano Piloto - acampamentos (exceto a Candangolândia) e Núcleo Bananal - as quais absorvem forte maioria de mão-de-obra não qualificada (ajudantes e serventes da construção civil); b) os naturais de regiões de maior adiantamento tendem a localizar-se em áreas em que predominam atividades comerciais, administrativas, sociais, etc. (Núcleo Bandeirante, Acampamento Central da NOVACAP)”. (NACIONAL, 1959a, p. 43).

O documento enviado à Ernesto Silva, então diretor da NOVACAP, de autoria do Conselho de Bem-estar Social de Brasília, já expunha as origens da Vila Amaury: uma ocupação criada com o intuito de impedir a “proliferação” de “pequenas favelas” (BRASÍLIA, 1959, p. 3), reunindo a população expulsa dessas ocupações, espreiadas pelo Distrito Federal, em um local só. Além disso, também já se afirmava, desde o seu início, o caráter temporário da ocupação, já que “desde o primeiro momento” (*idem*) ficou-se entendido que as famílias desse local em um tempo próximo seriam transferidas para as cidades de Sobradinho e Taguatinga, inclusive reconhecendo que o terreno que essas pessoas habitavam se encontrava em local que brevemente seria ocupado pelas águas do lago artificial de Brasília, o Paranoá.

É interessante notar que no próprio Censo Experimental (NACIONAL, 1959b, p. 47) já se perceba uma grande oposição à existência de favelas: “Brasília não terá ‘favelas’ – essa é uma das características da nova metrópole, cuja construção e sistema urbanístico não permitem esse tipo de moradia”. Nem mesmo o Núcleo Bandeirante, formação pioneira e autorizada em um primeiro momento, foi poupada de pretensas e potenciais remoções. A Cidade Livre, como era chamada, havia sido inicialmente pensada como um entreposto comercial para fazer jus à

demanda inicial da cidade – por essa razão, inclusive, recebera uma política de isenção de impostos voltada para incentivar o comércio. Entretanto, com o crescimento populacional da cidade acima do esperado somado à falta de espaços de consumo e lazer, esse setor, que deveria ser desativado em 1959, se expandiu e criou laços com as outras regiões de Brasília além do previsto. Era comum que muitos trabalhadores fossem se divertir na Cidade Livre nos fins de semana (SIMÕES; ALVIM, 2015).



Figura 19 - Foto aérea da Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante. Data não especificada. Fonte: ArPDF. Link: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio>. Acesso em: 26/02/2024.

Anos depois, em 1961, o próprio Lúcio Costa pediu formalmente ao presidente – à essa época, João Goulart – “providências contra a legalização desses núcleos”, preocupado com a consolidação dos núcleos urbanos mais próximos do Plano Piloto. Sugeriu, o autor do projeto modernista de Brasília, que a Cidade Livre fosse “gradualmente sangrada”, estabelecendo estratégias para evitar a construção de equipamentos ou melhorias, assim como impedir novas invasões (MOREIRA, 1998, p. 104-105). O desejo de remoção de “invasões” – nas palavras do próprio Lúcio Costa – que se formassem próximas ao Plano Piloto não encontrou respaldo somente nesse momento, como também em laudos emitidos pelos técnicos da NOVACAP

(SIMÕES; ALVIM, 2015). Apesar disso, a Cidade Livre conseguiu ficar, sobretudo por conta da intensa mobilização da sua população de comerciantes e moradores – sorte diferente foi a de outras ocupações.

Esse caso é um exemplo da incongruência de Brasília na sua relação com as cidades fora do Plano Piloto desde os seus primórdios. O Plano Piloto, se observado de maneira isolada e ingênua, sem levar em consideração as outras cidades que hoje – e já naquela época – compõem o sistema urbano, pode passar a impressão de que Brasília de fato se consolidou uma cidade sem as contradições das cidades grandes: muitas áreas verdes e de lazer, tráfego relativamente menos intenso ou lento que de outras, atividades supostamente facilitadas pela setorização, entre outras benesses. Porém, Quinto Jr. e Iwakami (QUINTO, JR; IWAKAMI, 1991, p.57) chamam a atenção para o fato de que:

... a segregação ocorre na exata medida em que se pôde preservar este aspecto límpido do plano original conjuntamente com a formação e expansão das cidades-satélites, estas, sim, uma certa reprodução do que ocorre em todas as cidades, relegadas até hoje a um certo abandono no que tange ao fornecimento de equipamentos coletivos urbanos e demais ‘benefícios’ do ‘centro’. (*idem*)

O Censo Experimental de Brasília (NACIONAL, 1959a, 1959b), com publicação realizada em maio de 1959, ou seja, um ano antes aproximadamente da remoção da população, também reconhecia a Vila Amaury como “núcleo provisório”, categorizando-a da mesma forma que o Núcleo Bandeirante, cuja permanência tampouco ainda havia sido assegurada pelo movimento de seus moradores. Importante dizer que até na própria caracterização feita pelo censo se reconhece que a localização da Vila Amaury acontece em área de “futuro lago artificial” (NACIONAL, 1959a, p. X).

Para fins de pesquisa censitária, a Comissão Censitária Nacional (NACIONAL, 1959a, 1959b) categoriza a Vila Planalto dentro do grupo “acampamentos”, possivelmente – o que não é exposto de maneira objetiva pelo censo – dentro da subcategoria “outros acampamentos”, já que essa subcategoria era designada como “acampamentos localizados nas áreas de obras da Zona do Plano Piloto ou em suas proximidades” (*ibid.*, p. X). Isso é um facilitador para esse estudo, tendo em vista que a Vila Planalto e a Vila Amaury mantinham uma relação muito próxima e complementar, e a diferenciação de ambas ajuda à caracterização da segunda. Outros núcleos de povoamento são caracterizados como “núcleos estáveis”, a exemplo das cidades de Planaltina, Taguatinga e Brazlândia, ao passo que a Candangolândia, os alojamentos centrais da NOVACAP e adjacentes às áreas de construção do conjunto urbanístico do Plano Piloto entram na mesma categoria que a Vila Planalto – “acampamentos”.

Faço aqui um parêntese importante com relação a uma das localidades em que os levantamentos foram feitos, que diz respeito à região do Plano Piloto, a Asa Sul, uma região pioneira no que tange ao início da construção de Brasília. Nessa região, ainda nesse período inicial de construção, estavam sendo edificadas alguns prédios já definitivos, com a conclusão parcial, inclusive, na data do Censo Experimental. Dentre eles estava o conjunto residencial da Fundação da Casa Popular, órgão de financiamento habitacional, além da edificação dos núcleos residenciais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões e da Caixa Econômica Federal (NACIONAL, 1959a; VITRUVIUS, 2002). Ainda assim, essa região como um todo foi englobada na categoria de “acampamentos” devido a existência, em meio a esses conjuntos, de acampamentos de funcionários das companhias construtoras. Contudo, cabe dizer que essa localidade possui demarcadores sociais bem distintos de outros locais considerados também acampamentos, além de condições urbanas e de infraestrutura básica mais privilegiadas.

Existem ainda dois tipos morfológicos bem marcantes que acomodaram os candangos nesse período da cidade e que exigem diferenciação: de um lado, os acampamentos planejados pelas construtoras e, de outro, as ocupações de caráter mais informal e livre do planejamento urbano racional, como foi o caso da Vila Amaury. Ainda que possuísse em grande medida a interferência do Estado em sua localização, dentro do perímetro do lago represado, a acomodação da malha urbana da ocupação se deu perante a construção paulatina da própria população dentre os limites estabelecidos por aquele, refletindo os referenciais e usos desta. Os acampamentos planejados por construtoras, por sua parte, marcaram espacialmente a capital, devido a sua forte presença e características distintas.

Ribeiro (1991) faz um estudo a respeito da organização espacial interna e diferenciação desses acampamentos planejados pelas construtoras que merece atenção. O autor usa como lente de análise para seu trabalho os estudos de imobilização de força de trabalho, noção que remete ao controle e disciplina de populações por parte de um “sistema político-econômico que se expande e que, para tanto, necessita recrutar, administrar e controlar, temporária ou permanentemente, populações humanas que lhe produzam consistentemente excedentes e riquezas” (*ibid.*, p. 26). Essa noção abarca processos migratórios assim como de proletarização de uma população (*idem*), o que pode ser útil para o recorte temporal se tivermos em vista que o Brasil, geopoliticamente falando, passava por um período de interiorização de processos e redes de produção e de expansão capitalista e Brasília foi ponto fulcral nessa estratégia.

Nos acampamentos planejados existia um alto controle da força de trabalho, que ia para além das circunstâncias do seu regime. Ao mapear a organização espacial desses

acampamentos, Ribeiro (1991) expõe a existência de equipamentos tais como cinemas ou campos de futebol, destinados ao lazer dos operários, por exemplo. As cantinas coexistiam dentro dos mesmos acampamentos como forma de melhor submeter os empregados ao regime de horário das refeições, assim como manter o controle por parte da empresa. Aliás, esse espaço foi palco comum de algumas revoltas, influenciando, inclusive, na sua localização dentro da configuração do acampamento²⁴. Além disso, nesse tipo de organização espacial, ficava evidente o reflexo do sistema de produção e de hierarquia típicos da construção civil.



Figura 20 - Refeitório de uma companhia construtora, com trabalhadores em seu horário de almoço. Fonte ArPDF. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio>. Acesso em: 26/02/2024.

A configuração das moradias obedecia aos cargos que cada um ocupava, sendo que, por exemplo, os controladores de produção, trabalhadores mais qualificados, se alojavam em unidades individuais e unifamiliares – normalmente, adiciona-se a isso, que estes já haviam constituído famílias e possuíam maior poder de barganha para poderem morar com seus membros dentro dos acampamentos. Em outra porção, porém, o autor nos mostra que os

²⁴ “(...) A cantina talvez seja o único local onde, no cotidiano, o operariado se encontra, se visualiza como coletivo, sentindo latentemente o seu poder de ação conjunta” (*ibid.*, p. 39).

alojamentos coletivos eram mais comuns a solteiros e trabalhadores menos qualificados, como pedreiros e serventes (RIBEIRO, 1991), que também costumam ser os mais numerosos dentro da cadeia de produção desse ramo.

É possível dizer, de certa forma, fazendo analogia com a classificação de Brasília apontada por Patriota e Januzzi (2018), que os acampamentos das construtoras foram os primórdios de uma Brasília classificada²⁵. A estratificação de classes segundo sua renda e o status de seu posto de trabalho já se materializava no espaço a partir de então, e de forma planejada. Em suma, as empresas responsáveis pela construção de Brasília foram também responsáveis em grande parte pela organização, disciplina e controle formais da população candanga, ao ponto que Ribeiro (1991) aproxima esses aspectos dos mesmos aspectos daquilo que se denomina instituições totais²⁶. Não se tratava somente de moradias, mas também de disponibilizar “equipamentos ligados à reprodução da vida” (*ibid.*, p. 31).



Figura 21 - Senhora, sem uniforme e de trajes visivelmente distintos, em meio aos trabalhadores de companhia construtora, durante o horário de refeição. Fonte: ArPDF. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio/>. Acesso em: 26/02/2024.

²⁵ Os autores analisam novos espaços das camadas médias brasilienses e criam esse termo “classificada” para pensar as transformações dos espaços ao longo do tempo, identificando a existência de “territórios cujos direitos de ali viver estão vinculados a uma classe social específica” (PATRIOTA; JANUZZI, 2018, p. 113).

²⁶ O autor utiliza Goffman para definir essas instituições, cujas características centrais são: (1) “todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade”; (2) “cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer a mesma coisa em conjunto (...)”; (3) “todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários (...)” e (4) aquelas obrigatórias são “reunidas num plano racional único, supostamente planejadas para atender aos objetivos oficiais da instituição” (*ibidem*, p. 46-47).

Essa situação não impediu, entretanto, que a população utilizasse as brechas e ausências deixadas por esse controle em prol da sua própria maneira de organizar a reprodução de sua vida social no espaço. Um dos aspectos que mostram que a Vila Amaury foi essa válvula de escape é a organização familiar, começando pelo estado conjugal²⁷, por exemplo, que apresenta forte contraste com outras localidades (NACIONAL, 1959a). Enquanto na Vila Amaury apenas 23,2% da população acima de 15 anos era solteira, nos acampamentos centrais, com forte participação dos alojamentos de construtoras, essa proporção subia para até 61% da população, a exemplo daqueles acampamentos próximos da Praça dos Três Poderes, onde se localizavam inclusive os acampamentos que viriam a se tornar a Vila Planalto (NACIONAL, 1959a; SIMÕES; ALVIM, 2015).

Mesmo comparando os dados da Vila Amaury aos do Distrito Federal como um todo, ainda existe uma grande diferença: 48,9% das pessoas acima de 15 anos de toda a capital se encaixaram no grupo de pessoas casadas, enquanto 46,8% entraram na categoria de pessoas solteiras. Na realidade, essa predominância com relação ao grupo de solteiros na capital é proporcionalmente maior até mesmo que a média nacional da época: 38,9%²⁸. Da mesma maneira, pessoas casadas segundo o índice nacional englobavam 54,1% da população, proporcionalmente muito acima da porcentagem dentro do território da capital (NACIONAL, 1959a).

Esse perfil populacional deixa em evidência as marcas do mercado de construção civil. O próprio censo admite que esse desvio tem correspondência com o fato da política migratória da construção de Brasília priorizar homens solteiros devido à facilidade de alojamento para esse grupo, além do fato de, presumidamente, pessoas solteiras possuírem maior facilidade de aderirem à perspectiva de migração (NACIONAL, 1959a). Também é possível apontar a histórica predominância masculina no ramo da construção, o que se reflete na distribuição de gênero dentro do universo de pessoas casadas: enquanto cerca de 42% de homens eram casados, com relação ao universo total de homens, na categoria das mulheres essa proporção correspondia a porcentagem de 65% - isso dentro de todo o universo da capital (*idem*). Já a Vila Amaury, por ser um assentamento constituído por mais grupos familiares, proporcionalmente,

²⁷ O estado conjugal não corresponde rigorosamente ao estado civil, já que esse diz respeito a uma relação estritamente jurídica, porém, eles se equipararam na maioria dos casos. No caso dessa temática, os recenseadores dividiram-na em seis categorias principais: solteiros, casados, separados, desquitados, divorciados e viúvos (NACIONAL, 1959a).

²⁸ O Censo Experimental de Brasília (NACIONAL, 1959a) utiliza o Censo Demográfico de 1950 para estabelecer essa comparação.

do que outros, possuía um equilíbrio nesse sentido: para cada 100 homens casados, existiam 92 mulheres com o mesmo estado conjugal.

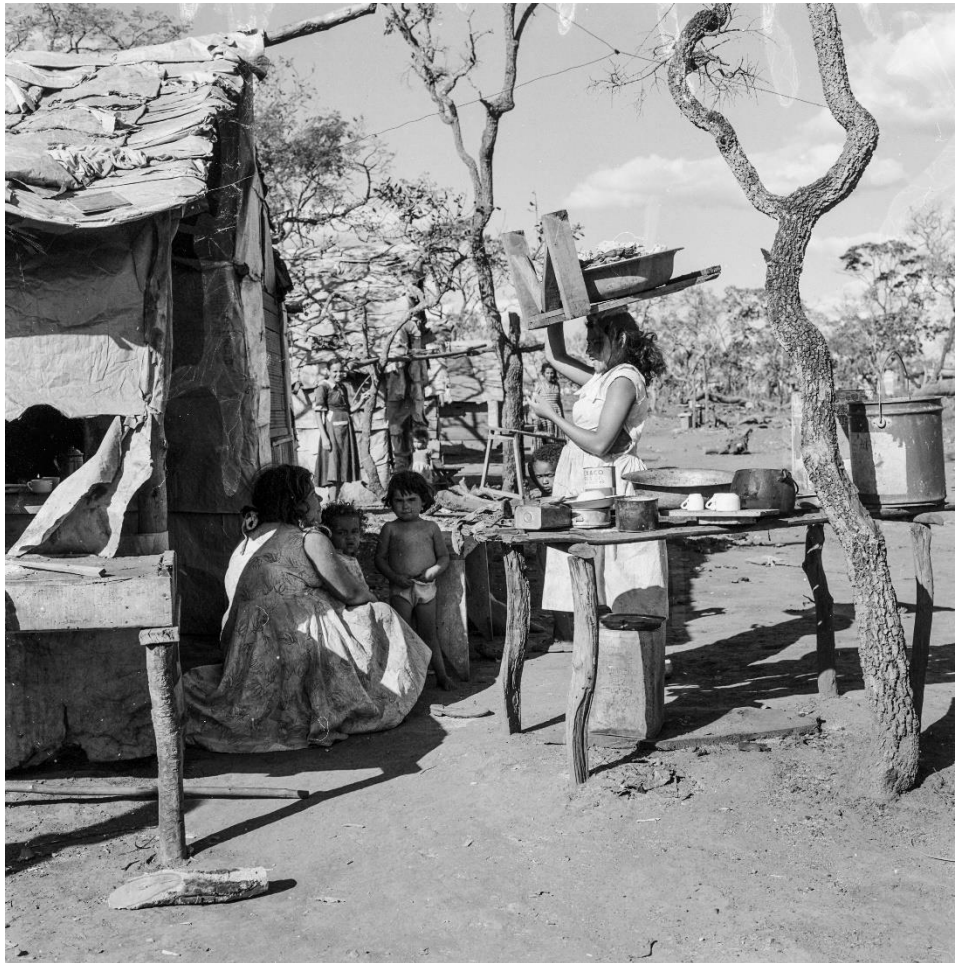


Figura 22 - Moradia na Vila Amaury com família ao lado, em 1958. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

O Censo divide o levantamento com relação aos tipos de famílias censitárias em dois: no primeiro grupo, denominado grupos familiares, o elo que se institui entre o grupo gira em torno do parentesco, seja esse “direto” ou por “afinidade” (NACIONAL, 1959a, p. 67), enquanto no segundo, denominado “grupos conviventes” (*idem*), a ligação gira em torno de um interesse comum ou institucional, como nos acampamentos das companhias construtoras. Em comparação com o período anterior ao início da construção de Brasília, o território da capital federal evidentemente cresce na participação de grupos conviventes com relação aos grupos familiares. A Vila Amaury, de maneira oposta, era constituída predominantemente por grupos familiares, de modo que, na data de publicação da pesquisa, em maio de 1959, o local possuía 99,3% da sua composição formada por esse tipo. Em locais que os grupos familiares são minoritários como nos acampamentos do Plano Piloto e da Praça dos Três Poderes, essa

proporção chega a ser cerca de 70% favorável aos grupos conviventes, algo raro em qualquer outra circunstância e local do país.

A Vila Amaury foi mesmo uma alternativa habitacional para grupos familiares que não encontravam acolhimento em outros locais. Essa situação é mais uma que me leva a questionar em que medida os grupos dirigentes estavam de fato interessados em acolher a população migrante em seu projeto de capital e mantê-la na cidade. É mais óbvio que se faça essa indagação quando a questão gira em torno de acolhimento material ou financeiro, por exemplo, se o local possui infraestrutura habitacional básica ou empregabilidade razoável para a população da qual necessita da sua força de trabalho. Evidente que tocarei também nessas questões, porém é importante que se tenha a dimensão da importância que a manutenção do núcleo familiar pode constituir na sobrevivência de uma população de baixa renda, em um período em que a migração de longa distância poderia ser tão custosa. Em grande medida essa exclusão também servia ao desencorajamento da fixação dessa população no território.

O caráter de Brasília enquanto canteiro de obras fica ainda mais evidente quando se observa a concentração ocupacional da população economicamente ativa da cidade nesse período:

“A seleção tornou evidente grande concentração ocupacional, característica das condições do trabalho, nesta fase de construção de Brasília. Apenas 40 ocupações apresentaram resultados numéricos acima do limite estabelecido, reunindo mais de 90% dos declarantes (as ocupações não especificadas formavam grupo residual de expressão relativa equivalente a 8,8%). Entre as ocupações selecionadas, era manifesta a importância das peculiares à indústria de construção - quatro perfaziam mais de 40% do total de pessoas economicamente ativas residentes em Brasília.” (NACIONAL, 1959a, p. 56).

Os quatro primeiros cargos que ocupam maior parte dessa população, citados acima, são justamente aqueles cargos de mais baixa hierarquia da engenharia civil: servente de pedreiro, carpinteiros, marceneiros e pedreiros. Se fosse colocado nesse grupo armadores de concreto, o percentual já subiria para 41,9%. A título de comparação, as mesmas ocupações consideradas no Brasil como um todo em 1950 resultavam em uma percentagem inferior a 3% da população economicamente ativa. Mesmo ocupações que, no geral, podem ser ligadas a diversos ramos de atividades, em Brasília acabavam tendo como fim as atividades da construção civil. O Censo faz esse paralelo entre ramo de atividades e ocupações e descobre que, por exemplo, 41,4% dos motoristas estão ligados às atividades de construção e obras. O mesmo ocorre com 32,2% dos auxiliares de escritório e praticamente um terço de todos os cozinheiros do território, que em boa parte trabalhavam nas cantinas dos acampamentos de operários

(NACIONAL, 1959a). A predominância desse mercado de trabalho também afetou profundamente a inserção das mulheres na economia:

“Omitiu-se, na tabela, a distribuição por sexo das pessoas economicamente ativas: em 35 201, apenas 2 966, ou 8,4%, pertenciam ao sexo feminino. A participação da mão-de-obra feminina no conjunto da população economicamente ativa é comumente baixa, no Brasil como na maioria dos países. Em Brasília, mostra-se mais reduzida, por motivos de fácil compreensão - em primeiro lugar, a fraca percentagem de mulheres no conjunto da população total; em segundo lugar, a maior concentração das mulheres nas idades infantis, relativamente aos homens; finalmente, a natureza do mercado de trabalho local, que oferece limitadas possibilidades de emprego às pessoas do sexo feminino.” (NACIONAL, 1959a, p. 57)



Figura 23 - Mulheres com suas filhas, carregando roupas e outros objetos acima da cabeça. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot em 1958. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

Na Vila Amaury 62,3% da população economicamente ativa trabalhava no ramo da construção civil, o que é uma proporção ainda acima do Distrito Federal como um todo, que atinge 54,5%. Os dados da pesquisa quantitativa, além disso, reafirmam a importância das atividades de suporte para os acampamentos e obras que a população do assentamento prestava já que esse possuía uma taxa nada desprezível de 18% de pessoas economicamente ativas

dedicadas ao ramo da prestação de serviço (NACIONAL, 1959a). Relembro que a ocupação ficava próxima dos alojamentos para os trabalhadores das obras da zona central do Plano Piloto, e que, conforme alguns dos entrevistados expõe, esses trabalhadores acabavam formando um mercado para os serviços e produtos da Vila Amaury, e os moradores do local, por sua vez, prestadores de serviço informais.

Em Brasília era fato que havia uma proporção amplamente favorável de pessoas economicamente ativas dentro do território, tanto se comparado com a média nacional, quanto com relação ao estado de Goiás (NACIONAL, 1959a). No entanto, é necessário levar em consideração a situação comum de pessoas exercendo atividades econômicas dentro do território distrital tendo que contribuir para o sustento de familiares Brasil afora, familiares esses não considerados no cômputo. O texto do próprio Censo Experimental reconhece essas peculiaridades discorrendo a respeito das ferramentas que os recenseadores utilizaram para driblar esses desafios impostos, além de também reconhecer possíveis distorções que elas possam ter causado. Sobre os critérios a respeito de domicílio, por exemplo:

"Considerou-se morador todo indivíduo domiciliado em território de Brasília. A noção de domicílio censitário - local de moradia de família ou de pessoa isolada - não pôde ser observada com rigor, em virtude das peculiaridades da população recenseada. Foi frequente a ocorrência de casos de dupla moradia, a exemplo de pessoas que, embora vivendo sós, tinham família domiciliada fora do território recenseado. Em casos dessa natureza, tornou-se necessário estabelecer critério ligado à atividade para definir a pessoa como moradora ou não moradora: no primeiro caso, figuram todas aquelas cuja atividade era normalmente exercida no território de Brasília." (NACIONAL, 1959a, p. 5).

Essas vantagens percebidas com relação à proporção de pessoas economicamente ativas, porém, não chegavam da mesma maneira na Vila Amaury, que foi a localidade que apresentou um dos maiores índices do que é chamado de taxa de dependência, em outras palavras, quantas pessoas não-ativas existem para cada pessoa economicamente ativa, em porcentagem. As únicas localidades que possuíam uma taxa de dependência maior que essa eram Taguatinga, Planaltina e Brazlândia (NACIONAL, 1959a). Esse índice calculado pelo Censo possui relação, primeiramente, com a facilidade ou não de se conseguir uma atividade remunerada. Porém, também há de se notar o laço dessa taxa de dependência com outros dois fatores: um maior número de famílias e uma população mais jovem.

Não é de se espantar que Taguatinga, Brazlândia, Vila Amaury e Planaltina tiveram as maiores taxas de dependência junto também de um maior proporção de grupos familiares (NACIONAL, 1959a), ao contrário de locais como os acampamentos das obras das zonas centrais que abrigavam predominantemente homens solteiros em idade ativa e que geralmente

migravam sozinhos para Brasília justamente com a intenção de trabalhar nas obras. A grande proporção de jovens dentro da população de Brasília também se deve à influência do mercado da construção civil, ramo que exige um desgaste físico inerente à sua prática, ainda mais tendo em vista a tecnologia existente no canteiro nessa época.

Se no Distrito Federal a idade média dos homens já era baixa, de 23,7 anos de idade, o assentamento estudado possuía um índice ainda mais baixo, atingindo 20,7 anos de idade. Com relação à população de mulheres, ambos praticamente empatavam em torno dos 19 anos. Essa média era atingida principalmente devido às crianças, muito mais presentes na Vila Amaury por conta da facilidade que as famílias tinham de serem acolhidas nesse local em comparação com os acampamentos de construtoras: “Os menores de 10 anos (...) atingiam em Bananal mais de 14% do total territorial, apesar de ser inferior a 10% a contribuição da localidade para a população de Brasília” (NACIONAL, 1959a, p. 11). O território da capital federal, como um todo, ainda que possuísse uma baixa idade média de sua população, tinha uma proporção muito maior de jovens adultos, entre 20 a 29 anos (*idem*).

Ainda de forma muito semelhante ao que ocorre atualmente com o censo demográfico nacional²⁹, o Censo Experimental de Brasília levantou os dados étnico e raciais da região, em 1959, com base na cor da população – branca, parda, preta ou amarela – reconhecendo que esse aspecto se trata de apenas um dos elementos para pesquisa racial. Não surpreendente, devida à histórica desigualdade e correlação entre raça e classe no Brasil, a Vila Amaury, dentre as categorias de localidades existentes no censo, era aquela com menor proporção de pessoas brancas, e maior proporção de pessoas negras – incluindo aqui, pessoas “pardas” e pretas. O próprio texto reconhece que as condições precárias do assentamento reproduzem essas mesmas opressões que ocorrem em uma escala geral do território brasileiro (NACIONAL, 1959a).

Por outro lado, o acampamento central da NOVACAP, local destinado à moradia dos técnicos mais bem remunerados e cargos de alto escalão da companhia, era o local com maior proporção de pessoas brancas. A esse respeito, uma transformação importante de assinalar é que a construção de Brasília provocou um embranquecimento da população anterior que habitava o território como um todo. Conforme o censo compara, no levantamento feito em 1950 metade da população praticamente era constituída de pessoas brancas – 50,1% - o que nos anos

²⁹ Ainda atualmente com relação ao levantamento de “cor ou raça” no Brasil, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divide as categorias de forma quase idêntica: amarelo, pardo, preto e branco, com a adição da categoria “indígena”.

< <https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article.html?catid=0&id=18319&Itemid=6160>>. Acessado por último em: 04/11/2023.

seguintes progride para 55% da população. Um movimento oposto ocorre, de forma ainda mais dramática, com relação às pessoas pretas: enquanto em 1950 esse número perfazia a porcentagem de 18,7%, em 1959 essa proporção decresce para 8,6% na região da capital. A participação de pessoas “pardas” na população, nesse mesmo intervalo, entretanto, aumenta levemente, de 31,1% em 1950, para 34,9%, em 1959³⁰ (NACIONAL, 1959a).



Figura 24 - Crianças da Vila Amaury em 1958. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot em 1958. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

A Vila Amaury é um território que deixa em evidência o espaço marginalizado que atinge transversalmente grupos racializados e pobres no Brasil, e que confronta diretamente a utopia de que Brasília seria uma cidade igualitária, ou a ideia de que existia espaço em seu projeto para todos os grupos da sociedade brasileira usufruírem. Apresentado os demarcadores sociais, aponte que se tratava de uma ocupação formada majoritariamente por pessoas negras,

³⁰ Cabe dizer que, apesar do censo não indicar explicitamente os critérios utilizados pelos recenseadores para a avaliação de cor da população, ao que tudo indica não se tratava de autodeclaração: “Em que pese as influências decorrentes da precária objetividade da pesquisa (entre um e outro censo, podem haver prevalecido divergentes critérios **de julgamento pessoal dos recenseadores**) ...” (*ibid.*, p. 21) (grifo meu).

com uma proporção maior de nordestinos e por ocupações profissionais do baixo escalão da construção civil. Assim como em outras regiões e cidades do Brasil, o projeto modernista não facilita o acesso desses grupos à cidadania, a começar pelo acesso à educação, por exemplo.

A taxa de alfabetização do DF (Distrito Federal) em 1959, se comparado com os dados nacionais de 1950, eram bem mais elevadas, 55,6% contra cerca de 43%. Porém, essa mesma taxa variava grandemente a longo do território, e a Vila Amaury possuía um dos menores índices, segundo a divisão por localidades feita para o levantamento, atrás somente do grupo definido como “zona rural”³¹. Para se ter uma ideia, o acampamento central da NOVACAP possuía uma taxa de alfabetização de 77,9%, e o Núcleo Bandeirante de 70,8%, enquanto na Vila Amaury somente 42,6% das pessoas sabiam ler. Esse número chegava a 36,7% considerando somente o universo das mulheres, por exemplo, na divisão por gênero dentro do povoamento (NACIONAL, 1959a).

Outro índice educacional importante, como a taxa de escolarização, em outras palavras, proporção de pessoas frequentando a escola em idade escolar, entre 7 e 14 anos, não era tão desvantajosa na capital como um todo: 49%. Enquanto isso, no Brasil, a média em 1950 se encontrava na faixa dos 54%. A respeito dessa questão, a população da Vila Amaury também sofria com a dificuldade de acesso à educação formal. Ainda que seja importante se ter em mente que, na data de recenseamento a ocupação possuía poucos meses de existência, como o próprio censo afirma, em conjunto com todas as dificuldades primárias que as famílias recém chegadas tem com relação a alojamento e da falta de tempo hábil para alguma política ou iniciativa educacional, em termos percentuais a sua taxa de escolarização era a pior do DF (NACIONAL, 1959a).

Para dar algum parâmetro de comparação, vale dizer que duas outras localidades equiparavam-se às taxas da Vila Amaury, Taguatinga e a zona rural, sendo que essas três, consideradas em conjunto, reuniam dois terços de todas as crianças em idade escolar que não frequentavam escola em toda a capital. Ainda que fosse a localidade com o terceiro pior índice de escolarização do DF, porém, Taguatinga tinha uma ampla vantagem, com um índice 46%, ao passo que na Vila Amaury apenas 20% das crianças em idade escolar frequentavam a escola (NACIONAL, 1959a). Essa característica dá ainda mais importância para o trabalho com a oralidade, tendo em vista que a fórmula escrita era uma grande barreira para a população no

³¹ O Censo Experimental definia como Zona Rural toda a área fora das localidades definidas, como os acampamentos, os núcleos provisórios e os núcleos estáveis, além da área rural das cidades preexistentes que tivessem sido englobadas pelo território do Distrito Federal: Planaltina, Formosa e Luziânia (NACIONAL, 1959a).

que tange ao registro de suas experiências. Além disso, o que fica cada vez mais explícito a partir desses dados é a dificuldade de acesso a direitos básicos dessa população, mesmo quando comparada com outras regiões do DF nesse período.

Com relação às condições habitacionais, no próprio texto do Censo Experimental admite-se a precariedade de sua infraestrutura como um todo, alegando que a cidade era um vasto acampamento dedicado a abrigar a mão-de-obra responsável pelas obras. O caráter transitório que ainda rondava as ocupações junto com a dificuldade do poder público de expandir sua estrutura administrativa e serviços na mesma medida em que a cidade recebia novas massas populacionais eram usados como justificativas para que se compreendesse as condições “pouco satisfatórias” (NACIONAL, 1959b, p. 70) de maior parte dos domicílios. Ainda que o documento reconhecesse as difíceis condições da cidade como um todo, as estatísticas levantadas a partir daí mostram uma grande disparidade das condições das famílias a depender do local, em especial da Vila Amaury com relação à região da Asa Sul, dos acampamentos da NOVACAP e mesmo de outros acampamentos centrais.

Os indicadores escolhidos no recenseamento atentam tanto para as condições coletivas de habitação quanto para a capacidade financeira das famílias: abastecimento de água, estrutura predial, tipo de esgotamento ou escoamento, iluminação elétrica e a existência de bens de consumo duráveis. Com relação à questão do abastecimento de água, a pesquisa avaliou se havia a existência de canalização interna, ou seja, se havia ligação dentro do domicílio que servisse internamente os moradores, e se a rede era geral, ou por meio de poço, cisterna ou nascente. Quando nenhuma dessas opções eram encontradas, a categoria assinalada era denominada “outra forma”, o que foi a resposta largamente predominante na Vila Amaury. Das 1.234 unidades habitacionais, 886 não possuíam nenhum sistema de abastecimento de água, o que significa 71,7% das unidades, enquanto na média da capital essa relação chegava a apenas 44%. Essas condições seriam mais precárias somente na zona rural (NACIONAL, 1959a).

No caso de se analisar as condições de escoamento da rede, a questão se torna ainda mais complexa. Por certo que fosse que a rede de esgoto convencional urbana não existisse em absolutamente nenhuma localidade, a Vila Amaury era aquela que tinha a segunda maior porcentagem de domicílios os quais nenhuma estrutura de escoamento fora identificada, com 67,1% dos seus domicílios, atrás somente da zona rural. O restante das habitações do local era praticamente servido de escoadouros naturais, tais como rios, lagos ou outros corpos hídricos, sobrando apenas 0,6% com fossa séptica. Para se ter uma ideia da desigualdade local, os acampamentos da NOVACAP possuíam 43% de suas unidades servidas de fossa séptica,

enquanto nos acampamentos das Praças dos Três Poderes esse índice chegava quase a 70%, e nas unidades já construídas na Asa Sul, a mais de 90% (NACIONAL, 1959a).

O Censo também levantou as condições estruturais e materiais das habitações do Distrito Federal, dividindo em três categorias: duráveis, rústicas e “outros tipos” (NACIONAL, 1959b, p. 71). A primeira categoria englobava aquelas construções em que predominasse matéria prima durável, tal como concreto, madeiras tratadas, alvenaria, telhas de cerâmica, dentre outros similares, enquanto a segunda compreendia materiais de duração efêmera, como taipa, sapé, palha, “vasilhames usados”, piso de terra batido, e similares (*ibid.*, p. 70). Em “outros tipos”, os recenseadores inscreveram habitações que não se enquadrassem em nenhuma das outras, incluindo barracas, tendas, ou veículos e prédios abandonados. Esse levantamento constatou que na média do território da capital 46% das habitações foram avaliadas em relação ao seu tipo de construção como duráveis, enquanto cerca de 44% como rústicas (*idem*).



Figura 25 - Habitações na Vila Amaury em 1958. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot em 1958. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

Na Vila Amaury, esse número era destoante: quase 82% das habitações do local foram consideradas rústicas, e 8,4% entraram na categoria “outros tipos”, que, geralmente, também se constituía de habitações improvisadas. Em suma, a ocupação possuía mais de 90% dos seus domicílios na precariedade e no imprevisto, com relação aos materiais e à estrutura de sua construção. Nos acampamentos da zona central e da NOVACAP, por exemplo, um pouco mais de 60% de suas habitações eram de materiais considerados duráveis, enquanto na Asa Sul esse índice passava dos 90%. Mesmo a zona rural, proporcionalmente, possuía muito mais edificações duráveis do que a Vila Amaury, chegando a quase 30% (NACIONAL, 1959a).

A energia elétrica ainda era um serviço bastante defasado nessa fase da construção da capital, chegando a apenas 37% dos domicílios. Na Vila Amaury, porém, esse quociente era bem mais alarmante, atingindo somente 5% das habitações (NACIONAL, 1959a). É visível em fontes oficiais, no entanto, a certeza da transitoriedade da ocupação, o que certamente afetou a disposição em instalar essa rede (BRASÍLIA, 1959). Tanto no Censo Demográfico, quanto em documentos da NOVACAP, a Vila Amaury era sempre vista como uma ocupação certamente efêmera e a sua inundação pelo lago artificial, nessas fontes, dificilmente questionada. Essa temporalidade também era um termômetro para as condições materiais das construções, e é possível observar isso mesmo a partir da comparação com a zona rural do Distrito Federal, preexistente ao projeto da cidade e ao mesmo tempo com a certeza de que continuaria coexistindo com a capital após sua construção.

No período de reconhecimento da Vila Amaury, em 1959, já era evidente que a pressão por um espaço na cidade para as populações de trabalhadores forçava o poder público a negociar soluções, o que ficou evidenciado pela criação de Taguatinga, em 1958, empreitada também com o objetivo de mitigar essas tensões que já iam se fazendo (RIBEIRO, 2008). A Vila não recebeu o seu nome por acaso: na realidade fazia alusão, como já dito, a um funcionário da NOVACAP, Amaury Almeida, que usou o processo de formação do assentamento como forma de buscar visibilidade política em sua jornada ao pretense cargo de deputado estadual pelo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro (*idem*). O político fazia parte do quadro da NOVACAP e como tal mediou as relações entre a companhia e a população que era removida das pequenas favelas que se formavam em torno de alguns canteiros, principalmente após a desativação destes.

A figura de Amaury Almeida se fez tão presente que foi um dos dirigentes de uma associação criada próxima à época que a Vila Amaury foi sendo inundada pelas águas do lago (BOIANOVSKY; DEL’ISOLA, 2012; RIBEIRO, 2008). Assim, a “Associação Beneficente da Vila Amaury” (HOLSTON, 1993, p. 164) fundamentalmente trabalhou não no sentido da

permanência no local, mas no sentido de permanência no Distrito Federal, e para tal se organizou coletivamente a fim de pleitear seu novo lugar na cidade satélite de Sobradinho, já que em Taguatinga, primeira cidade inaugurada em decorrência da construção da nova capital, já não havia mais disponibilidade suficiente. Holston (1993) chega a afirmar que, na realidade, em decorrência desse pleito, foi que Sobradinho se concretizou.

A associação foi formada por meio de uma assembleia, convocada verbalmente por meio de carros de som, na qual se relata que ao menos 200 pessoas compareceram. A principal pauta foi, desde o seu início, a inundação que ocorreria devido ao represamento do lago (RIBEIRO, 2008). Apesar de não possuir administração e organização jurídicas formais, se estruturou por meio de líderes eleitos e uma hierarquia de cargos, dentro da qual o presidente foi o próprio Amaury Almeida, o que dava uma certa “retaguarda” de um projeto partidário (HOLSTON, 1993, p. 163).

A despeito da demanda central girar em torno da mudança para a nova cidade satélite, os desafios que essa mudança impunha colocavam uma série de novas demandas, em especial aquelas operacionais. Dessa forma, a associação também se encarregou de advogar por caminhões de mudança e construções de caráter provisório na nova localidade, para que as famílias tivessem onde se abrigar enquanto a construção dos barracos era feita - e que em cada uma dessas demandas houvesse assistência da NOVACAP. Segundo Ribeiro (2008), a mudança ocasionava uma situação difícil para as famílias, já que essas gastavam tempo e energia nessa nova realocação e reconstrução de suas vidas no novo local, perdendo renda e empregos. Para além disso, o grupo também tinha como tarefa fiscalizar esse processo, garantindo a segurança da população, a localização dos lotes, além de todas as demandas citadas anteriormente.

A associação organizou uma viagem ao Rio de Janeiro com o intuito de negociar, dentre outras coisas, a desaceleração do fechamento das comportas do Lago Paranoá, o que, todavia, não ocorreu. A luta por direito à moradia nessa conjuntura ganha contornos bem específicos, como se pode ver. Uma nova cidade satélite se forma, fruto dessa luta, entretanto também resultado da não permanência daqueles moradores no seu local de origem. Del’Isola e Boianovsky (2012) confrontam a memória de Sobradinho com a de Taguatinga colocando nessa balança, inclusive, a forte influência da Vila Amaury para o primeiro caso. Segundo eles, a “origem daquela cidade satélite” estaria ligada a um “acordo entre indesejados e NOVACAP”, o que tornaria o seu esquecimento “conveniente” (p. 383). Conforme Boianovsky e Del’isola, (2012) atentam para o discurso oficial:

É importante ressaltar a diferença de tratamento que a história oficial de Brasília dispensa a respeito do surgimento de Taguatinga e de Sobradinho. No primeiro caso, embora explicitando seu incômodo com a presença dos candangos não previstos, a NOVACAP assume para si os méritos (*ibid.*, p. 381).

A associação possuía tarefas e demandas bem diversas também como consequência de uma situação em que não somente se pleiteava o direito de se fixar, mas o direito de se transferir em condições humanas e dignas. Nesse bojo, também entra a dificuldade da obtenção de renda, capacitação, e todos os transtornos que aquela mudança, difícil de contornar, causaria àquela população. Apesar de Sobradinho ter sido o principal polo receptor, a própria comissão da NOVACAP responsável pela transferência da população apontou Taguatinga como uma segunda opção, ainda que alertasse para a insuficiência de espaço nessa cidade (BRASÍLIA, 1959). Uma pequena parte da comunidade foi levada para Taguatinga, onde se utilizaram de restos de madeiras das obras do centro da cidade para o levantamento de aproximadamente 100 casas, em fevereiro de 1960, como aponta Brito (2009a, p. 91). Houve a transferência de uma parte da população também para o Gama, cidade fundada também em 1960 com a função de receber populações retiradas de outras ocupações, tais como da Vila Planalto e do acampamento da barragem do Lago Paranoá (COSTA, 2011).

Com a sua primeira planta urbanística apresentada em fins de 1959 e fundada em maio de 1960, Sobradinho teve como motivação a expulsão de uma população de trabalhadores de um local próximo do Plano Piloto, com a alocação dessa população em uma nova cidade distante do centro planejado (BRITO, 2009). Situação muito semelhante ocorre com Taguatinga em relação a Vila Sarah Kubitschek³², em 1958, o que demonstra que a expansão regional de Brasília nesses primeiros anos é muito pautada por uma política de erradicação de favelas (SIMÕES; ALVIM, 2015). Muitos autores (HOLSTON, 1993; SIMÕES; ALVIM, 2015) apresentam a perspectiva que, apesar da influência da Vila Amaury nas cidades do Gama e de Taguatinga, Sobradinho foi criada especificamente para o fim de abrigar essa população, o que tem concordância com o documento de transferência da ocupação enviado para Ernesto Silva (BRASÍLIA, 1959).

³² Curioso observar que enquanto na Vila Sarah Kubitschek o nome da ocupação partiu de uma estratégia de luta dos próprios moradores com o intuito de chamar a atenção e evitar a repressão da GEB, colocando o nome da própria primeira dama no assentamento (COSTA, 2011), no caso da Vila Amaury o nome veio a beneficiar justamente um aspirante político, funcionário da NOVACAP, como estratégia populista. Ambas ocupações reivindicaram a fundação de novas cidades como forma de garantir suas permanências no Distrito Federal.



Figura 26 - Habitações na Vila Amaury em 1958. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

Assim, a Vila Amaury, ou Núcleo Provisório do Bananal (HOLSTON, 1993), nome oficial, foi uma vila constituída por candangos à norte-nordeste da Vila Planalto que resistiu durante o período de 1958 a 1960. Essa ocupação se destacou das demais até então por ter sido fruto de um acordo temporário entre a NOVACAP e a população que ali se instalou, além de um certo clientelismo, conforme sugerem alguns autores (BOIANOVSKY; DEL'ISOLA, 2012; RIBEIRO, 2008). A constituição da Vila Amaury foi permitida e até aventada por atender um duplo interesse: por parte da NOVACAP, era desejado reunir aquela população pobre antes espalhada em diversas localidades pelo território em um só lugar, em prol de maior controle e disciplina; para Amaury, pessoalmente, se tratava de um palanque político, uma forma de capitanear aquela população em proveito das suas aspirações como deputado estadual pelo PTB (BOIANOVSKY; DEL'ISOLA, 2012; RIBEIRO, 2008).

Essa permissão é permeada de ambiguidades, tanto do ponto de vista jurídico, quanto do construtivo, quanto da perspectiva do planejamento, já que a vila possuía elevada densidade populacional e visível informalidade construtiva, com traços arquitetônicos típicos de favelas. Aliado ao contexto de não haver nenhum projeto de infraestrutura urbana básica e arruamento, havia um crescimento pautado pelas necessidades dos próprios trabalhadores que ali moravam. A Vila Amaury, segundo alguns relatos, acabava complementando algumas demandas por também estar próxima da Vila Planalto (NEIVA, 2017).

3.2. A Vila Amaury de dentro



Figura 27 - Família em habitação na Vila Amaury em 1959. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

Neste segmento, convido os entrevistados, reunidos de diferentes fontes e contextos, a um diálogo a respeito do que foi a experiência da Vila Amaury de quem a viveu de dentro. Nem

todos os personagens aqui reunidos foram moradores da Vila Amaury, mas todos tiveram a experiência de morar em Brasília durante seu período de construção, anterior à inauguração oficial da cidade, e foram atravessados pela ocupação em sua jornada. Compreendo que o período de construção da cidade foi bem mais elástico do que a data da sua inauguração, porém, como a inauguração foi emblemática no sentido de determinar o represamento final do lago e, por conseguinte, a remoção da população alocada na Vila Amaury, determinei aqui esse recorte aproximado.

Antes de continuar, primeiramente gostaria de contextualizar as fontes das quais os entrevistados vêm. O Programa de História Oral, parte do projeto “Memória de Construção de Brasília”, do Arquivo Público do Distrito Federal, ArPDF, tem uma contribuição significativa para esse trabalho, com entrevistas realizadas entre os anos 1990 e 2002 com pessoas que vieram para Brasília na época de sua construção. Além desse, também contribuíram de maneira considerável as entrevistas realizadas por Neiva (2017), em especial porque o seu trabalho já constitui um filtro importante por abarcar somente ex-moradores ou conviventes da Vila Amaury. A entrevista de Eustáquio Rezende realizada em 2020 foi obtida graças à contribuição de um companheiro jornalista, em um projeto que levantou entrevistas com antigos empreendedores de Brasília.

Os documentários de Vladimir Carvalho (CARVALHO, 1990; FELDMAN; CARVALHO, 1979) estão disponíveis em plataformas de sítio eletrônico³³, e ainda que tenham estreados nas décadas de 1990 e 1970, foram majoritariamente produzidos durante a construção da capital. Essas últimas fontes são as mais difíceis de achar informações a respeito dos trabalhadores que concedem as entrevistas, como sua origem, idade, nomes ou ocupação. De maneira mais tangencial, também inseri algumas entrevistas contidas em um programa documentário transmitido pela Rede Globo³⁴, no dia 18/11/2023, sendo alguns entrevistados do referido programa também presentes em outras fontes, como em Neiva (2017).

Em algumas entrevistas tive o acesso completo à sua transcrição: é o caso das entrevistas realizadas pelo ArPDF (FERREIRA, 1997; MATTÃO, 2002; MENDONÇA, 1990; MOURA, 1997; SANTOS, 1990) e da entrevista com Eustáquio Rezende (REZENDE, 2020), realizada pela agência “Des.complica” em parceria com o grupo “Empreendimentos Brasília” (ROCHA, 2020). Nesses casos, utilizei como referência o próprio entrevistado nas citações.

³³ Ver capítulo “Referências Bibliográficas”.

³⁴ “Vila Amaury, Cidade Submersa”, disponível no canal de assinatura “GloboPlay” pelo endereço de sítio eletrônico < <https://globoplay.globo.com/vila-amaury-cidade-submersa/t/SXgZWB8tbz>>. Ver capítulo de referências bibliográficas.

Em casos como os entrevistados por Carvalho (1990; 1979) ou Neiva (2017), em que não tive acesso à íntegra da transcrição mas aos trechos que foram publicados em seus trabalhos, coloquei como referência os autores que seriam os principais responsáveis pela obra como um todo, e não os entrevistados, já que entendo que esses trabalhos são permeados de pesquisas de outras naturezas para além dos relatos orais, assim como mais camadas de tratamento e curadoria.



Figura 28 - Exemplo de moradia feita a partir de sacos de materiais usados na construção civil, na Vila Amaury. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

As origens da Vila Amaury antecedem o seu reconhecimento pela NOVACAP, ainda que esse reconhecimento tenha sido fundamental na consolidação do assentamento. Foi a partir das ações da companhia que se iniciou a remoção de barracos espalhados por vários locais do território da capital para que se reunissem na ocupação que viria a ser submersa. Ainda que essa origem seja nebulosa, não são poucos autores ou entrevistados que apontem uma conexão com a Sacolândia. Da forma como Simões e Alvim (2015) expõe essa relação, Sacolândia seria até mesmo um outro codinome para a ocupação, assim como Vila do Bananal, por exemplo. Já Boianovsky e Del’Isola (2012) se expressam de uma maneira que dá margem à interpretação

de que Sacolândia teria sido uma ocupação distinta: “diferentemente da Sacolândia e da vila Sarah Kubitschek, a Vila Amaury foi fruto de um consenso temporário entre a NOVACAP e os candangos não previstos” (p. 378). Ou seja, por essa sentença, podemos aferir que a Sacolândia e a Vila Amaury não foram exatamente a mesma ocupação, ou não estavam no mesmo lugar.

Essa ligação foi primeiramente percebida quando fui pesquisar a respeito dos registros fotográficos dos barracos de candangos realizados por Marcel Gautherot, no período em que esteve em Brasília durante a construção da cidade (NAVARRO, 2017). No site do Instituto Moreira Salles³⁵, detentor dos direitos autorais, existia uma indicação que ao mesmo tempo aquelas fotos foram tiradas na Vila Amaury, no campo “local”, enquanto o título da foto indica a Sacolândia. Entretanto é curioso observar que algumas dessas imagens foram registradas em 1958, antes da NOVACAP começar a tomar alguma ação a respeito da Vila Amaury ou mesmo reconhece-la, além do que, as fotos evidenciam um assentamento bem menos povoado do que os relatos contam. Inácio de Lima Ferreira³⁶, primeiro entrevistado que convido para contribuir com a reconstrução da memória da Vila Amaury, nasceu em 1923 e era funcionário da companhia durante a construção da capital (FERREIRA, 1997). Dentre os entrevistados, é um dos poucos que conta a história como alguém que fez parte da instituição³⁷. A respeito desse enlace entre a Vila Amaury e a Sacolândia:

Aí diziam: ‘Como é que nós vamos tirar a Sacolândia? E agora?’ Aí doutor Ernesto Silva e Mário Meireles tudo estudando. A ideia do Sayão, queria pôr eles na cota mil, abaixo da cota mil. ‘É mesmo? Abaixo da cota mil do lago?’ O lago ia encher e não fica ninguém, sai. Você vê que malvadeza. Nós começamos a levar o pessoal, tirar de lá. As Pioneiras, naquele tempo eram as Pioneiras mesmo, ajudava a Legião Brasileira de Assistência também. Arrancavam madeira das construções que sobravam e levavam para lá e iam fazendo os barracos. Aí nós levamos para lá, mas tudo abaixo da cota mil, que o lago é a cota mil (*ibid.* p. 10).

A história da Vila Amaury, teria começado, dessa forma, com a história da Sacolândia, de acordo com o funcionário da NOVACAP. Indo além, na realidade, aquelas “pequenas favelas” (BRASÍLIA, 1959, p. 3), citadas no documento encaminhado para Ernesto Silva, deveriam ser, presumidamente, a Sacolândia, ou “as sacolândias”. Essa é a interessante saída que Sampaio (2016, p. 26), por sua vez, propõe: o autor pluraliza o termo, apresentando a visão

³⁵ O site atualizou recentemente a ficha catalográfica das fotografias e colocou no campo “local”: “Vila Amaury (também conhecida por Sacolândia)”. Ver: <https://ims.com.br/titular-colecao/marcel-gautherot/>. Acessado por último em 10/11/2023.

³⁶ Entrevistado pelo Programa de História Oral do ArPDF, por Marli Guedes da Costa, Tereza Eleutério de Sousa e Marco Aurélio de Lemos Santos.

³⁷ Considerando que a GEB (Guarda Especial de Brasília) fazia parte da divisão de segurança da NOVACAP, temos apenas um outro entrevistado, Severino Santos (SANTOS, 1990).

de que “Sacolândia” seria um nome genérico dado não a uma ocupação específica, mas àquelas ocupações cujo traço mais característico seriam os barracos feitos a partir de sacos vazios de cimento – as “sacolândias”. Faço um parêntese para dizer que essa não é uma forma comum, entretanto, dos entrevistados se referirem a essas – ou a essa – ocupações, sendo o mais comum de fato o emprego do nome próprio e singular, como o próprio Inácio de Lima diz.



Figura 29 - Moradias na Vila Amaury, em 1958, ainda antes do seu reconhecimento pela NOVACAP, quando se chamava Sacolândia. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

Ainda conforme conta Inácio, por pouco não fora somente a Sacolândia objeto dessa política de remoção para o lago, já que, até que o Núcleo Bandeirante conseguisse de fato se fixar e assegurar a sua permanência, esse também sofrera ameaças: “Porque o Sayão não queria o Núcleo Bandeirante ali, [queria] o Núcleo Bandeirante abaixo da cota mil do lago, porque quando enchesse o pessoal saía, como aconteceu com o pessoal de Sobradinho, que nós levamos da Sacolândia” (FERREIRA, 1997, p. 2). Os relatos de Inácio tensionam a operação política que deu origem à Vila Amaury, pois, se de um lado, a ocupação e a sua localização dentro do lago já eram previstas, sendo uma operação cogitada também para o próprio Núcleo

Bandeirante anteriormente, por outro lado também fez parte de uma ação populista de um funcionário de dentro da própria NOVACAP, Amaury Almeida. De certa forma, se perde um pouco em que medida se deu a participação do funcionário já que se ponderava essa operação desde antes. Inácio de Lima, que também era funcionário da NOVACAP, tem a sua perspectiva do líder que apelidou a vila:

Porque o Amaury era muito sem vergonha, ele trabalhava comigo, ele mandou por uma faixa dele: “Vila Amaury”. Ele gostava de se promover. Vai ver que já estava pensando num dia vir eleição pra cá. Ele trabalhava com o Tavares, doutor Tavares e Ernesto Silva. Aí lá chamava-se Vila Bananal, cota mil pra baixo. Aí ele pegou, mandou por uma faixa: “Vila Amaury”. Aí pegou Vila Amaury, nós deixamos Vila Amaury (FERREIRA, 1997, p. 29).

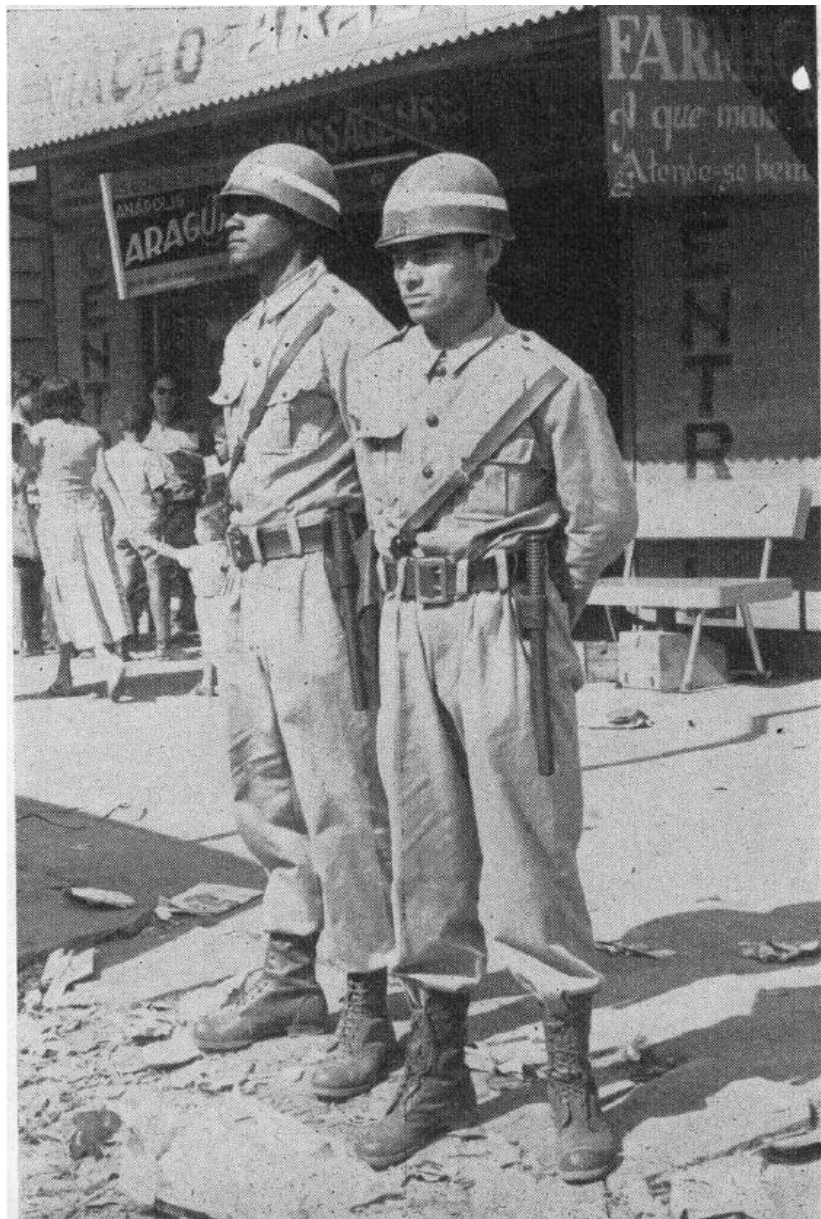


Figura 30 - Dois membros da Guarda de Brasília na Cidade Livre, que à época, era dividida em Guarda Rural e Guarda Policial (NACIONAL, 1959a).

Outro entrevistado com o qual dialogo dá bastante ênfase ao Núcleo Bandeirante enquanto um local de vida comercial e de lazer pulsante. O lazer e o comércio, aliás, são dimensões bastante exploradas pelas perguntas da série de entrevistas do Arquivo Público do Distrito Federal. O nome desse entrevistado é Severino Manoel dos Santos³⁸, natural do estado da Paraíba. Possuía 60 anos na data da entrevista realizada em 1990, em sua residência, em Brazlândia (SANTOS, 1990). Veio a Brasília, primeiramente, para trabalhar na construção civil, mas por ter tido a experiência de servir o exército durante alguns anos antes de se mudar, serviu à guarda da nova capital pouco tempo após a sua chegada. É interessante o seu testemunho por apresentar uma visão que vem de dentro da instituição que detinha o monopólio da força, uma perspectiva que nenhum outro entrevistado tem, ainda que carregue todas as suas idiossincrasias:

Havia a Guarda Policial, que chamava-se com a sigla de GP, e a Guarda Rural, que tinha a sigla de GRN. A GRN era Guarda Rural da NOVACAP e a GP, Guarda Policial. (...) Atribuições, a Guarda Policial tinha atribuição de dar segurança ao setor urbano. O setor urbano... qual era? Era o Núcleo Bandeirante. Cidade Livre na época (*ibid.*, p. 3).

A respeito do Núcleo Bandeirante, ou Cidade Livre, Severino destaca a sua função enquanto “acampamento de abastecimento da nova capital” (SANTOS, 1990, p. 2) e sublinha de maneira bastante enfática o movimento do local. Diz o entrevistado que mesmo os migrantes quando vinham, ficavam vislumbrados:

Aquele Bandeirante, era uma coisa assim, quem chegava de fora, ficava terrivelmente entusiasmado com aquilo, porque era gente demais. Era alto-falante... era microfone no meio da rua, tocando música sertaneja, era boate para tudo quanto era lado. Era um movimento terrível aquele Bandeirante, chamava-se a cidade de madeira (*idem*).

Severino me apresenta uma perspectiva interessante de como podem ter começado a surgir as “vilas de papel de cimento” (SANTOS, 1990, p. 4), ou sacolândias. Ele fala das condições das vilas em Brasília, e, como muitas pessoas vinham atrás dos empregos das construtoras sem contrato, acabavam se aglomerando em volta do Núcleo Bandeirante. A pedido de Israel Pinheiro, a guarda começou a trabalhar, de acordo com Severino, no sentido de impedir essas formações em volta da cidade. Assim, ele descreve as condições das vilas em geral:

³⁸ Entrevistado pelo Programa de História Oral do ArPDF, por Vera Lúcia Pereira Duarte e Ana Claudia Brandão Gracindo.

E o pessoal que vinha, sem contrato com a companhia, aglomerava no Bandeirante de uma maneira... que ficou uma coisa horrível. Era família amontoada uma por cima da outra, é... aquela meninada, aquela coisa horrível. E o, o doutor Israel Pinheiro vendo aquilo... baixou uma ordem para que esta guarda comandada pelos seus chefes, fossem para as estradas proibir a entrada de pessoas, de famílias sem contrato de companhia, para ir direto para os acampamentos das companhias, porque todas as companhias tinham seus acampamentos (*ibid.*, p. 4).

Entretanto, a partir do momento em que essas famílias eram impedidas de se alocarem ao redor do Núcleo Bandeirante e assim eram enviadas aos acampamentos de construtoras, aliado às dificuldades que encontravam no caminho, começavam a criar esses barracos de papel espalhados por outras localidades: “Faziam aquelas vilas colocava a família lá, a família se virava com madeira, tábua, fazia barraco de papel, de cimento. Fazia uma vila de papel de cimento. Mas... não ficava no Bandeirante” (*idem*). Tanto Severino quanto o entrevistador, voltam a se referir à Sacolândia como nome único, próprio, mas a Sacolândia à qual se referem agora é uma ainda diferente das primeiras que eu apresentei parágrafos acima.



Figura 31 - Crianças brincando na Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante. A fonte não especifica o local exato, porém é bem possível supor, a partir do relevo e das características das construções, que se tratava de alguma ocupação localizada nos arredores da cidade. Foto tirada pelo fotógrafo Thomaz Farkas. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

Em um determinado período, em que não foi mais possível conter a formação de favelas em volta do Núcleo Bandeirante, Severino conta que, voltando de um serviço que a guarda teve que prestar em Luziânia, encontrou muitas famílias rejeitadas pelas construtoras montando os seus barracos próximos à cidade. Essas famílias foram mandadas para Taguatinga,

diz o entrevistado. Se tratava da Vila Sarah Kubitschek³⁹, o que reforça a ideia de que várias ocupações eram nomeadas dessa forma:

Regressei... junho. Cheguei na sede, estavam sendo dispensadas estas famílias, aquela coisa toda, foram criando uma invasão no Bandeirante, na cidade-satélite, uma invasão de papel, ficava ali uma Terceira Avenida. É uma invasão ali horrível: uma cidade de papel, saco de cimento.

(VL) - Sacolândia.

(SS) - É. Foi quando o presidente criou as cidades-satélites, sendo a primeira Taguatinga... Esta invasão, os primeiros habitantes de Taguatinga, foram ocupada por essa invasão da Cidade Livre. E cada caminhão que trazia as famílias para dentro do cerrado lá de Taguatinga, que era um verdadeiro cerrado (*ibid.*, p. 5).

O entrevistado conta, no entanto, que a remoção dessas pessoas não era aceita de forma passiva pela população e que havia resistência, “aquela revolta de sempre” (SANTOS, 1990, p. 5). Dessa forma, é importante observar o papel fundamental que o Núcleo Bandeirante desempenha na trajetória da população, principalmente aquela que viria a ocupar a Vila Amaury. Essa cidade era o centro de aglutinação dos migrantes, por onde orbitava o lazer e o comércio, que a essa época em Brasília eram escassos em outros locais. Ainda que a NOVACAP e as guardas de Brasília tentassem controlar, era o local onde se tinha demanda e se oferecia mais serviços em uma cidade que estava em período de construção, tornando-se assim um centro de atração de migrantes por excelência. É possível observar isso a partir do relato de Eustáquio (REZENDE, 2020), por exemplo, que teve uma experiência, nessa mesma época, limitada somente a Sobradinho e à própria Vila Amaury.

Eustáquio Rezende⁴⁰, nascido em 1944, é natural de Esmeralda, Minas Gerais, mas antes de ir para a capital da República em construção, em 1957, morou em Ceres e, seguidamente, em Goiânia. Morou na Vila Amaury e em virtude da sua inundação ele e sua família se mudaram para Sobradinho, onde fundaram a empresa de material de construção que prossegue em pleno funcionamento. A respeito do lazer durante esse período na capital em construção, Eustáquio diz:

Naquela época as opções de diversão eram muito pequenas. Tem muito mais opção que nós tínhamos na época. No máximo a gente tinha um cinema, hoje

³⁹ Ocupação formada nos arredores do Núcleo Bandeirante, que dera origem à Taguatinga, e que contou com uma interessante tática de usar o nome da primeira dama como forma de causar comoção nas autoridades públicas. Em um dia de visita do presidente, cartazes como “Viva o presidente Juscelino” e “Fundamos a Vila Sarah Kubitschek” foram colocados na entrada da cidade (SAMPAIO, 2016, p. 72).

⁴⁰ Entrevistado pelo projeto “BSB60: Brasília e seus pioneiros”, de edição e revisão de Taís Rocha, e realização pela agência “Descompli.ca”. O nome da entrevistadora não é mencionado em nenhum local assim como a data exata da entrevista. A data de publicação da versão final do livro é de abril de 2020.

tem tanto setor, tantos parques de diversão, tem o Lago Paranoá, então Brasília mudou muito, em todos os sentidos nesses últimos anos (*ibid.*, p. 3).

Não era somente o Núcleo Bandeirante o centro de atração dos migrantes. Por certo que fosse o primeiro, no que tange ao lazer e muitos serviços, esse caráter era bastante presente na Vila Amaury, tal qual. João Batista Moura⁴¹ (MOURA, 1997), outro entrevistado do Programa de História Oral do ArPDF, chegou em Brasília em 1958 fugindo da seca que assolou a região que morava no estado da Paraíba. Diz ele que até então sua família conseguia viver bem a partir da produção rural no sertão, onde produziam milho, feijão e arroz, por exemplo. O encontro entre ele e as entrevistadoras aconteceu em 1997, em sua residência, em Taguatinga. A sua chegada deveria ser diretamente na Vila Amaury, porque, segundo ele, naquela época, a primeira parada era sempre “ou a Vila Amaury ou Núcleo Bandeirante, que é a cidade livre” (*ibid.*, p. 5), evidenciando, assim, a importância de ambas ocupações para a população que chegava na capital em busca de trabalho.

Essa problemática atravessa as histórias de vários dos entrevistados, como a de Maria Osanette, entrevistada por Neiva (2017), que cuja família saiu do Rio Grande do Norte em 1958 também devido à seca que assolou a região, se mudando, assim, para a Vila Amaury com apenas 11 anos de idade. Nessa década, a região nordeste já havia se tornado um centro de atenção com estudos e pesquisas voltados a compreender questões econômicas e disparidades regionais, o que abrangia as dificuldades climáticas desses estados. Duarte (1958) reúne estudos de diversas origens a respeito das secas nesses anos finais da década de 1950, o que inclui relatórios do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) e um texto de diagnóstico enviado ao presidente Juscelino Kubitschek em 1959 a respeito dessa conjuntura.

Os dados da ETENE simbolizavam a dimensão desse transtorno social ao reunir dados referentes aos postos meteorológicos da região definida como Polígono das Secas, estimando uma área de cerca de 65.000 km², o que abrangeria uma população de 7 milhões de habitantes, acelerando inclusive, conforme indicado em alguns desses estudos, a concentração fundiária na região com a expulsão dos pequenos proprietários (DUARTE, 1958). O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, que elaborou o estudo encaminhado ao presidente em 1959, chegou a propor uma política de deslocamento da população dessa região semiárida para o território que seria parte do Maranhão, com vistas a que essa população tivesse condições adequadas para sustentar sua economia doméstica a partir do trabalho rural. Coincidente com os anos de construção de Brasília, porém, não seria realista que tal proposição pudesse competir

⁴¹ Entrevista realizada por Tereza Eleutério de Souza e Flávia Gleice dos Reis.

com a atração migratória que a nova capital do país magnetizava com as notícias promissoras de oferta de trabalho e renda.



Figura 32 - Habitação improvisada sendo construída por trabalhador durante a construção da capital. Local não especificado pela fonte. Fonte ArPDF. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio>. Acesso em: 26/02/2024.

Essa tensão econômica regional penetra as falas dos interlocutores, como a de Inácio de Lima, que ao narrar o processo de desmatamento do lago, do qual afirma que fez parte, inclui em sua história os piauienses que o ajudaram, pois “eram mais fáceis de lidar”, porque “era uma miséria na economia, quem vinha para cá dos cearenses, tudo era uma miséria na economia” (FERREIRA, 1997, p.10). A concluir a partir da fala de alguns entrevistados, como de Inácio, essa crise da região do semiárido foi de certa forma instrumentalizada pela empreitada da construção da capital, já que dessa forma se tornara disponível um grande contingente de mão-de-obra barata.

Porque o mau de Brasília foi isso. Quando nós estávamos fazendo Brasília deu duas secas no nordeste seguidas. E foi a salvação de Brasília porque o paulista não vinha para cá não, nem o carioca, nem o gaúcho não vinha não, quem veio foi o nordestino.

(entrevistador) O senhor se lembra que ano que foi a seca?

Cinqüenta e sete e foi seguida, duas secas seguidas, porque lá tem cinco anos seguidos de seca às vezes. Aí veio um contingente muito grande para cá. E eles até debaixo de um pé... Não vê aí como eles ficam nas barracas? Foi um pé de planta, um pé de árvore e fica debaixo. É barato, é uma mão de obra barata e

não exige muito. Já o paulista exigia. Você trazer um paulista para cá, tinha que dar todas as condições (FERREIRA, 1997, p. 9).

Um relato comum de muitas testemunhas da Vila Amaury entrevistadas por Neiva (2017) era de que a Vila era repleta de crianças, em decorrência de ter muitas famílias, e que tinha uma pulsante atmosfera de lazer. Elizabeth Fernandes Neves, natural de Goiás e nascida no ano de 1952, morou na ocupação durante o ano de 1959, enquanto era criança, e seu pai foi comerciante durante esse tempo. Contudo, segundo a entrevistada, o comércio de seu pai não “deu certo, o lugar era ruim...” (*ibid.*, p. 88). Ademais a entrevistada conta que, enquanto criança, se divertia bastante na Vila Amaury, e que sentia muita liberdade: “Lembro da liberdade... Eu era criança e brincava muito. Não sabíamos de violência por lá.”. Em outro trecho, a mesma interlocutora diz que “tinha lembrança boa da Vila Amaury”, pois “era criança, tudo era bom” (*idem*).

Maior parte dos entrevistados de Neiva (2017) reforçam esse aspecto no assentamento. Da perspectiva deles próprios, poderia até ser considerado como um lazer simples, porém é também uma forma legítima da apropriação daquele espaço pelas famílias da população trabalhadora e de expressão do seu modo de ser, dentro de suas possibilidades materiais – e também temporais. Esse aspecto torna a Vila Amaury um território distinto de alguns espaços dentro da capital nesse período, a exemplo dos acampamentos de construtoras, que por sua vez possuíam um rígido controle formal e social do espaço. Como Ribeiro (1991) coloca, nesses outros espaços a esfera do trabalho invadia os outros âmbitos, influenciando inclusive na diversão dos trabalhadores. O fato de que muitas famílias eram permitidas na ocupação, ou que até mesmo isso fosse a única opção delas, permitiu também esse encontro com a memória de crianças nesse período de erguimento da cidade e de seu espírito lúdico.

Toninho de Souza (NEIVA, 2017) se mudou da Bahia, local onde nasceu, em 1957 e veio para Brasília com apenas 6 anos de idade. Primeiramente a sua família montou o barraco no Núcleo Bandeirante, porém, reforçando a típica trajetória que trouxe acima, logo se mudaram para a Vila Amaury, onde construíram um barraco de madeira: “Quem era solteiro ficava morando nos alojamentos das firmas. Quem tinha família, ia para as vilas. Era o caso do meu Pai, que já tinha filho...” (*ibid.*, p. 82). Ainda que seu pai tivesse trabalhado na construção civil, a trajetória de trabalho da sua família nesse período também é permeada pelo comércio e prestação de serviços. Ainda morando na Cidade Livre, sua mãe montou uma cantina na quadra 507 Sul, construída a partir dos mesmos materiais tão citados durante esse trabalho: “telhas de chapa asfalto, de papelão e os sacos de cimento vazios, dobrados como escama de peixe” (*idem*). Quando chegou na Vila Amaury, sua família logo montou um comércio: “tínhamos uma

venda na rua, que vendia balinha, bolo. Naquela época comecei a estudar o abc, com professora particular – foi meu primeiro contato com a leitura - quando aprendi a escrever.” (NEIVA, 2017, p. 82).

Eunice Pereira, ou Soberana, como é mais conhecida, piauiense nascida em 1949, também fala a respeito de uma escola na vila, quando morou lá. Não entra em detalhes a respeito do tipo de financiamento ou manutenção de escola, mas diz que a disciplina era exigente: “lá no Piauí a gente aprendia o alfabeto lê mê nê... Aqui diziam na escola que era ele, eme, ene... E na escola aqui era assim, quando a gente “errava” o alfabeto: “tá fora, vai procurar outra escola” (*ibid.*, p. 67). Segundo Espedito, natural de Pernambuco, que morou oito meses na Vila Amaury, a escola da Vila Amaury era paga e administrada por uma mulher, “uma cearense, que ensinava às crianças. Mas era pago, os pais tinham que pagar. Não tinha escola não... Veio a ter escola aqui em Taguatinga, em 60. Escola particular” (NEIVA, 2017, p. 77). Essas narrativas mostram a riqueza dos espaços e da sociabilidade na vila de uma forma que os dados não alcançam ou que dificilmente a vemos representada quando essa é citada a partir de fontes exógenas. Geralmente a compreensão que se tem de uma ocupação como a Vila Amaury, pela sua precariedade e temporalidade é a de que se trata de um espaço rarefeito em sua diversidade de serviços e atividade econômica.

A população, quando possuía alguma alternativa, com mais ou menos dificuldade que pudesse ter, se esforçava para preencher a ausência dos serviços do Estado, como aqueles educacionais. Além de Toninho, que cita a professora particular, e de Soberana, que fala a respeito da escola, Suzana⁴² (MENDONÇA, 1990) se refere a uma farmácia quando narra uma difícil situação que passou na ocupação em que sua filha ficou doente. Suzana é natural do Rio Grande do Norte e nasceu em 1929, sendo que na data da entrevista tinha 61 anos de idade. Veio de família pobre e depois viveu sob a guarda de família adotiva durante sua infância e adolescência. Antes de chegar em Brasília, morou em Fortaleza, Belo Horizonte, Capinópolis e Itumbiara: uma trajetória de migração complexa, algo que costuma cruzar-se na vida dos entrevistados. Durante esse trecho da entrevista ela cita a existência de uma farmácia, cujo dono tinha o apelido de “Antônio Japonês”:

E eu fiz ca... finca-pé, pulei do outro lado, com a menina que era para mim poder ir numa farmácia, que tinha lá na Vila Amaury, que o homem se chamava Antônio Japonês, era um homem excelente para tratar. E eu cheguei lá, consegui chegar lá. Eu falei: ‘Sim senhor, amanhã eu pago. Eu esqueci o dinheiro, eu saí tão... atarantada que eu esqueci o dinheiro, mas eu tô aqui na

⁴² Entrevistada pelo Programa de História Oral do ArPDF, por Marli Guedes da Costa e Ana Claudia Gracindo em novembro de 1990.

vila...’ Tal, tal, dei o meu endereço certo, o velho fez minha ficha e me entregou a menina e os remédios para amanhã eu ir lá pagar (*ibid.*, p. 14-15).



Figura 33 - Criança próxima de moradia na Vila Amaury. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.



Figura 34 - Criança próxima a moradia na Vila Amaury em 1959, com mulher ao fundo. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

O fato de a Vila Amaury ser predominantemente formada por grupos familiares e também por ser um assentamento autoconstruído permitiu a apropriação desse espaço pela população, inclusive por meio das crianças, de uma maneira que transgredia tanto o modo de fazer modernista quanto dos alojamentos. A experiência dos trabalhadores nesses espaços contrastava fortemente com a austeridade e hierarquia dos alojamentos, assim como a setorização marcada pelo projeto do Plano Piloto de Lúcio Costa. A vila era um espaço de grande comunhão, interação social no espaço público, nas ruas, e de certa transgressão à propriedade privada. Existe uma mistura espontânea entre o individual e o comunitário. A respeito das brincadeiras, por exemplo, Toninho diz:

Tinha muito quintal na Vila. Naquela época a gente brincava na rua... Se você já foi no Buritis, vê que as pessoas andam pela rua. Cachorro, galinha, tudo solto. Lá na Vila Amaury também: não tinha cerca, era uma casa do lado da outra, sem cerca. (...) As brincadeiras eram pião, bolinha de gude, carrinhos feitos de caixa de leite, lata de óleo, toco dos canteiros de obras, jardineiras de lata... (NEIVA, 2017, p. 83).

Luiz Rufino Freitas, ou Luizinho, outro entrevistado por Neiva (2017), é natural da Paraíba e veio para Brasília morar na Vila Planalto e na Cidade Livre, porém frequentava constantemente a Vila Amaury. A sua entrevista foi realizada antes dos outros entrevistados de Neiva (*idem*), em 2004, e apresenta a visão de quem era uma pessoa já adulta durante a existência da vila. Luizinho fala que a Vila Amaury era o melhor local para se fazer compras naquela região, sendo possível encontrar uma alta variedade de produtos, além de usufruir de algum lazer durante os finais de semana:

A Vila Amaury era o point dos finais de semana nossos. Lá tinha uma avenida principal, bem grande, com botecos dos dois lados. Essa avenida era quase toda de comércio, tinha poucas residências. As residências ficavam mais nas ruas pequenas. O comércio da Vila Amaury tinha de tudo, fruta, verdura, fazenda... O que mais tinha era boteco... Lá na Vila tinha também muito serviço de som, tipo forró, sertaneja. Os botecos tinham aquela vitrola de ficha, que você colocava moeda e pedia música... (NEIVA, 2017, p. 42).

Domingas (NEIVA, 2017) é outra que foi entrevistada no mesmo período que Luizinho, em 2004, quando tinha 56 anos, e seu relato também conjuga com a ideia de que a vila era um local animado, repleto de música e dança. Ela morava na Vila Planalto, mas teve uma convivência próxima da Vila Amaury e rememora a sua experiência junto a uma amiga sua baiana que lá morava. A sua perspectiva também parte de um ponto de vista de uma pessoa que vivenciou o local já após a infância e durante a juventude: “Era tudo muito animado, tinha muita festa, muito forró e muitos rapazes bonitos...” (*ibid.*, p. 37). Lamenta ao lembrar da inundação

e seu relato é uma mistura de contemplação e melancolia: “a beleza do Lago, que é uma obra de arte, e a tristeza de lembrar de tudo aquilo que ele inundou” (*idem*).

Evangelos Dimitrius Christakou, ex-morador da Vila Amaury de origem grega, viveu na ocupação durante a sua infância. Em entrevista à Rede Globo, ele descreve a “rádio” da Vila Amaury, que consistia em um poste com alto-falantes, o qual tocava músicas o dia inteiro, além de dedicatórias de moradores, mensagens de utilidade pública e propagandas do comércio local. Segundo a filha de Amaury de Almeida, em entrevista para o mesmo programa, o próprio pai havia instalado esse sistema de som, além da roda gigante do parque de diversões (VILLELA; KAMEL, 2023).



Figura 35 - Crianças à beira do Lago Paranoá, próximo da Vila Amaury, em 1960, quando as águas já começavam a chegar perto da ocupação. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

Com relação à configuração urbana da vila, o mergulhador José Ricardo Silva disse que parecia seguir, de maneira geral, um partido longitudinal na sua mancha urbana: “as casas, possivelmente seguiam as margens do Rio Paranoá. Era estreita e comprida, deveria ter 60 metros de largura, por um quilômetro de comprimento” (NEIVA, 2017, p. 35). A formação da

avenida principal citada por Luizinho, repleta de comércio e botecos, fonte de renda dos próprios moradores, deve ter guiado o crescimento do restante da vila. Luizinho prossegue, em outro trecho da sua entrevista, caracterizando essa avenida: “A Vila ia do fim da Vila Planalto, uns 500 metros, em direção Minas⁴³. Eu vi o Lago chegando nas casas, cobrindo tudo. Se ao Minas deixasse a Vila Amaury lá, como estava, hoje ela seria como o Paranoá é hoje, com aquela avenida comercial bem grande” (NEIVA, 2017, p. 42).



Figura 36 - Lavadeiras esticando as roupas ao sol, com moradias da Vila Amaury ao fundo, dando uma ideia de sua configuração urbana. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot em 1959. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

Apesar de Severino (SANTOS, 1990) afirmar que na cidade de Brasília não existia muitas opções de lazer nessa época, o mesmo narrador, em outro trecho de sua entrevista, afirma a dificuldade de se controlar os “ébrios” e compara, a respeito desse caráter em específico, o Núcleo Bandeirante com a Vila Amaury. Essa ambiguidade de ao mesmo tempo ressaltar a

⁴³ Minas Tênis Clube é um clube localizado no Setor de Clubes Norte, trecho 3, no Plano Piloto de Brasília.

escassez de opções de diversão e citar vários espaços de recreação é bem presente em sua entrevista – talvez o próprio entrevistado não qualificasse aquelas atividades como um tipo de recreação, da sua perspectiva. Como fazia parte da guarda de Brasília, fala a partir da sua visão de pessoa incumbida pela repressão e controle social – inclusive desses espaços. Segundo ele, os migrantes, que “nunca viram dinheiro no bolso”, chegavam na cidade e tinham o “bolso cheio de dinheiro, bebida à vontade” (ibid., p. 14). O entrevistado admite a truculência e a violência da GEB, e mesmo dizendo que não existia “delinquência” nem adulta ou infantil, usa como justificativa para a forma de procedimento da guarda esse aspecto boêmio da cidade. Esses eram os motivos da violência:

... ficavam ébrio, barbarizavam... Naquelas vilas, Amaury, Núcleo Bandeirante, a famosa zona boêmia do Núcleo Bandeirante, aquilo é uma coisa horrível, aquilo parecia uma selva em, em chama. Então... como pode uma polícia preparada entrar dentro de uma chama para lidar com chama. Então... só quem pode ir para dentro do fogo é quem é do fogo também” (SANTOS, 1990, p. 14).

A Vila Amaury, segundo Severino, era um dos lugares que recebiam, inclusive, circos ou parque itinerantes, assim como o Núcleo Bandeirante. A respeito das zonas boêmias, o entrevistado sempre enfatiza ambas as localidades, e quando perguntado a respeito da escassez de bebidas, ele nega: “Não, bebida era à vontade. E... para o setor masculino, as zonas boêmias, que havia no Núcleo Bandeirante, Vila Amaury, na famosa Vila Amaury” (SANTOS, 1990, p. 15). A perspectiva de Severino é que isso, na verdade, não era lazer, e sim que devido à falta de lazer, o que restava era a boemia.

E... não havia lazer nenhum. A Vila Amaury foi criada justamente para acomodar o pessoal dos acampamentos das obras, porque as obras estavam terminando e aqueles enormes acampamentos de sacos de cimento, teriam que ir para algum lugar. Então foi criada uma Vila Amaury com urgência. A famosa Vila Amaury, esse pessoal daquelas companhias foi todo colocado na Vila Amaury, abaixo da Planalto⁴⁴. Não tinha aquele lago ainda. Aquele lago ali tudo era vila. Então, havia o lazer que havia... não havia lazer. Havia aqueles parque de diversões, para tudo quanto era lado. (...) Circo, parque de diversões, tinha mais parque de diversões. A Vila Amaury, constantemente tinha dois, três. Bandeirante tinha muito também. Jogatina era demais e... setor boêmio. Não havia mais nada (SANTOS, 1990, p. 15).

A importância desses setores boêmios, no entanto, vai para além de uma simples função de lazer ou de expurgo do estressante cotidiano da população trabalhadora e merece um

⁴⁴ Construtora Planalto, que deu origem à Vila Planalto, comumente referida em relatos somente como “Planalto”, às vezes em feminino (CEBALLOS, 2005).

aprofundamento. Silva⁴⁵ (2011) desenvolveu um estudo etnográfico nas cidades de Rio de Janeiro e Fortaleza a respeito do significado do botequim para as classes populares e nos mostra que a dinâmica que se insere nesses locais, em especial aqueles que compreendem as periferias e frequentados pela população mais pobre, desenvolve complexas dinâmicas sociais. Essas dinâmicas não estão relacionadas somente ao lazer, como também servem de suporte para uma determinada comunidade, envolvendo inclusive relações de trabalho, circulação de informações, resoluções ou manifestações de conflitos, podendo estes serem ligados à posição ou identidade social de alguns indivíduos.



Figura 37 - Cidade Livre à noite durante a construção de Brasília. Fonte ArPDF. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio>. Acesso em: 26/02/2024.

Uma das razões pela qual esse espaço adquire esses significados também diz respeito à falência ou incapacidade de estruturas tradicionais de organização social cumprirem essas funções, tais como a família, por exemplo, e isso ganha uma proporção ainda maior quando se fala de uma cidade em construção cuja composição, ao completo reverso de outras cidades comuns, era formada predominantemente por grupos não familiares. Ganha relevância esses

⁴⁵ Faço uma observação a respeito de que a primeira publicação desse texto de Silva (2011) é datada de 1969, ou seja, a sua pesquisa de campo, presumo, deve ter sido realizada próxima então a época que pesquiso, dando ainda mais valia para o seu uso nesse trabalho.

outros espaços de sociabilidade não somente no que tange ao lazer, mas de conferir sentido à vida do indivíduo, principalmente aqueles indivíduos “mal integrados” ou “não integrados”, na mesma medida em que a família, por exemplo, é “reduzida à sua dimensão de mera instrumentalidade econômica”, contribuindo cada vez menos “para conferir um sentido à vida do indivíduo” (SILVA, 2011, p. 133).

Além disso, trago o fato que esses botequins da Vila Amaury, como é possível observar pelas falas de Luizinho, que não morava na vila, eram constantemente frequentados pela população trabalhadora de fora – em especial, pensando na proximidade com alojamentos das construtoras, muito frequentadas pelos peões de obra solteiros. Nesse caso, a vila passa a constituir, enquanto núcleo urbano, uma relação de complementaridade econômica, além de ponto de convergência entre os moradores solteiros dos alojamentos e as famílias da vila.

Silva (2011) percebe a existência de dois grupos dentre os frequentadores dos botequins em que fez seu campo: os que aparecem no estabelecimento depois do trabalho, e aqueles que vão antes de chegar em casa. Esse fenômeno ocorre porque no seu caso, das cidades grandes e já consolidadas, os espaços de “trabalho” e “casa” estão muito bem delimitados na vida do indivíduo, e a segregação urbana típica das capitais brasileiras exponenciam a distância entre esses dois locais. Eu poderia separar, hipoteticamente, os frequentadores entre aqueles que pertencem ao grupo dos alojamentos de construtoras, que viriam a consolidar a Vila Planalto futuramente, e aqueles indivíduos que de fato moravam “dentro da vila”. Luizinho, que era morador dos alojamentos, por exemplo, diz que a sua relação com a vila se dava principalmente a partir da “farra” (NEIVA, 2017, p. 43). Entretanto, um caráter importante que percebo pelos relatos orais é que ambos grupos se mesclam com muito mais espontaneidade.

Além disso, a condição que dá bastante sentido a essa categorização dada por Silva (2011) é a do tempo que aqueles que pertencem ao grupo que vão após o trabalho teriam de deslocamento para chegar em suas residências. Por conta do maior trajeto do indivíduo pertencente a esse grupo ser entre o botequim e a sua casa, e não entre o trabalho e o botequim, esses sujeitos tendiam a ser muito mais comedidos, no caso do estudo de Silva (2011). No nosso caso, com ambas ocupações tão próximas e portanto sem a dependência do transporte público de grandes distâncias, os horários deveriam ser muito mais coincidentes entre os frequentadores que vêm da Vila Planalto com aqueles que moram na Vila Amaury. Ainda que dentre os meus interlocutores não haja nenhum exemplo explícito como esse, não seria irrealista supor, entretanto, que fregueses de outras ocupações mais distantes frequentassem os bares da Vila Amaury, e aí nesse situação as observações de Silva (2011) cabem melhor.

Espaços como o do botequim, para além do que já foi exposto, também desempenham uma importante função econômica, especialmente no que tange às redes de trabalho e transição de mercadorias em geral (SILVA, 2011). Em relação à transição de mercadorias, por exemplo, a pesquisa identifica que constantemente os fregueses usam o espaço do bar tanto para vender artigos pessoais, por exemplo, quanto para penhorar esses artigos em troca de bebidas. Alguns objetos inclusive podem possuir uma circulação tão grande a ponto de voltarem para o proprietário original. Em relação ao empréstimo de dinheiro, o proprietário do boteco ou da birosca por vezes atua como agiota, assim como frequentadores entre si que podem em determinadas situações emprestar alguma quantia sem nenhum juro. Essas práticas acontecem em uma rede de relações altamente informal, dentro da qual existe uma certa construção de reputação para aqueles que pegam esse dinheiro emprestado (*idem*).

Um caráter ainda mais relevante para o caso de Brasília é que esses espaços poderiam servir como local de mercado para oferta de trabalhos por empreita e realizados por trabalhadores autônomos, conhecidos como “biscates”. Na pesquisa realizada por Silva (2011, p. 125), verificou-se que os botequins eram os “pontos”⁴⁶ para esses “biscateiros”, sendo não somente o espaço onde é possível encontrá-los para a oferta e demanda de algum serviço, como também o local onde esses sujeitos firmam parcerias para aqueles trabalhos que dificilmente seriam realizados individualmente.

Transpondo para o caso de minha pesquisa, evidente que devo fazer algumas ponderações. Ainda que esses trabalhadores que vieram para Brasília com a perspectiva de trabalhar na construção civil sejam trabalhadores fundamentalmente autônomos, já que seu trabalho é diretamente ligado à uma obra ou empreitada com um tempo a princípio delimitada, em nenhum momento os relatos indicam muitos intervalos entre um serviço e outro. Além disso, se tratava de obras complexas, com uma duração raramente curta, diferente do que acontece no geral em cidades consolidadas em que há a contratação para pequenas obras individuais ou reformas, sem falar que os espaços para a oferta e contratação eram bem delimitados e monopolizados pela NOVACAP.

Reunindo esses aspectos acima, creio que esse personagem do “biscateiro” dificilmente se assemelhava a esse ponto com o trabalhador que tipicamente frequentaria a zona boêmia da vila, ao menos em maior número. Também cabe considerar um recorte de gênero aqui: quando existiam, a maior parte dos “biscates” realizados na Vila Amaury eram feitos por mulheres e diziam respeito à complementação da árida e precária oferta de serviços que os

⁴⁶ Em referência ao local em que se “bate o ponto”, o horário de saída e chegada no trabalho.

alojamentos de construtoras possuíam, tais como a lavagem de roupas. Suzana (MENDONÇA, 1990) foi uma dessas trabalhadoras que morou na Vila Amaury e exercia sua função tanto na venda de refeições, levando em consideração a péssima fama que a comida dos alojamentos tinha, quanto lavando a roupa dos peões. Suzana lavava roupas, inclusive, para os trabalhadores da Pacheco Fernandes⁴⁷, onde sua história se cruzou com a história do massacre:

E eu tinha o nome deles tudo, tinha anotado num papel que era para saber camisa tal, camisa de linha tal, calça tal, nome tal, fulano de tal, tudo, tudo. Eu trazia uma caderneta para eles lerem e pegar as roupas deles. ‘Dona, morreu esse, morreu esse, morreu aquele.’ Só dos que eu lavava morreram cinco - dos que eu tinha levado a roupa para lavar - nessa história. Começou por uma comida, comida mal feita, e um cara reclamou, o outro também reclamou, alguém apelou e alguém apelou e foi essa mortandade toda... morreu essas pessoas aí. Eu não cheguei a ver os cadáveres porque eu vim para ver, mas não deixaram. E no outro dia que eu vim, já tinham levado (MENDONÇA, 1990, p. 13-14).



Figura 38 - Trabalhador não identificado contando a sua versão a respeito do Massacre da Pacheco Fernandes (CARVALHO, 1990).

⁴⁷ Tanto os relatos orais quanto fontes de outras naturezas afirmam que a origem do motim tinha relação com a comida estragada ou de má qualidade oferecida na cantina do alojamento. Os protestos, posteriormente, teriam sido reprimidos violentamente, dando origem ao massacre (CARVALHO, 1990; RIBEIRO, 2008; SANTOS, 1990).



Figura 39 - Dona Suzana Conceição, que, por coincidência, também é uma entrevistada do documentário de Vladimir Carvalho (CARVALHO, 1990).

O que mais se lê, na realidade, é que sobrava serviço para a quantidade de pessoas, sendo esse inclusive um motivo amplamente citado para a mudança dos entrevistados. Suzana (MENDONÇA, 1990, p. 8) diz que recebe o convite para ir a “uma cidade nova no território de Goiânia” a partir de uma amiga que, àquela época, além de citar a beleza da cidade monumental, também reforça a ideia de ser um local próspero: “que diziam que aqui era muito bom para trabalhar, a gente trabalhava, ganhava o dinheiro” (*idem*). Severino, que, antes de entrar para as guardas de Brasília⁴⁸ trabalhou na construção civil, por sua vez, diz:

... eu vim à procura de aventura, junto com o meu amigo Manoel Crisóstemo, mestre-de-obra, que eu vivia em obra sempre junto com ele. Mas, vim eufórico e continuei eufórico em Brasília. Aqui tudo era lindo, tudo era à vontade, dinheiro à vontade no bolso, porque a gente ganhava muito dinheiro mesmo. Peão naquela época ganhava dinheiro na obra, quando construía. Virava 24 horas por dia, dormia 2, 3 horas. O mestre-de-obra chegava, dizia, escalava, dizia: "Você, vai dormir 3 horas." De noite... 3 hora acordava para assumir no lugar do outro, porque a construção civil teria que fazer inauguração em data prevista, que era 21 de abril, e a construção de obra tinha que andar (SANTOS, 1990, p. 10).

O entrevistado ainda traça um paralelo, no sentido financeiro e de empregabilidade, do declínio da antiga capital, Rio de Janeiro, com a nova capital que surgia:

É, tinha que correr. E... quem sai de uma crise, inclusive de dinheiro conforme... era lá no Rio, que já estava escasso por causa de Brasília... Brasília

⁴⁸ Segundo Severino, a GEB surgiu apenas após o episódio da Pacheco Fernandes. Até então, haviam duas guardas: a Guarda Policial e a Guarda Rural. Ambas guardas fizeram parte do massacre, o que levou o presidente da República a enviar um general que faria o processo de união das duas guardas, sindicância e nova seleção na tentativa de remover os integrantes que agiam de maneira violenta, mantendo outros. Nesse processo que se instituiu a Guarda Especial de Brasília, em 1959 (SANTOS, 1990).

quando apareceu, o Rio caiu. Então já havia crise lá. Então eu cheguei eufórico e continuei eufórico, em Brasília (SANTOS, 1990, p. 10).

Dessa forma, é importante ponderar alguns pontos do estudo de campo realizado por Silva (2011) ao trazê-lo para a análise da Vila Amaury, tendo em vista, principalmente, que esse estudo foi realizado nas cidades do Rio de Janeiro e de Fortaleza. Ainda assim, não se pode excluir a relevância econômica da zona boêmia da vila e nem o significado desses espaços na experiência da população periférica da cidade nesse período. Além das questões enumeradas, também vale apontar que o estudo dessa dimensão escancara os conflitos da época, em especial com as forças de segurança. Silva (2011) mostra que a relação estabelecida com essas forças influencia, inclusive, na impermanência de determinados grupos nesses espaços ao longo do dia, tendo em vista a existência de rondas noturnas a partir de determinado horário:

... a partir daí, o número de frequentadores reduz-se muito, porque este é o horário em que a polícia começa a fazer a ronda noturna. Desse momento em diante, poucos fregueses que não possuem carteira assinada (cuja proporção é alta) permanecem no botequim. Isto porque a polícia costuma fazer visitas de surpresa aos botequins – denominadas ‘batidas’ – ocasião em que exige a exibição da carteira profissional como prova de trabalho. Em certas ocasiões, quem não a possui é ‘preso para averiguações’, podendo ser processado ‘por vadiagem’ (contravenção prevista no Código Penal) (*ibid.*, p. 120).

Ainda que exista somente alguns exemplos dos meandros que a guarda da capital utilizava para interceder nesses espaços boêmios especificamente, aos olhos de Severino (SANTOS, 1990, p. 14), integrante da guarda, esses espaços que “pareciam uma selva em chamas” eram os locais de maior repressão da instituição. Muito provável que os procedimentos fossem bem menos sofisticados do que os descritos por Silva (2011) em seu campo no Rio de Janeiro e Fortaleza, tendo em vista a maneira como a formação dessa guarda se deu. A esse respeito, por mais que Severino tente argumentar o oposto em um momento, ele próprio diz que existia um abismo jurídico com relação a essas guardas durante o período de construção da capital, falando com naturalidade de uma situação que aparentava ser bastante recorrente, ainda que empregada por muita violência:

...a sociedade de Brasília tinha conhecimento que a função desses guardas em Brasília não tinha poder jurídico, está entendendo? Não havia alicerce judicial para ação desses policiais, desses guardas. Inclusive nós não tínhamos delegado, não havia delegacia, juízes, não havia nada, não é? Era tudo feito na crua. O cara errava? A gente, a guarda pegava, amarrava ele, botava dentro de um quadrado de madeira que tinha abaixo da NOVACAP, 8 metros por 6 metros quadrados, botava lá dentro, ficava 3, 4, 5 dias lá dentro, depois soltava (SANTOS, 1990, p. 12).

O processo de contratação de pessoas que quisessem integrar a guarda se dava por meio de uma entrevista que, segundo Severino, o coronel Muzzi⁴⁹ analisava os documentos dos candidatos, perguntando suas origens e o que fazia na capital. Depois, aplicavam alguns “testeinhos”, que não envolviam conhecimentos teóricos: “Infelizmente a coisa era tudo correndo. E, Brasília não havia condições da polícia ser ocupada por intelectual. Porque não era polícia propriamente dita, era uma guarda. Então aí fez aquele testeinho em mim e me mandou para GRN⁵⁰, lá eu ingressei na Guarda Rural” (SANTOS, 1990, p. 3).

A dimensão da violência e da repressão aparece fortemente em um trecho da entrevista de Suzana (MENDONÇA, 1990). A entrevistada, algum tempo depois que deixou de trabalhar em uma pensão no Núcleo Bandeirante e se mudou para a Vila Amaury, presenciou o assassinato de um integrante da guarda de Brasília na porta de sua casa. Ela não conta os motivos, ou talvez nem ela mesma soubesse, porém esse assassinato resulta na derrubada de diversos barracos naquela região, com a forçosa transferência para o Gama.

É... mataram um soldado em minha porta, e eu fazendo careta para ganhar o Haroldo. Chegou um homem, estava lá no bar assim de frente, o homem chegou lá e bebendo lá uma coisa, o outro homem chegou, enfiou uma faca nas costas do homem e matou o homem. (...) Foi na minha porta que mataram esse homem, já premeditado. Mas vieram, arrancaram aqueles barracão todos que tinham, inclusive o meu e eu passando mal para ganhar o menino, mas não respeitaram essa, essa história não, arrancaram mesmo meu barraco e levaram para o Gama... (MENDONÇA, 1990, p. 5).



Figura 40 - Soldados da GEB (Guarda Especial de Brasília) em frente à administração da NOVACAP. Fonte ArPDF. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio>. Acesso em: 26/02/2024.

⁴⁹ Coronel Muzzi foi o primeiro chefe de polícia de Brasília, pela Divisão de Segurança da NOVACAP (TEIXEIRA, 1996).

⁵⁰ Guarda Rural da NOVACAP.

Esse episódio se passa em 1960, ou seja, já seria próximo da data em que a Comissão do Conselho de Bem-estar programava a transferência forçada das pessoas da Vila Amaury para outras cidades. Suzana teria sido uma dessas pessoas transferidas, caso, no meio do caminho, uma pessoa não a tivesse socorrido e oferecido um espaço para ela realizar o parto e aguardar a sua recuperação, ainda próximo da Vila Amaury, antes de ser levada para a cidade do Gama. João Batista (MOURA, 1997), à época do episódio de repressão na Pacheco Fernandes, morava na vila e se sentiu amedrontado por esse acontecimento. Diz ele que o massacre influenciou inclusive a volta de alguns candangos para as suas cidades natais:

- E também sobre o ocorrido na Pacheco Fernandes, como esse caso chegou a amedrontar alguns moradores de Brasília com a possibilidade de ficar na cidade ou não, com alguns desses que vieram até voltando para a sua cidade natal.

- Ah, desistiram de ficar em Brasília?

- É, não ficaram.

- Porque acharam muito rígido.

- É acharam... além, além do tratamento que tinha os candangos. Como era chamado na época. Aquilo... trouxe assim uma má impressão a respeito daquilo. Porque podia acontecer novamente, não é? (*ibid.*, p. 7).

A chacina da Pacheco Fernandes tem como origem um protesto ocorrido devido às más condições da comida no alojamento, segundo diversas referências ou relatos (CARVALHO, 1990; RIBEIRO, 1991, 2008; SANTOS, 1990). Entretanto, existe uma versão dissonante que chama a atenção pelo tom de criminalização dos operários desses acampamentos a partir do consumo de bebidas alcóolicas. A narrativa de Ernesto Silva⁵¹ a respeito do massacre destoa não somente pelo número de mortos do alojamento dessa construtora, mas também porque, conta ele, que o motim não teria sido iniciado por conta da má qualidade da comida ofertada pelas cantinas, e sim por conta de uma “bebedeira”. A partir dessa “bebedeira”, teria havido uma grande confusão, “baderna”, que envolveu somente os operários, o que teria obrigado a guarda da cidade a agir com violência. Na sua versão, teria havido somente um morto, contrastando fortemente com a narrativa de Suzana, que lavava roupas para os operários, apresentada páginas acima (CARVALHO, 1990, 1:50:25-1:51:46).

⁵¹ O privilégio dado a Ernesto Silva com relação à história de Brasília inclusive é tamanho que possui um fundo no ArPDF em seu nome, além de ser autor de diversas publicações a respeito do assunto, a exemplo do livro intitulado “História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade”, primeira edição de 1985, editora do Senado Federal.

Intrigante que a bebida e a boemia estejam tão entranhadas na história da cidade nesse período, tanto como forma de lazer ou como álibi para a criminalização, já que nesses anos vigorava uma “lei seca” na capital. Béu e Kuyumjian (2010) apontam que essa lei caiu na inocuidade à medida em que se formou no Núcleo Bandeirante a chamada “Zona do Baixo Meretrício”, ou ZBM conforme é chamada em alguns relatos orais. Os autores expõem que houve muitos registros de embriaguez nos livros de ocorrência da GEB durante os primeiros anos de Brasília, o que reforça a experiência que Severino traz: “bebida era a vontade” (SANTOS, 1990, p. 15). Andrade Junior, nascido em 1945 e natural de Fortaleza, um dos entrevistados de Neiva (2017), morou na Vila Amaury de 1959 até a inundação, em 1960. Diz ele que apesar de haver de fato uma lei seca, conseguiam contornar a situação utilizando garrafas de café, que na realidade possuíam cachaça dentro.

Outros entrevistados também trazem a relação com o lazer, contudo, a partir de outros espaços, onde também se escancara concomitantemente a relação da vila com a água. Essa relação possui uma qualidade ambivalente: ao mesmo tempo em que é o instrumento de seu apagamento, a água possibilitava tantas outras atividades importantes para aquela população na medida em que essa se apropriava dos córregos e do lago que ia se formando. Luizinho, por morar na Vila Planalto, ou seja, próximo da Vila Amaury, porém sem o risco de ser despejado em razão do represamento do Lago Paranoá, disse que a medida que o lago foi enchendo, pôde aproveitar o local para tomar banho e pescar (NEIVA, 2017). Suzana, quando perguntada a respeito do lazer na capital, também fala a respeito do lago, sem citar as zonas boêmias:

É... quando eu queria tomar banho eu vestia um maiozinho que eu tinha e caía nesse lago, atravessava lá para o outro lado, porque eu sou boa nadadeira. Meu velho tá bem aí, ele brigava comigo. Eu... não sabia se essa água era... de... qualquer água. Eu ... sei lá, na minha terra natal tem praia para todo lugar. É só é cair na praia e estamos conversado. (...) Depois que eu comecei saber que essa água era de esgoto, tomei um nojo. Nunca mais entrei nesse lago (MENDONÇA, 1990, p. 30).



Figura 41 - Trabalhadora lavadeira na Vila Amaury em 1960. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

A relação da vila com a água não agrega somente no âmbito do lazer para a população, como também é o que possibilita o desenvolvimento de determinados tipos de trabalho. Como falado anteriormente, ainda que maioria da população trabalhadora da vila fosse da área da construção civil, uma parte significativa era prestadora de serviços, e os maiores tomadores de serviços eram os próprios operários das obras pela proximidade da vila com os acampamentos. Essa relação próxima é visível boa parte da fala dos entrevistados, como na de José Mattão⁵², mato-grossense que veio para Brasília na época e teve alguma convivência com a Vila Amaury: “era próximo aos acampamentos da Pacheco Fernandes, da Rabelo, umas outras companhias que sediavam ali na construção do Palácio do Planalto, Tribunal de Justiça, ali...” (MATTÃO, 2002, p. 10). Era essa proximidade com os alojamentos e, ao mesmo tempo, com os córregos,

⁵² José trabalhava no transporte dos barracos das pessoas que moravam nas favelas para as cidades do Distrito Federal, e fala do pioneirismo da Vila Amaury: “Antes da invasão do IAPI, do, da Vila Tenório, houve uma invasão, lá no, onde hoje é assentado o Lago Paranoá, que é a Vila Amaury, não sei se a senhora já ouviu falar nessa Vila?” (MATTÃO, 2002, p. 10).

ou com o Lago Paranoá a partir de determinado momento, que propiciou os serviços das lavadeiras da Vila Amaury, uma ocupação bastante comum no local.

Soberana, conseguiu morar até 1961 na Vila Amaury por ter se instalado na parte mais alta, onde as águas foram chegar só posteriormente. A sua infância na vila, segundo ela diz, não foi muito lúdica, já que desde nova cuidava das irmãs mais novas, além de trabalhar ajudando a mãe a lavar as roupas no lago em processo de represamento: “eu me lembro de lavar roupa dentro do Lago...” (NEIVA, 2017, p. 62). No entanto, no pouco tempo de diversão que tinha, a entrevistada também diz usar as águas dos córregos para brincadeiras:

A gente usava as águas do córrego, água limpinha... A gente descia só um pouquinho já dava no córrego. Não tinha tanta água assim, o córrego. Porque esse Lago foi formado por pequenos córregos, pequenas nascentes... E de repente a gente teve que parar de se divertir com aquele córrego, onde a gente tomava banho, fazia tudo, para ver aquela quantidade imensa de água... (*idem*).



Figura 42 - Córrego nos arredores de Brasília, que deu origem ao Lago Paranoá. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/lago-paranoa/>. Acesso em: 26/02/2024.

A história de Suzana (MENDONÇA, 1990) é um pouco diferente das demais lavadeiras: no desempenho da sua atividade, ela utilizava as águas dos próprios alojamentos dos trabalhadores da obra. Evidentemente algo desse tipo não seria permitido pelas empresas de construção, então ela buscava a água de maneira disfarçada e discreta, vestindo-se com um macacão da empresa: “meu cabelo era grande, eu enrolava ele bem para baixo, fazia uma trança,

escondia bem aqui. Aí pegava um chapéu de palha bem grande botava na cabeça, só ficava os olhos de fora, aí eu pegava umas duas lata (...) botava assim um pau, uma na frente, outra atrás” (MENDONÇA, 1990, p. 16). A entrevistada morou na vila no período final quando começara a ser inundada e não expõe exatamente o porquê fazia esse procedimento ao invés de utilizar as fontes naturais de água, se teria algo a ver com a poluição do lago⁵³, por exemplo, ou com a distância que já estavam os córregos mais limpos.

A família de Soberana é um exemplo da importância do comércio informal entre os trabalhadores migrantes durante esse período de construção. Assim que chegaram, se alojaram em local próximo de alguns acampamentos, e diz ela que logo uma de suas tias começou a vender marmita: “vendia-se marmita... Lembro direitinho de lavar marmita, para no dia seguinte minha tia preparar tudo e vender de novo” (NEIVA, 2017, p. 64). Além disso, reforça a entrevistada que alguns que chegavam não tinham idade para ir trabalhar na construção civil, e dessa forma agregavam nesse mercado de vendas: “vendendo docinho, vendendo laranja, vendendo sabão”, enquanto “as mulheres faziam bolo, lavavam roupa pra peãozada” – os próprios pais da entrevistada trabalharam por mais tempo nesses ramos (*idem*). A entrevistada sumariza a relação entre os trabalhadores das obras, moradores do alojamento, e o trabalho com comércio da seguinte forma:

O trabalho da mulher nesse tempo ou era ser secretária lá dos homens, ou trabalhava pro povão, lavando roupa, fazendo comida, vendendo bolo e tudo que você pode imaginar que servia de alimento. Meu pai tinha uma bodeguinha que vendia de tudo (guaraná caçula - que a gente às vezes roubava -, doce de leite, queijo, rapadura, sabão que ele fazia...). Todo mundo trabalhava. Os meninos até uns 10 anos, antes de poder trabalhar em obra, vendiam tudo. O que botava no tabuleiro e que era de comer (café, bolo, pedaço de melancia...), o povo da obra comprava (NEIVA, 2017, p. 67).

Dessa maneira, faz bastante sentido que tantos outros entrevistados descrevam a vila como um local de comércio próspero e com a avenida central repleta de vendas e mercados. A memória que os interlocutores trazem, ainda que sempre seja carregada das dificuldades materiais, é, ao mesmo tempo, carregada de um futuro financeiro promissor, motivo de terem colocado tanta energia nos longos trajetos que tiveram que fazer. Ambas avaliações se somam. Evidentemente que essas dificuldades materiais não tem razão somente no passado dos migrantes, como também é uma conjunção das condições impostas para a própria vila pelo Estado, representado pela NOVACAP, nesse caso.

⁵³ Inácio de Lima (FERREIRA, 1997), um dos entrevistados pelo ArPDF e funcionário da NOVACAP na época, conta que, na urgência da mudança da população para Sobradinho, algumas fossas da Vila Amaury não foram fechadas de maneira apropriada antes das águas do lago chegarem.



Figura 43 - Trabalhadores da construção civil reunidos em frente às obras na esplanada. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio>. Acesso em: 26/02/2024.

A efemeridade e a clandestinidade de ocupações se tornam princípios que norteiam grande parte de assentamentos informais, como favelas e vilas, no que tange aos seus aspectos construtivos (FIALHO, 2019). A Vila Amaury que, lembrando, teve suas origens nas sacolândias de Brasília, traz consigo o resultado de uma construção paulatina e improvisada de materiais oriundos do gigantesco complexo de canteiros de obras que fora Brasília nesse período. Os construtores de Brasília também foram os construtores desses assentamentos e de suas próprias casas, trazendo as sobras dos materiais que eram descartados pelas obras monumentais. Soberana traz também uma breve descrição de sua moradia:

O governo não dava nada. A maioria das casas era feita e coberta com aqueles tambores de óleo, umas latas, de um metal muito quente. Fazia as paredes e a coberturas (já tinha sauna e não sabia...). Os tambores eram abertos, sem o fundo, e viravam placas, e eram pregadas nas madeiras... E as revistas, lindas, viravam paredes. Tiraram tudo daquele primeiro acampamento. Levamos umas madeiras. Na Vila também foi assim (NEIVA, 2017, p. 66).

A Vila Amaury, com relação à materialidade construtiva de suas habitações, estava no seio da precariedade do Distrito Federal nesse período. Como demonstrei no outro subcapítulo, 82% de suas habitações foram consideradas rústicas e 8,4% entraram em “outros tipos” (NACIONAL, 1959a). Ainda assim, muitas ocupações informais espalhadas pelo território da

capital eram improvisadas de maneira semelhante. Toninho fala a respeito da cantina que sua mãe montou próxima a um canteiro no local da quadra 507 sul: “a cantina era feita com sacos de cimento vazios; não tinha madeira; eram só as telhas de chapa de asfalto, de papelão e os sacos de cimento vazios, dobrados como escama de peixe” (NEIVA, 2017, p. 82). O saco de cimento costuma ser feito de uma espécie de papel pardo, no entanto, com uma maior resistência a esforços mecânicos devido ao peso do conteúdo, além de uma maior resistência também à umidade, proteção que o cimento em si exige. Essas características certamente contribuíram para que esse material se tornasse tão icônico durante essa fase de construção da capital, a ponto de servir de inspiração para o nome das ocupações que aqui surgiam.

Esse material, que na realidade é somente um meio para o “material-fim”, o cimento, na mesma medida que foi subvertido por essa população como “material-fim”, dividiu, na paisagem de Brasília, a população para quem havia sido destinada a capital daqueles que deveriam sair de sua vitrine. A sua vitrine deveria ser preenchida com o conteúdo, o cimento. A população das embalagens, a população da Vila Amaury e das sacolândias, no entanto, era a mesma população que sempre havia sido marginalizada na história brasileira: a população pobre, negra e peregrinada. Não por acaso, a classe das embalagens virou a população alvo das “cidades-satélites”⁵⁴, enquanto a classe do cimento, foi aquela que ficou no Plano Piloto. Os sacos de cimento podem ser vistos, assim, como uma classificação visual dos destinados e dos não-destinados, dos pertencentes e dos não-pertencentes.

Habitações de embalagem não são novidade e ainda hoje persistem, pois, basta olhar pelos espaços públicos das capitais brasileiras e veremos habitações improvisadas desse tipo por populações em situação de rua. A predominância do saco de cimento, no entanto, traz a visualização da megalomania que foi essa operação de construir uma nova capital do país e a força que a construção civil teve durante esses anos. Em “Brasília segundo Feldman” (FELDMAN; CARVALHO, 1979) há um relato que ficara famoso e dá não somente um exemplo da expressividade que esse material adquiriu durante esse período como também mostra um pouco da aura de prosperidade que a nova capital reverberou Brasil afora:

Um cearense, trabalhando na construção de Brasília, então resolve escrever uma carta para o Ceará, comunicando os pais como é que estava em Brasília e tudo. Então ele escreve: ‘meu pai aqui estou em Brasília, trabalhando e ganhando bem. Estou satisfeito aqui com as condições de trabalho. Fiz um barraco de duzentos sacos de cimento’. O pai recebe a carta no Ceará e então disse ‘Meu filho tá rico. Fez um barraco de duzentos sacos de cimento’. E se

⁵⁴ Apesar da conotação pejorativa que esse termo possui atualmente, utilizo por ser o termo oficialmente utilizado na época e que de fato transmitia o que os dirigentes da NOVACAP pretendiam com essas cidades: que elas apenas orbitassem o projeto, que para eles era o principal, do Plano Piloto.

deslocou então do Ceará e veio cá. Quando chegou, ele estava na favela do IAPI ⁵⁵(...). Tinha realmente duzentos sacos de cimento, mas era a coberta do barraco do rapaz. Sacos vazios, e não saco de cimento que tivesse levantado a obra. Aí o velho teve uma tristeza, uma decepção, pensando que o filho estava rico⁵⁶ (FELDMAN; CARVALHO, 1979, 8:28-9:19).



Figura 44 - Habitação de sacos na Vila Amaury. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

A Vila Amaury, assim, herdou muitas semelhanças materiais das suas irmãs mais velhas, as “sacolândias”, e essa característica deve ser mais uma que reforça o aspecto de continuidade entre aquelas ocupações e a vila presente na fala, por exemplo, de Inácio de Lima. O entrevistado, que é ex-funcionário da NOVACAP, continua chamando a vila de “Sacolândia” mesmo no período em que já ocorria a remoção das pessoas para Sobradinho, o que revela que para alguns indivíduos que viveram aquele período, não houve uma linha tão rígida que

⁵⁵ A Vila IAPI, ou a favela do IAPI, como é chamada no relato acima, foi uma ocupação próxima ao Núcleo Bandeirante que perdurou durante os anos 1960 com um auge populacional ao final da mesma década. Recebeu esse nome em referência ao hospital do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários), vulgarmente chamado, ou hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, localizado nessa região (BRITO, 2009a).

⁵⁶ O nome do entrevistado não é citado no documentário.

separasse o final das “sacolândias” e o início da Vila Amaury (FERREIRA, 1997). Um adendo importante de se fazer, contudo, a respeito da maneira que Inácio continua a nomear a vila mesmo em seu período final de existência física, é a de que esse entrevistado não tinha uma perspectiva muito positiva a respeito da figura de Amaury Almeida, o que poderia causar uma certa aversão ao homônimo colocado na vila.

Além dos relatos e do próprio censo demográfico, as edições de alguns periódicos da época reforçam essa imagem da vila como uma ocupação de “milhares de barracos de madeira” dentro da área do Lago Paranoá (*apud* NEIVA, 2017, p. 45-46). Os relatos, em conjunto com essas notícias veiculadas, nos dirigem a um local de incertezas e turbulências durante o período que se segue do fechamento das comportas do lago. Aqui é onde as narrativas entram em embate, tendo em vista que, de um lado havia uma dúvida ou ceticismo a respeito da conclusão do lago conforme o planejado, e de outro um certo desdém, mesmo da parte dos interlocutores, com relação àqueles que tiveram as suas casas invadidas pelas águas.

Segundo Inácio, que trabalhava na NOVACAP no período em que houve o represamento, essa preocupação com o tempo de inundação das águas do lago e da eficiência dessa operação chegava inclusive a integrantes das altas cúpulas da companhia, como por exemplo, Israel Pinheiro, que “tinha um medo danado” das águas do lago não encherem devido à formação calcária do fundo⁵⁷ (FERREIRA, 1997, p. 10). Segundo o entrevistado, essa tensão levou inclusive a uma precipitação no fechamento das comportas da barragem, que por conta disso não possui comporta inferior: “Daqui uns anos o lago vai ser um lago de lama, porque não sai, vai até a altura da comporta. Aí ele mandou fechar a comporta, a mais baixa. A do fundo não existia” (*idem*). Além dessa consequência, essa precipitação pode ter levado a um represamento em ritmo mais acelerado do que o usual, que, segundo Inácio, pressionou as operações de retirada dos moradores. O fechamento das comportas ocorreu no dia 12 de setembro de 1959, aniversário do então presidente Juscelino Kubitschek (NEIVA, 2017).

⁵⁷ Elizabeth Fernandes, entrevistada de (NEIVA, 2017, p. 88) conta a respeito de uma “areia branca” em seu relato, na parte de baixo da vila.



Figura 45 – Lavadeiras da Vila Amaury utilizando o lago para exercer sua função. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot em 1960. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

A respeito desse processo de cheia das águas do Lago Paranoá após o fechamento da barragem, a autora Neiva (2017) faz uma retrospectiva bem elucidativa das edições do periódico DC-Brasília⁵⁸ que tratam do assunto. No dia 27 de novembro do mesmo ano, uma manchete aponta que na vila não se pode mais construir casas, apesar de que ainda haveriam muitos habitantes vindo morar na vila nesse período – a exemplo de Suzana, uma das entrevistadas apresentadas aqui. Fato é que Brasília ainda precisava da força de trabalho desses migrantes que continuamente chegavam à nova capital. Se tratava de um movimento que já então se tornara orgânico, um fenômeno vivo que dificilmente seria estancado por meio de um ato normativo ou decreto, e esses migrantes eram justamente quem ocupava a Vila Amaury, uma das ocupações com maior taxa dentre a sua população de pessoas vindas do Nordeste do país (NACIONAL, 1959a).

⁵⁸ Diário Carioca, edição de Brasília.

A operação de remoção das pessoas da vila foi intitulado “Operação Mudança”, e o DC-Brasília continuou acompanhando cotidianamente esse processo (NEIVA, 2017, p. 22). Entre idas e vindas, o jornal informa que a mudança teria sido programada para janeiro 1960, durante uma reunião realizada em dezembro de 1959. Contudo, o próprio veículo assume que a chegada das águas do lago acabaram ocorrendo antes do previsto, o que forçou a aceleração da operação de transferência da população, incorrendo inclusive em ações independentes das próprias famílias em adiantar essa mudança por conta própria para Taguatinga ao invés de esperar o transporte da NOVACAP (NEIVA, 2017). Esse momento de turbulência é retratado também por uma entrevista em “Brasília segundo Feldman” (FELDMAN; CARVALHO, 1979). Segundo o entrevistado no documentário, após o fechamento das comportas do Lago Paranoá, à medida que a água subia, foram organizadas comissões para fazer interlocução com Israel Pinheiro, então diretor da NOVACAP:

Pessoal da Vila Amaury ficou apavorado. Fez duas comissão, mas tinha que falar com Israel Pinheiro, que era o presidente da NOVACAP. E o Israel Pinheiro não deu atenção. Disse: ‘Não. A água vai subir mesmo, e as comportas estão fechadas. Vocês se vira pra mudar. Agora o certo é que a água vai subir’. E a água vinha subindo, nos primeiros barracos e já estavam na beira do riacho. E aquilo era cobra, era lagarto, era sapo. E a água chegou a inundar muitos barracos de ficar até pelo joelho. Teve noite de família acordar com água já na cama (FELDMAN; CARVALHO, 1979, 13:06-13:43).

Alguns interlocutores apontam que era notório que aquele local seria inundado pelas águas do Lago Paranoá, que até então nem possuía ainda esse nome⁵⁹, a exemplo de Domingas. A moradora da Vila Planalto e uma das entrevistadas por Neiva (2017), apesar de reforçar essa ideia, narra, por outro lado, que a dificuldade maior na transferência esteve na velocidade que as águas começaram a subir em comparação com o tempo que se tinha para transferir toda a população. É importante lembrar que documentos apontam a existência de cerca de 16 mil habitantes na vila em seu período final de existência (BRASÍLIA, 1959). Elizabeth, que de fato foi moradora da Vila Amaury, apresenta uma perspectiva um pouco diferente, de quem não tinha conhecimento dessa operação: “Não sei se a ideia era o Lago ser menor, que não atingisse as pessoas que moravam lá... Não sei. Não tinha por que fazer aquela Vila lá, botar aquelas pessoas...” (NEIVA, 2017, p. 90).

Outros moradores, como Andrade Junior, simplesmente não sabiam: “Nós nem sabíamos o que era Lago... Eu tinha 13 anos, nem reparava se um dia ia chegar água de Lago lá... Mas se tivesse aviso, a gente ia saber” (NEIVA, 2017, p. 34). Pedro Venzi, outro

⁵⁹ Segundo Neiva (2017), o lago até então possuía três possíveis codinomes nos principais veículos: Lago Artificial de Brasília, Lago da Alvorada ou Lago Israel Piheiro.

entrevistado que morou em um acampamento próximo à Vila Amaury, também comenta que havia uma grande dúvida a respeito das águas chegarem até as casas, mesmo quando essas começaram a subir o nível. Segundo ele, houve um momento em que os vizinhos tiveram que se apressar para retirar seus pertences e se preparar para a mudança, e lamenta a forma como esses trabalhadores foram tratados nessa ocasião: “As pessoas saem de Minas, Goiás, da Bahia, do Nordeste para vir tentar a vida aqui. E depois, de uma hora para a outra, ver a água chegando e invadindo e levando tudo o que elas construíram - casas, móveis, memórias, histórias, a vida... É triste, viu...” (*ibid.*, p. 36).



Figura 46 - Vista aérea do Lago Paranoá, com Palácio da Alvorada ao centro. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/lago-paranoa/>. Acesso em: 26/02/2024.

Apesar da precariedade da Vila Amaury no que diz respeito à sua infraestrutura de urbanização e sua arquitetura, ela ainda possuía uma localização privilegiada por estar próxima ao principal centro de atividades da capital em construção, e também por ser parte desse centro de atividades. Tendo em vista que maioria da população, como apontado anteriormente, eram trabalhadores da construção civil, comerciantes e prestadores de serviços dos alojamentos, esse aspecto não era nada trivial. A trajetória de Suzana Conceição é emblemática nesse sentido, já que sua história se cruza com a história da Vila Amaury em um período próximo da sua

inundação, e por sorte e azar, algumas pessoas já haviam abandonado as suas casas em decorrência dessa situação:

Fiquei na casa lá... por lá fiquei 15 dia... na "caba" dos 15 dias chegou um homem tarde (incomp.), chutando a porta, dando pesada: tá! "Essa casa é minha, alguém invadiu, quem tiver aí dentro saia para morrer." Aí eu abri a porta: "Sim senhor doutor, o senhor não vai matar ninguém, ninguém tá lhe tomando nada, ninguém tá tomando sua casa. Está aqui a casa do senhor limpa, bonita, uma lamparina acesa lá. Eu tô aqui que eu sou uma mãe, meu marido tá trabalhando no parque... Era o Virgílio, o pai do Haroldo. Mas ele não gostava de trabalhar não, ele gostava era de ficar de malandragem (MENDONÇA, 1990, p. 19).

No momento em que Suzana é surpreendida pelo morador originário da casa, teve que abandoná-la para procurar outro local na própria vila. É importante compreender a maneira como o não acolhimento daquela massa de migrantes influencia nas minúcias de seu dia a dia. A fragilidade jurídica com relação à habitação, aliada à falta de amparo de outros tipos de serviços sociais, essenciais ao acolhimento de uma pessoa na situação de Suzana, mãe solteira de uma filha pequena, também são responsáveis por criar situações de violência. A entrevistada descreve assim uma segunda tentativa de conseguir um local para morar:

Aí me disseram: "Vai lá na... na... prefeitura, tem um rapaz na prefeitura, que tem mui... tem muitas casas vazias que alguém fez e foi embora com medo dessa água e nem vieram morar na casa, que vão soltar uma água aqui, que vai, isso aqui vai ser um lugar de água. Então o povo não tão mais aqui, pensando que essa, essa bomba vai estourar, vai "brejar" tudo aqui e ninguém tá nem querendo ficar. A senhora vai na prefeitura, cê consegue (MENDONÇA, 1990, p. 19).

Suzana foi uma das últimas pessoas a ficar na Vila Amaury, momento em que as águas "já estavam lavando" a sua porta. A respeito da notícia de que a água iria subir, Suzana conta que recebeu a notícia, ainda que não fique muito claro como e de quem recebeu. A cidade de Sobradinho, porém, já é citada assim que fica sabendo a respeito da remoção da população da Vila Amaury – a relação entre a remoção de uma, e a criação de outra, era algo explícito:

Minha filha, a vida é isso... Fiquei numa casa, depois lá veio arrancar. "Ah, tem que acabar com essa... Vila Amaury, porque tem que fazer o... o Sobradinho." Isso é muito importante. "Tem que fazer o Sobradinho. Então quem mora na vila vai saindo porque a água vai entrar." E várias pessoas estava saindo já com medo dessa água. Ah, mas ainda deu tempo, eu ainda morei quatro meses... Até arar o Sobradinho, trator foi arar o Sobradinho, virar aquele chão (MENDONÇA, 1990, p. 20).

Em dado momento, houve uma tentativa de obrigar a interlocutora a se mudar e, diz ela, que seu barraco de madeira foi desmontado pela NOVACAP. Uma observação importante é que desde o envio do Plano de Transferência da População da Vila Amaury a Ernesto Silva, já se previa a reutilização das peças de madeira dos barracos da ocupação para a construção das

casas de madeira em Sobradinho (BRASÍLIA, 1959). Essa estratégia sublinha não somente uma forma de baratear os custos da provisão de habitação na nova cidade, como também pode ter sido uma forma de evitar que a própria população reutilizasse esses materiais como forma de resistir em local próximo da vila inundada. Conforme Suzana (MENDONÇA, 1990, p. 22) afirma: “Tirar as madeira eles não deixavam porque era para fazer o lote em Sobradinho. Eles, eles queria levar para fazer lá”.



Figura 47 - Candangos à espera do ônibus. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio/>. Acesso em: 26/02/2024.

Segundo Suzana, o processo de urbanização e criação de mínima infraestrutura que se exigia para Sobradinho, demarcação de lotes e preparo da terra para recebimento da população, atrasou a transferência no seu caso para a cidade. Em determinado momento, contudo, a sua hora chegou: “Não, eu não vou para o Sobradinho não, eu vou tirar meu barracão daqui, o senhor... eu vou sair daqui”. ‘Então a senhora tem que desocupar’. A água já estava beijando minha casa, a água veio devagar, leve, depois veio aumentando” (MENDONÇA, 1990, p. 21). À entrevistada não lhe é permitido ficar com os materiais do seu barracão, o que não a impediu de resistir em local próximo da vila acampada embaixo de uma árvore ao relento, se recusando a ir para a nova cidade recém criada de Sobradinho. A moradora da Vila Amaury justifica a sua

resistência com base na sua fonte de renda para se sustentar na capital, que provinha primordialmente da prestação de serviços. Para que mantivesse essa renda, portanto, era necessário permanecer nas áreas centrais, onde estava a demanda, e dona Suzana dava a devida importância a esse fator.

De novo. Aí não era mais Sobradinho não, era para o Gama. "Não, eu não vou não porque... eu não vou não porque eu gosto muito daqui. Lá no Gama não tem serviço, eu não tenho marido, eu não tenho como viver, meu ganha-pão é aqui. Lá no Gama tá morno, não tem o... eu tenho que vim aqui todo o dia (*ibid.*, p. 23-24).

Em seguida, ela consegue um barraco próximo ao Comando Naval, e ali volta a desenvolver suas atividades: lavagem de roupa e serviços de alimentação. Pouco tempo depois, ela é novamente expulsa do seu local de moradia e trabalho. Na narrativa de Suzana, existe um forte apego à área central do Distrito Federal. Dona Suzana, quando foi expulsa da Vila Amaury, ao invés de ir para Sobradinho, ainda insistiu e ficou próxima da zona central da cidade, mesmo que no desconforto de uma área de cerrado: “barracão bom, limpei, varri, fiz a mesma coisa, lavei e fiquei lá. Já tinha arranjado freguesia de roupa, estava lavando roupa para esse povo da, da Coenge”⁶⁰ (MENDONÇA, 1990, p. 20). Portanto, ainda que as condições de arquitetura e de infraestrutura da vila fossem precárias, a localização privilegiada prevalecia sobre essas desvantagens para muitos entrevistados.

Abrir mão de morar na zona central, nessa época de Brasília, era uma decisão importante. A cidade estava ainda em desenvolvimento. O seu coração produtivo, polo gerador de empregos e oportunidades, estava centrado nas obras e na construção civil. Além disso, um dos principais locais com comércio em desenvolvimento, a Vila Amaury, acabara de ser desfeito. Pode parecer, em um primeiro momento, que somente o fato dessa população conseguir se manter dentro do Distrito Federal já significaria uma grande concessão por parte dos dirigentes do projeto, ou uma imensa vitória por parte da população candanga. Porém o trecho da conversa com Suzana deixa muito claro o enorme custo que isso gera na subsistência das famílias. Antes fosse Núcleo Bandeirante, que à essa época, vivia uma vida comercial pulsante – e mesmo esse teve travar uma tremenda luta para a sua permanência.

Se mudar desses locais, para Suzana, seria colocar sua fonte de renda, portanto, sua subsistência e a dos seus filhos, em risco. A narrativa de Espedito (NEIVA, 2017) reforça a de Suzana. O entrevistado, antes de ser expulso pela NOVACAP, resolveu por conta própria ir para

⁶⁰ Coenge era o nome de uma das principais companhias construtoras que participaram da construção da capital (PAIVA, 2021).

o Núcleo Bandeirante. Segundo ele, no início das remoções, o Gama sequer era uma opção. Chegou a visitar o Gama, mas “queira morar num canto que fosse adiantado”, já que, segundo ele, para essa cidade não havia nem estrada (*ibid.*, p. 77). A ilustração que Eustáquio Rezende dá a respeito de Sobradinho quando chegou na nova cidade faz jus a essa apreensão de deixar a zona central que os entrevistados tinham:

Sobradinho nasceu em 60. Na realidade a data oficial é 12 de maio de 60, mas na realidade ela começou em novembro de 59. Nós chegamos em novembro de 59 e não existia nada, a gente gastava três horas da rodoviária até Sobradinho, que era uma estrada de terra que a gente tinha que ir ao Cruzeiro, e do Cruzeiro para vir a Sobradinho. Era a única pista, e não tinha ponte, só uma pontezinha de madeira, Sobradinho era um cerrado e foram os primeiros barracos a chegar em Sobradinho. Nós talvez tenha sido os primeiros 10 barracos a chegar aqui (REZENDE, 2020, p. 2).

Alguns comerciantes adotaram estratégia parecida com a de Suzana e resistiram no local ao menos depois das primeiras remoções, conforme conta Luizinho: “Muitos comerciantes se instalaram numa ruazinha que ligava a Vila Amaury à Vila Planalto, pois sabiam que a água não chegaria lá. Essa ruazinha ficou cheia de botecos e comércio de frutas, doces, comidas” (NEIVA, 2017, p. 42). Outras famílias preferiram adotar a estratégia de se mudar o mais rápido possível para Sobradinho, com o temor que as águas chegassem e não conseguissem fazer isso a tempo. É o caso da família de Elizabeth Fernandes (*ibid.*, p. 90): “A parte baixa é que ia ser inundada primeiro. Aí juntou: eles diziam que aquela parte ia ser inundada, e a minha Mãe queria ir embora. Então saímos da Vila Amaury”.

Inácio, funcionário da NOVACAP, em um certo momento da entrevista, admite que a transferência teve um certo caráter de urgência por conta de o fechamento das comportas ter ocasionado uma subida de nível da água em uma velocidade maior que o esperado. Nesse processo, ainda que tenha sido possível que os barracos tivessem sido desmontados, removidos, e o seu material levado para Sobradinho, o mesmo não aconteceu com as fossas. Essas foram preenchidas às pressas com restos de madeira e cimento, já que não havia tempo de enviar caminhões de areia ou terra antes do lago ali chegar (FERREIRA, 1997). Em outro trecho de sua entrevista, fica visível que a remoção das pessoas aconteceu com uma certa emergência inclusive dentro dos processos internos da NOVACAP:

Começou a encher, encheu antes do tempo, corre para tirar o pessoal. “Como é que faz para tirar o pessoal?” “Chama o Inácio.” Lá vai eu. “Cadê aquela planta sua do Sobradinho?” Eu digo: “Está aqui.” “Faz depressa, correndo.” Aí eu estava fazendo, o Lúcio Costa ficou apavorado no Rio porque tinha o Maciel, agora apareceu outro fazendo também cidade-satélite, comunicaram daqui para lá. Ele mandou o Paulo Hungria, que era afilhado dele. Um bom

arquiteto. Ele projetou Sobradinho, não aproveitou muita coisa da minha planta não, mas aproveitou alguma coisa (FERREIRA, 1997, p. 10-11).

E narra um episódio em que as águas do lago começaram a encher e sua família ainda morava na vila. Nesse dia, quando foi brincar na água, acompanhado de uma empregada de seus pais, se afogou e quase morreu ao cair em uma fossa que estava submersa na água, caso ela não o tivesse salvado:

Eu fui junto com ela para brincar né, acompanhar e tal. (...) Brincando, correndo... e numa dessas eu me afundei numa fossa de uma casa que foi abandonada mas deixaram a fossa aberta. Fossas de esgoto mesmo. E conforme o lago encheu ela ficou cheia e não dava para ver. E eu caí ali, e depois de não sei quantas tentativas, ela conseguiu me ver, e foi lá e mergulhou. Se atirou sem saber, sem ter noção de natação. E me tirou ali de dentro, salvou a minha vida. E logo depois a gente teve que ir embora. Fomos, entre aspas, expulsos, né? Porque a medida em que o lago ia chegando eles iam despachando todo mundo (VILLELA; KAMEL, 2023).

O sentimento de indignação da população se faz refletir em uma carta enviada por um morador ao presidente Juscelino Kubitschek, em março de 1960, com a qual anexa o Plano de Transferência da População da Vila Amaury, dizendo ele que tinha a “impressão de que os operários que construíram Brasília” estavam “sendo injustiçados” (NEIVA, 2017, p. 39). A carta do morador, por sua vez, confronta o planejamento previsto com as medidas efetivamente tomadas para a remoção. O Plano de Transferência, elaborado pela Comissão de Bem-estar Social, demandava ao diretor da NOVACAP, Ernesto Silva, um ambicioso plano de urbanização para as cidades que receberiam a população da vila, o que até então seriam as cidades de Sobradinho e Taguatinga. Das dez páginas do documento, ao menos quatro detalhavam os serviços de urbanização, a forma da oferta e as condições dos terrenos e outros serviços de assistência social, saúde e educação (BRASÍLIA, 1959).

Dentre os serviços de urbanização, posso destacar o arruamento, demarcação e numeração dos lotes; infraestrutura hídrica para fornecimento adequado de água às residências, e instalação de chafarizes provisórios enquanto esse serviço não estivesse completo; instalação de gerador de energia elétrica; instalação de iluminação pública com possibilidade de ligação doméstica; construção de fossas coletivas; sistema de escoamento de águas pluviais; arborização de ruas; além da construção de edifícios e reserva de áreas para abrigar atividades como centro social, esporte, recreação e serviços de saúde. Além disso, o documento também expunha uma lista de prioridade para as famílias que deveriam ser deslocadas para esses novos locais (BRASÍLIA, 1959).

Toninho, entrevistado por (NEIVA, 2017), também participa do documentário da rede Globo, no qual conta a sua mudança para Sobradinho com a sua família. Quando chegaram na recém-criada cidade, após a remoção da vila, o ex-morador descreve um local árido e com pouca infraestrutura, pois, segundo ele, as residências que foram construídas não atendiam a todos. A solução foi a união entre os moradores em sistemas de mutirão para que toda a população conseguisse ter o seu próprio abrigo: “as pessoas se uniam, e levantavam o barraco, botavam o telhado, e a gente entrava dentro. Não tinha água, não tinha luz, não tinha nada. Era cerradão...” (VILLELA; KAMEL, 2023). Durante o mesmo programa, a professora Maria Fernanda Derntl⁶¹ explica que havia um “apoio muito escasso por parte das autoridades”, o que obrigava o desenvolvimento de redes de ajuda entre os moradores (*ibid.*).

A narrativa vinda do funcionário da NOVACAP, Inácio, entretanto, foi que a transferência para Sobradinho foi a “mais humana” possível. Ela se contrapõe à de Eustáquio e Toninho, citados nos últimos parágrafos, que exalta a falta de infraestrutura da cidade que tinha acabado de se mudar:

Nós levamos o pessoal da Sacolândia para lá. O pessoal já estava bem estabilizado, tinha um comércio bom. Não dava trabalho. Nós fizemos cem casas de madeira, pegada uma na outra. Tudo era humano, você pegava a família lá, trazia para aquela. O prazo era de três dias, dentro de três dias aquela casa ia estar no lote já determinado, pronto para ela sair dali e dar lugar para o outro. Assim ia revezando. Foi feito dentro do espírito de maior humanidade possível. Não foi arranca, leva, invade, não tem água, não tem esgoto. Só não tinha asfalto. Hospital depois foi feito tudo direitinho (FERREIRA, 1997, p. 12).

Sobre o processo de distribuição de lotes em Sobradinho, o interlocutor também diz ter sido um processo farto, com muitas unidades disponíveis para a população. Ele compara com a situação de Taguatinga que, segundo o entrevistado, se assimilava a uma “invasão” (*ibid.*, p. 11). Além disso, aponta que a infraestrutura foi feita de maneira bem mais precária nessa segunda cidade. Inês, uma das entrevistadas de Neiva (2017), morou na Vila Amaury enquanto ainda era muito criança, portanto diz não ter lembranças do local. Segundo seus familiares contam, porém, nem todos os parentes que moraram na Vila Amaury conseguiram lotes na cidade de Sobradinho:

Toda a minha família veio para trabalhar na construção de Brasília e morava na Vila Amaury. Minha tia, rindo, me contou que conheceu meu tio na Vila. Ela também disse que lá era muito animado. Mas com a inundação, muitos da

⁶¹ Professora Associada e Pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB).

minha família não conseguiram lotes e, desmotivados, voltaram para a Bahia (NEIVA, 2017, p. 44).

Ainda que se pondere a narrativa de Inácio, levando em consideração a sua ligação enquanto funcionário da companhia, ela encontra ressonâncias em outros autores. Simões e Alvim (2015) afirmam que as condições de infraestrutura da cidade, durante o seu período de inauguração, de fato eram bem superiores se comparado com qualquer outra cidade fora do Plano Piloto inaugurada até então. Ainda que não chegasse nos parâmetros indicados no documento de transferência da Vila Amaury, quando inaugurada dispunha até mesmo de sistema de coleta de esgoto, servindo até mesmo de moradia, posteriormente, a alguns funcionários públicos.

Ainda que o movimento da Associação Beneficente da Vila Amaury tivesse suas ambivalências e fosse permeada de interesses clientelistas; ou que fosse um movimento capitaneado por um personagem que, dentro de uma perspectiva, estivesse mais interessado em sua carreira própria; de uma forma ou outra, esse resultado mostra que o movimento pode ter trazido alguns ganhos práticos para a vida daquela população. Não trago isso para enaltecer a figura política de Amaury de Almeida, pois nada disso seria possível se não houvesse engajamento coletivo. Também não significa o mesmo que dizer que a população não tenha sofrido um nítido processo de exclusão ao se afastar do centro planejado, já que, conforme trouxe anteriormente, estar longe dos centros de atividades e demandas da capital em construção não era algo trivial. Esse fato na verdade revela que, ainda que possua suas contradições, existe um outro lado que demonstra que o movimento teve sua popularidade e galgou alguns, ainda que pequenos, ganhos políticos.

Segundo Inácio, Sobradinho teria sido a primeira cidade modelo, já que desde o início ela foi planejada para abrigar uma população condizente com parâmetros urbanos. As cidades que haviam sido fundadas até então deveriam ser núcleos rurais, porém acabaram sendo transformadas em cidades de grande magnitude ao longo do seu processo de ocupação devido às consistentes campanhas de erradicação de favelas, ou “invasões”, termo mais comum a Brasília: “Veio a invasão, levou para lá. Sobradinho não, Sobradinho não houve, nós escolhemos para fazer o modelo, cidade modelo. Principalmente no doutor Plínio Cantanhede⁶², em 1964 ele queria fazer toda a experiência lá, de serviço público, para ver como é que funcionava” (FERREIRA, 1997, p. 11).

⁶² Prefeito do Distrito Federal de 1964 a 1967, assumindo logo após o golpe da Ditadura Militar (1964-1985).

Ainda que cidades como Taguatinga tenham sido pensadas inicialmente para serem núcleos rurais, contraditoriamente, resultou em uma cidade com menos áreas verdes. Toninho de Souza transmite essa perspectiva, ao afirmar que “Sobradinho é uma cidade que seria de característica rural-urbana. Tem muita natureza, muita árvore. O Gama teve quase a mesma filosofia. Já Taguatinga não é uma a mesma coisa: é casa frente com frente. Não existe área verde” (NEIVA, 2017, p. 85). O resultado oposto de ambas cidades leva a crer, na verdade, que o desenvolvimento de Sobradinho conforme os parâmetros de “cidade-modelo”, como diz Inácio, sucedeu-se em um local que possuía áreas verdes condizentes com o adensamento urbano. Evidente que vários fatores entram nessa conta, afinal se passaram décadas desde a fundação de ambas, mas um deles provavelmente recai no desvio de função: Taguatinga, pensada enquanto núcleo rural, rapidamente se adensa, conforme o relato de Espedito, que vai morar em Taguatinga após sair do Núcleo Bandeirante: “Taguatinga cresceu de um dia pro outro. Foi um relâmpago” (NEIVA, 2017, p. 78).

João Batista, dentre os entrevistados, foi um dos que teve sua trajetória direcionada para Taguatinga, não sem antes construir um barraco na Vila Planalto e morar um tempo lá, enquanto boa parte da população já havia sido transferida. A sua história reforça como a relação entre os dois povoamentos, a Vila Planalto e a Amaury, era próxima. Morando em Taguatinga, participou de obras em Sobradinho, dentre elas uma escola, um trajeto de cerca de 40 quilômetros. A respeito da parte da população da vila que foi para Taguatinga, João Batista comenta:

Em 59 começou a transportar a Vila Amaury, aqui para onde é as... QSC 01⁶³, tinha... onde fizeram o Hospital, a Escola Classe nº 01, que fica ao lado do Hospital São Vicente, abaixo, que foi para fazer... para dar aula aos primeiros filhos dos casais que vinham aqui para Taguatinga. Aquela ali foi a escola que foi feita para atender os primeiros imigrantes que imigraram da Vila Amaury para Taguatinga. E o São Vicente foi o primeiro hospital de Taguatinga, que atendia a população da cidade (MOURA, 1997, p. 8).

⁶³ Setor de Quadras “C” Sul de Taguatinga.



Figura 48 - Trabalhadores candangos indo em direção aos canteiros de obras. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio/>. Acesso em: 26/02/2024.

Apesar da trabalhosa experiência que foi morar em Taguatinga e trabalhar em Sobradinho, em uma fase que as condições de transporte eram muito precárias e escassas, os caminhos de uma cidade a outra eram ainda mais longos e tortuosos e as estradas de rodagem não possuíam a mínima infraestrutura, João Batista não responsabiliza o poder público por essas condições. Ou ao menos isso não diminui sua visão otimista com relação aos principais administradores públicos e dirigentes da NOVACAP. Em um trecho da entrevista, diz ele:

Ivo Magalhães, naquela época doutor, do... Salvador. Doutor Francisco Laranja Filho. E foram essas pessoas, que foram... Israel Pinheiro foi o primeiro. Depois vieram os outros ficando como administrador. E a gente, eu não tenho nada a falar dessas pessoas... a não ser elogiar... Juscelino foi quem começou Brasília. Que é um homem de um caráter... que muitos tem inveja, não é? Morreu, mas deixou seu nome muito bem... na história. Então... aí vim para Taguatinga. Trabalhei com 19 administradores, me dei muito bem com todos. Toda administração. Não tenho o que falar da administração. E se tiver oportunidade daqui mais uns dias, talvez eu volte... (MOURA, 1997, p. 26).

Sem negar a experiência material difícil, ou as violências sofridas, os entrevistados imprimem em seus relatos muitos tons da epopeia de Brasília. Em um mesmo trecho, Eustáquio expõe que foi removido do seu local original de moradia assim como possuía uma situação precária com relação à habitação, sendo que anteriormente enaltece o espírito progressista da

cidade quando conta a respeito da sua chegada. Importa observar que a ideia de “progresso”, que o projeto da cidade e dos grupos que defendiam a sua realização difundiam, foi assimilada pelos migrantes, mesmo aqueles que não tinham condição de morar em barracos de sacos ou, melhor das hipóteses, madeira:

Olha, a sensação foi muito boa, de ter visto progresso, e era tanta gente entendeu? (...) papai já tinha aqui construído um barraco todo coberto com saco de cimento vazio né, e nós ficamos ali até sermos movidos para essa Vila Amaury, e também fomos pra outro barraco depois em Sobradinho que já construímos uma casa, um barraco de madeira (REZENDE, 2020, p. 1).

Eustáquio apresenta ainda na entrevista frases que repetem os mitos de fundação da capital, como o “sonho de Dom Bosco” que foi “concretizado por Juscelino” (*ibid.*, p. 4). Diz o entrevistado que se emociona ao ver as frases do então presidente Juscelino no aeroporto ou em outros locais, ou quando relembra das visitas que Juscelino fazia às obras. A ideia de que Brasília significava o salto de um Brasil dito “arcaico” para um novo patamar, o da modernidade, foi internalizada pelo entrevistado de tal forma que em uma de suas frases durante a entrevista, diz ele que “... nos 5 anos foram 50 anos não só de uma construção de uma cidade, mas da evolução de todo o país” (*idem*).



Figura 49 - Dois trabalhadores candangos estruturando a estátua da cabeça do presidente Juscelino Kubitschek, localizada na Praça dos Três Poderes. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

Esse é um traço das falas dos entrevistados que constantemente os une: não somente a ode da transição para algo à frente, um progresso com relação a situação atual, como também é notável que se unam em torno das figuras mais emblemáticas que estavam naquele círculo de poder político. Um aspecto interessante das entrevistas do ArPDF é que os entrevistadores sempre perguntam aos entrevistados a sua percepção com relação às figuras de Juscelino, e mesmo aqueles que possuíam as piores condições financeiras ou que sofriam maior violência na sua trajetória, enaltecem a sua figura política, como dona Suzana (MENDONÇA, 1990).

- E hoje, qual a impressão que passava o presidente Juscelino?

- Ei!... Ele era uma pessoa maravilhosa. Eu cheguei a conversar com ele várias vezes. Lá na, na Igrejinha Nossa Senhora de Fátima foi o primeiro bate-papo nosso, lá... com todos os pioneiros. Teve uma festa, uma inauguração, acho que da própria Igrejinha. Nesse tempo eu não era crente, eu era católica. E eu fui esse, essa festa... e ele conversava com a gente como nós estamos conversando aqui, ele era uma pessoa maravilhosa (MENDONÇA, 1990, p. 32).

Suzana morou em barracos da Vila Amaury; morou de favor em casas ou estabelecimentos para os quais prestava serviço; morou em meio à mata. Foi removida desses locais, tanto pelo poder público quanto por particulares, incluindo da Vila Amaury. Evangelos compara a sua vivência em seu país de origem com o período em que viveu na vila: “bem ou mal, a gente era pobre na Grécia, mas... tinha uma casa de alvenaria, tinha não, alugava, né? Tinha aquecimento, tinha eletricidade. Chegamos na Vila Amaury e era carência total, né?” (VILLELA; KAMEL, 2023). Severino, entrevistado também pelo ArPDF, em 1990, quando rememora o ex-presidente Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília, repete a ideia subjacente à materialização da capital, de que não se tratava apenas de uma nova cidade, mas da fundação de um novo país, ou, nas suas palavras, “acredito que Brasília foi o descobrir de um Brasil” (SANTOS, 1990, p. 16).

Os entrevistados não diminuem ou invisibilizam a própria precariedade, porém, essa vivência também não muda a percepção com relação aos responsáveis por administrar a empreitada da construção da capital. As condições desfavoráveis e as violências sofridas são completamente dissociadas dos responsáveis pela gerência política ainda hoje quando narram suas histórias. Os interlocutores, inclusive, percebiam a violência – “maldade” – da medida que foi tomada com a Vila Amaury, de localizar intencionalmente uma população tão grande em um local que sabidamente se transformaria em um lago. Essa é a visão de Espedito: “Naquele tempo o governador que mandava aqui era o Israel Pinheiro. Pra que ele fazia aquela malvadeza de pôr o povo na barragem, se já sabia que ia inundar? Maldade, era pra judiar com o povo...”

(NEIVA, 2017, p. 78). Mesmo Inácio de Lima, ex-funcionário da NOVACAP, concordava que a medida tomada com relação àquela população era “malvadeza” (FERREIRA, 1997, p. 10).

Espedito também contesta as constantes lembranças otimistas de alguns contemporâneos seus: “Era muito bom... Era? O pessoal falava que era bom, mas não era bom, porque a gente trabalhava o dia e a noite para viver” (NEIVA, 2017, p. 78). A construção dessa propaganda heroica em torno do projeto de Brasília cumpria diversas funções, dentre elas a de convencimento da população flutuante a migrar para a capital. Não foram poucas demonstrações aqui de que muitos dos trabalhadores vieram por conta de uma promessa de prosperidade e ascensão econômica e social. No entanto, o que se percebe na história narrada de nossos convidados é que a vivência na capital e na Vila Amaury foi permeada de violências: remoções, truculência policial, um massacre em um dos alojamentos abafado publicamente e expedientes de trabalho extenuantes. Essas experiências se juntam com uma forte precarização das condições de vida, como falta de condições mínimas de infraestrutura, higiene coletiva, habitabilidade e transporte.

A despeito desses desafios, a população da Vila Amaury constrói uma rede de suporte para suprir demandas coletivas mínimas de sociabilidade, como pontos de lazer e recreação – espaços mal vistos pelas forças de segurança, espaços de “fogo”, como diria Severino, ou de “tremenda bebedeira”, nas palavras de Ernesto Silva. E não somente os espaços de lazer adulto, mas espaços de recreação para famílias e crianças, criados pela população da vila, para a população da vila: as águas dos córregos e do lago – a exemplo de Evangelos e Suzana. Além da rede de recreação, a comunidade se junta em prol de suprir serviços públicos que deveriam ser papel do Estado, tais como saúde e educação. Não obstante, e curiosamente, os entrevistados perpetuam em suas narrativas vários tons dos discursos oficiais de fundação da capital. Esses discursos serão aprofundados no próximo – e último – capítulo.

Por último, compreendo que a Vila Amaury por um lado foi um território a seu próprio gênero, se diferenciando de maneira oposta tanto do controle formal e totalitário dos alojamentos de construtoras, quanto da programação prescritiva do projeto modernista do Plano Piloto. E ainda assim era uma sacolândia, a maior até então, localizada em pleno coração de Brasília. Um território que, acima de tudo, abrigava as pessoas indesejadas pela elite: o Plano Piloto nunca havia sido pensado para ser o seu espaço. Não por acaso, um território majoritariamente negro e nordestino – até aquela ocasião, o que possuía proporcionalmente mais pessoas de ambos recortes no Distrito Federal. As ações tomadas nesse período, que perpetuaram como política de Estado nas décadas seguintes, reverberam nos números de hoje

com relação à segregação racial e socioespacial: ainda que o DF tenha uma população majoritariamente negra, o Plano Piloto, território privilegiado e alvo do planejamento primordial da cidade, é um espaço majoritariamente branco⁶⁴.

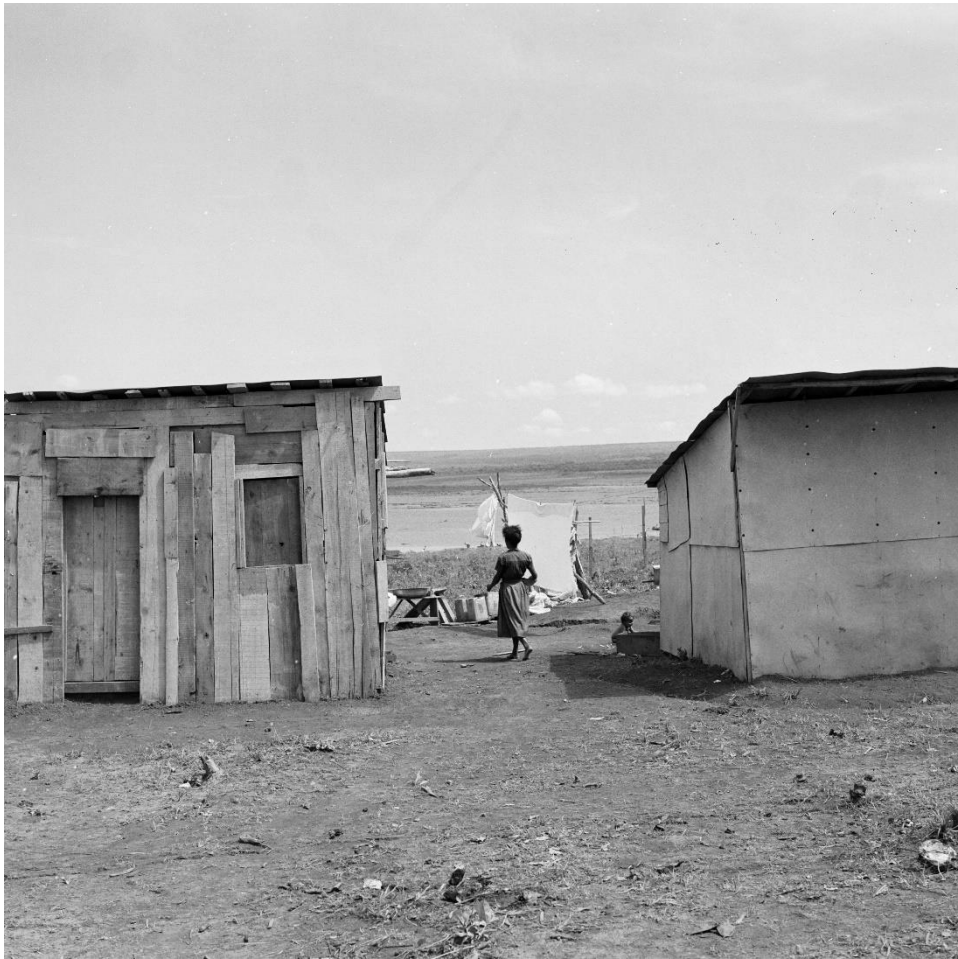


Figura 50 – Moradias na Vila Amaury em 1959. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

⁶⁴ O PDAD (Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios) de 2021 revela que, enquanto no Distrito Federal como um todo a população negra (pardos e pretos) constitui 57,4% do total, na região administrativa do Plano Piloto esse mesmo índice atinge somente 37,5%. Em Sobradinho, essa proporção atinge 60,1%, em Taguatinga 56,3% e no Gama 56,8%, principais cidades que receberam a população da Vila Amaury (FEDERAL, 2022a, 2022b, 2022c, 2022d).

4. Construções históricas de Brasília



Figura 51 - Congresso Nacional em 1960. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot.
Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

A ideia de interiorização da capital do país remonta a períodos do Brasil ainda enquanto colônia, quando na Inconfidência Mineira os conjurados passaram a prestar certa atenção a essa estratégia e incluí-la no programa revolucionário como uma das principais metas, sendo a cidade de São João Del Rei o foco dessa transferência. Desde então e durante o período histórico seguinte, que se estendeu por todo o século XIX, esse debate entrou nos círculos políticos do Império e nunca se desvaneceu por completo, ainda que fosse secundário e longe das reais necessidades dos grupos políticos dominantes e das possibilidades de concretização. O que é interessante, porém, é constatar que os argumentos orbitavam muito mais em questões de segurança nacional e militar do que na ideia de expansão da fronteira capitalista (TEIXEIRA, 1982).

Durante a Revolução Pernambucana de 1817, de índole liberal e republicana, um de seus principais líderes, o padre João Ribeiro, acenou para a ideia de criar uma capital na região Nordeste e fez uma observação importante quanto à sua localização: “que pelo menos diste 30 a 40 léguas da costa do mar” (SPDR *apud* TEIXEIRA, 1982, p. 36). Já no período do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, anos depois, José Bonifácio, durante um diálogo com deputados paulistas, fez a menção ao paralelo 15, também se utilizando de argumentos que remetem a possíveis ataques surpresas de forças estrangeiras e marítimas, apontando a importância da segurança da sede do futuro Império. Nessa esteira, vão surgindo alguns personagens, mais ou menos marcantes, que engrossam o caldo a favor da interiorização: o Visconde de Porto Seguro, Adolfo Varnhagen, advogava abertamente por essa política, usando naquele momento um arsenal maior de fundamentos, agora baseados em livros e artigos veiculados em revistas e jornais (TEIXEIRA, 1982).

Esse último, ainda que continuasse a perpetuar as motivações de cunho de proteção militar à sede do governo, inaugurou o argumento expansionista que viria a ser o carro chefe intelectual da interiorização do país – não somente durante o governo JK e referente à Brasília, como também durante os governos de Getúlio Vargas (1930-1945;1950-1954) e da Ditadura Militar Empresarial (1964-1985). Seu entusiasmo com a ideia, conforme explica Teixeira (1982), ainda que fosse expressivo, organizando até mesmo pequenas caravanas para o planalto goiano a fim de realizar estudos de campo, não encontrava ecos significativos no círculo político e nos grupos de poder econômico. Vistas como idealistas ou utópicas, longe das bases materiais da época, as ideias de Varnhagen com relação à mudança da capital permaneceram apenas como sementes que iriam ser usadas em período bem posterior.

Durante o período republicano, já existe uma consagrada bibliografia que atenta para uma cronologia bem definida a respeito dos momentos de aquecimento e arrefecimento do embate político em torno da interiorização da capital, normalmente marcados pela presença da normativa da construção de Brasília nas constituições. Com o entusiasmo da proclamação da República, a primeira constituição republicana, de 1891, positiva a mudança da capital do país em seu artigo 3º, determinando a demarcação de uma área de 14.400 quilômetros quadrados para tal. Durante o governo de Floriano Peixoto, iniciado em 1892, foi comissionada uma equipe de exploração liderada pelo cientista e engenheiro Luiz Cruls, que ficara conhecida como Comissão Cruls. A expedição encaminhada por esse grupo, composto de geólogos, astrônomos, dentre outras especialidades, resultou da demarcação de um quadrilátero de 14.400

quilômetros quadrados, conforme determinado anteriormente, conhecido como “Quadrilátero Cruls” (TEIXEIRA, 1982).

Posteriormente, a discussão em torno da criação da nova capital esfria, conforme aponta Teixeira (1982). Esse vai-e-vem do debate da criação da nova capital, até 1950, resulta não muito mais do que em dispositivos constitucionais, quando muito. Entretanto, não seria um texto de lei que fariam existir as bases políticas, sociais e econômicas concretas para a mudança da capital do país para o interior. Nesse meio tempo, porém, convém apontar que a questão foi explorada “demagógicamente” de algumas formas pelos grupos políticos, como em 1922 quando se inaugurou a pedra fundamental da futura capital do país, que ainda hoje é um ponto turístico – secundário – da capital:

Em 1922, ano comemorativo do Centenário da Independência, governantes e políticos lembraram-se de explorar demagógicamente a questão da mudança como parte dos festejos oficiais. Conforme fora determinado por decreto presidencial, lançou-se, em Planaltina, a 7 de setembro, a pedra fundamental da futura Capital. Para completar o clima de efeito, o mesmo decreto do presidente Epitácio Pessoa mandava dar início à construção da nova capital. Seguiu-se uma especulação de terras no Planalto Central e fizeram-se loteamentos com a venda de terrenos que não tinham qualquer valor. “Planaltina, que era um lugarejo sem qualquer possibilidade de progresso, foi inteiramente explorada pelas firmas imobiliárias quase todas de São Paulo (...)” (TEIXEIRA, 1982, p. 43-44).

Desde o início da República, a única Constituição que não defendeu essa mudança em texto de lei foi a de 1937, “de inspiração fascista extremamente preocupado com questões de segurança do Estado” (TEIXEIRA, 1982, p. 45). Vale dizer, entretanto, que é justamente na Era Vargas (1930-1945) que se inicia um forte discurso favorável à expansão capitalista para o interior do Brasil, ainda que a construção da capital não fosse enfatizada em seus planos. A narrativa em torno dessa campanha é recheada de elementos ideológicos que tem como base a ideia de levar a “civilização” para todo o país, em especial o centro-norte (TEIXEIRA, 1982). Também é a partir desse momento que se intensificou a qualificação dessa região enquanto um “vazio”, elementos discursivos que seriam usados em outros períodos, como no governo juscelinista e durante a Ditadura Militar Empresarial – o primeiro, preocupado em construir Brasília, o segundo, em expandir a fronteira agrícola frente à Amazônia Legal⁶⁵.

⁶⁵ A área da Amazônia Legal foi delimitada primeiramente pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) durante o governo de Vargas, área que se permaneceu durante a Ditadura Militar Empresarial: estados do “Acre, Pará e Amazonas, e territórios do Amapá, Roraima e Rondônia e ainda pelas áreas do estado do Mato Grosso, ao norte do paralelo de 16°, do estado de Goiás, ao norte do paralelo de 13° [território que é hoje o Tocantins], e do estado do Maranhão, a oeste do meridiano de 44°”, contabilizando uma área total de 5.057.490 km² (SUDAM, 1967).

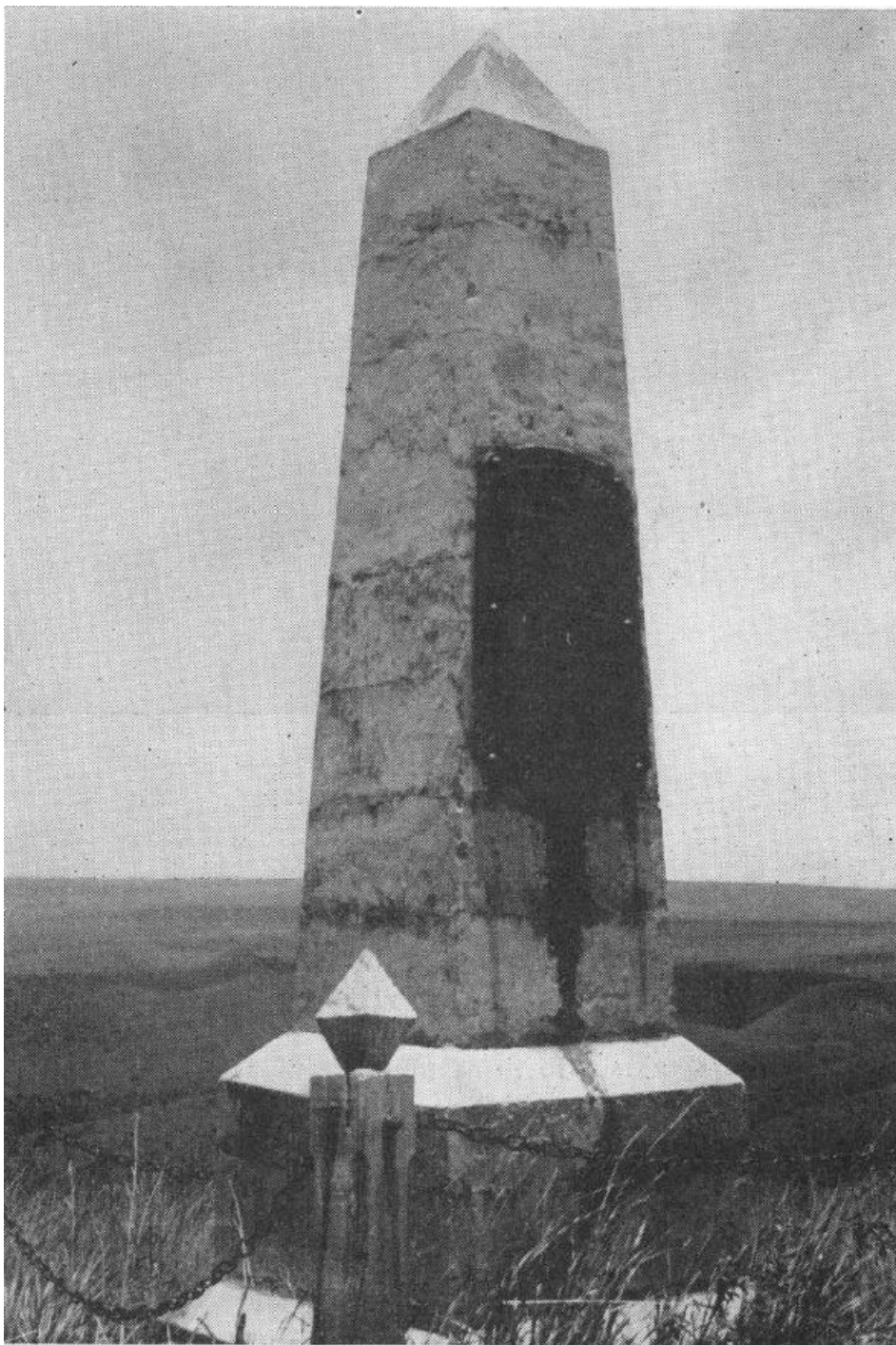


Figura 52 - Pedra Fundamental de Brasília, fundada em 1922, em Planaltina. Imagem do Censo Experimental de Brasília (NACIONAL, 1959a).

Ainda que não tenha tido tamanho sucesso a “cruzada” de Vargas rumo ao oeste, no sentido de concretamente absorver áreas para a exploração capitalista nessas regiões, o

presidente teve o mérito de construir uma cidade nova⁶⁶ na região centro-oeste, Goiânia, capital de Goiás. Em um discurso na recente capital, ele profere:

Após a reforma de 10 de novembro de 1937, incluímos essa **cruzada** no programa do Estado Novo, dizendo que o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao Oeste. (...) Continuam, entretanto, os vastos espaços **despovoados**, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem todos esses elementos, os **espaços vazios** se povoarão. Teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial. Deste modo, o programa “Rumo ao Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos **bandeirantes** e dos **sertanistas**, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, afim de suprimos os **vácuos demográficos** do nosso território e fazer-nos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas (VARGAS *apud* TEIXEIRA, 1982, p. 47).⁶⁷

Destaco os discursos de Vargas por serem marcantes na construção de símbolos que fazem referência à história oficial do Brasil: não foram poucas ocasiões em que o presidente reciclou personagens, como os bandeirantes, para reforçar os argumentos da sua empreitada. Além disso, a dicotômica ideia entre civilização e barbárie, que aqui pode ser entendida também como “vazio”, foi explicitada de maneira que chega a ser extenuante. Esses mesmos argumentos e símbolos utilizados no discurso em Goiânia, estão presentes também em um discurso em Manaus, no ano de 1940:

Até agora, o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. Vulgarizou-se a noção hoje desautorizada de que as terras equatoriais são **impróprias à civilização**. Os fatos e as conquistas da técnica provam o contrário e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma **civilização** única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar. (...) A coragem empreendedora e a resistência do homem brasileiro já se revelaram admiravelmente, nas “entradas e **bandeiras** do ouro negro e da castanha”, que consumiram tantas vidas preciosas. Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retomar a **cruzada desbravadora** e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do **progresso** amazonense, que é o espaço imenso e despovoado (AMAZÔNIA, 1968, p. 9-10).⁶⁸

⁶⁶ Trevisan (TREVISAN, 2009) define Cidades Novas como núcleos urbanos criados: 1) pelo desejo do poder público ou da iniciativa privada e concretizado em ações específicas; 2) que buscam atender, ao menos de início, a uma ou mais funções dominantes (administrativa, de colonização, ferroviária, de relocação, balneária, satélite etc.); 3) implantados num sítio previamente escolhido; 4) a partir de um projeto urbanístico; 5) elaborado e/ou desenvolvido por agente(s) definido(s) – eventualmente profissional(is) habilitado(s); e 6) em um limite temporal determinado, implicando inclusive em um momento de fundação razoavelmente preciso.

⁶⁷ Grifo meu.

⁶⁸ Grifo meu.

Os elementos que destaco nos discursos de Vargas serão reciclados em diversas narrativas a respeito dos espaços da nova capital do país, em sua arquitetura, em sua publicidade e na construção imagética de sua história e de seus heróis, incluindo Juscelino Kubitschek. Teixeira (1982) demonstra como “a nível do discurso oficial”, os argumentos deste se assemelha aos daquele: “a fundação de Brasília é marcha para o interior em sua plenitude. É a condição de posse da terra. Vamos erguer no coração do país um poderoso centro de vida e progresso” (KUBITSCHKEK *apud* TEIXEIRA, 1982, p. 48).



Figura 53 - Propagando vertical externa com Vargas de um lado, o "planejador do rumo ao oeste", e JK, "bandeirante do século". Foto tirada pelo fotógrafo Peter Scheier. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

As mudanças efetivas desse panorama de plano discursivo para o plano efetivo de realização da capital, ironicamente, ocorreram apenas após a – primeira – queda do governo Getúlio Vargas, em 1945, quando o país passa por um processo de redemocratização. Na Constituição de 1946, instituiu-se novamente um dispositivo a respeito da mudança da capital do país para o seu interior. Sete anos depois, em 1953, finalmente é dado outro passo definitivo no sentido de concretizar essa ação e, através de um decreto, é formada a Comissão de

Localização da Nova Capital, chefiada pelo general Aguinaldo Caiado de Castro. A comissão faz estudos presenciais na região onde décadas antes havia sido delimitado o Quadrilátero Cruls, e, após as conclusões dos estudos, resolve a demarcação de uma área de 5.800 km² no planalto central, em um território conhecido como “Sítio Castanho” (TEIXEIRA, 1982, p. 49).

Para o que interessa ao tema dessa dissertação, essa introdução histórica da capital basta para mostrar como a ideia da nova capital foi se construindo ao longo de um processo que, muito antes do efetivo início da sua realização física, elaborou argumentos que constituem suas bases simbólicas ainda hoje. Essa trajetória é muito narrada tanto em meios oficiais como até mesmo em introduções de pesquisas acadêmicas, e inclui vários desses elementos e personagens aqui descritos: José Bonifácio, Varnhagen, o Quadrilátero Cruls e mesmo a pedra fundamental, além dos dispositivos constitucionais⁶⁹. Em primeiro lugar, é importante perceber como a construção simbólica da cidade e os seus dividendos políticos foram disputados antes mesmo da sua construção física durante um longo processo de elaboração de argumentos que constituem, ainda hoje, o seu imaginário.

Um segundo ponto importante de perceber, entretanto, é que por trás dessa narrativa existe a intencionalidade de se construir uma imagem a respeito da mudança da capital como um destino nacional inescapável – um destino manifesto. A narrativa costuma obedecer a uma ordem demasiadamente cronológica e se utilizar das clássicas demarcações da história política nacional: Brasil Colônia, Império e República, de forma que, a história do país se confunde com a história da nova capital. Ademais, inclui-se nessa linha de argumentos a enumeração dos diversos artigos constitucionais, suas respectivas assembleias e personagens políticos que defenderam a inclusão dos dispositivos (MOREIRA, 1998). Por meio dessa retrospectiva:

...a construção de Brasília surgiu como o momento culminante do velho ideal mudancista, pois, enfim, aquela antiga “aspiração nacional” estava se materializando. (...) afirmou o geógrafo e autor de vários livros didáticos Moisés Gicovate: “Velho sonho dos Inconfidentes Mineiros, passou a preceito constitucional com a proclamação da República, e, em nossos dias, tornou-se em realidade concreta e palpável. Venceu o espírito nacional”. As “histórias de Brasília” chegam a sempre conclusões semelhantes a esta de Gicovate. Isto é, apresentam a nova capital essencialmente como um “desejo”, “vontade” ou “aspiração nacional”, lentamente delineados no processo de desenvolvimento nacional (MOREIRA, 1998, p. 58).

Moreira (1998) tece algumas críticas à essa historiografia, que em sua opinião seria, na realidade, ideologia travestida de história. Essa narrativa, que fora bastante incorporada na

⁶⁹ Inclui-se, em meio a esses elementos, os proféticos sonhos de Dom Bosco, a respeito da terra no Planalto Central entre os paralelos 15 e 20, que derrama leite e mel, que aqui preferi não adentrar.

narrativa oficial da cidade e também pelos seus próprios migrantes que vieram para cá, se abstém do mérito de uma análise crítica e sistemática dos dados. Como também é bem comum de narrativas que visam a manutenção de poder ou subordinação, esta procura naturalizar os acontecimentos do passado de uma forma que este tem um peso exagerado sobre o presente. A “aspiração nacional” não passa de um “conceito retórico e ideológico” e o peso que o passado exerce no presente visa, segundo essa crítica, imobilizar o futuro de uma mudança radicalmente diferente (*ibid.*, p. 66). Desse passado, é retirado todo o peso das disputas, dos conflitos e das contradições, tornando o futuro e o presente, de certa maneira, inexoráveis. Um dos trunfos de trazer a visão dos moradores da Vila Amaury nesse trabalho foi justamente mostrar como o passado era tão complexo e contraditório como os dias de hoje, e como é possível a convivência de várias vozes e perspectivas ao mesmo tempo.

A aceção de que a fundação de Brasília era uma tarefa maior e que se tratava da fundação de um novo país contagiou de forma considerável até os próprios narradores da Vila Amaury, como é o caso de Eustáquio (REZENDE, 2020, p. 4): “Então nos 5 anos foram 50 anos não só de uma construção de uma cidade, mas da evolução de todo o país”. Severino, entrevistado pelo ArPDF, em 1990, quando rememora o ex-presidente Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília, repete esta ideia subjacente à materialização da capital: “acredito que Brasília foi o descobrir de um Brasil” (SANTOS, 1990, p. 16).

A despeito da violência simbólica e física que a população periférica da cidade sofreu, de alguma maneira os moradores da Vila Amaury assimilaram os argumentos que as narrativas oficiais da cidade defendiam. A exemplo das entrevistas publicadas em jornais que Teixeira (1982) disponibiliza em seu trabalho, o clima de euforia e otimismo chegava a um nível realmente bem exagerado na fala de um deles, que afirma que voltaria milionário de Brasília para o sertão, com uma noiva e de avião, “feito gente importante”. Diz o entrevistado que na Paraíba “fizeram de Brasília um verdadeiro céu, onde tudo era fácil e à vontade” (CORREIO BRAZILIENSE *apud* TEIXEIRA, 1982, p. 104). Ainda que não deixe muito nítido de onde vinham essas informações, subtende-se que as notícias corriam de certa forma orgânica, onde a oralidade e o burburinho deveriam também fazer parte dessa composição.

Em uma segunda entrevista trazida pelo mesmo autor, a origem dessa publicidade fica um pouco mais evidente, destacando a participação da propaganda oficial e das notícias veiculadas em meios de comunicação, tais como jornais, revistas e cinema, como motivadores principais a ir para a cidade. Outro interlocutor, procedente de Goiás, afirma que no seu caso, “corria à solta de boca em boca” histórias de que em Brasília as pessoas recebiam “duas, três

vezes, até dez vezes mais” do que em outros estados. Destaco que esse último ainda utiliza o termo “Eldorado” para descrever a visão que se tinha da nova capital, apropriando-se de um termo bem recorrente em discursos oficiais, desde a era Vargas, a respeito da interiorização do Brasil e de projetos como a Marcha para o Oeste (TEIXEIRA, 1982, p. 105).

Existiam três procedimentos mais comuns no que diz respeito à atração de trabalhadores para chegarem à terra prometida: primeiro, espontaneamente, quando os próprios trabalhadores, ao escutar as histórias da nova capital, emprendiam a viagem; uma segunda forma, que contava mais com a participação do Estado, com o protagonismo do INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) para o recrutamento dessa população, com pagamentos de suas passagens com destino certo para os canteiros de obras; e por último, no aliciamento de motoristas que era realizado diretamente pelas companhias de construção. Esses motoristas eram grandes vetores do discurso vanglorioso da construção da capital, em que as histórias contadas se assemelhavam ao discurso de Dom Bosco, segundo o qual a terra prometida jorraria “leite e mel”. Um entrevistado vindo de Mossoró conta que foi por meio das conversas com um desses motoristas que foi convencido a ir, durante a qual o motorista teria dito que se ganhava aproximadamente 8 mil cruzeiros por mês trabalhando na cidade⁷⁰ (TEIXEIRA, 1982, p. 112).

Outro aspecto interessante a se observar é a maneira como essa população migrante e pobre foi representada pela ideologia de propaganda a Brasília, constantemente heroicizada, quando era conveniente, para elevá-los a protagonistas de um novo Brasil. Evidente que tal atitude cínica tinha uma função de mobilização, mesmo porque, quando os holofotes não estavam apontados para as bocas dos dirigentes políticos da capital, o mais comum era logicamente a atitude honesta de Lúcio Costa, que menospreza e rotula como fantasiosa a versão dos candangos a respeito do massacre da Pacheco Fernandes. Ou mesmo culpabilizar a própria população pelo massacre que sofreram, como faz Ernesto Silva ao apontar para a “bebedeira” como causa legítima de uma ação violenta do Estado (CARVALHO, 1990).

Um exemplo elucidativo da maneira como essa população foi escalada nesse roteiro é a transformação do próprio termo “candango”. O termo teria vindo ao Brasil por meio dos africanos e sido usado para caracterizar sujeitos cujas práticas ou métodos eram reprovados por eles, nesse caso, os portugueses, que os aprisionavam. Posteriormente, esse vocábulo passa a fazer referência àqueles indivíduos “desajeitados” ou “desprezíveis”, e assim permanece com essa conotação definitivamente negativa até o seu renascimento, em Brasília (TEIXEIRA,

⁷⁰ O Censo Experimental de Brasília aponta que a média dos rendimentos mensais entre a população economicamente ativa no DF nessa época era de 6.200 cruzeiros (NACIONAL, 1959a).

1982, p. 101). Ênfase a palavra “definitivamente”, e não “negativa”, porque é a partir do seu renascimento que o termo, antes pouco difundido, passa a ser disputado socialmente, ora com viés negativo, ora com algum glamour heroico.

Holston (1993, p. 210) por exemplo, em campo que fez justamente durante esse período na capital em construção, afirma que o termo pertencia a uma dimensão insultuosa, daqueles “sem eira nem beira”, “da classe baixa”. Existem dois aspectos nessa dança, que podem cair em conotações pejorativas ou não. Um dos aspectos é que há uma certa unanimidade entre os autores em afirmar o componente de classe social frente ao termo: “candango” se referia definitivamente à classe trabalhadora de baixo poder aquisitivo, em sua esmagadora parte imigrantes, cuja origem também por sua vez era de maioria nordestina. Teixeira (1982, p. 102) usa como exemplo a oposição que existiria entre “doutores” e “candangos”, sendo candango aquele sujeito que “passa fome”, que “dorme ao relento”, que “se desemprega”. Os “doutores”, por sua vez, são aqueles que têm sua própria cantina, separada dos demais, e andam de jipe, não de pau-de-arara. Behr (2014) por sua vez assume como termo de oposição, além de doutores, “pioneiros”.

Essa afirmação faz jus à descrição que Ribeiro (1991) tece a respeito dos alojamentos de construtoras, em que afirma que a arquitetura interna desses locais impunha uma forte separação de classes. Os engenheiros ou empregados que possuíam cargo técnico de maior escolaridade poderiam ter até mesmo quartos separados ou cômodos que pudessem abrigar as suas famílias, caso quisessem levá-las, e os jogos de futebol nos momentos de recreação, no campo dos alojamentos, equipamento comum a todos, serviria apenas como um momento em que essas diferenças de classe eram esquecidas em prol de um objetivo lúdico comum. Patriota e Januzzi (2018) analisam esse processo de estratificação social nos espaços de Brasília na contemporaneidade. Porém é perceptível que essa política de classificação socioespacial já existia desde os seus primórdios e em uma escala ainda mais minuciosa: candangos de um lado, doutores ou pioneiros, de outro.⁷¹

Um segundo aspecto bem elucidativo com relação ao uso da palavra “candango” se trata do tom heroico, que foi ganhando a sua conotação com o passar do tempo, o que de nenhuma forma se opunha à sua referência a uma classe social. Na verdade, ambas andavam de mãos dadas já que candango seria o sujeito que, apesar de todas as dificuldades, resiste e

⁷¹ O conceito de classe do qual partem Patriota e Januzzi (2018), em sua reflexão, dá menos atenção à ideia marxista de oposição entre grupos dominados e dominadores e mais primazia à teoria weberiana, no sentido de entender a existência de uma certa heterogeneidade de camadas, que produz, por exemplo, diferentes hábitos de consumo ou visões a respeito da produção do território entre seus comuns (p. 114).

continua a caminhar. Ser candango é “enfrentar a vida com destemor”, é ser um sujeito que “na desgraça, ele ri; na doença, despreza a tristeza”. É justamente porque um funcionário público, engenheiro ou político da NOVACAP possuía benesses financeiras e morava em locais mais confortáveis da capital que ele nunca poderia ser um candango (TEIXEIRA, 1982, p. 102). Conforme nos relata um poeta e intelectual radicado em Brasília:

Criou-se aí a primeira distinção social na cidade-utopia: de um lado, candangos, os trabalhadores braçais, (que colocavam, literalmente, a mão na massa) e, do outro lado, os pioneiros, letrados e doutores, muitos faturando alto com a transferência da Capital. Os candangos surpreenderam o mundo: em três anos e alguns meses construíram Brasília. Após a inauguração, sem lugar no Plano Piloto, restou a esses verdadeiros **heróis anônimos** serem deslocados para as então nascentes cidades-satélites, evidenciando claramente a setorização social e a maior importância dada ao funcionamento administrativo da cidade do que à integração dos operários ao projeto na nova capital. Atualmente o nome candango já não carrega o viés negativo. O troféu concedido no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro é o Candango, uma estatueta estilizada do trabalhador. A escultura Os Guerreiros, de Bruno Giorgi, na Praça dos Três Poderes, foi rebatizada como Os Candangos, talvez pelo aspecto esquálido que têm as figuras⁷² (BEHR, 2014, p. 32-33).

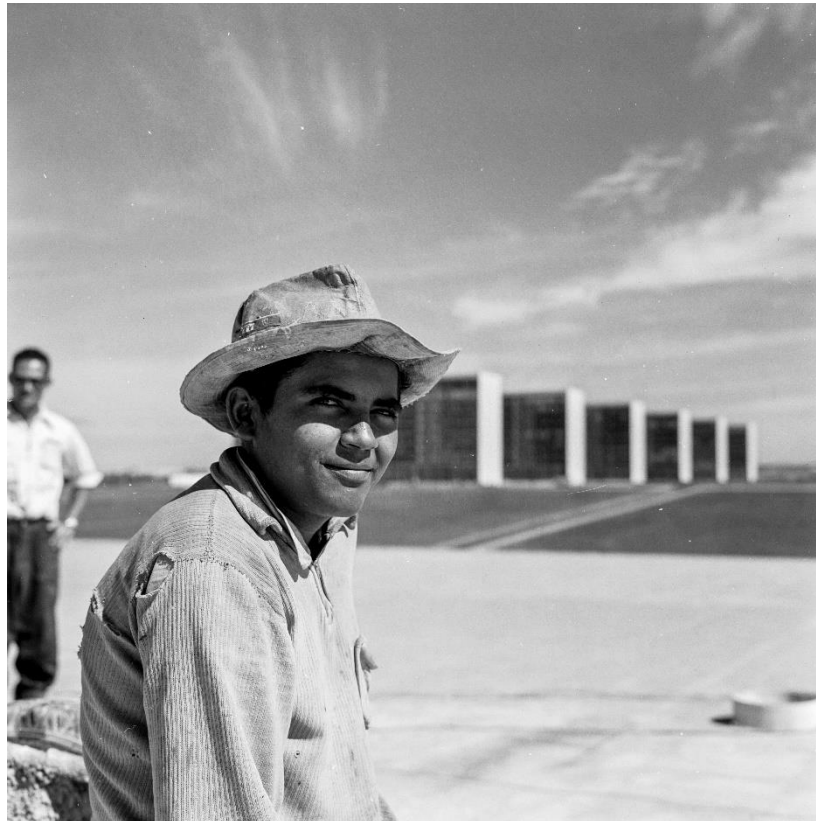


Figura 54 - Trabalhador candango em primeiro plano, com Esplanada dos Ministérios ao fundo, um dos espaços de maior simbolismo político da capital. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

⁷² Grifos meus.

Ao colocar a construção de Brasília como a síntese da fundação de um novo país, colocando ao mesmo tempo os candangos na posição heroica de construtores de um novo Brasil, os grupos políticos e econômicos interessados no projeto conseguiram habilmente utilizar desses discursos como maneira de prevenir algum tipo de motim mais sério que viesse a inviabilizar a concretização da transferência da capital. Essa estratégia pode ter funcionado no início da construção da capital, quando a chegada dos trabalhadores de diferentes locais, e grande parte do campo, era intensa em um território desconhecido por estes, tornando difícil a condição para a organização coletiva dessa população. Em outros contextos, após esse período, porém, as condições de organização dos candangos permitiram uma maior amplitude de resistência, como é o caso por exemplo dos movimentos na vila IAPI⁷³, que deu origem à Ceilândia, ou do movimento dos comerciantes da Cidade Livre, que deu origem ao Núcleo Bandeirante.⁷⁴

Construir uma retrospectiva histórica que atrela a intenção de mudança da capital com as etapas da história política clássica brasileira e passar a ideia de que a sua concretização se tratava de uma aspiração nacional, ou uma vontade coletiva há tempos manifestada, ajudou a defender o ponto de vista mudancista como o cumprimento de uma tradição, que pode ter sido bastante útil para os defensores dessa linha angariarem aliados mais conservadores. Ademais, essa perspectiva, de uma vontade da consciência coletiva do país que, conseqüentemente, se cumpriria, também contribuiu para desvencilhar o projeto de Brasília do governo de Juscelino Kubitschek. Essa tática pode ter sido útil para aqueles aliados políticos ocasionais que quisessem apoiar a construção da nova capital sem se vincular necessariamente ao projeto de poder político juscelinista (MOREIRA, 1998). Afinal de contas, se a mudança da capital esteve presente em tantos artigos constitucionais, desde a Proclamação da República, não estaria o presidente meramente cumprindo um preceito da carta magna? Fato é que isso não impediria o presidente, logicamente, de se utilizar dessa circunstância para promoção política.

A questão, para além de uma simples vontade política que por acaso teria aflorado justamente nessa época, em meados de 1950, também diz respeito a uma longa querela entre os grupos capitalistas que dominavam o direcionamento econômico do país. Teixeira (1982) indica que as condições necessárias para que a política mudancista se realizasse ocorreram no governo JK devido a uma suplantação do bloco da elite industrial em detrimento do bloco agrário, que havia dominado a trajetória das principais decisões até algumas décadas atrás. Como indiquei,

⁷³ Nome advindo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, IAPI.

⁷⁴ Ceilândia, que vem da sigla CEL, Comissão de Erradicação de Invasões. Para aprofundamento nesses dois movimentos específicos, recomendo os trabalhos de Oliveira (2008) e Bicalho (1988).

quando os fundamentos apontavam para a suposta defesa militar da capital do país, a política mudancista pouco pôde avançar; foi somente com a mudança de protagonismo de um grupo econômico por outro, quando a renda da elite industrial superou a da elite agrária, que a política mudancista, aliada a uma política econômica desenvolvimentista, pôde caminhar.

Com relação ao protagonismo desse grupo econômico, foi evidente o apoio da elite industrial ao projeto de Brasília, em conjunto com grupos do comércio e da agricultura. Em reunião patronal no mês de agosto de 1957, tal conjunto de poderes reunidos afirmam oficialmente seu apoio à construção da capital, culminando, inclusive, na declaração do próprio Israel Pinheiro em se comprometer a entregar boa parte da construção de Brasília à iniciativa privada, ficando a NOVACAP, dessa forma, responsável somente pela urbanização e fiscalização das obras (TEIXEIRA, 1982). A vontade política do executivo e de parlamentares veio depois, como consequência da influência da esfera econômica na esfera política.

Ainda assim, não se pode negar a habilidade do candidato a presidente Juscelino Kubitschek e de sua coligação política PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PSD (Partido Social Democrático), em especial no que tange ao equilíbrio entre um populismo que ainda conseguiu atrair a simpatia de uma grande massa de trabalhadores, ao apaziguamento dos conflitos internos das classes dominantes e até ao convencimento de parte dos políticos opositores, concedendo alguns cargos relativamente importantes a parlamentares da UDN⁷⁵ (TEIXEIRA, 1982). Terminei o capítulo anterior deixando explícito o encantamento que os trabalhadores candangos tinham pelas principais figuras políticas. Em especial, esse encantamento se faz bastante presente na figura do presidente JK, que é pivô de perguntas das entrevistas realizadas pelo ArPDF, situação que me fez questionar a maneira pela qual essa figura, junto com seu grupo político, alçou tamanha visibilidade.

Disputando com uma parte dos ideólogos de Brasília, que buscavam diminuir o mérito do presidente com relação a este projeto, Juscelino, desde que foi eleito e obstinado em mudar a capital do país, buscou atrelar o projeto a si mesmo para que pudesse colher assim os seus dividendos políticos, empenhando-se em enfraquecer a trajetória histórica que apresentei sumariamente no início. Conforme explica Moreira (1998):

⁷⁵ União Democrática Nacional (UDN), partido rival e crítico à JK e à sua coligação PTB e PSD. Apesar de ser oposição, boa parte de seus membros apoiaram a Lei nº 2.874 em sua tramitação no Congresso, que instituiu a NOVACAP e autoriza a criação da nova capital, levando para a mesa diretora da companhia Iris Meinberg e outros membros do partido (TEIXEIRA, 1982).

A “verdadeira” origem da nova capital, segundo o Presidente, estava na decisão de seu governo em realizar a obra. No livro “Por que construí Brasília”, Juscelino narra que a ideia de interiorizar a capital surgiu durante sua campanha à Presidência da República, quando realizou um comício político na cidade de Jataí (*ibid.*, p. 64).



Figura 55 - JK em visita a Brasília, com outros personagens políticos de relevo da época. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/praca-do-cruzeiro/>. Acesso em: 26/02/2024.

O presidente ainda conta em seu livro, com o título empregado em primeira pessoa do singular, que se deu conta da necessidade de povoar o interior do Brasil e trazer esse desenvolvimento para todo o país porque, em sua caravana durante a campanha, verificou a existência desses espaços demograficamente rarefeitos (*idem*). A afirmação soa como se em períodos anteriores, a exemplo dos governos de Vargas, essa necessidade não tivesse sido atestada, debatida e nenhuma medida havia sido tomada: somente após a sua campanha, ele, o próprio, verificou a existência de “grandes vazios” – para usar o termo comum nesses discursos. Por detrás da vontade política e da “grande” descoberta de JK, porém, existia uma disputa pelo destino econômico que o país deveria tomar.

Com um modelo econômico que ficou conhecido como desenvolvimentismo, JK indicava que o subdesenvolvimento no Brasil poderia basicamente ser superado pela simples aceleração do desenvolvimento econômico nacional. Para isso, seria necessário a ampliação

industrial e estratégias de atração do capital estrangeiro, alargando e diversificando o mercado consumidor interno. Nesse sentido, inclusive, se utilizaria das características da mão de obra, de baixa remuneração e produtividade, para atraí-las do campo para os centros industriais ou para os projetos de ampliação da infraestrutura (TEIXEIRA, 1982). Essa mesma lógica permeou a realização da nova capital federal.

O presidente traz à tona em seus discursos oficiais um debate que ocorria a nível acadêmico e teórico quanto à superação do subdesenvolvimento. Repetindo em grande nível, como dito acima, os mesmos elementos que Getúlio Vargas já trazia em seus discursos, Juscelino promete elevar o Brasil ao nível de bem estar econômico dos países centrais, se aproveitando, para isso, do investimento de capitais externos, e “se propunha coincidentemente a mudar a face do ‘Brasil arcaico’, colocando-o em moldes modernizadores” (TEIXEIRA, 1982, p. 68). Nesse sentido, ainda que contasse com semelhanças com relação ao varguismo, como o investimento pesado em indústrias de base e a expansão da infraestrutura responsável por alavancar os fluxos de mercadorias e processos de produção ao longo do território, uma diferença crucial consistia na sua associação econômica explícita com o capital externo, liquidando o nacionalismo do modelo anterior (IANNI, 1971).

Durante os governos de Vargas, as ideias de desenvolvimento e industrialização estavam ligadas à emancipação nacional, no que diz respeito a um aumento relativo de independência com relação aos centros de tomada de decisão estrangeiros, centralizando, dessa forma, essas tomadas de decisão da política econômica dentro do país. Ainda que esse ganho de independência seja relativo, muitas políticas colocadas em prática durante os seus governos revelaram essa intenção. No governo de Juscelino, porém, a política econômica tinha como fim, e não como meio, o desenvolvimento e a industrialização, usando, para tal, a associação com o capital estrangeiro – necessariamente. Era essa a maneira que o presidente imaginava superar o subdesenvolvimento (IANNI, 1991).

Ainda que no plano discursivo houvesse uma linha contínua com Getúlio Vargas, o nacionalismo de JK era muito mais uma retórica e não tomava forma real no que diz respeito às suas decisões, ao menos dentro da esfera econômica. Em um texto de 1962, de autoria própria, o então presidente da República justifica que o seu nacionalismo “não é uma arma política”, mas sim “um estado de alma elevada, um impulso construtivo como o que se configurou (...) no Programa de Metas, que foi ele sim – um esforço nacionalista” (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 1962, p. 114). Com as mesmas vagas alusões, ele discursa no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), defendendo um nacionalismo meramente

discursivo e ideológico, ao mesmo tempo em que defende a associação com o capital estrangeiro:

Este Instituto é norteado por um princípio nacionalista que me parece certo e revestido da dignidade indispensável ao plano cultural em que se colocou (...). Sois nacionalistas porque procurais colocar o Brasil em contato com as correntes de ideias do mundo; porque procurais acrescentar à maneira de ver própria de nossa intransferível experiência os instrumentos culturais que constituem patrimônio comum da humanidade; sois nacionalistas porque afirmais ser indispensável mantermos as nossas próprias características e ao mesmo tempo proclamais a necessidade de recebermos a cooperação, em larga escala, dos conhecimentos e do capital estrangeiro indispensável (KUBITSCHKEK *apud* IANNI, 1991, p. 189).

O Programa de Metas, aplicado durante seu governo, era a materialização desses preceitos, e visou transformar “a estrutura econômica do país, pela criação da indústria de base e a reformulação das condições reais de interdependência com o capitalismo mundial” (IANNI, 1991, p. 160). O presidente contou com uma atmosfera relativamente favorável para a realização desse programa devido a alguns fatores. Primeiramente, no plano internacional, houve uma maior disposição e inclinação dos Estados Unidos em expandir suas fronteiras de influência econômica para países como o Brasil, e da América Latina no geral, o que casava fortemente com os planos do governo em atrair o capital estrangeiro de países como este.

É importante lembrar que em períodos anteriores os Estados Unidos estavam empenhados na reconstrução dos países centrais do capitalismo europeu, no pós-guerra, através do Plano Marshall, além de tentar expandir sua fronteira em outros territórios globo afora, como na Coreia. Tanto a reconstrução desses países já estava em processo franco de finalização como a Guerra da Coreia já havia tido um cessar-fogo (IANNI, 1991). Não é por acaso que foi justamente esse país que predominou no quadro de países investidores durante o Programa de Metas: os Estados Unidos representaram cerca de 48% desse montante que é transferido durante o seu governo, muito à frente da Alemanha, o segundo lugar, que representou apenas 17,8% (TEIXEIRA, 1982, p. 75).

Um outro componente importante, que se combinava a essa conjuntura, nessa esfera internacional, é que havia uma certa resignação, processada ao longo do tempo, por parte da elite econômica desses países centrais de que a expansão do capitalismo e desenvolvimento econômico em locais como no Brasil só seria possível com uma forte intervenção estatal. A hipótese de uma intervenção estatal, desde que visasse o desenvolvimento econômico a partir de um viés dependente e amenizasse o acirramento das tensões sociais causadas pela forte desigualdade, já era uma alternativa aceita. Se acreditava que essas tensões seriam ingredientes

para alguma revolta popular, revolução ou ascensão de líderes de alguma ala comunista ou mais radical da esquerda – uma hipótese que causava muito mais aversão (IANNI, 1991).

Um segundo elemento favorável à aplicação dos planos de JK teria sido que a industrialização interna já não se pautava primordialmente pelo estrangulamento do setor externo, conforme ocorrera nos anos do processo econômico que ficou conhecido como “substituição de importações”⁷⁶. Por último, cabe assinalar que houve uma certa ampliação do debate público a respeito do planejamento econômico em anos predecessores, ao menos nos meios intelectuais, nas classes médias e em alas do proletariado organizado politicamente. Esse debate, a depender dos grupos em que ocorria, por vezes, era levantado de forma que se colocava o desenvolvimento econômico, ou o “desenvolvimentismo”, como um procedimento meramente técnico e neutro politicamente, tentando afastar-se de qualquer que fosse a linha política (IANNI, 1991).

A programação econômica nesse caso se tratava, segundo economistas do CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e BNDE⁷⁷ (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), que assessoravam JK diretamente, de analisar as alternativas que fossem melhor adaptáveis ao modelo político do país, mas que esse tipo de planificação, em si, poderia ser encontrado tanto em países com a economia de modelo socialista, como naqueles países nos quais essa técnica foi necessária para almejar a reconstrução no pós-guerra (IANNI, 1991; TEIXEIRA, 1982). Importante lembrar que foi no governo de Kubitschek que foram criados dois importantes institutos irradiadores dessas discussões, o ISEB e a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), essa última responsável por elaborar políticas que visassem o fomento da “mais importante região-problema” do país:

...esse órgão federal surgiu num momento em que se revelavam de modo particularmente aberto e intenso os antagonismos políticos na sociedade do Nordeste. Ou melhor, a SUDENE foi criada numa época em que as desigualdades econômicas e sociais naquela região adquiriram conotações políticas de cunho pré-revolucionários. No modelo em que as massas camponesas deixaram de acomodar-se às soluções de estilo oligárquico (consubstanciadas nos padrões de controle social e liderança política próprios do coronelismo) nesse momento os grupos dominantes no Nordeste e o governo federal (...) decidiram agir politicamente (IANNI, 1991, p. 160).

⁷⁶ Ianni (1991, p. 173) assinala que esse termo não abarca toda a complexidade do processo de industrialização que é conhecido como substituição de importações, ainda que se justifique pela sua estratégia principal. Isso porque, “ao mesmo tempo em que se promovia (de modo deliberado ou não)” esse processo de substituição, era necessário a “importação de máquinas, implementos, acessórios, *know-how* e matérias primas”, o que explicita um processo muito mais diverso e complexo do que o termo expressa.

⁷⁷ Hoje BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Nesse momento, conforme aponta Teixeira (1982), ao mesmo tempo em que começa a despertar por parte do Estado esse interesse em cuidar das vulnerabilidades econômicas da região Nordeste, também é o momento em que alguns embriões das Ligas Camponesas começaram a nascer. Relembro a maneira que abordei, no capítulo anterior, as formas que essa conjuntura atravessa a migração para o Distrito Federal e a formação da própria Vila Amaury, presente inclusive na fala de alguns dos entrevistados. Segundo Inácio, as secas que ocorreram no Nordeste foram a “salvação” para Brasília, “porque paulista não queriam vir para cá não” (FERREIRA, 1997, p. 9). Os próprios narradores imbuídos nesse contexto enxergavam o aproveitamento da mão-de-obra nordestina, como uma mão-de-obra “fácil de lidar” e barata (*ibid.*, p.10). Na visão de Inácio, trazer paulistas para construir a capital exigiria uma estrutura de acomodação muito mais sofisticada, revelando como a política de desenvolvimento econômico na época, da qual Brasília também fez parte, se aproveitava desse abismo relativo. As regiões mais precárias do território do Distrito Federal eram aquelas que acomodavam em uma proporção maior a mão-de-obra vinda dessa região⁷⁸.

É inegável que a estrutura industrial do país se alterou após a aplicação do Programa de Metas, se tornando muito mais integrada e diversificada internamente. Conforme demonstra Ianni (1991), a cesta de bens de importação se equilibrou e certos itens deixaram de ter um peso relativo tão acima de outro. Entretanto, a despeito da imagem altamente positiva que JK tentava passar a respeito da importação de bens de capital estrangeiros, na realidade eram equipamentos altamente defasados em seus países de origem. Além disso, foram dadas vantagens desequilibradas a essas companhias estrangeiras, tais como coberturas cambiais na importação de máquinas e grandes brechas creditícias e fiscais (TEIXEIRA, 1982).

O que a ideologia desenvolvimentista defendia, a fim e ao cabo, era a ideia de que os padrões de gozo material que uma pequena fração dos países capitalistas usufruíam poderia ser universalizados pela mera aceleração do desenvolvimento econômico de países que estão em estágio anterior de desenvolvimento. Essa ideia, porém, possui várias barreiras, como demonstra Furtado (1981), em obra que se dedica integralmente a questionar essa linha de pensamento econômico. Não pretendo reproduzir toda a crítica econômica aqui neste trabalho por fugir ao escopo, mas alguns argumentos centrais são importantes de serem enumerados. Em primeiro lugar, é pontuado a questão da capacidade do sistema de recursos do planeta em resistir a essa universalização dos hábitos de consumo de países centrais capitalistas. Ainda que atualmente essa seja uma crítica muito comum e consensual, é importante recordar que na época

⁷⁸ Ver subcapítulo “Vila Amaury de fora”, no capítulo “Memórias Submersas”.

em que escreveu esse argumento, na década de 1970, o autor era contemporâneo à difusão da ideia⁷⁹. Nesse período, era bem mais recorrente que os economistas e planejadores considerassem um universo sem limite no que tange à expansão das atividades de extração dos recursos naturais, e assim a capacidade do planeta em abarcar esse desenvolvimento era simplesmente desprezada.

Um segundo ponto que Furtado (1981) reforça é o de que os mecanismos econômicos utilizados pelos países periféricos para conseguir alcançar o estágio de desenvolvimento dos países capitalistas do centro são exatamente os mesmos mecanismos que aumentam a distância relativa com estes. Para explicar tal, critica justamente a transferência de tecnologia estrangeira, que aprofunda os laços de dependência com os países que o fazem, adicionando o argumento de que quanto mais tarde países como o Brasil entram nessa disputa, mais comum é que o capitalismo nestes países se desenvolva como maneira de completar os fluxos e necessidades de uma rede mundial. Em suma, não é por meio da especialização mundial que determinados países adquirem que estes superarão as suas mazelas econômicas, mas é justamente por conta dessa especialização que estes transferem parcela significativa de seu valor para países estrangeiros. No caso, os países periféricos permanecem somente com os prejuízos dessa lógica de troca: prejuízos ambientais, tais como consequências climáticas da exploração de seus recursos, e também sociais, por ter uma cadeia de empregos que exige menos especialização e capta menos valor da rede produtiva no geral, resultando em trabalhos mais precários.

Para além das questões econômicas, e sem entrar em detalhes a respeito da inflação que se seguiu nos anos posteriores, cabe destacar dois feitos de JK que tiveram um sucesso “extra-econômico”: Brasília e a indústria automobilística. Esses dois símbolos carregavam forte apelo por representar a entrada do país em uma era de modernidade, simbolizando a saída do Brasil de seu estágio dito “arcaico” de desenvolvimento, e foram habilmente atrelados à figura do presidente: “transformaram-se nos símbolos do governo Kubitschek e, ao mesmo tempo, do ‘novo Brasil’” (IANNI, 1991, p. 165). Na realidade, ambos elementos se conjugavam em certa medida, já que o próprio planejamento urbano do Plano Piloto, dentro da sua dimensão de transporte e circulação, foi desde o seu início pensado a partir do tráfego do automóvel em linhas rodoviaristas. Conforme o próprio Lúcio Costa defende, em seu memorial descritivo do Plano Piloto:

⁷⁹ O livro de Furtado (1981) intitulado “O mito do desenvolvimento econômico”, teve primeira edição em 1974, 10 anos após o golpe da ditadura militar-empresarial (1964-1985) e 14 anos após o fim do governo JK. Ressalto que a lógica desenvolvimentista, ainda que houvessem vários tons e nuances, estava atrelada tanto a projetos de governo tais como de Vargas, quanto dos governos militares, e não somente a JK.

E houve o propósito de aplicar os princípios francos da técnica rodoviária – inclusive a eliminação dos cruzamentos – à técnica urbanística, conferindo-se ao eixo arqueado, correspondente às vias naturais de acesso, a função circulatória tronco, com pistas centrais de velocidade e pistas laterais para o tráfego local, e dispendo-se ao longo desse eixo o grosso dos setores residenciais (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 1991, p. 20).

Em outro trecho do mesmo memorial justificativo, o projetista da capital defende a separação entre os espaços de automóveis e de pedestres, concedendo para esses últimos espaços livres de circulação internos a determinados setores. Pondera que essa separação não deve ser extrema já que “hoje em dia”, o automóvel, “deixou de ser o inimigo inconciliável do homem, domesticou-se” e “já faz, por assim dizer, parte da família” (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 1991, p. 22). O automóvel, a partir dessa década e ainda mais após a entrada de Juscelino Kubitschek e de seu discurso desenvolvimentista, passa a ser elemento essencial da imagem que constitui a cidade moderna. Conforme revela o levantamento e estudo de Monteiro (2007) a respeito da *Revista do Globo*, na década de 1950, os carros também figuram nas fotografias como elemento importante que reforça o sentido visual da modernidade – dentre outros, como os transeuntes anônimos e os prédios de alto gabarito em sentido ascensional.



Figura 56 - Trabalhadores na Cidade Livre. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio/>. Acesso em: 26/02/2024.

A primazia do carro que figura nos projetos do concurso do Plano Piloto é mais um reflexo da vontade de se colocar esses elementos para constituir o imaginário do que seria a capital desse novo país moderno, que utopicamente teria abandonado o seu passado de atrasos.

Brasília mostra, mais uma vez, que seria a síntese dessa passagem. A setorização, a monumentalidade e o rodoviarismo foram fomentadores da imagem da capital, o que, entretanto, trouxe algumas consequências que uma consagrada crítica já apontou: setores de usos exclusivos conformando grandes barreiras urbanas ou zonas pendulares; confinamento de pedestres em suas “próprias áreas residenciais e comerciais”; além da perda do sentido de espaço público da rua (NAVARRO, 2017, p. 88). A política urbana rodoviarista demonstra um forte círculo vicioso ainda hoje na capital em que, quanto mais se cria bolsões de estacionamento, mais se estimula a demanda por esse tipo espaço – e o mesmo ocorre em alargamento de vias. A perda do sentido do espaço público ocorre na medida, assim, que esses se transformam em armazéns e bens particulares, ou artérias intransitáveis por outros tipos de modais.

Mais do que mudanças estruturais nas condições de vida da classe trabalhadora brasileira, o período desenvolvimentista da década de 1950 trouxe para a realidade do país elementos da modernidade que passam a fazer parte da experiência de uma população de pequenas e médias cidades que, até então, não haviam sentido quase nenhum efeito dos investimentos industriais. A pavimentação de rodovias, a construção da nova capital em bases de uma arquitetura modernista, assim como o reaparelhamento de ferrovias e a construção da rodovia Belém-Brasília, compõem um imaginário sedutor que expande os limites das novas possibilidades que o “novo Brasil” poderia alcançar (IANNI, 1991).

O nacional-desenvolvimentismo protagonizado pelo presidente JK trouxe inegavelmente um clima de grande euforia para o país, em especial a sua meta-síntese, que visava a construção da nova capital, mobilizando grandes contingentes de mão-de-obra e diversos setores. Segundo Teixeira (1982) alguns adversários políticos podem ter subestimado o alcance desse elemento dentro do seu Programa de Metas e da política desenvolvimentista, o que pode ter inclusive facilitado, em conjunto com as estratégias de conciliação da sua chapa política, a aprovação da Lei nº 2.874, que criava a NOVACAP. Os elementos que exerciam esse vislumbre, como Brasília exerceu, porém, coexistiam com realidades de assentamentos precários e violências ainda marcantes do Estado com a população mais pobre, como era o caso da Vila Amaury.

A indústria da comunicação, juntamente com o processo de urbanização do país e migração do campo para a cidade, também ganhou espaço e foi se tornando cada vez mais sofisticada, contribuindo de forma marcante para a construção dessas representações. A década de 1950 no Brasil foi carimbada por um impulsionamento de meios de transmissão que passam

a utilizar a imagem como forma de narrar uma possível interpretação da realidade, com a chegada e difusão, por exemplo, da televisão nas principais capitais. Além disso, as décadas anteriores assinalam a migração de diversos fotógrafos europeus para compor as equipes dos meios impressos de comunicação, a exemplo de Marcel Gautherot⁸⁰, Jean Manzon e Pierre Verger, que trazem consigo sua bagagem acadêmica e cultural (MONTEIRO, 2007).

Como recurso de narrativa histórica, foram produzidos alguns documentários a respeito de Brasília em seu período de construção, tanto aqueles vindos dos grupos políticos mudancistas, quanto aqueles que criticam e tentam combater o projeto que estava em voga (NAVARRO, 2017). A imagem adquiriu, nessa década, portanto, um patamar de importância na retórica política e na construção da realidade que até então não se tinha visto:

Dividido entre mudancistas e antimudancistas, esses grupos impregnaram o imaginário midiático com o discurso ora veementemente a favor da mudança, ora contrário. Por meio da mídia, políticos e jornalistas buscavam canalizar esperanças e influenciar de forma real o comportamento e a vida das pessoas. A imprensa contribuiu, portanto, massivamente para a manutenção de um dos dois discursos que estavam sendo formados e que, embora opostos, influenciaram em conjunto a construção do imaginário sobre a capital (NAVARRO, 2017, p. 95).

A fotografia nesse período se torna técnica que passa a ser habilidosamente utilizada pelos meios de comunicação para difundir uma interpretação a respeito do processo que estava ocorrendo para determinados grupos sociais. A imagem foi uma ferramenta, nesse sentido, que corroborou para criar recortes e fragmentos da realidade que passam a representar o objeto como um todo em uma espécie de “metonímia” – a cidade é vista pelos seus fragmentos preferenciais. A representação de um centro moderno, visualizado por ângulos que favorecem a sua monumentalidade, constantemente sobrepuja as imagens das periferias, das malocas e das favelas (MONTEIRO, 2007). Conforme aponta Monteiro (2007):

As imagens das casas autoconstruídas são pontuais, descontextualizadas de seu entorno, não permitindo observar nem a dimensão do fenômeno nem localizá-las no tecido urbano da cidade e em sua eventual proximidade da área central. Descontextualização e fragmentação são dois procedimentos usados pelos fotógrafos ao construir a imagem dos ‘problemas urbanos’, bem como as panorâmicas que diluem as contradições e a segregação espacial. Num esforço de síntese, pode-se dizer que o ‘espaço geográfico’ destacado é o espaço urbano, o centro, que passa a representar muitas vezes toda a cidade (como numa metonímia), excluindo do quadro fotográfico as vilas e periferias. Por sua vez, as imagens do centro da cidade privilegiam os espaços públicos

⁸⁰ Segundo o site do Instituto Moreira Salles, Marcel Gautherot veio morar definitivamente no Brasil em 1940, com o intuito de escapar de uma França ocupada por nazistas. Ver em: <<https://ims.com.br/2017/06/01/sobre-marcel-gautherot/>>. Acesso em: 11/02/2024.

com ângulos abertos sobre as principais ruas e avenidas (MONTEIRO, 2007, p. 172).

Ainda que o autor trate especificamente das revistas ilustradas e tenha como estudo de caso a cidade de Porto Alegre, vale como baliza para compreender que os meios de comunicação ansiavam difundir a “nova” cultura urbana para um público consumidor que era cada vez maior nas cidades, consequência da migração e do crescimento urbano. Especificamente com relação ao público consumidor dessas revistas, ele costumava fazer parte das classes médias urbanas de mais alto poder aquisitivo, e isso é chave para entender que também havia a preocupação de se transmitir uma “educação do olhar”, novas normas sociais, ou uma nova “civilidade” (*ibid.*, p. 64). Os emissores dessas informações tinham a preocupação em defender o processo de renovação imobiliária que ocorria nos centros urbanos, advogando não somente pela nova estética, com imagens sedutoras, como também por uma noção vaga de modernidade que estava chegando na cidade. Em determinados trechos, é possível perceber um enaltecimento aos empreendimentos privados e imobiliários como verdadeiras forças dessa modernização, porém, sempre minimizando as contradições que acompanhavam esse processo (MONTEIRO, 2007).

Podemos dizer que é uma situação parecida com o que ocorreu em Brasília. Porém, considerando que se tratava de uma cidade planejada a partir da sua origem, que lograria o posto de capital federal com um projeto modernista, e que foi uma das principais peças de propaganda do governo, a dimensão se tornou muito mais extravagante. A metonímia, contudo, ocorre de maneira semelhante, com os espaços políticos de monumentalidade constituindo praticamente todo léxico de imagens da capital, ainda que maior parte da população morasse fora desses espaços – e tanta urbanidade, história e memórias sobrevivessem externamente a isso. Navarro (2017) evidencia o papel da mídia impressa na manipulação dessas representações da nova cidade, já que a fotografia, destacando e enaltecendo a arquitetura do espetáculo e monumental, por si, já se configurava um grande argumento a favor dessa suposta transição para a modernidade.

No universo de imagens que eram aventadas pelos idealizadores da capital e que possuíam a finalidade de reforçar a nova etapa de desenvolvimento nacional que a mudança da capital estava produzindo, predominavam as figuras que transmitiam as relações de poder. Essas relações estavam habilmente impressas na arquitetura de seu centro monumental, revelando um trabalho em conjunto entre a arquitetura e a fotografia. Seria impossível conceber que tamanha carga simbólica que essas imagens transmitiram seriam alcançadas, sem uma ou

sem a outra. Navarro (2017) aponta que a fotografia como um todo, a esse ponto, não era mais vista como um mera cópia do real e já constituía objeto fruto de manipulação ou de contestação.



Figura 57 - Cúpulas do Senado e da Câmara, espaços representativos da metonímia de Brasília. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

A esse respeito, Monteiro (2007) também indica que já existiam críticas que apontavam tanto para as visões que enxergavam a fotografia enquanto espelho da realidade, quanto para aquelas que a enxergavam tão e somente como manipulação. Entretanto, no contexto das revistas ilustradas, o paradigma que comportava esses veículos, ou pelo menos a forma como estes pretendiam ser vistos, ainda estava muito ligado à cópia do real, “como um documento verídico que corroborava a veracidade da interpretação dos fatos abordados” (MONTEIRO, 2007, p. 165). Fato é que a fotografia indica uma escolha do fotógrafo de caráter político, social e cultural, ainda que este esteja preso dentro de uma cadeia de produção que irá reelaborar os sentidos da sua decisão.

O caso de Marcel Gautherot, fotógrafo contratado por Oscar Niemeyer, é exemplar. Gautherot, ainda que tenha sido chamado com o intuito de registrar as imagens que ajudariam a

compor a representação monumental que os dirigentes de Brasília ou idealizadores do projeto pretendiam, se embrenhou nas fendas da monumentalidade para produzir os fragmentos de uma outra Brasília, a Brasília das sacolândias. Grande parte dos registros da Vila Amaury, e das sacolândias que a antecederam, foram consequência dessa visão do fotógrafo. Justamente por motivos de não ornarem com a narrativa monumental e de poder que se visava construir a partir das imagens da cidade, esses registros foram recusados e, dessa forma, não foram publicados em conjunto com as fotografias dos espaços canônicos da capital (NAVARRO, 2017).

A NOVACAP não ficou fora dessa estratégia de comunicação e, assim que começaram os primeiros trabalhos de construção da capital, lançou um periódico destinado a narrar o período de construção de Brasília, intitulado “Revista Brasília”. Ainda que o periódico cumprisse uma função obrigatória determinada pelo artigo 10 da Lei nº 2.874, que estabelecia o dever da companhia em divulgar o andamento das obras da nova capital como uma prestação de contas social, as funções dessa revista mensal iam bem além e serviu para construir uma narrativa de defesa e enaltecimento do projeto (ALIAGA FUENTES; BOMTEMPO; CARNAÚBA, 2023). Reproduzia, em grande parte, os mesmos argumentos e representações presentes nos discursos de Juscelino Kubitschek, incluindo ainda outros personagens políticos da NOVACAP, como Israel Pinheiro e Ernesto Silva. As imagens percorriam a mesma narrativa visual que dissertei nos parágrafos anteriores, representando as obras monumentais e os espaços de poder político que corroborassem com o discurso sobre modernização. As fotografias da revista seguiam o mesmo padrão metonímico e praticamente não traziam registros das vilas operárias ou favelas, novamente tomando o todo pela parte.

Analisei as edições da Revista Brasília entre os anos de 1959 e 1960, período em que a existência da Vila Amaury era reconhecida pela NOVACAP, e em quase nenhuma delas foram encontrados registros textuais a respeito da Vila Amaury, tampouco imagens da ocupação. Somente em duas edições a vila é citada: em outubro de 1959, é citada brevemente ainda com o seu nome “Bananal”, ao divulgar os resultados do censo a respeito das religiões praticadas na capital; e na edição especial de abril de 1960, no mês de inauguração, que, ao falar do sistema educacional da capital, cita a existência de uma escola na vila, qualificando-a como uma escola provisória (NOVACAP, 1959, 1960). Os operários candangos estão quase sempre sendo representados próximos às obras monumentais, e não em seus espaços de lazer e moradia, como os que eu trouxe por meio das entrevistas com ex-moradores e conviventes da vila.

Ao longo da revista, são trazidas opiniões e visões de diversos personagens, sempre favoráveis e elogiosos à nova capital. Os mais presentes são aqueles que fazem parte da diretoria

da NOVACAP, ou o próprio JK e seus comparsas políticos. Os elementos presentes na breve narrativa que descrevi no início do capítulo são repetidos em muitos momentos, tais como a missão Cruls, as ideias de Varnhagen, os dispositivos constitucionais, os discursos de José Bonifácio, além das visões de Dom Bosco – essa última extremamente enfatizada. Assim, vemos que a Revista Brasília não fugiu ao padrão descrito por Monteiro (2007) a respeito das Revistas do Globo, segundo o qual as imagens dessas revistas ilustradas, que pretendiam de certa maneira educar o olhar do público e defendiam o discurso da modernização, representavam sobremaneira os espaços monumentais, ou do centro da cidade, em detrimento dos espaços periféricos.

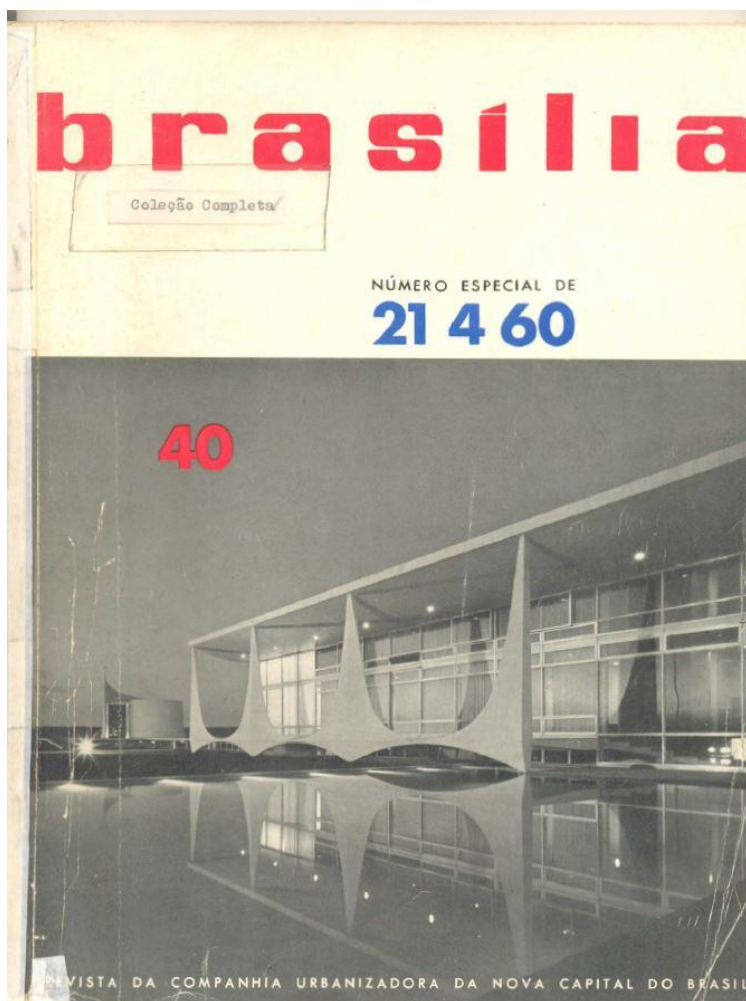


Figura 58 - Revista Brasília, edição de inauguração da capital, de 21 de abril de 1960. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/revista-brasilia/>. Acesso em: 26/02/2024.

Moscovici (2007) já atentava para o caráter metonímico das representações sociais, em que a representação, à medida em que se solidifica no imaginário de um grupo, sintetiza cada vez mais os símbolos que as compõem. De fato, representações, assim como a linguagem, nunca serão capazes de transmitir todo o significado e sensações da experiência vivida. Porém,

ao mesmo tempo em que são menos que a experiência vivida, por não serem capazes de abarcala em sua completude, também são mais, por dotarem o ambiente de sentidos socialmente compartilhados, o que o transforma em algo muito maior do que uma mera descrição física, sensorial e visual. Partindo do pressuposto do autor de que a construção do conhecimento nunca é desprovida de interesse, no caso de Brasília é importante observar que existem elementos politicamente pensados para compor essa síntese, enquanto outros são propositadamente descartados.

Essas imagens da Brasília monumental, símbolo de poder político e de modernidade, foram as imagens que se perpetuaram, em um processo que Moscovici chama de fossilização: “quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais fossilizada ela [a representação] se torna” (MOSCOVICI, 2007, p. 41). Cabe, dessa forma, compreender qual é o sentido da emersão dessas imagens que constituem a representação social de Brasília. Importante lembrar que o interesse nessa teoria recai justamente na dinâmica e heterogeneidade que esses sistemas de representação produzem nas sociedades pós-industriais, que são caracterizadas por uma distribuição desigual e de vários centros de poder. O período político do pós-guerra no Brasil é marcado pela turbulência: círculos políticos próximos de Juscelino tinham o temor que esse não assumisse, sendo necessário inclusive um “golpe preventivo” do general Henrique Teixeira Lott. Anos antes, ocorrera o suicídio de um presidente que fora uma das maiores figuras da história política brasileira, e anos depois, um golpe militar (IANNI, 1991, p. 151).

Para além desses conflitos na alta cúpula do poder político, que evidentemente influenciavam o país como um todo, também existia uma conjuntura social complexa no campo. Por um lado, a política de JK possuiu certa continuidade com a política de Vargas ao não tocar nas desigualdades sociais que abarcavam a zona rural brasileira, menos ainda nos privilégios dessas oligarquias. A estratégia que permitiu certa governabilidade por parte do presidente atrasou ainda mais a aquisição de direitos sociais e trabalhistas mínimos para o trabalhador rural, ao contrário do proletariado urbano, que já começava a conquistar uma gama bem maior dessas garantias (CARVALHO, 2002; IANNI, 1991). Esse é, inclusive, um dos fatores que tanto favoreceu e estimulou a mudança de trabalhadores do campo em direção a Brasília (TEIXEIRA, 1982).

Concomitante a essa situação, ocorreu, na década de 1950, o que alguns autores chamam de “revolução verde”, que na verdade foi a implementação de maior tecnologia em algumas regiões do campo, permitindo uma produção mais mecanizada e sem a necessidade

dos mesmos contingentes de trabalhadores (MONTEIRO, 2007). Somadas a isso, também temos as já mencionadas secas ao final da década na região do semiárido, durante o período do governo JK (DUARTE, 1958). Portanto, o retrato do Brasil era de um país em que o êxodo rural era forte, o crescimento urbano começava a tomar proporções nunca antes vistas, e muitos pontos de tensão no campo começavam a se formar devido a essa conjuntura, justificando as palavras de Ianni (1991) quando diz que o clima de insatisfação na região Nordeste adquiriu “conotações políticas de cunho pré-revolucionário” (p. 160). O ponto que quero chegar é que no período histórico estudado existem muitos pontos de tensão e instabilidade, e é justamente nesses pontos de tensão, ou de clivagem, que emergem novos sistemas representacionais:

Dentro de qualquer cultura há pontos de tensão, mesmo de fratura, e é ao redor desses pontos de clivagem no sistema representacional duma cultura que novas representações emergem. Em outras palavras, nestes pontos de clivagem há uma falta de sentido, um ponto onde o não-familiar aparece. E, do mesmo modo que a natureza detesta o vácuo, assim também a cultura detesta a ausência de sentido, colocando em ação algum tipo de trabalho representacional para familiarizar o não-familiar, e assim restabelecer um sentido de estabilidade (MOSCOVICI, 2007, p. 16).

Da mesma forma que fazem parte do processo da disputa de poder, as representações sociais também contribuem para a familiarização daquilo que é estranho ou não-familiar. Ou seja, ao mesmo tempo que são produzidas a partir da comunicação social, as representações também fazem com que a comunicação social seja possível (MOSCOVICI, 2007). De certa maneira, as revistas veiculadas em meios impressos, que começavam a ganhar grandes alcances da população urbana, se adiantaram em logo construir o olhar da população a respeito de todos esses processos que estavam acontecendo, incluindo Brasília. Tanto a novidade da reconstrução do centro de Porto Alegre, que segundo a perspectiva da *Revista do Globo* estava se modernizando graças às benesses do capital privado; quanto uma nova capital sendo construída em meio ao planalto central, com um planejamento modernista a seu próprio gênero, eram acontecimentos que ainda careciam de sentidos e abriam um flanco para a disputa destes.

O sentido desses processos foram objetos de disputa, e assim veiculados como “modernização”. Mas afinal, do que se trata essa noção de modernização? Entre os discursos que corroboram para a construção do imaginário de Brasília, essa noção se faz bastante presente. Essa ideia influi não somente por meio do senso comum, como por dentro dos próprios campos de conhecimento que erguem as bases desse imaginário, tais como a arquitetura, o urbanismo e diversos estudos sociais. A esse respeito, Tipps (1973) desenvolve um arcabouço crítico acerca das mais diversas abordagens frente à ideia da modernização. Em seu estudo, o autor faz um levantamento das diversas teorias e linhas de pensamento que se

guiaram por esse termo, indo até as suas origens e sistematizando-os em duas principais categorias.

Em uma dessas categorias, que Tipps (1973, p. 206) nomeia de “teorias dicotômicas da modernização”, a crítica expõe o caráter etnocêntrico presente em tais formulações. Esse grupo de pensamento recria a abordagem evolucionista das Ciências Sociais, trocando termos que já estavam claramente defasados por outros que poderiam ser lidos de maneira menos problemática, em outras palavras, “falando de ‘modernidade’ ao invés de ‘civilização’, ‘tradição’ ao invés de ‘barbárie’” – uma ação meramente cosmética (*idem*).

Esses estudos são chamados de dicotômicos pelo autor por se basearem em um modelo de comparação ideal-representativo em que quanto mais um grupo, nação ou sociedade se afasta ou se aproxima de determinado modelo, que representa uma série de padrões de costumes e valores, maior a sua aproximação com as ideias de “tradicional” ou, pelo contrário, de “moderno”. Dessa forma, essa visão, além de adotar uma postura linear e a-histórica, tendo em vista a multiplicidade de descaminhos, estabilidades, transformações ou estagnações que as sociedades encontram ao longo do tempo, também parte de um arquétipo que carrega essencialmente valores ocidentais, em especial aqueles da Inglaterra e Estados Unidos. Ou seja, quanto mais moderna é uma sociedade, mais ela se aproxima culturalmente desses países (TIPPS, 1973).

No período da pós-segunda guerra, junto com a profusão das teorias da modernização, não por acaso também cresce o interesse em se pesquisar os países do continente africano, asiático e da região da América Latina, tendo em vista que esses entram em um novo campo de disputa entre os expoentes geopolíticos. Do ponto de vista dos pesquisadores dos países centrais, as teorias dicotômicas proporcionavam uma zona de conforto, uma vez que poderiam balizar os dados coletados em uma régua cuja unidade de medida se encontrava intimamente ligada à sua vivência própria, a partir do seu lugar social, suas crenças, valores e construções. A crença nas benesses da sociedade estadunidense também é subsidiária desses estudos, conforme apontado por Tipps (1973), uma vez que se encara com certa benevolência as críticas a essa mesma sociedade.

É importante falar que essas visões que contribuíram na construção do que é entendido como modernização também carregavam um grande peso de inexorabilidade, enxergando como causa desse desenvolvimento uma fonte imanente comum. Em suma, veem a mudança social com um direcionamento *a priori* (*ibid.*, p. 206). Oliven (2010) corrobora com essa crítica e vai além, discorrendo que, em alguns casos, tais elaborações chegavam ao ponto de atribuir

caracteres culturais como fonte causal, em última análise, do subdesenvolvimento ou do desenvolvimento de um determinado povo. Essa maneira de entender a condição das sociedades não ocidentais demonstra não somente um mascaramento das reais causas dessas condições, já que ignora o intercâmbio desigual ou exploratório que acontece na dimensão social e econômica entre as nações, como por diversas vezes naturaliza o lugar do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, ou “atraso” e “modernização”, dessas mesmas nações (OLIVEN, 2010; TIPPS, 1973).

Essa percepção de modernidade contaminou o próprio direcionamento intelectual da arquitetura, que passou a ser fortemente influenciada por meio de um intercâmbio internacional de ideias, por essas noções. Podemos começar pelo nicho do Urbanismo, cujos componentes passaram a identificar e a elaborar fundamentos para as cidades com base em caracteres universais, principalmente a partir da Carta de Atenas, elaborada a partir do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), em 1933. A Arquitetura e o Urbanismo passaram por um processo duradouro de legitimação enquanto prática em intervir no espaço urbano, formando um “campo arquitetônico brasileiro” dentro do qual ocorrem “lutas simbólicas em que a cultura como espaço de competição estética com autonomia em relação a outros ‘campos’ (...) consolida-se enquanto prática social” (NUNES, 2004, p. 39).

Nunes (2004, p. 40) destaca uma forte característica das cidades se expandirem de maneira relativamente voluntária. Essa construção cotidiana a uma primeira vista pode ser entendida como caótica, já que se caracteriza, por um lado, pela ação sem nexo de indivíduos, mas que, se enxergada de outro ângulo mais coletivo percebemos uma coerência maior fruto do improviso. Existe uma certa lógica pautada nas relações sociais que faz do espaço da cidade um elemento em “constante mutação” (*ibid.*). Na realidade, as soluções espaciais que são constantemente taxadas de tradicionais, atrasadas ou selvagens foram a maneira mais eficiente de determinada cultura, em suas conjunturas específicas, desenvolver suas atividades em seus espaços (OLIVEN, 2010).

A engenhosidade candanga é ressaltada por diversos autores, tais como o próprio Holston (1993, p. 166), que opõe a fórmula modernista de projeto, que enxerga a totalidade e planeja alcançar aquele estágio por meio de um “conjunto de instruções”, à ação dos trabalhadores de Brasília, que tinham a contingência e o improviso como princípios norteadores para a sua prática. Ao contrário do planejamento modernista, os candangos trabalham sempre com a solução parcial, “no conhecimento imperfeito, no controle incompleto e na falta de recursos” (*idem*). Justiça seja feita, na conjuntura em que essa população foi colocada, à

exemplo da população da Vila Amaury, não haveria como ter sido diferente a pensar pela sua segurança no que tange ao direito de moradia. Constantemente jogados de um local para outro, mesmo que estes possuíssem as melhores sobras da cidade modernista e pudessem erguer suas paredes da melhor alvenaria, de nada adiantaria elas serem inundadas pela água. Se trata de um aprimoramento que foi fruto da própria condição que essa população foi colocada, já que muitos sequer haviam trabalhado antes na construção civil, muito menos de tamanha magnitude.

A prática do planejamento urbano propõe uma intervenção racional nessa reprodução do espaço urbano, outorgando “ao espaço físico um papel importante na construção e na reprodução das relações sociais”, e interferindo na “dialética secular que liga o homem ao seu ambiente de vida” (NUNES, 2004, p. 42). Em um primeiro momento, compreende-se essa interferência com forte analogia às Ciências Biológicas, tratando dos problemas da cidade como doenças que devem ser tratadas no corpo humano. A influência desse campo do conhecimento em diversas matérias de ciências humanas se mostra, por exemplo, no campo sociologia urbana, onde a expoente Escola de Chicago demonstra diversas vezes analogias com conceitos biopsicológicos que enxergam a cidade como uma “variável independente” de análise, conforme denominado por Oliven (2010).⁸¹

A Escola de Chicago,⁸² apesar de sua importância e reconhecimento, recebeu duras críticas posteriores de pesquisadores. Algo que chama atenção, por exemplo, no texto de Park, “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, é a quantidade de analogias com conceitos do mundo biológico que se constrói: “patologia”, “processos vitais” e “organização ecológica da cidade” (1967 p. 25-26). Esses conceitos-chave servem para colocar a cidade nessa categoria autoexplicativa, incorrendo, inclusive, na noção de que essa se trataria de um organismo próprio portando autonomia e influência na vida social: como seres de uma mesma espécie, que apesar de suas pequenas diferenças relativas, conseguimos generalizar características que explicam ampla maioria desse agrupamento. Essa

⁸¹ Quando Oliven (2010) diz que essas teorias veem a cidade como variável independente, ele quer dizer que a cidade constitui uma categoria em si que possui o poder de se autodeterminar assim como de determinar outros aspectos e lugares da vida social, e não o contrário. Os maiores expoentes da Escola de Chicago são: Wirth, Thomas e Park. Cabe, porém, ainda lembrar que estes absorvem bastante referências de Georg Simmel e do antropólogo estadunidense Redfield. Partindo dessas ideias, se estabelece o conceito de cultura urbana, ou seja, existiria uma cultura própria da cidade. Entretanto, conforme descrito por Oliven (2010), fica difícil aceitar a ideia de que existiria “uma” cultura urbana se a cidade está longe de ser universal e sempre carrega diferenças inseparáveis de seu aspecto cultural-local.

⁸² A Escola de Chicago foi um grupo de pesquisadores do departamento de sociologia da Universidade de Chicago que se lançou em pesquisas de campo e produção de trabalhos nas primeiras décadas do século XX voltados principalmente ao “equacionamento dos problemas sociais que afligiam as grandes cidades americanas”, em um contexto em que o crescimento da pobreza e migração se faziam bastante presentes (BECKER, 1996, p. 178).

falsa metáfora com processos de organismos vivos busca a universalização de práticas urbanas ignorando os contextos sociais e culturais específicos.

Não por acaso aconteceu no final do século XIX, na Europa, a difusão do que ficara conhecido como urbanismo sanitarista, tendo como um dos exemplos mais palpáveis o plano de Cerdá em Barcelona, com inspiração em reformas ainda anteriores, como a de Haussman em Paris. O Brasil não passaria ileso por essa tendência e temos no início do século XX o caso das reformas de Pereira Passos no Rio de Janeiro, então capital do país. Ainda que seja um exemplo que temporalmente diste de Brasília, é perceptível que se tratava de gérmen das muitas justificativas que embasaram o trato social com a população periférica na década de 1950 em Brasília.

Com a liberação formal da escravidão ao final do século XIX e com a intensificação da migração estrangeira, um grande fluxo populacional se converteu para a capital da jovem República, a cidade do Rio de Janeiro. Com o adensamento do centro da cidade, e principalmente daqueles locais cuja principal importância econômica vinha da atividade portuária, a formação de cortiços se tornou um lugar comum, principalmente no fundo de armazéns, além de soluções das mais diversas ordens no intuito de agregar aquela população. Em uma mesma área central, portanto, era possível encontrar não somente essas moradias, mas todas outras atividades que já ocorriam na cidade antes desse fenômeno: oficinas, feiras, lojas varejistas, fábricas, ambulantes, edifícios públicos, bancos, assim como escritórios de grandes companhias (SOIHET, 1989, p. 40).

Esse processo descrito se deu ao mesmo tempo em que a medicina ganhou um poder de ação mais coletivo e passou a influenciar diversos outros campos da sociedade e outras áreas de conhecimento. Os seus discursos de higienização coletiva, trazidos principalmente da Europa e aplicados durante as reformas de grandes capitais do continente, à exemplo de Paris, foram conquistando cada vez mais a opinião da elite dominante e de algumas camadas médias urbanas da cidade, se materializando na criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Ao adentrar na ação do Estado, o conhecimento médico passou a ser, assim, a retaguarda científica que esse ente em conluio com as elites precisava para alterar a cidade de maneira a atingir objetivos que iam muito além da salubridade urbana. Novamente, aqui aparecem discursos que fazem referência à modernização do centro urbano do Rio de Janeiro com o intuito de refletir a grandiosidade e a classe que a capital do país merecia espelhar (SOIHET, 1989).

Não só na área médica que o pensamento eurocêntrico tem forte influência, como também a cultura estética das elites desse continente é tomada como modelo para a alteração do centro da cidade, mimetizando espaços de consumo para as camadas da alta sociedade local. O prefeito Pereira Passos contou com a notável participação do engenheiro Paulo Frontin, ou Conde Frontin, que, ao viajar para Paris em 1902, foi responsável por trazer muitas ideias das escolas de arquitetura da França. Durante os seus trabalhos na empreitada, aplicou inclusive princípios de controle de fachadas bem comuns a cidades como Paris, estabelecendo “uma legislação predial de forte influência europeia, reforçando a tendência para a construção de prédios no estilo *belle époque*” (SOIHET, 1989, p. 47). Para complementar, essa experiência também marca a vitória do “homem das artes” com relação ao *bricoleur*⁸³, já que é partir de então que a arquitetura acadêmica e sofisticada trazida do estrangeiro se sobrepõem ao artefato do mestre de obras, que até então era o responsável pelas obras urbanas prediais (BERENSTEIN; LOPES, 2017; SOIHET, 1989).

O mais importante de assinalar, entretanto, é que as reformas, ainda que possam ter gerado um ambiente de fato mais salubre no sentido ambiental e trazido certa funcionalidade para algumas atividades econômicas, foi uma ferramenta mortal para a população pobre que morava nesses espaços. Soihet (1989) assinala que mais de vinte mil pessoas tiveram que se mudar no período de quatro anos, durante os quais foram realizadas as operações da reforma do porto e da Avenida Central, essa que passou a contar com 1.800 metros de comprimento e 33 metros de largura. Nesse conjunto de intervenções, foram demolidos “numerosos quarteirões nos bairros proletários insalubres da orla da Saúde, Gamboa, (...) dando lugar a uma extensa superfície de cais”, e as ruas transversais que nasceram da Avenida Central “atravessaram as velhas paróquias industriais” e outros quarteirões de cortiços (SOIHET, 1989, p. 46-47).

O desprezo que apoiadores do projeto tinham pela população que foi expulsa não era escondido, o que fica evidenciado pelos anúncios públicos de personagens como Luis Edmundo ao aplaudir o fim da “gritaria colonial dos pregões”, da “imundice dos quiosques” e da “infâmia dos cortiços”, além da expulsão dos “mendigos” e dos ambulantes (*apud* SOIHET, 1989, p. 44). Olavo Bilac, por sua vez, enalteceu a arquitetura burguesa de origem estrangeira com o “curso de fachadas”, que acabou com as antigas construções proletárias, qualificadas como um “escalabro” (*ibid.*, p. 49). Já Lima Barreto, um dos críticos à empreitada de Pereira Passos,

⁸³ Termo associado aos candangos por (BERENSTEIN; LOPES, 2017, p. 485-486), que resgatam o conceito a partir de Lévi-Strauss. Termo faz menção ao pensamento mítico ou selvagem, usados para designar modos de fazer empírico, uma prática “fragmentária”, e oposto aos modos de fazer do que seria o “homem das artes”.

expôs o tom elitista da arquitetura projetada para os espaços públicos ao mesmo tempo em que denunciou, inclusive, o caráter racista e europeizante da ação:

Projetavam-se avenidas, abriam-se nas plantas *squares*, delineavam-se palácios e, como complemento queriam também uma população catita, limpinha, elegante e branca: cocheiros irrepreensíveis, engraxates de *libré*, criadas louras de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra (*apud* SOIHET, 1989, p. 45).

A vontade de criação de um espaço de contemplação para as elites, ao mesmo tempo em que se expulsava a população periférica e negra dos espaços do centro, foram os objetivos reais de um processo que foi constantemente denominado de modernização. A sanha era tamanha em adotar os hábitos e comportamentos dos grandes centros estrangeiros vistos como o ápice da modernidade, que um projeto de lei obrigando a todas as pessoas do município do Rio de Janeiro a trajarem paletós e sapatos nos espaços públicos chegou a passar em uma segunda rodada do plenário do Conselho Municipal (*ibid.*). Soihet (1989) resume, por fim, o balanço das reformas de Pereira Passos da seguinte forma:

Teria, então, ocorrido a transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca segundo padrões originais; quatro princípios fundamentais teriam regido tal transformação: a condenação dos hábitos e costumes ligados à sociedade tradicional; a negação de todo elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas e um cosmopolitismo agressivo profundamente identificado com a vida parisiense (SOIHET, 1989, p. 51)

O processo de segregação dessa população na cidade ditado pelos princípios morais da modernização, só estaria por começar a essa altura. Foi justamente a partir do desmantelamento dos diversos cortiços dos bairros centrais da cidade, incluindo o famoso “Cabeça de Porco”, que os morros passariam a ser ocupados e dessa forma a dar origem às favelas, um modelo de ocupação popular e marca mais que típica da urbanização brasileira. Como se não bastasse a população cortiçada ser expulsa e atacada simbólica e fisicamente, agora era a vez da população favelada. É a partir desse momento, conforme disserta Valladares (2005), que começaram a surgir as primeiras representações sociais desses espaços, tributárias, em grande medida, de uma literatura erudita e das práticas urbanas. Ainda durante o governo de Pereira Passos e das reformas de “embelezamento”, como ficara conhecido, a perseguição a esses territórios tinha como cerne de suas preocupações questões muito similares àquelas apresentadas para os cortiços.

A partir da literatura de trabalhos de campo, Valladares (2005, p. 22) localiza o mito de origem da favela na associação que esses primeiros visitantes faziam com o povoado de

Canudos, utilizando inclusive os clássicos binômios tão presentes nos discursos que eu trouxe para esse trabalho: “sertão” versus “litoral”, “campo” versus “cidade”, “civilização” versus “barbárie”. Essa associação não ocorreu por acaso: foi justamente nessa década que o célebre livro de Euclides da Cunha, com detalhadas descrições físicas do povoamento no Nordeste que resistiu a tantas investidas do exército, se tornou famoso e estava presente nos meios mais intelectuais (*id.*, *ibid.*). O povoado de Canudos era, provavelmente, a imagem mais próxima que um jornalista ou médico poderia ter como referência de um local como aquele, revelando um processo de ancoragem que foi o gérmen de tantas representações que se tem da favela atualmente (MOSCOVICI, 2007).⁸⁴

Uma outra hipótese é a de que essa associação tenha ocorrido também por conta de que os primeiros morros cariocas ocupados tenham tido a participação, além das pessoas refugiadas dos cortiços, dos soldados que voltaram da campanha de Canudos e aguardavam pelos seus soldos. De uma maneira ou de outra, a erradicação dos cortiços é considerada a semente da favela, já que muitos autores identificaram a ocupação dos morros próximos em períodos subsequentes – incluindo o Morro da Providência. Para a favela é transferido o mesmo discurso que se propagava a respeito dos cortiços, virando esta, então, o grande alvo de médicos higienistas e mais uma vez colocando a população pobre como responsável pelo seu destino e o seu local de moradia pelos males da cidade (VALLADARES, 2005).

Isso fica ainda mais visível durante a campanha sanitária de Oswaldo Cruz, em que são veiculados panfletos associando o morro da Favella a doenças – e os seus moradores a “piolhos” (*idem*). Tendo como base os diversos relatos e estudos feitos por parte da elite intelectual e dos dirigentes do Estado desse período, podemos afirmar, em suma, que:

(...) as respectivas representações aparecem fortemente estruturadas pelas preocupações políticas relativas à consolidação da jovem República, saúde da sociedade e entrada na modernidade. A favela pertence ao mundo antigo, bárbaro, do qual é preciso distanciar-se para alcançar a civilização. [...] os jornalistas visitantes dos morros do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX também se portam como testemunhas, da mesma forma que Euclides da Cunha o fizera. Como foi possível observar, a dualidade sertão *versus* litoral – presente no discurso de “Os sertões” – pode ser reencontrada, nas primeiras imagens, transpostas para a oposição favela *versus* cidade (VALLADARES, 2005, p. 36).

⁸⁴ O autor chama de ancoragem parte de um processo de assimilação que se dá quando sujeitos se deparam com um objeto desconhecido de seu vocabulário social, e para o qual ainda não construíram um significado comum. Nesse primeiro momento, é frequente que estes sujeitos busquem semelhança com algum elemento para o qual já tenham construído uma representação (MOSCOVICI, 2007). Para saber mais, ler subcapítulo “Memória coletiva e história oficial”, no capítulo “Memória, história e oralidade”.

A imagem dos morros e das favelas é algo que adentra tanto no imaginário da cidade carioca que não é por um acaso que, já na fase da construção da nova capital, Brasília, a ojeriza àquela cidade se fez tão presente nas palavras de quem defendia o projeto mudancista. Esses espaços, durante muito tempo foram considerados os antros da subversão e da malandragem, onde haveria uma certa ruptura e insubordinação com a ordem estabelecida das cidades capitalistas, como o respeito e separação da propriedade privada da terra (VALLADARES, 2005). Essa visão é bem retratada pela opinião de Israel Pinheiro, por exemplo, que enxerga a necessidade de manter a nova capital distantes dos grandes centros urbanos, onde haveria uma receita perfeita para a “subversão”, que combina “elementos de indisciplina e de desordem” (*apud* TEIXEIRA, 1982, p. 88). Não era incomum argumentos como esse serem usados como álibi, inclusive, para apoiar o projeto mudancista e de interiorização do país, sendo Brasília uma parte dessa estratégia: Roland Corbisier, filósofo e político brasileiro, apoia o projeto de mudança da capital, por exemplo, argumentando que o centro de decisões políticas, para ser funcional, deveria se afastar, dentre outros, da favela e dos congestionamentos, representantes do “caos urbano carioca” (MOREIRA, 1998, p. 144).

Enfim, Valladares (2005) constata que, por meio desses discursos, a mesma lógica dicotômica exposta anteriormente persiste. O espaço da favela seria, da perspectiva do planejamento urbano moderno, o “caos” que se visava extirpar da cidade – da mesma forma que foram os cortiços. Se construiu a ideia de um mundo “bárbaro”, “selvagem”, oposto à modernidade. Em nome da ciência e da razão, o planejamento urbano moderno produziu segregação socioespacial. O espaço das classes sociais mais pobres da população foi cada vez mais relegado a segundo plano e a grandes distâncias dos centros econômicos e de poder. O caso de Brasília não se diferencia muito. Ainda durante seus anos de construção, temos demonstrações flagrantes de como a imagem da população pobre e a forma que encontram de reproduzir sua vida social no espaço – e de transgredir uma certa lógica dada – não agregaria, para os dirigentes do projeto, à representação social da nova capital que se pretendia construir.

Como (VILLAÇA, 1999) expõe, nessa fase do planejamento urbano no Brasil a hegemonia da classe dominante era tamanha que as elites sequer faziam questão de escamotear os seus objetivos por meio dos discursos. Além disso, o autor também aponta que, diferentemente de outras épocas, esse período é marcado pela efetiva execução de todos os planos os quais os governos se propõem, ainda que esses planos abrangessem uma escala de planejamento menor do que os que se seguiram. À medida que a história do urbanismo no Brasil avança, os planos vão ficando cada vez mais rígidos e abrangentes, porém suas execuções mais

incompletas, indicando um objetivo muito mais discursivo desses projetos: eles seriam apenas promessas de melhoria da qualidade de vida urbana para grande parte da população, e nada mais que promessas.

Esse processo pode ser explicado pela mudança na política brasileira e a entrada do populismo da era Vargas como uma conduta difícil de dar um passo atrás, tendo em vista que a participação popular vai se tornando um elemento difícil de ser ignorado e de necessária conciliação. Sendo assim, o mínimo que se podia fazer era prometer. Não é por acaso que no período democrático entre 1946 e 1964 o partido político que conseguia ter influência na massa sindical, o PTB, tenha saído vitorioso da maioria dos pleitos, e que o próprio JK tenha buscado aliança com este. Entretanto, não é porque ocorre essa mudança relativa da influência popular na política urbana que o projeto de Brasília também não tenha tentado, à sua maneira, a mesma higienização social que acontece nesses outros períodos, reciclando, inclusive, muitos elementos em comum. O partido arquitetônico dos setores de diversões, por exemplo, possui forte inspiração nos centros cosmopolitas de consumo das camadas altas europeias e, nesse momento, também estadunidenses, como o próprio Lúcio Costa coloca:

10 – Nesta plataforma onde, como se via anteriormente, o tráfego é apenas local, situou-se então o centro de diversões da cidade (mistura em termos adequados de Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées). A face da plataforma debruçada sobre o setor cultural e a esplanada dos ministérios, não foi edificada com exceção de uma eventual casa de chá e da Ópera... (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 1991, p. 24).

Logicamente não pretendo aqui concluir que no período entre o governo de Pereira Passos e a construção de Brasília a prática da arquitetura e as políticas urbanas não tenham mudado. Porém, julgo necessário apontar que, em meio a tantas transformações, existe uma prática alinhada com um discurso que ainda persiste em utilizar a modernização, entendida como a aproximação dos padrões de vida dos países centrais do capitalismo, como justificativa para materializar espaços segregados. Um aspecto que certamente se sofisticou de um período para o outro é a utilização cada vez mais presente do discurso técnico-científico enquanto um campo neutro politicamente como embasamento para o exercício desse poder. Conforme explicado anteriormente, isso ocorreu no campo da economia, quando técnicos do ISEB e do CEPAL defendiam a teoria do desenvolvimento econômico como um instrumento neutro para superar o subdesenvolvimento.

O mesmo caráter de técnica neutra, no campo da arquitetura, passa a ganhar bastante espaço com a difusão e amadurecimento das ideias defendidas pela arquitetura moderna, chegando ao seu ápice com a publicação da Carta de Atenas em 1933. Esse conjunto de

postulados, produto de transação de ideias no âmbito internacional da arquitetura do qual os arquitetos expoentes brasileiros fizeram parte, se pretendeu ser um tratado universal da arquitetura moderna. Não podemos negar que a Carta de Atenas, no que tange à condição de vida de populações mais pobres, distribuição de recursos pelo espaço e meio ambiente, expõe diversos apontamentos que, sem dúvida, demonstram preocupação legítima com esses aspectos. A questão que quero trazer, no entanto, é que ela constantemente reforça a ideia de um conjunto universal de princípios para equacionar os problemas de todas as cidades do globo. Ademais, essas normas seriam baseadas em técnicas, estritamente funcionais, da arquitetura moderna, que teria tido a façanha de elaborar uma síntese de todos caracteres culturais da humanidade – ou que simplesmente estava acima destes (CORBUSIER, 1933).⁸⁵

Bem próximo ao IV CIAM, de onde se produziu a Carta de Atenas, em 1930, o então prefeito do Rio de Janeiro Antônio Prado Junior encomendou ao francês Donat-Alfred Agache um plano de remodelação urbana da capital do Brasil. O Plano Agache, conforme ficou conhecido, foi um marco na história do planejamento urbano no Brasil por inaugurar princípios que se consagraram a ponto de balizarem a legislação urbanística e um padrão nacional de planos diretores e zoneamento ainda hoje utilizados (NUNES, 2004). Essa é sem dúvida uma etapa superior ao que ocorreu durante as reformas de Pereira Passos no início do século, assinalando uma interferência, inclusive, muito mais global e coordenada da técnica do planejamento urbano. Curioso, porém, conforme coloca Nunes (*ibid.*, p. 47), é que o autor do projeto, quando vai publicá-lo na França, retira o nome da cidade do título desta publicação, indicando “a predominância do caráter de tratado universal sobre o conjunto de operações que se devem efetuar em casos concretos de urbanismo”.

Ainda que Brasília não possa ser resumida à Carta de Atenas, como se sabe, não somente o projeto vencedor do concurso do Plano Piloto como praticamente todos os finalistas tiveram inspiração explícita nos princípios defendidos nesse manifesto (NUNES, 2004). Toda essa justificativa técnica e científica visava, principalmente no caso de Brasília, dar respaldo à submissão do ser humano a um plano global elaborado segundo preceitos que seriam, por suposto, estritamente racionais (FERREIRA; STEINBERGER, 2005). Entretanto, conforme já se analisou anteriormente no caso da capital federal:

Os processos sociais concretos foram ignorados, fazendo “tábula rasa” das características culturais do lugar e desprezando as condições existentes. Privilegiando um modo de vida considerado como padrão de normalidade, de acordo com um referencial ideológico, destinava-se a um homem abstrato.

⁸⁵ Segundo a própria Carta de Atenas, “O urbanismo não poderia mais estar exclusivamente subordinado às regras de um estetismo gratuito” (LE CORBUSIER, 1993, p. 75).

Portanto, o plano urbanístico de Lúcio Costa é a expressão do ideal modernista de racionalidade urbana: funcional, monumental, massificado e autoritário. Ideal a ser preservado das influências caóticas que poderiam impedir a sua concretização, pois considerado perfeito para atender às necessidades da cidade definida como capital federal. A sua implementação exigia o controle das variáveis que poderiam descaracterizá-lo e, até mesmo, inviabilizá-lo (*ibid.*, p. 70).

O papel do urbanista é visto de maneira primordialmente funcional e as funções da cidade são organizadas em quatro: habitar, trabalhar, circular e se divertir (NUNES, 2004). A busca por uma estrita funcionalidade passa a balizar a maior parte das práticas desse tipo de planejamento pois, conforme dito na própria Carta de Atenas, “o urbanismo não poderia mais estar exclusivamente subordinado às regras de um estetismo gratuito. Por sua essência, ele é de ordem funcional” (LE CORBUSIER, 1993, p. 75). A esse respeito, Nunes (2004, p. 51) mostra o quanto é simbólico o fato de que nem Corbusier não se coloca como autor da Carta de Atenas, nem Agache mantém o nome da cidade do Rio de Janeiro no projeto quando apresenta o primeiro relatório na França, o que mostra um certo esvaziamento de origem das propostas que ali encaminhavam: “em ambos os casos, pode-se perceber que está em jogo concepções estéticas, culturais e simbólicas que devem ser apreendidas como universais e que não devem (...) ser identificadas com uma cultura ou um autor específico”.

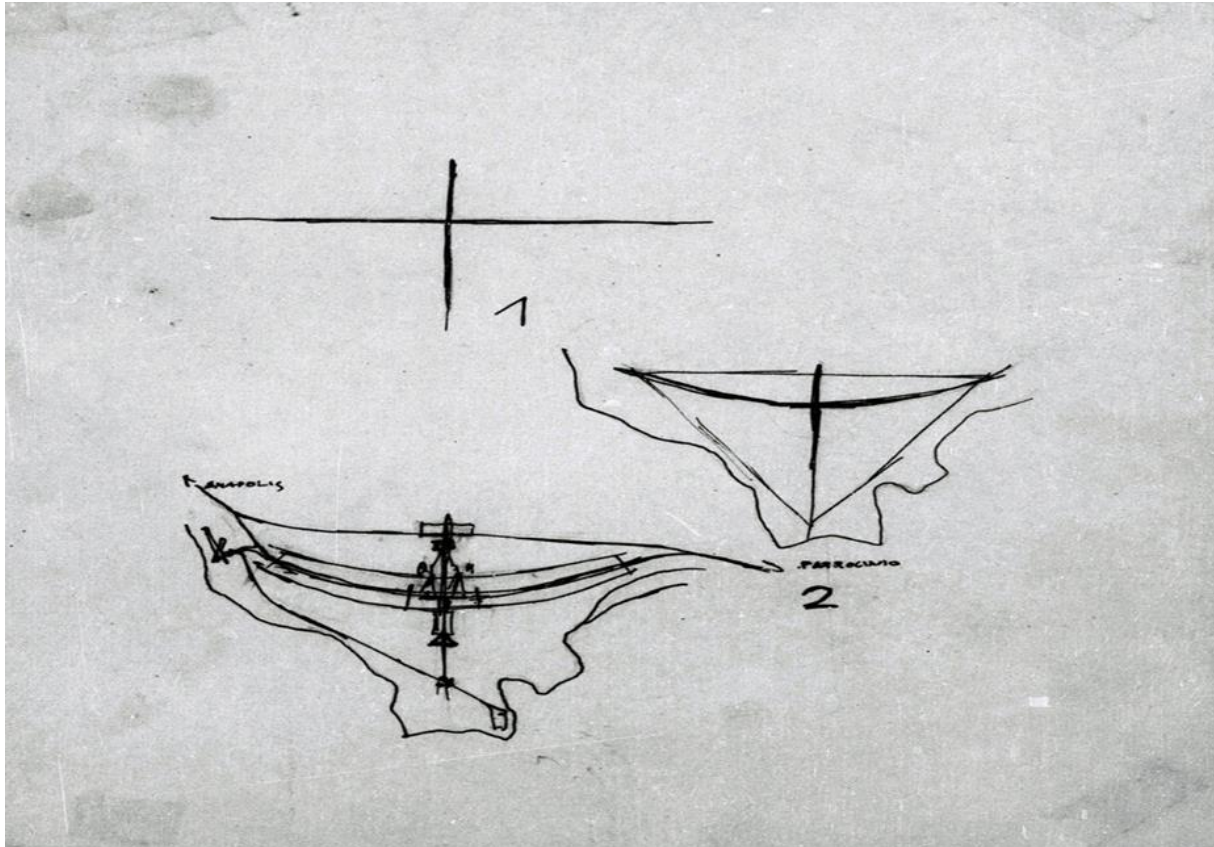


Figura 59 - Croquis originais de Lúcio Costa para o projeto do Plano Piloto de Brasília, com o partido da cidade. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio/>. Acesso em: 26/02/2024.

No fim das contas, ambos projetistas enxergam no espaço urbano o mesmo “caos” pela sua tendência de expansão e construção paulatina, como dissemos, à primeira vista desordenada, mas pautada em uma certa coerência de seus agentes sociais: abominam a ideia de a cidade ser um fenômeno vivo. Esse entendimento, por parte dos urbanistas, que é difundido mundialmente, corrobora simbolicamente com diversas políticas de violência apregoadas contra as populações pobres urbanas no Brasil, já que a forma de ocupar o território desses grupos é considerada caótica. Essa posição é encontrada facilmente na própria Carta de Atenas, em sua oitava proposição: “o caos entrou nas cidades” (CORBUSIER *et al*, 1993, p. 22). A ideia de caos, nesse caso, faz forte oposição ao moderno, ou também posso dizer, que o modernismo seria a cura para o “caos” – mais um termo para compor o léxico em conjunto com “selvageria”, “tradicional”, “barbárie” ou “atraso”.

Também pontuo que Brasília pode ter sido a melhor oportunidade para uma experiência de cidade que carregasse esses preceitos supostamente universais: uma nova capital, construída em um território com quase nenhuma ocupação urbana, cuja população seria formada maciçamente pela migração. Brasília poderia ser vista, e na verdade até hoje é em algum nível de senso comum, como uma cidade sem história precedente, e essa situação facilita, simbolicamente, a fundação de um novo Brasil. Conforme aponta Ferreira e Steinberger (2005), foi uma experiência que possibilitou um alto controle das variáveis que em outras condições seriam impossíveis ou caras demais, a exemplo do controle da propriedade de terras pelo Estado. Era o teste perfeito para a aplicação totalitária desses preceitos da arquitetura moderna que há décadas vinham se desenvolvendo internacionalmente, já que bem se sabe o quão complexo é executar em sua totalidade um plano urbanístico (NUNES, 2004).

Todos esses preceitos encontram reflexo nos projetos do Plano Piloto, haja vista as suas divisões setoriais, de funções e a primazia da circulação baseada no automóvel. No caso do Lúcio Costa, isso fica ainda mais claro com a divisão por escalas: a bucólica, a monumental, a residencial e a gregária, que seriam quase uma derivação das quatro funções essenciais básicas de Corbusier (IPHAN, 2023). A universalização dos princípios da arquitetura moderna e a essencialização de um homem em abstrato adquire nesse contexto a forte intenção de esconder o fato de que essas ideias vinham de um berço ocidental. Essa universalização ou essencialização incorre na invisibilidade de importantes aspectos étnicos e culturais e se repete em várias circunstâncias, como, por exemplo, na adoção do termo “candango”, que acaba

servindo para esconder demarcadores sociais importantes de uma população que tinha raça, origem e classe.



Figura 60 - Propaganda vertical indicando a direção da capital, com os dizeres "alguns contra, muitos a favor".
Fonte: ArPDF. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/nucleos-de-apoio/>. Acesso em: 26/02/2024.

É perceptível, ao mesmo tempo, a permanente reutilização de símbolos coloniais do país, onde constantemente se canonizam marcos que têm como referência a perspectiva do colonizador europeu, e posteriormente, dos países do centro capitalista. A primeira missa de Brasília, por exemplo, é um ensaio de um dos maiores marcos da história colonial do país, a primeira missa brasileira após a invasão portuguesa no território, representada pelo quadro de Victor Meirelles. Esse é um ponto que Berenstein e Lopes (2017) apresentam:

Recordemos, por exemplo, como o presidente JK tomou para si a imagem do primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Souza, apresentou-se ainda como um novo bandeirante e, logo no início das obras da capital, ainda em 1957, reencenou minuciosamente a primeira missa brasileira “pós-descobrimto” português, fato considerado pela história hegemônica como o início dos processos civilizatórios na colônia. Apesar do presidente Juscelino Kubitschek apontar Brasília como “um rompimento completo com o passado, uma possibilidade de recriar o destino de um país” (...) vemos o mesmo JK se apropriar do imaginário do violento processo de colonização brasileira para legitimar a construção da capital (BERENSTEIN; LOPES, 2017, p. 475).

Para sacramentar ainda mais essa coligação entre os modernos, os desenvolvimentistas e a cultura colonial-cristã, nessa mesma missa a ideologia econômica desenvolvimentista recebeu a benção do Cardeal Dom Carlos de Vasconcelos, onde o mesmo a apresenta como

“instrumento de salvação nacional” (TEIXEIRA, 1982, p. 86). Em um incrível poder de síntese e profecia, o cardeal consegue sumarizar a continuidade discursiva entre a marcha para o oeste, de Vargas, o desenvolvimentismo de JK e a expansão para a Amazônia, da ditadura militar-empresarial. Indica todas as missões que cabiam à construção da capital: a integração entre o sudeste e o centro-norte, tendo como chegada a região amazônica; as preocupações de segurança nacional da época do Império; a tentativa de atrair os migrantes nordestinos, impedindo sua fuga para outras grandes cidades; concluindo que a construção dessa cidade é o “impulso unificador e civilizador do Brasil” (BRASÍLIA *apud* TEIXEIRA, 1982, p. 86-87).



Figura 61 - Juscelino na Praça do Cruzeiro durante a construção de Brasília. Fonte: ArPDF. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/praca-do-cruzeiro/>. Acesso em: 26/02/2024.

A forma como os próprios candangos recebiam as notícias de Brasília, e como alguns autores (TEIXEIRA, 1982) caracterizam a propaganda da construção da cidade, denota outros elementos clássicos da cultura colonial europeia, tal como a associação com o Eldorado: uma lenda contada pelos navegadores europeus para outros exploradores a respeito de um lugar banhado a ouro, localizado em algum confim não explorado na América. Ainda que sua caracterização e localização variassem, ora sendo uma cidade, um lago, ou um personagem, o efeito do mito era estimular esses exploradores a adentrarem em territórios não conhecidos. Por esse motivo, no meio de todas as diversas formas que esse mito poderia tomar, uma constância era que o Eldorado nunca estava em um local que já fora demasiadamente explorado, configurando uma espécie de “cartografia especulativa”⁸⁶ (STORI, 2022, p. 51-52). Essa alusão foi feita constantemente não só durante a era Vargas, como também ao longo a ditadura militar-empresarial, nos processos de interiorização econômica, em especial no Mato Grosso (MARGARIT, 2013; TAFNER; SILVA, 2016).

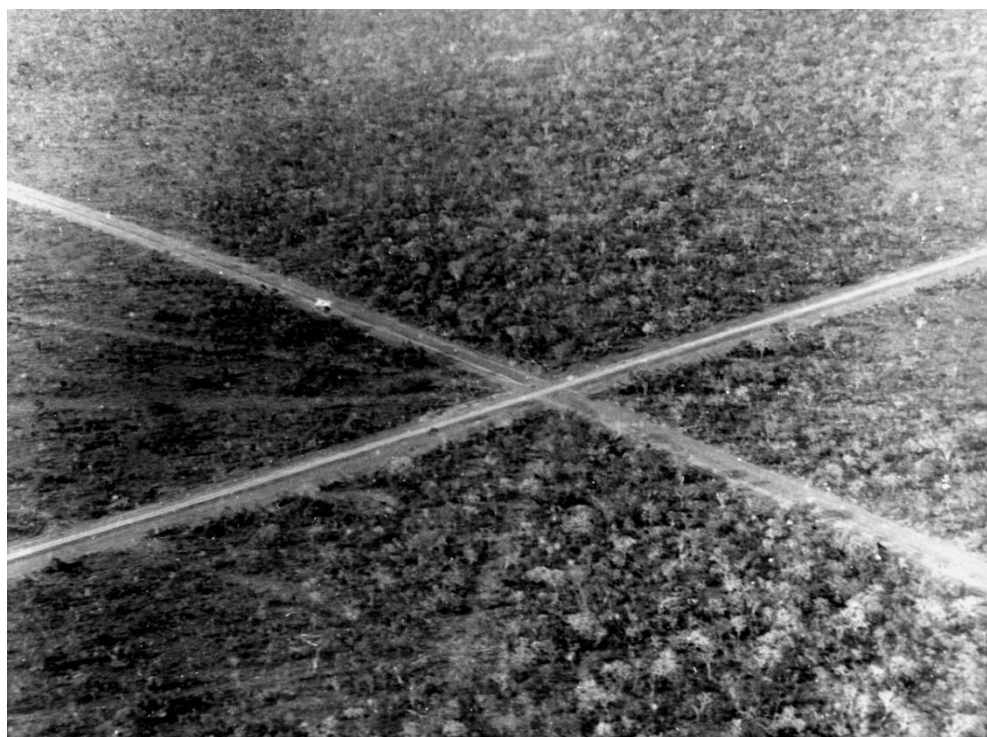


Figura 62 - Cruzamento entre os eixos do Plano Piloto de Brasília. Fonte ArPDF. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/praca-do-cruzeiro/>. Acesso em: 26/02/2024.

Nos discursos apresentados anteriormente, há uma constante reutilização de diversos outros termos que remetem a personagens ou situações da história colonial extremamente

⁸⁶ Que era “fruto da fabulação dos europeus sobre terras e mares sobre os quais se tinha pouco conhecimento. Ainda que muitos dos mitos do continente americano não tenham surgido nos mapas, foi por meio deles que tais maravilhas permaneceram por um longo período de tempo no imaginário europeu” (STORI, 2022, p. 53)

violentos, porém relidos com tons de heroísmo, a exemplo dos bandeirantes. Lúcio Costa na defesa de seu projeto, justificando o partido em formato de cruz como “um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial”, também faz constante associação entre o dito projeto de modernização e símbolos da colonização (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 1991, p. 20).

A história do território em que se implantou Brasília é completamente desconsiderada em prol de uma suposta nova civilização, conforme é colocado pela própria Comissão Censitária Nacional, na cartilha de introdução que acompanhou a publicação do Censo Experimental de Brasília: “o passado da região, atrasado, sem conforto, afetado por males diversos, morre sem deixar saudades, sob a magia da civilização que surge” (NACIONAL, 1959a, p. 54). É um discurso que faz bastante jus a uma maneira colonizadora de enxergar um território o qual se pretende explorar: esvaziá-lo de sua história, de significado e de uma população precedente, justificando a implantação de algo extremamente benéfico no lugar. É um apagamento que se sobressai como uma benevolência.

No caso apresentado de Brasília e da Vila Amaury, percebemos que apesar de todo o controle que se tenta em impedir a formação de ocupações não previstas em torno dos canteiros, as trocas necessárias entre a população se impõem. A população da Vila não somente tem um forte envolvimento com os canteiros que, no futuro, se constituíram a Vila Planalto, como aproveitam da localidade próxima dos córregos e do futuro lago para que as mulheres, a título de exemplo, exercessem alguma atividade remunerada paralela, com o intuito de conseguirem se manter naquele local. O lago em si, que deveria ser um elemento de expulsão, foi subvertido em um elemento que na realidade contribui para a manutenção econômica da população naquele território, ato que pode ser enxergado de certa maneira como um movimento de resistência. A utilização daquele espaço enquanto lazer, então, se tornou ainda mais disruptivo.

A recreação, parte essencial da vida que é, ironicamente, ressaltada por Corbusier na Carta de Atenas (LE CORBUSIER, 1993), foi constantemente menosprezada ou criminalizada durante esses anos de construção de Brasília. Essa perspectiva está presente, inclusive, na fala de entrevistados, onde a “bebedeira”⁸⁷ aparece para justificar um massacre, ou onde ruas lotadas de pessoas se divertindo estão associadas a uma “selva em chamas”. Mais uma vez, existe uma evidente associação entre a população pobre, negra e periférica, e os territórios que ocupam, com a ideia de um estado selvagem. O lazer civilizado, com a higiene social pretendida, seria,

⁸⁷ Ver subcapítulo “Memória Coletiva e história oficial”, no capítulo “Memória, história e oralidade”.

logo, aquele que foi designado para o setor de diversões, onde, nas próprias palavras do projetista:

As várias casas de espetáculo estarão ligadas entre si por travessas no gênero tradicional da rua do Ouvidor, das vielas venezianas ou e galerias cobertas (arcades) e articuladas a pequenos pátios com bares e cafés, e “loggias” na parte dos fundos com vista para o parque, tudo no propósito de propiciar ambiente adequado ao convívio e à expansão (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 1991, p. 24)

O Conic, nome que foi popularmente adotado para o setor de diversões sul, ironicamente, não sai nada conforme o planejado por Lúcio Costa. Nunes (2009) faz um breve estudo etnográfico a respeito desse lugar que demonstra que se trata de um espaço singular dentro do Plano Piloto justamente por romper com a homogeneidade e rigidez projetada para o centro de Brasília. A estigmatização que esse espaço carrega na mente do brasiliense de classe média do centro da cidade pode ser relacionado inclusive com a diferenciação estética, já que o local possui uma diversidade edilícia difícil de encontrar em outros locais próximos dali, compondo com becos, praças e vielas, além de uma certa deterioração dos materiais construtivos. O senso estético do modernismo, de certa maneira, induziu a população do Plano Piloto a adotar determinados parâmetros que contribuíram para que o Conic fosse enxergado como um local “maldito” (*ibid.*, p. 23), ironicamente próximo dos locais icônicos da arquitetura da cidade.

O Conic não sai como planejado, porque ele fora planejado para ser ocupado por outros corpos, e Nunes (2009) mostra que, na realidade, é um local frequentado por grupos sociais muito mais diversos do que outros locais no Plano Piloto. O Conic planejado por Lúcio Costa quase não existe no Brasil e não representava a população que viria a ocupá-lo. Para que esse espaço se realizasse conforme o planejado pela mente do arquiteto, uma nova sociedade deveria ser fundada de acordo com o que Lúcio Costa achava que ela deveria ser: uma sociedade de pessoas que consumissem cafés em boulevards; que passeassem por “loggias”; que atravessassem “arcades”; que fossem ao “Piccadilly Circus” aos finais de semana; que vivessem e consumissem o lazer como pessoas brancas europeias, da mesma maneira que se queria durante as reformas de Pereira Passos para o centro do Rio de Janeiro 50 anos antes. Vale lembrar que o próprio arquiteto, ao visitar Brasília quase três décadas após a sua inauguração, reconhece que ele havia concebido um espaço desconexo daquelas pessoas que realmente se apropriaram dele:

Então eu senti esse movimento, essa vida intensa dos verdadeiros brasilienses, essa massa que vive fora e converge para a rodoviária. Ali é a casa deles, é o lugar onde eles se sentem à vontade. Eles protelam até a volta para a cidade-

satélite e ficam ali, bebericando. Eu fiquei surpreso com a boa disposição daquelas caras saudáveis. E o “centro de compras”, então, fica funcionando até meia noite... Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 1991, p. 8).

Reside aí a importância de afirmar que a Vila Amaury foi um marco do lazer na memória da classe trabalhadora durante a construção da cidade. A ocupação, assim como os morros cariocas, faz parte desse imaginário “bárbaro” e “selvagem” que se pretendia excluir das vitrines da nova cidade moderna. Tanto é verdade que são os registros de Marcel Gautherot referentes a este assentamento que são vetados de suas publicações⁸⁸ (NAVARRO, 2017). Essa segregação encontra paralelos em outras cidades, conforme demonstra Monteiro (2007, p. 174) ao afirmar em seu estudo de caso que “tudo aquilo que não combina com os significados de uma cultura urbana moderna tende a ficar de fora do quadro fotográfico, com os trabalhadores informais, as carroças e os bairros pobres, periféricos ou mais centrais”.

Ainda que no decorrer desse capítulo ficou evidente que tanto cortiços, quanto as favelas e as vilas candangas tenham sido alvo da segregação socioespacial, fisicamente e simbolicamente, é importante trazer que havia uma disputa entre esses termos. Essa disputa é enfatizada por uma das entrevistadas por Neiva (2017):

O governo fala invasão, como se a gente estivesse clandestino. Mas era tudo trabalhador, e trabalhador tem direito a morar com dignidade. Ainda mais quando está construindo as obras da cidade que está começando, que é pra ser nossa cidade. A gente era removido e mesmo no local novo ainda tinha quem falava invasão. A Vila Amaury, por exemplo, não é invasão nem favela, é Vila (*apud* NEIVA, 2017, p. 21).

A conotação que a favela adquire ao longo do tempo é um estudo à parte, sendo um fato que esta passa por intensas transformações desde o início do século passado. Recentemente, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) adotou o termo no lugar do que até então, em pesquisas de levantamentos de dados, era denominado de “aglomerados subnormais”. Essa mudança teve apoio de entidades civis e movimentos sociais justamente no sentido de afirmar as características positivas e diversas desses territórios, além de enfatizar que se trata de comunidades urbanas cujos direitos não são devidamente atendidos, ao invés de reforçar paradigmas de ilegalidade (NERY; BRITO, 2024).

⁸⁸ Nesse momento, registros que ainda se referiam ao local denominado de “sacolândias”, que conforme mostrei no subcapítulo “Vila Amaury de dentro”, se tratavam do mesmo local em um período anterior ao reconhecimento formal da ocupação pela NOVACAP.

O que se percebe pela narrativa da entrevistada, entretanto, é que se tratava de um termo, nessa época, ainda muito carregado justamente pelo sentido da clandestinidade, tanto que se vê uma equiparação ao termo “invasão”, ou como se na favela não morasse trabalhador, diferente da vila. Hoje o termo “favela” em muitos contextos é inclusive usado como forma de orgulho e de afirmação de pertencimento pela população que veio desses locais, e essa fala mostra evidentemente como essa relação entre a população favelada e a palavra se transformou. O uso de “vila” poderia ser uma estratégia inconsciente de regularização *soft*: ao se afirmar que era uma vila, se afirmava que a ocupação daquele local pelas pessoas era legítima.

Aliás cabe dizer que, no Distrito Federal em específico, o termo “invasão” foi tão difundido que o lastro entre o sentido etimológico e o sentido social que esta palavra foi adquirindo se perdeu: popularmente, invasão é um termo usado para praticamente qualquer lugar que possua uma precariedade habitacional, ou habitações improvisadas. A criminalização da população que luta pela sua moradia adentra a linguagem cotidiana e é normatizada. Moscovici (2007) já alertava que, quanto mais uma representação se sedimenta em seu universo social, mais se perde de vista a sua real origem, ou as representações das quais ela foi derivada. É dessa maneira que termos vão adquirindo conotações tão vagas, como a própria “modernização” adquiriu. Entretanto, é aí que reside o poder das representações: quanto mais se perde de vista a sua real origem, mais poder elas têm de controlar a realidade social. Se trata muito mais de uma questão de “atitude social” do que uma questão de “coerência e lógica” (*ibid.*, p. 68).

Em conjunto com a exclusão simbólica, o Relatório do Plano Piloto assegura a exclusão física do assentamento, ao mencionar, claramente, que deveria se impedir “o enquistamento de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural” (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 1991, p. 58). Desde o início, tanto nos documentos elaborados pela NOVACAP, quanto nas declarações de seus dirigentes, fizera-se questão de expor a temporalidade restrita da ocupação: a Vila Amaury só existiu porque sabia-se que ela deixaria de existir. Essa foi a sua condição *sine qua non* de origem.

O objetivo desse capítulo foi abordar as circunstâncias históricas que fizeram da Vila Amaury, como tantos outros territórios, uma ocupação a qual se visava apagar simbólica e historicamente. Mostrei os discursos políticos em voga na época, como os que defendiam a linha desenvolvimentista e uma vaga noção de modernização das cidades. As estratégias discursivas que eram usadas nessas narrativas, mesmo quando eram de épocas tão distantes, se assemelhavam bastante, se baseando em uma lógica dicotômica de comparação dentro da qual

os espaços periféricos da cidade são sempre colocados em um lugar de “selvagem”, “atrasados” ou “bárbaros”, quando são representados. As imagens que as elites queriam espelhar da modernidade nas cidades não cabiam a população brasileira, em especial a população negra e das camadas sociais mais baixas. Conforme sugere Boianovsky e Del’isola (2012, p. 383), esse processo se tratou de uma política do esquecimento, ou seja, “práticas de formalização da memória em prol da permanência de uma relação de poder”.



Figura 63 - Moradias na Vila Amaury em 1959. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot em 1960. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

A arquitetura moderna, ainda que em algumas situações tentasse buscar, ao menos no campo dos discursos, um suposto igualitarismo social, serviu muito mais de ferramenta para essa segregação e refletiu exatamente essa mesma lógica dicotômica, abominando os espaços vivos e dinâmicos que a população produziu. Em Brasília isso é especialmente verdade, pois, como mostrei, existiu uma política intencional de não se divulgar imagens de outros espaços da cidade que não fossem aqueles de poder e monumentalidade. Por outro lado, é perceptível que, ao longo do século XX até a construção de Brasília, os mesmos meios de comunicação que buscavam enfatizar o caráter monumental e apoiavam os discursos de modernização,

propagavam discursos de criminalização para espaços como a favela, os cortiços e, no caso de Brasília, as vilas. Por meio desse caminho, portanto, espero ter apontado hipóteses das razões históricas pelas quais a Vila Amaury foi excluída simbolicamente da memória de Brasília.



Figura 64 - Estátua da cabeça de Juscelino Kubitschek, no Museu Histórico de Brasília em plena Praça dos Três Poderes, já concluída. Foto tirada pelo fotógrafo Marcel Gautherot em 1960. Detentor dos direitos autorais: Instituto Moreira Salles.

5. Considerações finais



Figura 65 - Vista do Lago Paranoá, com Congresso Nacional ao fundo. Fonte: Agência Brasília. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/agenciabrasilia/31328536250/in/photostream/>. Acesso em: 28/02/2024.

A Vila Amaury foi um ponto de partida para construir uma outra história da capital do país, com base na perspectiva de uma população que foi sistematicamente marginalizada da cidade e das narrativas mais hegemônicas de Brasília. A oralidade, interpretada a partir de alguns pilares teóricos da história oral, foi escolhida como ferramenta por carregar preceitos que justamente enfatizam o caráter diverso e polifônico da história, se afastando da ideia iluminista de uma verdade histórica (VEYNE, 1998). O resultado das narrativas que procurei construir em diálogo com os interlocutores do assentamento demonstra que muitas experiências significativas para uma grande parte da população foram colocadas em segundo plano em detrimento de narrativas oficiais que procuraram perpetrar um projeto dito modernizante, e por isso mesmo excludente.

A história costurada da Vila Amaury pelos seus próprios moradores e conviventes mostra uma ocupação, em primeiro lugar, diversa no sentido dos próprios usos que a sua população procurou dar aos espaços. Isso se contrapõe a uma visão pejorativa de assentamentos populares e comunidades urbanas de que esses espaços são locais áridos em suas atividades sociais e econômicas. Enquanto o projeto planejado da cidade estava em vias de construção,

esse sim até então com um caráter pobre em atividades, o que se percebe é que a população candanga produziu a sua cidade paralela, baseada em suas necessidades naquele momento, seja na Cidade Livre, seja na Vila Amaury ou nos arredores do que viria a ser a Vila Planalto.

Alguns aspectos do assentamento deram a ele um caráter único em comparação com o contexto maior que o englobava. Em primeiro lugar, ser um local em que se coexistiam famílias e crianças, em uma cidade que era marcada pela predominância de homens solteiros e adultos. Esse aspecto marca fortemente a memória de alguns dos entrevistados, ainda que valha fazer a ponderação de que, em nem todos os casos, a infância tenha sido vivida de uma maneira lúdica, já que desde cedo muitos já começavam a desempenhar alguma atividade econômica ou tarefas domésticas. Elizabeth Fernandes, por exemplo, traz isso na sua versão, quando conta que o que mais marcou para ela na vila eram as brincadeiras e a liberdade (NEIVA, 2017), assim como Evangelos, ao narrar o episódio de afogamento em uma fossa, quando saiu para brincar e o lago já estava enchendo (VILLELA; KAMEL, 2023).

Além disso, também vale ressaltar a função de complementaridade econômica que a vila cumpriu, justamente por ter sido uma ocupação com um controle formal e espacial menos rígido. Esse caráter permitiu que se florescesse um comércio e uma população que, apesar do domínio acentuado de cargos relacionados à construção civil na capital, fosse em parte considerável formada por prestadores de serviço de outras áreas. Aqui, a hipótese mais válida é a de que isso foi permitido, em primeiro lugar, porque a NOVACAP sabia do caráter temporário do assentamento, não tendo motivos para repreender aquela população naquele momento. Em segundo lugar, provavelmente a companhia também não tivesse condições de controlar as atividades em um assentamento que chegou a ter 15 mil pessoas morando.

A Vila Amaury instiga por algumas peculiaridades, em especial a forma como ela foi aventada, sendo o produto da expulsão de diversos moradores de antigas sacolândias para um local que sabidamente viria a ser o Lago Paranoá – algo visto como perverso mesmo pelos entrevistados, como Espedito (NEIVA, 2017) e Inácio (FERREIRA, 1997). Esse conjunto de operações, que utiliza o próprio lago que seria represado e reúne um conjunto de habitações improvisadas espalhadas pelo território em um único local, revela uma grande sofisticação no processo de segregação da capital em seus primórdios. Como se não bastasse, essa situação, que é violenta por si, é cooptada por um personagem político que tenta transfigurá-la em uma medida de altruísmo com a população.

A questão da Associação Beneficente da Vila Amaury ainda necessita de uma pesquisa mais aprofundada. Não fica muito evidente, pelas entrevistas trazidas à tona, até que ponto

nesse grupo existia uma participação popular e ampla, e até que ponto foi um movimento que servia a interesses meramente de palanque eleitoral. Ao que transparece, pelas fontes que citam a organização (BOIANOVSKY; DEL'ISOLA, 2012; HOLSTON, 1993; RIBEIRO, 2008), existe ao menos a convocação de uma parte da população e algumas ações organizadas, tanto no sentido de garantir a transferência digna dos moradores, quanto no de retardar o represamento do lago. Entretanto, parece que desde o início se aceita a remoção para uma cidade satélite, sem aparentemente se pleitear por ficar mais próximo do centro da cidade.

A história da Vila Amaury, ainda que possua suas especificidades, também expõe aspectos mais globais da segregação socioespacial da capital e processos que iriam se repetir ao longo da história de Brasília. Um desses processos se trata da política de erradicação de favelas, que continua a ser executada da mesma maneira rígida em décadas posteriores, a exemplo da criação da Ceilândia em 1971 (PAVIANI, 1991). Durante um longo tempo, essa política, combinada com a criação ou expansão de cidades distantes do centro planejado, foi quase a única solução aventada para dar alguma resposta ao problema de moradia. Indo além, defendo que o estudo da Vila Amaury faz expandir a reflexão para aspectos que atravessam o país, tal como as crises decorrentes das secas no Nordeste, episódio que atravessa a fala de tantos entrevistados que vieram para a vila. Essa dimensão configura inclusive aquilo que Meihy e Holanda (2015) chama de comunidades de destino, ou os traumas que atravessam o grupo de entrevistados.

Algumas dimensões das histórias narradas, ademais, possuem uma forte consonância com a experiência periférica brasileira, e uma em particular eu preciso chamar a atenção, que é a recreação e o lazer. Conforme eu trouxe em conjunto com as entrevistas, justamente um aspecto que é tão ressaltado pelos interlocutores, é ao mesmo tempo um dos mais criminalizados em outras falas. É enfatizado em diversos momentos que a Vila Amaury possuía uma vida pulsante nesse sentido: bares de forró, vitrola e botecos, algo marcante não somente para a memória daqueles que moraram dentro da vila, mas também daqueles sujeitos que eram operários dos alojamentos de construtoras. Essa característica reforça a complementaridade que a vila oferecia para outros locais que, flagrantemente, estavam carecidos dessas atividades e encontros, olhando tanto pelo lado dos encontros públicos sociais quanto pelo lado econômico. Aliás, podemos imaginar, o que seria a memória a respeito de Brasília desses trabalhadores da construção civil, durante esses anos, morando em alojamentos estéreis, se não fosse a Vila Amaury e a Cidade Livre?

A ocupação constitui um marco na experiência recreativa de uma população trabalhadora que, na maior parte do tempo, isso seria um luxo. Só isso coloca a reconstrução das narrativas, a reconstrução dessa outra história de Brasília, em um patamar de suma importância. Sem falar que é por meio dessas perspectivas colhidas que conseguimos melhor questionar o que era esse lazer planejado para a cidade capital e os aspectos de exclusão social que subjaziam às suas escolhas estéticas e funcionais, tais como apresentei com o projeto de Lúcio Costa para o Conic. Esses aspectos não se distanciam muito da gentrificação do centro do Rio de Janeiro na reforma que foi protagonizado pela gestão de Pereira Passos no início do século, com sua inspiração fortemente eurocêntrica e higienista.

A criminalização do lazer seria outro processo que perseguiria a história da capital ainda durante algumas décadas, especialmente com a população periférica. Adirley Queirós, cineasta da Ceilândia, em uma das suas obras, retrata justamente um episódio de ataque policial a um espaço de dança e música para a juventude da cidade, onde existia um famoso *baile black*. Misturando trechos de narrativas diversas a respeito do ocorrido, uma das frases mais recorrentes e marcantes, segundo nos conta o diretor, era a ordem por parte dos policiais de que as pessoas brancas saíssem, e as pessoas negras ficassem dentro da boate. Daí, começa um episódio de agressão, violência e humilhação com os que ficam dentro, inspirando o nome do filme, “Branco sai, preto fica”. O episódio ocorreu no final da década de 1990, em um espaço simbólico para a população negra e ceilandense por ter abrigado durante ao menos 15 anos várias apresentações de rap (QUEIRÓS, 2013).

Na história brasileira, é recorrente que esse processo discriminatório ocorra com diversas expressões culturais, ritmos e danças oriundos da periferia e da população negra, como o samba, o rap ou a capoeira, ao menos até que passem por uma certa assepsia da branquitude para que assim sejam aceitos. O mesmo aspecto de criminalização também é ressaltado por Silva (2011) em sua etnografia pelos botequins das periferias de duas grandes cidades, em que é constatado o esvaziamento do local a partir de certo horário, restando somente aqueles trabalhadores com carteira assinada que não correriam risco de serem autuados pelo crime de “vadiagem” pelas batidas policiais. Um episódio semelhante é narrado, novamente, pelo cineasta ceilandense:

E também tinha a coisa do status, porque na Ceilândia não tinha muitos universitários. Existia, claro, mas não era muito comum. A gente tinha um amigo que estudava, o Cadeco: era o cabeça da rua, um geniozinho. A gente ficava uns 30 caras na esquina, conversando, jogando bola, e um dia a polícia chegou dando bacu; aí o Cadeco puxou a carteirinha da UnB, o cara olhou, UnB e tal, e falou: “Você não precisa não, você pode ficar para cá.” Aí a gente

pensou: “Cara, essa carteirinha é ouro”. Imagina, num grupo de 30 – foi genial! Então, fiquei com a obsessão de ter uma carteirinha dessas. Minha história com a UnB passa por aí: eu queria essa carteirinha, ter gente para conversar, namorar... (QUEIRÓS, 2013, p. 19)

A Vila Amaury, assim, não foi transgressora somente por se permitir e propiciar espaços de lazer para a sua população, como subverteu o próprio sentido do que o Lago Paranoá deveria representar para a sua população. Originalmente usado como ferramenta de expulsão dos moradores, delimitando o tempo de existência do assentamento, esses mesmos moradores fazem das águas represadas o seu espaço de banho e brincadeiras, em especial as crianças. Mesmo Suzana, até se aborrecer com a higiene das águas do lago, faz uso do local para recreação, já adulta (MENDONÇA, 1990). Sem dúvida, essa dimensão da vila configura memórias que marcam a identidade de um grupo e perpassa não somente aqueles moradores internos, como também os que conviviam – e tudo isso foi marginalizado pelas histórias oficiais da capital.

Se a visão de Israel Pinheiro a respeito dos grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro, era de que estes eram espaços de subversão (TEIXEIRA, 1982, p. 88), e se ele acreditou que afastando a capital desses locais a população não conseguiria achar seus meios de resistir e se rebelar, não teve total êxito. Ainda que em condições limitadas, a população da Vila Amaury resiste a uma maneira programada e racionalmente imposta de viver o espaço da cidade. Não somente o lago virou um meio para estes tipos de atividade, como também para gerar renda a partir da prestação de serviços de lavagem de roupas. O assentamento, em seu curto tempo de existência, conseguiu providenciar farmácia, escola, vendas, armazéns, postes de alto-falantes e até um parque. As memórias da Vila Amaury mostram um espaço diverso e rico em encontros e em formas de apropriação daquele espaço pela população, apesar de toda a sua precariedade. Também denotam alguns aspectos que atravessam tantas histórias de periferias e comunidades urbanas Brasil afora, como a violência policial e a criminalização do lazer.

Vale também refletir que, contraditoriamente, muitos relatos reproduzem os mesmos sentidos daqueles discursos que defendem uma narrativa ufanista da cidade. Alguns entrevistados de fato assimilaram o discurso de que a construção de Brasília dizia respeito à fundação de um novo Brasil sem perceber que, para eles, esse “novo Brasil” não tinha espaço. Essa percepção demonstra que as estratégias adotadas pelos grupos políticos com o objetivo de atrair a migração, defender um projeto econômico desenvolvimentista e a ideia de modernização do país conseguiram ter o êxito de penetrar nas camadas mais baixas da população, e a partir daí, constituir representações que adquirissem vida própria, conforme

Moscovici (2007) adverte. O fato de os próprios motoristas dos paus-de-arara passarem a ser vetores dessa propaganda é um exemplo de como essas ideias se autonomizaram, ainda que tenham sido transformadas no meio desse caminho pela população que as assimilava. Tanto é que, uma das consequências que a capital sofre nos anos seguintes de sua inauguração é a crescente taxa de desemprego, oriunda da contínua migração que só cresce combinada com a queda vertiginosa das atividades das obras (TEIXEIRA, 1982).

Por fim, muitos elementos contribuíram para o ofuscamento da história da Vila Amaury, alguns desses estruturais, oriundos da própria estrutura segregadora, com raízes escravagistas, na qual as elites econômicas e políticas reinventam maneiras de justificar a exclusão social urbana de grupos historicamente marginalizados. Em um momento, são as reformas de embelezamento e o urbanismo sanitarista que cumprem esse papel, combinados com uma cultura estética importada de cidades europeias. Depois, esses projetos se estendem em escalas de maior infraestrutura, e podem até modificar seus conceitos plásticos, mas na prática continuam a remodelar a arquitetura de espaços com a finalidade de renovação imobiliária, expulsando populações inteiras para cada vez mais longe dos centros urbanos, onde estão concentradas todas as oportunidades, direitos e prestação de serviços.

Combinados com a exclusão física, porém, sempre vem uma exclusão simbólica, e como tentei enfatizar, os discursos que pregavam uma suposta modernização participaram ativamente desse processo. A arquitetura moderna, que era a manifestação espacial desse discurso, ainda que defendesse uma suposta utopia de igualdade social, acabou servindo, no caso de Brasília, muito mais como argumento para afastar populações como a da Vila Amaury para locais ainda mais distantes como maneira de manter o aspecto límpido e monumental do Plano Piloto. As habitações populares não cabiam na representação que as elites queriam construir para a capital do país, e diversos elementos que eu trouxe comprovaram isso, dentre eles as Revistas Brasília, as seleções de fotografias, os textos em meios oficiais e os discursos de dirigentes da NOVACAP. É perceptível que tudo aquilo que marcou toda uma população, ficou de fora dos livros mais canônicos a respeito da história de Brasília.

Por fim, enfatizo que este trabalho não tem a intenção de abarcar a totalidade do tema e de fechar as indagações, mesmo aquelas que já estavam antes abertas, a respeito do assunto. A proposta vai no sentido justamente oposto, de abrir cada vez mais as perspectivas pelas quais a história de Brasília pode ser enxergada e questionar a perspectiva uníssona que algumas narrativas assumem, trazendo uma outra história de Brasília: a história de uma população que foi sistematicamente marginalizada, física e simbolicamente. Trazer as narrativas da Vila

Amaury contribui para dar mais polifonia ao período de construção da capital e contestar a exagerada ênfase em determinados pontos de vista da historiografia. Questionar o porquê que esses pontos de vista ocupam tanto espaço quase sempre recai em motivações políticas e sociais. Acredito que ao pesquisar a história das cidades e do urbanismo, esse é um viés que deve ser sempre observado.

6. Referências

ALIAGA FUENTES, Maribel; BOMTEMPO, Byanca; CARNAÚBA, Ana Elisa. O papel das mulheres e suas representações: Revista Brasília 1957 a 1963. *In*: ANAIS DO ENANPUR, XX, 2023, Belém. **Anais [...]**. Belém: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2023. p. 1–15.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo De; ROVAI, Marta Gouveia de O. (org. .. **Introdução à história pública**. 2. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, ARPDF et Al. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: GDF, 1991.

BECKER, Howard. Conferência: a Escola de Chicago. **Mana**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 177–188, 1996. DOI: 10.1590/s0104-93131996000200008.

BEHR, Nicolas. **Brasília-Z: cidade-palavra**. Brasília: Teixeira, 2014.

BERENSTEIN, Paola; LOPES, Dilton. A construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento. *In*: ANAIS DO XII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE 2017, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 2017. p. 469–495.

BÉU, Edson; KUYUMJIAN, Marcia de Melo Martins. Candangos: uma história de trabalho e exclusão. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 14, p. 257–279, 2010.

BICALHO, Nair Heloisa. Lutas populares no governo Jânio Quadros em Brasília: o movimento pró-fixação e urbanização da Cidade Livre. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 3, n. 01 e 02, p. 31–40, 1988. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/41831>.

BOIANOVSKY, Noemia Barbosa; DEL'ISOLA, Luiz Humberto de Faria. De Vila Amaury a Sobradinho (1959-1960). *In*: BOIANOVSKY, Noemia Barbosa; DEL'ISOLA, Luiz Humberto de Faria (org.). **A Balairina Empoeirada**. Brasília: Annabel Lee, 2012. p. 377–383.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade: relatório Volume 1**. Brasília: CNV, 2014. v. 1 Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf.

BRASÍLIA, CONSELHO DE BEM-ESTAR SOCIAL DE. Plano de transferência da população de Vila Amaury para as cidades satélites. . 1959.

BRITO, Jusselma Duarte De. **De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília**. 2009. Tese (Doutorado) em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CAPRARA, Andrea; LANDIM, Lucyla Paes. Etnografia: uso, potencialidades e limites na pesquisa em saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S. l.], v. 12, n. 25, p. 363–376, 2008. DOI: 10.1590/s1414-32832008000200011.

CARVALHO, José Murilo De. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. DOI: 10.1016/S0002-9610(42)90694-9.

CONTERRÂNEOS VELHOS DE GUERRA. Direção: Vladimir Carvalho. Brasília, Brasil: Universidade de Brasília; Pólo de cinema e vídeo do Distrito Federal, 1990.

CEBALLOS, Viviane Gomes De. **“E a história se fez cidade...”: a construção histórica e historiográfica de Brasília.** 2005. Dissertação (Mestrado) pelo departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, [S. l.], 2005.

CORBUSIER, Le. **Carta de Atenas.** CIAM, Congresso Internacional de Arquitetura ModernaIPHAN, , 1933.

CORBUSIER, Le; DE VILLENEUVE, Jeanne; DE WILLIAMS, Delfina Galvez. **A carta de Atenas.** [s.l.] : Hucitec, 1993.

COSTA, Graciete Guerra. **As Regiões Administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011.** 2011. Tese (Doutorado) em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

DINIZ, Débora. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa.** 2. ed. Brasília: LetrasLivres, 2013.

DUARTE, Renato. Os relatórios do ETENE sobre a seca de 1958. **Caderno de Estudos Sociais**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 7–16, 1958. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/download/1305/1025>.

ESPADA, Heloisa. Fotografia, arquitetura, arte e propaganda: a Brasília de Marcel Gautherot em revistas, feiras e exposições. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 81–105, 2014. DOI: 10.1590/0101-4714v22n1a03.

FEDERAL, Companhia de Planejamento do Distrito. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2021: apresentação de dados UPT Oeste.** Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2021BrasíliaCODEPLAN, , 2022. a. DOI: 10.29327/5133954. Disponível em: https://pdad2021.ipe.df.gov.br/static/downloads/apresentacoes/apresentacao_oeste.pdf.

FEDERAL, Companhia de Planejamento do Distrito. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2021: apresentação de dados UPT Sul.** Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2021BrasíliaCODEPLAN, , 2022. b. DOI: 10.29327/5133954. Disponível em: https://pdad2021.ipe.df.gov.br/static/downloads/apresentacoes/apresentacao_sul.pdf.

FEDERAL, Companhia de Planejamento do Distrito. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2021: apresentação de dados UPT Central.** Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2021BrasíliaCODEPLAN, , 2022. c. DOI: 10.29327/5133954. Disponível em: https://pdad2021.ipe.df.gov.br/static/downloads/apresentacoes/apresentacao_central.pdf.

FEDERAL, Companhia de Planejamento do Distrito. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2021: apresentação de dados UPT Norte.** Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2021BrasíliaCODEPLAN, , 2022. d. DOI: 10.29327/5133954. Disponível em: https://pdad2021.ipe.df.gov.br/static/downloads/apresentacoes/apresentacao_norte.pdf.

BRASÍLIA SEGUNDO FELDMAN. Direção: Eugene Feldman; Vladimir Carvalho. Brasília, Brasil: Fundação Nacional pró-Memória - Divisão de Mercados Especiais da Embrafilme - Empresa Brasileira de Filmes S.A., 1979.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; STEINBERGER, Marília. O modelo de gestão de Brasília e as políticas urbanas nacionais. **Cadernos Metrôpole**, [S. l.], v. 14, n. 14, p. 67–83, 2005. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/8788/6510%0Ahttp://www.redalyc.org/comocitar.ou?id=402837799004>.

FERREIRA, Inácio de Lima. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1997.

FERREIRA, Sílvia Barbosa de Souza. A CULTURA TÉCNICA E COLONIZAÇÃO NO NORTE DO PARANÁ E NO NORTE DE A cultura técnica e profissional de projetistas de cidades de colonização no norte do Paraná e no norte de Mato Grosso , 1950-1978. *[S. l.]*, p. 412, 2018.

FIALHO, Átila. **Plano de Bairro de Santa Luzia**. Brasília Trabalho de Conclusão de Curso pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, , 2019.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GOUVÊA, Luiz Alberto. A capital do controle e da segregação social. *In*: PAVIANI, Aldo (org.). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. Brasília: EDUNB, 1991. p. 75–96.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HOLSTON, James. **Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.1993.111402.

IANNI, Octavio. **O Colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, IPHAN. **O Plano Piloto de Brasília e Suas Escalas**. 2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1643/>. Acesso em: 16 set. 2023.

KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. **A marcha do amanhecer**. São Paulo: Bestseller, 1962.

LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**. São Paulo EDUSP, , 1993.

MARGARIT, Eduardo. O processo de ocupação do espaço ao longo da BR-163: uma leitura a partir do planejamento regional estratégico da Amazônia durante o governo militar. **Geografia em Questão**, *[S. l.]*, v. 6, n. 1, p. 12–31, 2013.

MATTÃO, José. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002.

MAUAD, Ana Maria; DUMAS, Fernando. Fontes orais e visuais na pesquisa histórica: novos métodos e possibilidades narrativas. *In*: ROVAI, Marta Gouveia de O. (org. .); ALMEIDA, Juniele Rabêlo De (org.). **Introdução à história pública**. 2. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 81–97.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MENDONÇA, Suzana Conceição. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

- MONTEIRO, Charles. Imagens sedutoras da modernidade urbana: Reflexões sobre a construção de um novo padrão de visualidade urbana nas revistas ilustradas na década de 1950. **Revista Brasileira de História**, [S. l.], v. 27, n. 53, p. 159–176, 2007. DOI: 10.1590/s0102-01882007000100007.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins (1956-1961)**. Vitória: EDUFES, 1998.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MOURA, João Batista De. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1997.
- NACIONAL, COMISSÃO CENSITÁRIA. **Censo Experimental de Brasília: habitação e população**. Brasília: Comissão Censitária Nacional, , 1959. a.
- NACIONAL, COMISSÃO CENSITÁRIA. **Censo Experimental de Brasília: introdução**. , 1959. b.
- NAVARRO, Luciana Jobim. **Basílias impúblicáveis de Marcel Gautherot: o olhar do fotógrafo e o imaginário da cidade**. 2017. Dissertação (Mestrado) pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24281/1/2017_LucianaJobimNavarro.pdf.
- NEIVA, Ivany Câmara Neiva. **Uma cidade encantada: memórias da Vila Amaury em Brasília**. Brasília: Ed. da autora, 2017.
- NERY, Carmen; BRITO, Vinicius. **Favelas e Comunidades Urbanas: IBGE muda denominação dos aglomerados subnormais**. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38962-favelas-e-comunidades-urbanas-ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais>. Acesso em: 18 fev. 2024.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, [S. l.], v. 10, n. dezembro, p. 7–28, 1993. DOI: 10.4025/notandum.vi59.61303.
- NOVACAP, COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL. **Revista Brasília**. Brasília: NOVACAP, 1959.
- NOVACAP, COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL. **Revista Brasília**. Brasília: NOVACAP, 1960.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília: a fantasia corporificada**. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. Elementos para uma sociologia dos espaços edificados em cidades: o “Conic” no Plano Piloto de Brasília. **Cadernos MetrÓpole**, [S. l.], v. 0, n. 21, p. 13–32, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5953/4307>.
- OLIVEIRA, Janderson Carneiro De; BERTONI, Luci Mara. Memória coletiva e teoria das representações sociais: confluências teórico-conceituais. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 244–262, 2019. Disponível em: <http://submission-pepsic.scielo.br/index.php/gerais/article/view/18413/780%0Ahttp://fi-admin.bvsalud.org/document/view/cba7n>.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes De. Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília pela ótica da erradicação de favelas. **Universitas Humanas**, [S. l.], v. 5, n. 1/2, p. 49–76, 2008. Disponível em:

<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/universitashumanas/article/view/876>.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Eldstein, 2010. DOI: 10.7476/9788579820014.

PAIVA, Larissa Ferreira. **Brasília cidade fantasma: construção e relatos do imaginário popular**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso pelo Departamento de História da Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 25–66. Disponível em:
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6580019/mod_resource/content/1/PARK%2C Robert - A cidade_ Sugestões para a Invenção do Comportamento Humano n.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6580019/mod_resource/content/1/PARK%2C%20Robert%20-%20A%20cidade%20-%20Sugest%C3%B5es%20para%20a%20Inven%C3%A7%C3%A3o%20do%20Comportamento%20Humano%20n.pdf).

PATRIOTA, Cristina de Moura; JANUZZI, Vinícius Prado. Brasília Classificada: Novos espaços de classe média na capital federal. **Tempo Social**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 113–134, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/151261>.

PAVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. *In*: PAVIANI, Aldo (org.). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. Brasília: EDUNB, 1991. p. 115–144.

QUEIRÓS, Adirley. **Entrevista Adirley Queirós**. BrasíliaNegativo, , 2013.

QUINTO, JR, Luiz Pinedo; IWAKAMI, Luiza Naomi. O canteiro de obras da cidade planejada e o fator de aglomeração. *In*: PAVIANI, Aldo (org.). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. Brasília: EDUNB, 1991. p. 55–74.

REZENDE, Eustáquio De. **Entrevista - BSB60 Brasília e seus pioneiros**. Brasília: BSB60 Brasília e seus pioneiros, 2020.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho. *In*: PAVIANI, Aldo (org.). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. Brasília: EDUNB, 1991. p. 25--54.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O Capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília**. Brasília: UnB, 2008.

ROCHA, Thaís (ed. rev. .. **BSB 60 Anos**. Brasília: Coronário, 2020.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROVAI, Marta Gouveia de O. (org. .. **História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

ROVAI, Marta Gouveia de O. (org. .. **História oral e memória: o que você precisa saber para entender**. EntrevistaLeitura Obrigahistória, Icles Rodrigues (entrevistador), , 2022. Disponível em:
<https://open.spotify.com/episode/1a10ocgfAoOXHN0sPWSHgw?si=b8eef21c34fb43ce>.

SAMPAIO, Juliana de Arruda. **Construções: imagens, discursos e narrativas de Brasília de Thomaz Farkas**. 2016. Dissertação (Mestrado) pelo Departamento de Antropologia Social da Universidade de São Paulo, Brasília, 2016.

SANTOS, Severino Manoel Dos. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **2-Halbwachs: memoria coletiva e experiencia**. **Psicol. USP**, 1993.

SILVA, Luiz Antonio Machado. O significado do botequim. **Enfoque - revista dos alunos do PPGSA-UFRJ**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 115–136, 2011.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 67–88. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6580019/mod_resource/content/1/PARK%2C Robert - A cidade_ Sugestões para a Invenção do Comportamento Humano n.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6580019/mod_resource/content/1/PARK%2C%20Robert%20-%20A%20cidade%20-%20Sugestões%20para%20a%20Invenção%20do%20Comportamento%20Humano%20n.pdf).

SIMÕES, José Geraldo Jr; ALVIM, Angélica Benatti. Brasília: modernidade e exclusão, dos acampamentos às cidades-satélites. In: ANAIS DO XVI ENANPUR 2015, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2015. p. 1–22.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

STORI, Bruno. A lenda do Eldorado: transformações do mito doradista na cartografia da América do Sul. **Epígrafe**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 49–81, 2022. DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p49-81.

SUDAM, SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **O novo sistema de ação do governo federal na Amazônia: legislação básica**. Rio de Janeiro: Spencer, 1967.

SUDAM, SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Operação Amazônia (discursos)**. Belém: Serviço de Documentação e Divulgação, 1968.

TAFNER, Jr. Armando Wilson; SILVA, Fábio Carlos Da. Alta Floresta: uma colônia de Ariosto da Riva em Mato Grosso. **Novos Cadernos NAEA**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 205–232, 2016. DOI: 10.5801/ncn.v19i3.2527.

TEIXEIRA, Hermes Aquino. **Brasília: o outro lado da utopia**. Brasília Dissertação (Mestrado) pelo Programa de Pós Graduação do departamento de História da Universidade de Brasília, , 1982.

TEIXEIRA, Hermes Aquino. **No Tempo da GEB (1956-1960): trabalho e violência na construção de Brasília**. Brasília: Thesaurus, 1996.

TIPPS, Dean C. Modernization theory and the comparative study of societies: A critical perspective. **Comparative Studies in Society and History**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 199–226, 1973. Disponível em: http://www.brooklyn.cuny.edu/web/aca_socialsciences_polisci/150422_IA_Comps_Modernization-Theory-Comparative-Study-Of-Societies.pdf.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades Novas**. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília,

2009. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/11454>. Acesso em: 31 jan. 2024.

TREVISAN, Ricardo. Cidades plantadas na floresta amazônica: ações estatais para ocupação e urbanização do centro-norte brasileiro. *In: XIII ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA 2011*, San José. **Anais** [...]. San José: Revista Geográfica de América Central, 2011. p. 1–18.

VALLADARES, Licia. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VASCONCELOS, Adirson. **As cidades satélites de Brasília**. Brasília: [edição do autor], 1988.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora UnB, 1998.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs. ... (org.)). O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 170–243. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6011965/mod_resource/content/1/Flávio_Villaça_-_Uma_contribuicao_para_a_historia_do_planejamento_urbano_no_Brasil.pdf.

VILA AMAURY, CIDADE SUBMERSA. Direção: Ricardo Villela; Ali Kamel. Brasília, Brasil: Globo, 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/vila-amaury-cidade-submersa/t/SXgZWB8tbz>. Acesso em: 18 nov. 2023.

VITRUVIUS. Concurso público de preliminares de arquitetura e de urbanismo para revitalização das vias W3 Sul e W3 Norte. **Projetos**, São Paulo, v. 2, n. 021.01, p. 1–7, 2002. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/02.021/2174?page=3>.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. *In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 67–88. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6580019/mod_resource/content/1/PARK%2C_Robert_-_A_cidade_-_Sugestões_para_a_Invenção_do_Comportamento_Humano_n.pdf.

WIRTH, Louis. Urbanismo como modo de vida. *In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 89–112. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6580019/mod_resource/content/1/PARK%2C_Robert_-_A_cidade_-_Sugestões_para_a_Invenção_do_Comportamento_Humano_n.pdf.